

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLA FERNANDA DE OLIVEIRA PAULO

**(DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO: UM ESTUDO SOBRE UMA OCUPAÇÃO NA CIDADE DE
MARINGÁ – PR.**

Maringá
2019

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLA FERNANDA DE OLIVEIRA PAULO

**(DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO: UM ESTUDO SOBRE UMA OCUPAÇÃO NA CIDADE DE
MARINGÁ – PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá – PPA/UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora:
Prof^a Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas

Maringá
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

P331d Paulo, Carla Fernanda de Oliveira
(Des) (re)territorialização e produção do espaço urbano : um estudo sobre uma ocupação na cidade de Maringá - PR / Carla Fernanda de Oliveira Paulo. -- Maringá, 2019.
193 f. : il. color.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Priscilla Borgonhoni Chagas.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2019.

1. Estudos organizacionais. 2. Reterritorialização - Conjunto Atenas II - Maringá (PR). 3. Territorialização - Conjunto Atenas II - Maringá (PR). 4. Desterritorialização - Conjunto Atenas II - Maringá (PR). 5. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). I. Chagas, Priscilla Borgonhoni, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658.001

CARLA FERNANDA DE OLIVEIRA PAULO

**(DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO:**

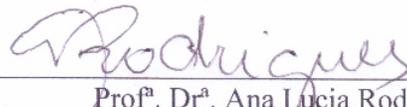
um estudo sobre uma ocupação na cidade de Maringá-PR

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovado em 11 de junho de 2019


Prof.^a. Dr.^a. Priscilla Borgonhoni Chagas

(presidente)



Prof.^a. Dr.^a. Ana Lucia Rodrigues

(membro examinador externo – PGC/UEM)



Prof.^a. Dr.^a. Elisa Yoshie Ichikawa

(membro examinador PPA)

MARINGÁ
2019

AGRADECIMENTOS

Tenho certeza que eu não chegaria aqui sem a ajuda de várias pessoas que me acompanharam nesse percurso. Sei que essas palavras não serão suficientes para demonstrar toda a minha gratidão a vocês e nem sei se conseguirei expressar os meus sentimentos em palavras, mas segue a minha tentativa.

Agradeço ao meu pai José, minha mãe Dulcelene e minha irmã Ana Paula pelo apoio concedido a mim, pelo carinho e pelas palavras de conforto. Estou aqui porque vocês sempre apoiarem e respeitarem as minhas decisões, embora não saibam exatamente o que é esse tal de mestrado, sempre encontrei em vocês a compreensão que eu precisava.

Agradeço a minha orientadora Priscilla Borgonhoni Chagas por ter me aceitado como sua orientanda, por ter sido uma pessoa que traz consigo uma leveza tão grande, que em momentos de meu desespero ou que eu estava perdida sempre conseguiu me trazer paz e vontade de continuar.

Agradeço as minhas amigas e amigos que fiz durante o mestrado. Especialmente

- A Letícia, obrigada por todos os convites ao cinema e por me ajudar a desbravar os bares de Maringá, sem sua ajuda essa tarefa seria muito mais árdua e sem graça;
- A Barbara, por todos os risos e conselhos compartilhados. Obrigada por ser essa pessoa tão incrível que me fez até gostar de unicórnios;
- Ao Felipe obrigada por ser tão problematizador e pelas longas conversas, se eu soubesse que você era tão legal nunca teria te odiado no primeiro semestre;
- A Elisângela por ser um exemplo pessoal e acadêmico, sua força e dedicação sempre foram inspiração para mim;
- A Dayane, embora a vida tenha nos afastado você foi essencial no começo dessa jornada, com seus conselhos e compreensão;
- A Nathália, por ser minha companheira de apartamento, de jantares, de playlists ruins e de vida;
- A Flávia por ser uma pessoa tão serena que me fez entender que por mais que as coisas estejam difíceis sempre há um lado bom em tudo.

Não poderia deixar de agradecer àqueles que foram essenciais para o começo de minha trajetória acadêmica, minha amiga Diane e meu amigo Luãn, que sempre acreditaram em mim quando eu mesma não acreditei. Vocês foram essenciais para a minha chegada até aqui e agradeço também aceitaram a missão de ler essa dissertação. Obrigada por todos os esses anos de amizade!

Agradeço aos meus professores do mestrado, por serem o exemplo de profissionais que eu espero um dia alcançar. Principalmente a Josiane com quem aprendi tanto e me ensinou a ver o mundo com outros olhos. Ao professor William por ser a pessoa mais fofa do mundo e por me ensinar olhar Maringá de outra forma. Ao professor Marcio que sempre esteve aberto para uma conversa entre amigos.

Agradeço também ao Bruhmer por ser um exímio profissional, pela disposição em me ajudar quando necessitei e por sempre me lembrar dos prazos que estavam vencendo.

Não poderia deixar de agradecer àqueles que foram essenciais nesta pesquisa, as famílias que eu estudei. Obrigada por compartilharem suas vidas, seus olhares e suas histórias.

Por fim, agradeço às professoras por aceitarem fazer parte da minha banca tanto de qualificação quanto de defesa: as professoras Ana Lúcia Rodrigues e Elisa Yoshie Ichikawa. Graças a vocês, por meio dos seus ensinamentos consegui chegar a essa etapa tão aguardada. Tenho orgulho de ter como banca mulheres tão fortes que contribuem para a pesquisa deste país em tempos tão sombrios.

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é
de hábito como coisa natural, pois em tempo de
desordem sangrenta, de confusão organizada, de
arbitrariedade consciente, de humanidade
desumanizada, nada deve parecer natural.
Nada deve parecer impossível de mudar”.

(Bertolt Brecht)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como ocorreu o processo des(re)territorialização das famílias que ocuparam residências no Conjunto Atenas II e posteriormente foram alojadas na Escola Delfim Moreira em Maringá. Para tanto, utilizei autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2007), Saquet (2009) e Souza (1995), que discutem o processo de territorialização–desterritorialização–reterritorialização (T-D-R). Em suma, entendo territorialização como a identificação com um território material ou simbólico, ao qual há relações de poder sobre esse território por um indivíduo ou grupo de pessoas. A desterritorialização pode ser entendida como o abandono do seu território original, por consequência disso há um movimento reterritorializador que por sua vez, tem a ver com a ocupação de um novo espaço que os sujeitos dão característica e o transforma em um novo território, seja ele material ou imaterial. Assim, os processos T-D-R são simultâneos podem ocorrer no mesmo lugar ou em lugares diferentes, no mesmo momento ou em momentos diferentes. Nesse sentido, por meio do arcabouço teórico utilizado, busquei compreender como as cidades são construídas por seus agentes sociais, sejam eles agentes do Estado, agentes imobiliários ou agentes sociais excluídos e como estes possuem interesses antagônicos sobre os territórios da cidade. Assim, os agentes capitalistas buscam criar uma cidade voltada para pessoas de alta renda enquanto as classes baixas são expulsas para margem dela. Esse processo ocorreu desde a urbanização das cidades brasileiras que atraíram um grande contingente de pessoas advindas da área rural e que não tiveram acesso à moradia, apesar de programas habitacionais criados para atender essa demanda, são esses o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Assim, ao não serem atendidas por essas políticas públicas pude compreender como essas famílias foram desterritorializadas de forma material e simbólica, e, por sua vez criaram um movimento territorializador e reterritorializador que se manifestaram por meio de objetos e formas de resistência. Nesse sentido, para atingir meu objetivo geral utilizei de uma pesquisa de natureza qualitativa por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado aplicados às famílias que viveram no Conjunto Atenas e na Escola Delfim Moreira. Essas entrevistas foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo, em que surgiram as categorias de territorialização, desterritorialização, reterritorialização e territorialidade. Assim, foi possível compreender como ocorreram os processos T-D-R. Em relação a territorialização percebi que a mesma se manifestou por meio da identificação com o território e se revelou mediante modificações de objetos materiais e simbólicos. Já em relação à desterritorialização, pude observar que ela ocorreu por meio do abandono do território material com a saída do Conjunto Atenas e também pela perda das referências dessas famílias. No que tange a reterritorialização, ela pode ser vista nas adaptações que as famílias criaram para permanecer nos territórios ocupados e também nas modificações realizadas nele que tiveram as características do seu território anterior. A partir disso, pude perceber que um território é fruto da sua construção social e histórica e as relações de poder que acontecem sobre ele perpassa o poder do Estado. Vejo que essas famílias produziram territorializações sobre os territórios que moraram e criaram resistências para continuarem a viver naqueles espaços, por meio de adaptações e mecanismos como um modo de sobrevivência.

Palavras-chaves: Cidades. Urbanização brasileira. Programas Habitacionais. Espaço. Territorialização. Desterritorialização. Reterritorialização.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand how the process of dereterritorialization of the families that occupied residences in the “Conjunto Atenas II” and later were housed in the “Escola Delfim Moreira” in Maringá. For this, I used authors such as Raffestin (1993), Haesbaert (2007), Saquet (2009) and Souza (1995), who discuss the process of territorialization-deterritorialization-reterritorialization (T-D-R). In short, I mean territorialization as the identification with a material or symbolic territory, to which there are relations of power over that territory by an individual or group of people. The deterritorialization can be understood as the abandonment of its original territory, consequently there is a reterritorialization movement that in turn, has to do with the occupation of a new space that the subjects give character and turns it into a new territory, be it material or immaterial. Thus, the T-D-R processes are simultaneous and can occur in the same place or in different places, at the same time or at different times. In this sense, through the theoretical framework used, I sought to understand how cities are built by their social agents, be they agents of the State, real estate agents or social agents excluded and how these have antagonistic interests on the territories of the city. Thus, capitalist agents seek to create a city geared toward high-income people while the lower classes are expelled to the margin. This process occurred since the urbanization of Brazilian cities that attracted a large contingent of people from the rural area and who did not have access to housing, although housing programs created to meet this demand are the “Banco Nacional de Habitação” (BNH) and “Meu Programa Minha Casa Minha Vida” (PMCMV). Thus, by not being served by these public policies, I was able to understand how these families were de-territorialized in a material and symbolic way, and in turn created a territorializing and reterritorial movement that manifested itself through objects and forms of resistance. Thus, by not being served by these public policies, I was able to understand how these families were de-territorialized in a material and symbolic way, and in turn created a territorializing and reterritorial movement that manifested itself through objects and forms of resistance. In this sense, in order to achieve my general objective, I used a qualitative research through interviews with semi-structured script applied to the families that lived in “Conjunto Atenas” and “Escola Delfim Moreira”. These interviews were analyzed through Content Analysis, which gave rise to the categories of territorialization, deterritorialization, reterritorialization and territoriality. Thus, it was possible to understand how the T-D-R processes occurred. In relation to territorialization I realized that it was manifested through identification with the territory and revealed through modifications of material and symbolic objects. In relation to deterritorialization, I could observe that it occurred through the abandonment of the material territory with the departure of the Conjunto Atenas and also by the loss of the references of these families. Regarding reterritorialization, it can be seen in the adaptations that the families created to remain in the occupied territories and also in the modifications made in it that had the characteristics of their previous territory. From this, I could perceive that a territory is the fruit of its social and historical construction and the relations of power that happen on it permeates the power of the State. I see that these families produced territorializations on the territories that they lived and they created resistances to continue to live in those spaces, through adaptations and mechanisms like a way of survival.

Keywords: Cities. Brazilian urbanization. Housing Programs. Space. Territorialization. Desterritorialization. Reterritorialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto aérea de 1948 - Maringá Velho	68
Figura 2 - Plano urbanístico de Maringá	71
Figura 3 - Anteprojeto de Maringá criado por Jorge Macedo Vieira na década de 1940....	72
Figura 4 - Planta esquemática da ocupação de acordo com a condição econômica.....	75
Figura 5 - Planta da Vila Morangueira com os conjuntos habitacionais em amarelo	81
Figura 6 - Bairros que foram cortados pelo Contorno Norte.....	90
Figura 7 - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Maringá	92
Figura 8 – Estrutura da Escola Delfim Moreira.....	95
Figura 9 – Estrada de chão da Escola Rural Delfim Moreira	96
Figura 10 – Localização da Escola Delfim Moreira	97
Figura 11– Conjunto Habitacional Atenas II.....	125
Figura 12 – Escola e sala ocupada	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Conceitos de território, territorialidade e T-D-R.....	50
Quadro 2 - Unidades Habitacionais produzidas entre 2009-2016	93
Quadro 3 - Entrevistadas e entrevistados.....	104
Quadro 4 – Categorias encontradas	107
Quadro 5 - Conceitos T-D-R ocupação Conjunto Atenas	138
Quadro 6 – Conceitos de T-D-R na ocupação da Escola Delfim Moreira	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Concessão do benefício PMCMV por renda	58
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População rural e urbana no Brasil entre 1960 e 2010.....	25
Gráfico 2 - Déficit Habitacional por situação do domicílio e Déficit Habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados, - Brasil de 2007 a 2015.....	57
Gráfico 3 - Déficit habitacional urbano por faixa de renda familiar mensal (em salários-mínimos) – Ano base 2014	58
Gráfico 4 - População de Maringá ao longo das décadas	77

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNH – Banco Nacional da Habitação

CEF – Caixa Econômica Federal

CMNP – Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná

COHABS – Companhias Estaduais de Habitação

CRAS – Centro Regional de Assistência Social

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IAPS – Institutos de Aposentadoria e Pensões

IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SNH – Secretaria Nacional de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

T-D-R – Territorialização, desterritorialização e reterritorialização

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E AS CIDADES CAPITALISTAS	23
2.2 ESPAÇO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E TERRITÓRIO	32
2.3 UM BREVE HISTÓRICO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO BRASIL	50
3 MARINGÁ, A CIDADE QUE NASCEU PLANEJADA	64
3.1 A COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E A FORMAÇÃO DE MARINGÁ... ..	65
3.2 EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ: NOVAS ESTRATÉGIAS PARA SUA VALORIZAÇÃO	68
3.3 O DESENVOLVIMENTO DE UMA CIDADE POLO	76
3.4 VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE	80
3.5 HISTÓRIA RECENTE DE MARINGÁ.....	84
3.5.1 Déficit Habitacional de Maringá e a Construção de Moradias.....	91
4 ESCOLA DELFIM MOREIRA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA.....	94
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	100
5.1 COLETA DE DADOS	102
5.2 ANÁLISE DOS DADOS	105
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	109
6.1 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	109
6.2 CONJUNTO ATENAS: A PRIMEIRA OCUPAÇÃO.....	124
6.3 A REMOÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL DELFIM MOREIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	145
7 CONCLUSÕES	173
APÊNDICE A.....	186
APÊNDICE B	188
APÊNDICE C	189
ANEXO A.....	190
ANEXO B.....	192

INTRODUÇÃO

A cidade tem sido objeto de estudo de diversas áreas como a Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais e História e mais recentemente tem sido incorporada também na Administração. Assim, essa temática vem avançando teoricamente a partir de diversas perspectivas. Especificamente no campo dos Estudos Organizacionais, nos últimos anos a literatura da área vem sobrepujando a dicotomia entre organização estar alicerçada à grande empresa capitalista apenas com finalidade econômica, sendo assim possível traçar novos caminhos para os estudos da cidade (HONORATO; SARAIVA, 2016).

Nos Estudos Organizacionais sobre a cidade teve uma outra orientação na Administração, a partir da década de 1990. Fischer et al. (1997) inserem a cidade como um objeto de estudo neste campo, uma vez que a cidade pode ser vista como uma organização, pois “cidades e organizações têm os mesmos traços distintos de complexidade, diversidade, singularidade, pluralidade e contradição” (FISCHER et al., 1997, p. 75). Em sua concepção, a cidade pode ser entendida como uma megaorganização real e virtual, concreta e simbólica (FISCHER, 1996).

Outra contribuição ainda na década de 1990 em relação às cidades no campo dos Estudos Organizacionais foi de Mac-Allister (1996). A autora entende as cidades como uma organização complexa e diferente, compostas por múltiplas organizações, sujeitos e interesses, como também, diferentes usos e processos de produção e consumo de bens e serviços (MAC-ALLISTER, 1996). Assim, os estudos da cidade pautados por Mac-Allister (1997) e Fischer (1997), veem a cidade como um objeto que pode trazer múltiplos olhares para as relações de poder que acontecem entre sujeitos e organizações.

Outros autores, como Saraiva e Carrieri (2012), retomam o estudo das cidades nos Estudos Organizacionais, mas de uma outra perspectiva, ao entenderem que a cidade são as pessoas que a compõem. Para Honorato e Saraiva (2016), esses trabalhos entendem a cidade como um território ao qual encontram-se os conflitos da sociedade moderna. Dessa forma, a mesma passa a ser vista não apenas no sentido gerencial, mas no sentido de como ela é vivida por aqueles que nela habitam (HONORATO; SARAIVA, 2016)

Nessa perspectiva, a cidade pode ser analisada como o lócus onde “diversos fenômenos sociais se apresentam. Entre eles, a formação e o desenvolvimento de

organizações que lidam com a própria complexidade e a dinâmica da cidade” (HONORATO; SARAIVA, 2016, p. 116). Entender a organização-cidade, que é onde os grupos sociais interagem e isso permite um olhar organizacional da dinâmica urbana, mostra-se um importante tema para os Estudos Organizacionais ao permitir “um olhar organizacional da dinâmica urbana, o que abre possibilidades para a observação da vida social organizada” (SARAIVA; CARRIERI, 2012, p. 548).

Nesse sentido, vejo que é importante entender a cidade não apenas como uma unidade espacial, a cidade não pode ser pensada em si, mas como um espaço aberto do ponto de vista objetivo e subjetivo, concreto e abstrato (SPOSITO, 2017). A cidade representa o trabalho materializado, mas ao mesmo tempo simboliza um espaço de produção do sistema capitalista, portanto, a cidade também é uma forma de apropriação do espaço urbano produzido (CARLOS, 2015a).

Percebo que as sociedades criaram um espaço urbano com suas características excludentes e concentradoras de capital, e desse modo, o mesmo aconteceu em relação às classes mais baixas e sua ocupação no tecido urbano. Isso ocorre porque o espaço é produzido de modo a atender prioritariamente ao capital. Com a formação das cidades capitalistas, têm-se a produção do espaço urbano desigual marcado pela desigualdade, redefinindo o lugar de cada um no espaço, diferenciando o acesso dos indivíduos à cidade (CARLOS, 2017). Essa cidade capitalista gera a segregação, conseqüentemente a expulsão dos moradores das camadas mais baixas para a periferia. Nesse sentido, o capital se movimenta por meio das decisões de seus agentes, tanto econômicos como políticos.

Sendo assim, o espaço urbano é produzido como uma mercadoria, pois o espaço da cidade está submetido à propriedade privada e o solo urbano é uma condição do desenvolvimento do capitalismo. Ao submeter a cidade à propriedade privada, como uma mercadoria, é criado valor sobre o seu território, dividindo-o e parcelando-o, ocasionando uma profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano. Morar na cidade é como possuir uma mercadoria, sendo essa disponível para poucos (CARLOS, 2012; ALVAREZ, 2015).

Assim, a cidade caracteriza-se por sua pluralidade de sujeitos, agentes e organizações, mas também é composta por múltiplos territórios e nele atuam diversos agentes sociais, ligados ou não ao capital, esses agentes possuem relações de poder sobre o espaço. Nesse sentido, entendo que seja necessário diferenciar espaço e território, pois os mesmos possuem conceitos diferentes. Na concepção de Raffestin (1993), eles não são

sinônimos, o espaço pode ser compreendido como algo “dado” e o território é o resultado da ação de um ou mais atores.

Nesse sentido, território refere-se às relações sociais, essas relações são sempre relações de poder. Desse modo, território está sempre relacionado com o poder. Haesbaert (2007a), entende que o poder também não está sobre posse do Estado, mas tem a ver tanto com o sentido mais explícito de dominação como ao poder mais implícito ou simbólico de apropriação.

As relações de poder podem ser entendidas como produtora de identidade, ao passo que controla, diferencia e separa os sujeitos. O território classifica e nomeia os indivíduos e os grupos sociais, que a partir do processo de identificação social também pode ser entendida como uma relação política (HAESBAERT, 2004).

Com a apropriação no território tem-se os processos de territorialização (T), desterritorialização (D) e reterritorialização (R), aqui denominado processo T-D-R¹. É na territorialização que os sujeitos e organizações deixam marcas por onde passam, transformando um espaço em território a partir das relações de poder, seja material ou imaterial, como salientei anteriormente. Assim, a desterritorialização é o abandono desse território e a (re)territorialização, por sua vez, tem a ver com a ocupação de um novo espaço que dá características e o transforma em um novo território (HAESBAERT, 2007a; SAQUET, 2009).

Nesse sentido, nos territórios são encontrados os processos de territorialização entendidos como o enraizamento, tanto em uma área, localização ou Estado-Nação. Ao mesmo tempo em que um indivíduo pode se territorializar, pode ocorrer o processo de desterritorialização que é o rompimento de fronteiras, uma deslocalização, um movimento que está relacionado com uma área do território (SAQUET, 2013). Assim, o processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, como a destruição de símbolos, quanto concreto e material, pela destruição de antigos laços. Nesse sentido, o processo de desterritorialização pode ocorrer concomitantemente em uma escala (regional/local), como também em relação ao tempo (longa, média ou de curta duração) (HAESBAERT, 2000).

O indivíduo também se reterritorializa, ao qual são reproduzidos traços comuns e heterogeneidades, no mesmo tempo, ao se apropriar e produzir novos territórios (SAQUET, 2009). Assim, ao apropriar-se um território, determinado grupo exerce relação

¹ Esses conceitos são desenvolvidos na seção 2.2 desta dissertação.

de poder sobre ele o territorializando, estabelecendo laços simbólicos de pertencimento a este território (MISOCZKY et al., 2011).

Nesse sentido, entendo a cidade como um local que possui múltiplos territórios onde há relações de poder sobre eles, e os territórios da cidade são desiguais, pois o espaço urbano é criado social e historicamente. Assim, o espaço urbano é reflexo da sociedade que o compõe, e por isso pode ser visto como uma produção desigual do espaço urbano que exclui os menos favorecidos. Desta feita, o capital aprofunda as desigualdades do território (SPOSITO, 2017), gerando diversos problemas, como a falta de moradia às camadas mais baixas.

Essa característica é latente no processo de urbanização brasileiro que teve desde o seu princípio um processo excludente. Como afirma Maricato (2000), o processo de urbanização no Brasil ocorreu no século XX, mas possui características da sociedade patrimonialista e clientelista do período pré-colonial. Assim, com o aumento da população vivendo nas cidades surgiram os problemas relacionados à habitação, como a falta de acesso à moradia. No país, a construção de moradia ao longo dos anos esteve atrelada ao capital como um modo de incentivo para categorias, como a construção civil e imobiliária.

Nesse sentido, ao longo da história brasileira dois programas governamentais tiveram expressividade em relação à construção de moradias para as camadas baixas: o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O BNH foi criado na década de 1960, período do golpe militar, e ocorreu devido ao aumento da população que vivia nas cidades (CALDEIRA, 2000). A política habitacional do BNH foi caracterizada por uma política autoritária, ao qual beneficiou as classes médias e para as classes baixas foram construídas residências de baixa qualidade em áreas periféricas, ao passo que alocou as pessoas de menor poder econômico em favelas e loteamentos precários (AMORE, 2015).

Em 1986 o BNH foi extinto e sua operacionalização foi substituída pela Caixa Econômica Federal (OLIVEIRA, 2017). Entre 1995 e 2003 dois programas de habitação foram lançados: o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e o Programa Social de Habitação (PSH), mas que tiveram uma construção de moradias inexpressiva (ROLNIK, 2015).

Já o PMCMV foi criado em 2009, com o objetivo de ampliar o mercado habitacional para famílias de até 10 salários mínimos. O cenário era otimista em relação ao programa, tanto economicamente, pois eram medidas que poderiam lidar com a crise

econômica, diferente das estratégias conservadoras e recessivas dos governos anteriores (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). À época do lançamento do PMCMV o déficit habitacional brasileiro estava calculado em 7,2 milhões de moradias, 90% delas encontradas nas faixas com renda inferior a três salários mínimos. No entanto, apenas 40% eram destinados às faixas mais baixas (AMORE, 2015).

Em relação a Maringá, desde a sua fundação a cidade teve sua colonização realizada por meio da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP). Ao longo de sua história caracterizou-se como uma cidade voltada para a promoção imobiliária que expulsou sua população originária do seu território. As estratégias que a cidade adotou caracterizavam-se em um espetáculo urbano pela promoção da cidade sem participação popular ativa (ANDRADE; CORDOVIL, 2008; SILVA; SILVA, 2015).

Entendo que o processo de urbanização maringaense sempre esteve envolto em um objetivo que visa a segregação das classes mais baixas, pois desde seu início foi forjada uma produção do espaço urbano com o propósito de impulsionar a especulação imobiliária. Assim, Maringá pode ser entendida como uma cidade composta por múltiplos territórios, aos quais os agentes de produção do espaço criam territórios desiguais. Isso impediu que as classes mais baixas tivessem acesso à moradia, uma vez que gerou valorização da cidade e por políticas públicas que não conseguem atender a demanda de moradia, consequentemente gerando a segregação das classes mais baixas. No entanto, os indivíduos criam rupturas nesse processo de segregação, como é o caso das famílias que foram removidas para a Escola Delfim Moreira, sujeitos dessa pesquisa.

Em 28 de outubro de 2012 dezenove famílias ocuparam o Conjunto Habitacional Moradias Atenas 2ª parte em Maringá, construído por meio de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tais famílias, em sua maioria composta por mulheres e crianças e alegavam estarem na fila da casa própria há anos. Isso se deve ao fato dessas famílias não terem acesso às políticas de moradia pelo mercado imobiliário maringaense, nem por meio de políticas habitacionais do município, como o aluguel social². Elas se encontravam em um quadro de vulnerabilidade e buscaram ocupar as residências do Conjunto Atenas como uma forma de acesso à moradia (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

² Art 22 da Lei Nº 12.435, “Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas (Sistema Único de Assistência Social) e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.

Em janeiro de 2014 elas foram retiradas desse local. A Prefeitura Municipal entrou com um pedido de reintegração de posse, essas famílias foram remanejadas para a escola desativada Delfim Moreira, localizada na zona rural, distante a 16 km do centro Maringá. Isso acabou por distanciar essas pessoas do centro urbano removendo-as para um lugar que apresentava falta de mobilidade urbana e acesso aos serviços da cidade. Além disso, esse local apresentava problemas como janelas quebradas, animais peçonhentos e ficava próximos da pulverização de veneno realizadas nas plantações ao redor de plantações. Assim, seis meses após o realojamento para a escola Delfim Moreira, seis famílias deixaram a ocupação, no entanto dez permaneceram até 2015 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

O descaso do poder público municipal prosseguiu ao longo de dois anos. Ao tratarem essas famílias como “invasoras”, a Prefeitura evitou buscar soluções por meio de políticas sociais, para que as “invasões” não se tornem um modelo a ser repetido. Os desdobramentos desse caso só foram parcialmente resolvidos em 2015, com o sorteio de residências do PMCMV, nele cinco famílias da escola Delfim Moreira foram contempladas com residências localizadas no distrito de Floriano. Mas ainda restaram outras cinco famílias que permaneceram alojadas na escola. Apenas em junho de 2017 as famílias restantes foram contempladas, via aluguel social, e mudaram-se para suas novas casas localizadas em Iguatemi e na própria cidade de Maringá (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Desse modo, percebo um processo de des(re)territorialização dessas famílias ao longo de todo o processo, desde a ocupação do Conjunto Atenas até a saída delas da Escola Delfim Moreira. Ao longo dessa dissertação apresento os processos de T-D-R, que essas famílias sofreram, material e imaterialmente. Em um primeiro momento elas passaram por um processo de desterritorialização (D) ao sair de suas moradias para o Conjunto Atenas e posteriormente mais um processo ao serem removidos para a Escola Delfim Moreira. Essas famílias criaram mecanismos de territorialização (T) por meio da produção de materiais e também reterritorialização (R) que trouxeram consigo características do território anterior. Desse modo, surge a seguinte questão de pesquisa: **Como ocorreram os processos de des(re)territorialização das famílias que ocuparam residências no Conjunto Atenas II e posteriormente foram alojadas na Escola Delfim Moreira em Maringá?**

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é compreender como ocorreram os processo de des(re)territorialização das famílias que ocuparam residências no Conjunto

Atenas II e posteriormente foram alojadas na Escola Delfim Moreira em Maringá. Já os objetivos específicos que auxiliaram atingir o objetivo geral da pesquisa são:

- Apresentar a(s) política(s) de habitação em nível municipal em Maringá, com foco nos programas sociais de habitação, desde a sua fundação aos dias atuais;
- Descrever o processo de ocupação das famílias no Conjunto Atenas II e a posterior remoção para a Escola Delfim Moreira;
- Compreender como as famílias construíram os movimentos de des(re)territorialização no Conjunto Atenas II e na posterior remoção à Escola Delfim Moreira.

No campo dos Estudos Organizacionais, pesquisas que buscam uma vertente ao qual entende que a cidade é composta por aqueles que a habitam têm sido recorrentes, pois assim trazem uma visão urbana mais complexa, colocando em pauta a vida social organizada e os grupos que são oprimidos nos diversos âmbitos sociais (VIEGAS; SARAIVA, 2015).

Outros estudos da área também podem ser citados, como o trabalho de Coimbra e Saraiva (2013) que entendem a cidade como uma organização que possui tanto aspectos estruturais formais quanto simbólicos. Nesse trabalho os autores buscam compreender a territorialidade por meio de um movimento social inserido na cidade de Belo Horizonte. O trabalho de Viegas e Saraiva (2015), traz uma visão urbana complexa, e colocou em pauta a vida social organizada e os grupos que são oprimidos nos diversos âmbitos sociais. Misoczky et al., (2011), buscaram compreender os conflitos gerados por grupos de diferente orientação sexual e econômica em um Centro Comercial de Porto Alegre e a territorialização desse espaço; Honorato e Saraiva (2016) problematizam a cidade-organização quanto um espaço planejado pelo hegemônico que trata como invisível os moradores em situação de rua e como o ato de morar na rua “é uma forma de praticar a cidade” (HONORATO; SARAIVA, 2016, p. 173).

Nesse sentido, vejo as cidades nos Estudos Organizacionais como “o palco das interações entre os diferentes” (HONORATO; SARAIVA, 2016, p. 163). Então, ao abranger a cidade como objeto de análise dos Estudos Organizacionais observo não apenas as organizações inseridas nela, mas seus aspectos simbólicos, sociais e históricos, estes que são construídos por meio da hegemonia capitalista que afetam os indivíduos e o mundo de suas vidas, mas que os sujeitos da cidade são capazes de criar resistências e rupturas contra

o que lhe é imposto. Estudar a cidade possibilita pensar nela de modo mais amplo que compreende que a realidade é complexa, entendendo-a a partir das transformações que são realizadas por diferentes agentes sociais (VIEGAS et al., 2013). Cidade é “lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

A questão territorial tem tido uma abordagem recente nos Estudos Organizacionais, embora em áreas como a Geografia seja mais recorrente. A discussão a respeito de território e espaço urbano vem ganhando espaço ao longo dos anos, como aponta a pesquisa dos autores Damasio Filho et al., (2016), neste artigo os autores realizaram um levantamento a respeito dos trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO) no ano de 2013 a 2015, os autores chegaram a conclusão que o tema território está em ascensão, mostrou-se ainda incipiente no de 2013, mas com um significativo aumento em relação aos outros anos.

Compreender o território e as relações que nele estão imbricadas pode contribuir para os Estudos Organizacionais, no momento que se abandona o sinônimo entre organização e empresa privada. Busco, por meio deste trabalho, refletir a respeito de como o território pode abarcar diversas organizações e como a mesma implica na vida dos indivíduos, pois num território posso observar a ação de diversos agentes, e como as relações de poder implicam diretamente na vida dos indivíduos que possuem menor poder econômico e político.

Justifico esse trabalho ao pensar a cidade como lócus de contradição e resistência, ao passo que nela existem diversos agentes com interesses distintos que possuem relações de poder sobre o território da cidade. Mas criam-se insurgências sobre esses territórios, onde agentes, por vezes “invisíveis” criam rupturas como um modo de também “viver” a cidade.

No campo empírico entendo que esse trabalho pode contribuir na reflexão da construção de uma cidade que leve em consideração a pluralidade, a diversidade e as desigualdades que nela existe. Além disso, destaco que o espaço da cidade não é um campo neutro, mas reflexo de sua história e sociedade que a compõe. Assim como entender que as políticas públicas podem ser geridas para contribuir com as classes menos favorecidas e como sua existência ou sua falta refletem na vida das pessoas. Busco também entender como a produção desigual do espaço urbano podem ocasionar processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

O presente trabalho é composto por sete seções ou capítulos, além desta introdução. A segunda seção é composta pelo referencial teórico, cujo capítulo abarca temas como a formação da urbanização brasileira e o conceito de cidades, além de aspectos teóricos de espaço, produção do espaço urbano e território. O terceiro capítulo tem como objetivo discutir a formação da cidade de Maringá e as características da produção do seu espaço urbano, além da história recente da cidade. Na próxima seção apresento o objeto de estudo deste trabalho e seus desdobramentos. No quinto capítulo, apresento os procedimentos metodológicos da pesquisa. No sexto capítulo apresento as análises de dados, como ocorreu os processos de T-D-R, tanto Conjunto Atenas quanto na Escola Delfim Moreira. Por fim, apresento as conclusões desse trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo discuto a formação das cidades brasileiras e como ocorreu o impulsionamento do processo de urbanização pela industrialização. Um dos fatores foi o êxodo rural que levou um grande contingente de pessoas oriundas do campo a migrarem para as grandes cidades brasileiras, cada vez mais industrializadas. Um dos problemas é a oferta escassa de moradia se restringe ao comércio para as classes mais altas, levando ao surgimento de favelas, habitações precárias ou estruturadas por meio da autoconstrução.

Nesse sentido, discuto conceitos da cidade capitalista entendida enquanto um negócio para diversos agentes sociais e como o espaço urbano é visto como uma mercadoria, produzido para atender a hegemonia capitalista. Também, busco entender como as cidades são compostas por múltiplos territórios, com relações de poder entre diversos agentes sociais. Ao entendê-la como um território, são apresentados os conceitos de território, territorialização e o processo T-D-R.

2.1 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E AS CIDADES CAPITALISTAS

Acredito ser importante trazer uma contextualização histórica em relação à urbanização brasileira que ocorreu por meio da industrialização do país. Assim, a área rural deixou de ser o lugar principal para moradia dos brasileiros e as áreas urbanas começaram a receber um grande contingente de pessoas. Junto com essa nova população vivendo nos centros urbanos, surgiram diversos problemas, como a falta de acesso aos recursos, a pobreza e o principal que norteia este trabalho: a falta de moradia ou a moradia precária.

Nesse sentido, a urbanização brasileira ocorreu decisivamente apenas no século XX, época em que a população brasileira era representada por 14 milhões de habitantes (MARICATO, 1997). Para Santos (1993), o Brasil foi durante muitos séculos um grande arquipélago formado por subespaços que tinham sua própria lógica, ditadas em sua maioria pela relação com o mundo exterior. No período do Brasil Colônia, as atividades produtivas centrais estavam localizadas no campo, no entanto as ligações com o comércio internacional eram feitas através das cidades que exerciam o papel de sedes do capital mercantil e possuíam características de grandes centros (MARICATO, 1997).

Isso muda a partir da segunda metade do século XIX, quando impulsionado pela produção de café, o Estado de São Paulo tornou-se um polo de vasta área, que contemplava ainda os estados de Rio de Janeiro e Minas Gerais. A produção acarretou no surgimento de estradas de ferro, melhorias nos portos e a criação de meios de comunicação. Também se instalaram sob influência do comércio internacional, formas capitalistas de produção de trabalho, intercâmbio e consumo (SANTOS, 1993). Assim, a partir do século XX a urbanização do Brasil começou a se consolidar, por conta da necessidade do trabalhador livre, da Proclamação da República e de uma indústria que se desenvolveu ligada à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno (MARICATO, 2001).

A urbanização brasileira diferenciou-se de outros países, tanto por suas especificidades quanto por sua formação histórica, social e política. No Brasil, durante o processo de formação das cidades o que mais se destacou foi a desigualdade como resultado da propriedade privada da terra e da construção de uma sociabilidade constituída na base de relações autoritárias. Isso reproduziu uma sociedade que naturaliza a exploração, a expropriação, as hierarquizações e a pobreza, que se expressa na paisagem atual das cidades (RIBEIRO, 2015).

No Brasil o projeto urbano tinha como cenário a precariedade acarretada por um crescimento industrial acelerado, pautado na produção de bens e consumos duráveis pelas grandes firmas internacionais e na construção de um vasto exército industrial de reserva. Dessa forma, as cidades brasileiras possuem características que são consequências da reprodução do padrão periférico de desenvolvimento capitalista, concentrador e excluyente (RIBEIRO, 2015).

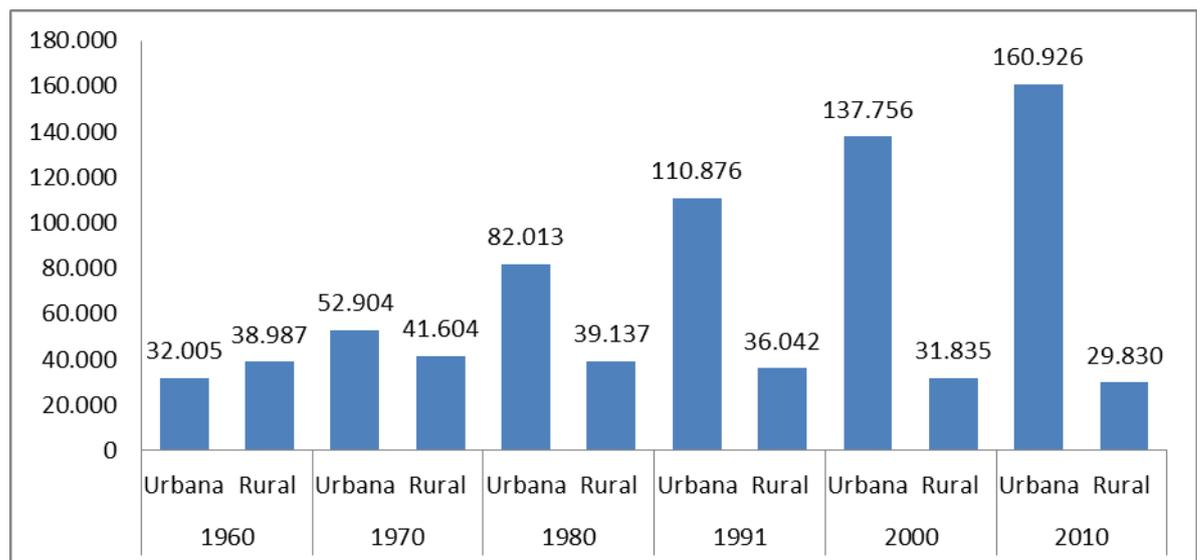
Esse processo de industrialização seguiu até a década de 1930, quando surgiram novas condições políticas que permitiram uma nova impulsão, originada tanto do poder público quanto do mercado interno, a partir da nova lógica econômica e territorial (SANTOS, 1993). Além disso a divisão do trabalho foi um fator determinante ao longo da urbanização do Brasil para as crescentes diferenças entre os espaços industrializados no eixo Rio-São Paulo em relação ao resto do território brasileiro. Assim, nas cidades encontram-se a divisão social e territorial do trabalho, como também uma progressiva ampliação da escala em que essa divisão se estabelece na ocupação dos espaços urbanos (SANTOS, 1993; SPOSITO, 2017).

Na década de 1930, o Estado começou a investir em infraestrutura e desenvolvimento industrial no Brasil. A burguesia passou a assumir a hegemonia política

da sociedade e não houve uma ruptura contra os interesses das classes favorecidas. A urbanização brasileira se caracterizou por um processo com raízes da sociedade colonial. Nesse processo foram essenciais: o trabalho escravo, para a construção e manutenção dos edifícios; a pouca importância à força do trabalho livre, que se estabeleceu com a emergência do trabalhador e o poder político relacionado ao patrimônio pessoal (MARICATO, 2001).

A partir da metade do século XX o Brasil apresentou um intenso processo de urbanização. A população urbana passou de 26,3% em 1940 para 81,2% em 2000. Ou seja, em números absolutos o número de habitantes nas cidades foi de 18,8 milhões para 138 milhões, no início do século XXI (MARICATO, 2001). Como aponta o Censo de 2010, a população urbana no Brasil era composta por cerca de 161 milhões de habitantes. O Gráfico 1 a seguir, ilustra os dados da população brasileira entre as décadas de 1960-2010.

Gráfico 1 - População rural e urbana no Brasil entre 1960 e 2010.



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do IBGE, 2010.

Entre os anos de 1940-1950 a lógica da industrialização prevaleceu, de acordo com Santos (1993), ela não deve ser considerada apenas como a criação de atividades industriais, mas em um significado mais amplo, que incluiu a formação de um mercado nacional, a expansão do consumo que impulsionou a vida das relações e o ativo processo de urbanização. Assim, através da urbanização aconteceu o crescimento demográfico, nas cidades médias e maiores, incluídas também as capitais de estados.

Assim, ao longo do processo de urbanização, a cidade tornou-se não só um local de oportunidades para àqueles que viviam no meio rural em busca de uma nova chance,

como um fetiche da vida urbana que atraiu as pessoas para o consumo, para um estilo de vida das grandes cidades. Desse modo, busco definir o que é cidade e como ela está relacionada à produção do espaço urbano e território, temas estes que apresento ao longo deste capítulo.

As cidades podem ser comparadas a um ímã, porque ela atrai as pessoas como um local permanente de trabalho e moradia. Assim, a cidade se implanta quando a produção gera um excedente, ou seja, produz além das necessidades de consumo imediato (ROLNIK, 1995).

As cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Assim, a urbanização sempre esteve relacionada com fenômeno de classe, de modo que o excedente é extraído de algum lugar ou de alguém, e são poucos aqueles que o detêm. Porque, há sempre uma relação entre o desenvolvimento do capitalismo e das cidades, pois ambos dependem da mobilização do excedente (HARVEY, 2012). Para Carlos (2007), a cidade é uma construção humana, produto histórico-social, ela é o trabalho materializado acumulado ao longo das gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Desse modo, a cidade expressa a relação da vida humana, expressa um movimento cumulativo ao longo da história, ela concentra ações passadas que ao mesmo tempo apontam para o futuro. Então, a cidade tem como sentido e finalidade a produção humana e a realização da mesma (CARLOS, 2007).

É importante entender a cidade não apenas como uma unidade espacial, a cidade não pode ser pensada em si, mas como um espaço aberto, do ponto de vista objetivo e subjetivo, concreto e abstrato (SPOSITO, 2017). Isso porque “o processo de criação da cidade, a qual é, ao mesmo tempo, produto e condição de processos sociais de transformação vigentes na fase mais recente do desenvolvimento capitalista” (HARVEY, 1996, p. 48).

A cidade é a forma de representação da formação econômica e social capitalista, pois nela separa-se o homem da natureza, as desigualdades sociais mostram-se latentes. Representa o produto do processo de trabalho, sua divisão técnica, mas também sua divisão social (CARLOS, 2015b). “É a materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória” (TOWS, 2015, p. 26).

Nos Estudos Organizacionais a cidade não deve ser tratada no seu sentido homogêneo, mas ter um olhar organizacional que abarque as múltiplas vivências na cidade,

pois nela encontra-se diversos perfis alternativos com a possibilidade para a análise organizacional (HONORATO; SARIWA, 2012). Xavier e Carrieri (2016) também veem a cidade como um objeto de estudo que pode atrair diversos olhares, que devem considerar

os variados recortes, os elementos centrais dentro da complexidade, bem como os posicionamentos, as escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas. Ou, ainda, as leituras potenciais para se lançar à compreensão de determinadas relações sociais baseando-se em algo que não é aparente (XAVIER; CARRIERI, 2016, p. 949).

Ipiranga (2010) vê a cidade como um espaço onde acontece a sociabilidade e experiências, tudo isso forma uma base material e sobre ela é possível, pensar e avaliar as possíveis nuances, sensações e práticas compartilhadas na cidade. A cidade nos Estudos Organizacionais pode ser vista como um espaço produzido, vivido, usado a apropriado pelos sujeitos em sua forma de ser (SILVA; SARAIVA, 2016).

Saraiva e Carrieri (2012) entendem que a cidade perpassa o sentido de apenas um aglomerado de pessoas sobre um determinado espaço dividido sobre linhas geográficas. Ela é coletiva, com diferentes componentes individuais e culturais, esses componentes constroem uma identidade local, a cidade seria a gestão dessa complexidade. Além disso, os autores utilizam do termo organização-cidade, que é onde os grupos sociais interagem que permite um olhar organizacional da dinâmica urbana, o que abre possibilidades para a observação da vida social organizada.

A cidade é separada e vendida como uma mercadoria, ao qual apenas às classes dominantes conseguem “possuir”. Nesse sentido, entende-se que a cidade no capitalismo é cada vez mais produzida como uma mercadoria, as classes dominantes acabam por dividi-la e estabelecem um valor de uso e de troca, por meio da circulação do capital. A cidade torna-se um bem e sob ela se estabelece a lógica da valorização, como negócio e segregação (ALVAREZ, 2015).

A lógica da cidade tratada como uma mercadoria ficou evidente na década de 1970. Nessa época, diversos países capitalistas encontravam-se em uma crise financeira que ocasionou a desindustrialização, desemprego e contenção fiscal. A alternativa para a crise foi uma onda neoconservadora por meio da racionalidade e privatização (HARVEY, 1996).

Nesse sentido, em 1983 foi realizado um seminário em Orleans reunindo acadêmicos, empresários e formuladores de políticas de oito grandes cidades de sete países capitalistas avançados. O objetivo desse seminário era analisar as ações que deveriam ser

adotadas pelos governos diante da crise fiscal e econômica de grandes cidades no mundo capitalista avançado. Nesse seminário houve um consenso: os governos urbanos deveriam ser mais inovadores e empreendedores, a fim de explorar todos os tipos de possibilidades com o intuito de minimizar a situação da crise e assegurar um futuro melhor para suas populações (HARVEY, 2001).

Desde então, as cidades passam a ser entendidas como um negócio pelos seus agentes reprodutores do capital. A cidade é vista como uma empresa privada, ao qual se tem sobre ela um modelo ideal semelhante aos preceitos de uma fábrica taylorista, na cidade empresa é necessária a divisão do trabalho, a racionalidade, a funcionalidade e produtos padronizados (VAINER, 2000).

A cidade é considerada uma empresa porque princípios de organização e de produção são inseridos no seu plano urbano. Além disso, a cidade é vista como uma unidade de gestão e negócios, um agente econômico que atua no mercado e que segue uma regra e um modelo do planejamento e execução de suas ações. As decisões são tomadas a partir das exigências do mercado e as necessidades das pessoas que vivem na cidade são deixadas de lado. Pensar de uma maneira contrária a essa transforma-se em uma utopia, pois na cidade capitalista o pragmatismo predomina, a produção é a sua única lei (VAINER, 2000). A cidade empresa é transformada em um sujeito, porque “a cidade compete, a cidade deseja, a cidade necessita” (VAINER, 2000, p. 91).

Assim o empresariamento das cidades é visto com aspectos positivos pelo mundo capitalista, ao passo que a produção da cidade ganha uma nova perspectiva a partir do momento em que os empreendedores imobiliários, dos bancos e do Estado, criam suas estratégias de acumulação na produção da mercadoria-espaco (HARVEY, 1996; CARLOS, 2017).

O que observo ao longo do processo do empresariamento das cidades é que tanto o poder público – formado por prefeitos, governadores e legisladores – como o privado – empresários e executivos – têm interesses capitalistas pela cidade empresa. Assim, estes começaram a agir de maneira semelhante em relação ao empresariamento urbano. Que fez surgir um consenso que “os benefícios positivos pelas cidades adotem uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 2001, p. 197). De acordo com Vainer (2000) “o mercado externo e, muito particularmente o mercado construído de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria” (VAINER, 2000, p. 80).

O processo de transformação da cidade para uma empresa envolve mudanças como extração de renda sobre a produção e principalmente um modelo político que busca capturar fundos públicos transformando-o em investimentos privados, visto comumente em megaeventos esportivos. Nesse sentido, a cidade empresa deixa de lado as necessidades dos seus habitantes, dão lugar a um modelo de negócios imposto sobre o território com a promessa de um empreendimento de sucesso que poderá garantir renda para os investidores (MARICATO, 2015). No entanto, ao longo desse trabalho entendo a cidade não apenas como fruto do sistema capitalista vigente, que separa a cidade e divide ela dos mais pobres em relação aos mais ricos, cujo poder do capital dominante impede os menos favorecidos de usufruí-la de maneira material. Mas essa mesma cidade cria formas de resistências contra o poder hegemônico e, embora grandes agentes tentem impedir, pequenas ações são feitas para transformar essa cidade: seja por meio de intervenções artísticas em um território, que dá vazão aos sentimentos dos habitantes da cidade, ou por meio de uma de uma ocupação que tenta criar insurgências contra o poder o Estado. Essas pequenas resistências dão a possibilidade desses indivíduos usufruírem da cidade de uma maneira simbólica, que perpassa o seu sentido material.

Desse modo, a cidade passa a ser vista como uma mercadoria a ser vendida e compete com outras cidades que também estão à venda. Isso é determinante no processo de planejamento das cidades. Além disso, é perceptível o comportamento de muitos prefeitos, que na tentativa de “vender” a cidade, parecem mais vendedores a dirigentes políticos (VAINER, 2000). Diante desse cenário, de competição entre as cidades, as propostas e o planejamento estratégico são semelhantes um com os outros, indiferente de qual cidade trata-se, ou seja: “todos devem vender a mesma coisa, aos mesmos compradores virtuais que tem, invariavelmente, as mesmas necessidades” (VAINER, 2000, p. 80).

A consequência da cidade-empresa é que ela exclui do seu planejamento aqueles que são menos favorecidos pelo capital, porque estes não trazem o lucro para a ela. Em todos os níveis, tanto no concreto (como infraestrutura, subsídios, favores fiscais) quanto do ponto de vista da imagem, a cidade mercadoria possui um público consumidor muito específico e qualificado. A cidade é transformada em coisa para ser vendida e comprada, ela é um objeto de luxo destinado a um grupo de elite de potenciais compradores, compostos por: capital internacional, visitantes e usuários solváveis (VAINER, 2000).

A cidade é tratada pelos seus gestores como um agente ativo, quando na verdade é apenas um objeto utilizado pelo capital. Assim, para Harvey (1996, p.51)

a reificação (a coisificação) da cidade, quando combinada com uma linguagem que vê o processo urbano mais como um aspecto ativo do que passivo do desenvolvimento político-econômico, coloca sérios problemas. Dá a impressão que a “cidade” pode ser um agente ativo quando não passa de mera “coisa”.

Ao tratar a cidade como um agente ativo o poder público e a iniciativa privada ganham novos significados, isso transforma a cidade em um ator econômico. Assim instauram-se uma nova lógica, empresarial e mercantil, na tentativa de legitimar a apropriação de instrumentos do poder público por grupos privados (VAINER, 2000).

Para um efetivo empresariamento urbano é imprescindível a parceria entre o público e o privado. Nessa lógica o Estado busca atrair fontes externas de financiamentos, investimentos ou uma fonte para gerar emprego. Então, essa parceria empresarial acaba sujeitando-a a todos os perigos que ela ocasionar, ao contrário de empreendimentos que são racionalmente planejados (HARVEY, 1996).

Outra característica do empresariamento é o foco demasiado na economia local, para além do território. Criam-se projetos para realizar melhorias nas condições de vida ou de trabalho em uma determinada jurisdição. Nesse ínterim, o empreendimento é pontual ao criar um novo centro cívico ou uma nova zona industrial. No entanto, embora tais empreendimentos possam ser vistos como uma forma de gerar benefícios para a população, essa é uma das principais questões que surge na discussão política para dar apoio a esses projetos. Empreendimentos desse tipo tornam-se o foco da atenção pública e política, desviando a atenção e até mesmo recursos de outros problemas mais importantes e que envolvem a região ou o território como um todo (HARVEY, 1996).

O mundo transforma-se em uma mercadoria, ao qual reflete na vida cotidiana. Desse modo, a vida das pessoas é orientada sob a lógica capitalista da cidade. A organização do espaço urbano redefine o lugar de cada um no espaço e diferencia o acesso dos indivíduos. Fica claro que aquele que possui maior poder aquisitivo tem maior acesso à cidade. O uso do lugar tem como orientação organizar e o reorientar cada um no seu lugar. Transforma o espaço-mercadoria para a sociedade em um lugar de troca, não mais no valor de uso. Valor de troca que é materializado nas revitalizações urbanas ou pelas exigências do turismo, enquanto o valor de uso como meio e condição da vida social é substituído pelas necessidades de acumulação como imposição para a reprodução social (CARLOS, 2017).

Estas características do mundo contemporâneo, dominado pelo econômico e a acumulação depende do espaço urbano para ocorrer. Mesmo os momentos de crise do capital não são capazes de freá-lo, pois ele se transveste de novas produções para o processo de acumulação. A produção do espaço urbano torna-se condição necessária para o processo de acumulação do capital, efetivando-se com a hegemonia do capital financeiro. Desse modo, a cidade é vista pelos agentes do capital como negócio, pois por meio dela é possível a reprodução do capital. Sendo possível ver suas ações através da materialização de um novo empreendimento imobiliário, ou como produção social realizando-se através do processo de acumulação que se efetiva sobre a produção do espaço urbano (CARLOS, 2015a).

A cidade negócio transforma-se em um território acessível apenas para os detentores do capital, isso acarreta a segregação de pessoas com menor poder aquisitivo. Processo este percebido desde a formação das cidades brasileiras. Resta às classes mais baixas o acesso à moradia por meio das ocupações. Como afirma Maricato (2000) as ocupações das terras brasileiras são partes intrínsecas do seu processo de urbanização, não sendo essencialmente fruto da esquerda e de movimentos sociais, ela é gigantesca, estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela falta de políticas sociais voltadas à moradia. Isso forma a “não cidade”, a “cidade ilegal” a cidade dos excluídos ou dos favelados.

Para Bonduki (2000), a cidade ilegal ocorre “de um intrincado conjunto de distorções sociais, econômicas e políticas” (BONDUKI, 2000, p. 11). A cidade ilegal passa a ser uma alternativa encontrada pela população para suprir uma necessidade básica: a moradia. Muitas vezes essas soluções clandestinas contam com a tolerância do poder público (BONDUKI, 2000). Maricato (2003) corrobora com este argumento ao destacar que é notável a tolerância do poder público em relação à produção ilegal do espaço urbano, especialmente quanto às pessoas que migraram para as cidades, instalaram-se ilegalmente pela falta de acesso ao mercado imobiliário privado e não foram atendidas pelas políticas públicas de habitação. A autora ainda afirma, que a maior condescendência para a produção do espaço urbano ilegal vem dos governos municipais que possuem a maior responsabilidade constitucional de controlar a ocupação do solo.

O planejamento da política habitacional e de gestão do solo urbano tem contribuído para construir este modelo de exclusão territorial, pois os terrenos legais estão reservados para quem tem dinheiro e propriedade da terra. Além disso, as políticas habitacionais de

interesse social têm reforçado a exclusão dos mais pobres, ao alocá-los para conjuntos precários em periferias distantes (MARICATO, 2003).

Resta então, para a maioria, os mercados informais e irregulares como: áreas de preservação, zonas rurais, parcelamentos irregulares. As “favelas” e “periferias” invisíveis para o planejamento e a legislação que estão há décadas sendo utilizadas como objeto de micro investimentos em infraestrutura e como moeda de troca de favores pela lealdade política (MARICATO, 2000).

Nesse sentido, a maneira como as cidades são pensadas e construídas por seus diversos agentes sociais afetam o cotidiano das pessoas e sua forma não apenas de morar na cidade, mas vivê-la de uma maneira mais ampla. Assim, as cidades capitalistas estão atreladas ao capital que cria um espaço urbano desigual, um reflexo das grandes cidades que possuem como característica o distanciamento dos mais pobres às áreas mais distantes do centro urbano, muitas vezes em favelas e barracos. No entanto, a cidade é vista neste trabalho sob a ótica de um espaço que possui múltiplos territórios, com interesses antagônicos, mas que existem contradições e resistências de diversos agentes sobre esses territórios.

A cidade representa o trabalho materializado, mas, ao mesmo tempo, simboliza um espaço de produção do sistema capitalista, portanto, a cidade também é uma forma de apropriação do espaço urbano produzido (CARLOS, 2015b). Desse modo, o espaço urbano é o resultado da produção do espaço construída pela sociedade ao longo da história, é produto da sociedade que o compõe, que dá características a esse espaço, que pode ser fragmentado e excludente. Ele cria novos territórios, resultado das relações de poder que um grupo ou grupos podem ter sobre ele que forma o movimento territorializador, desterritorializador e reterritorializador.

2.2 ESPAÇO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E TERRITÓRIO

De acordo com Souza (2000), uma sociedade só se torna concreta a partir do espaço que ela produz, e esse espaço só pode ser entendido por meio da sociedade. Assim, na produção do mesmo há diversas dimensões políticas que levam a diferentes formas de controle do espaço. Dividindo-se em unidades territoriais, controladas por uma comunidade, uma Cidade-Estado, uma organização religiosa, o Estado moderno, poderosas empresas ou até mesmos grupos que se identificam com as especificidades de uma determinada parte do espaço (SOUZA, 2000).

Lefebvre (2008), cita a importância de compreender o espaço, pois para o autor

é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma tonalidade de uma lógica, de um sistema, precisamente quando não se pode deduzi-lo desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade. É preciso, ao contrário, mostrar sua função nessa perspectiva (prática e estratégica). (LEFEBVRE, 2008, p. 39)

Nesse sentido, o espaço não é visto como um dado a priori, prerrogativa do pensamento Kantiano ou do pensamento positivista. Mas o espaço está relacionado ao desenvolvimento de uma atividade social, o espaço social deve ser distinguido do espaço geométrico, pois toda a sociedade produz “seu espaço”, ou seja, toda a sociedade produz “um” espaço (LEFEBVRE, 2008).

A produção do espaço não deve ser considerada como uma coisa ou um objeto insignificante, mas como o resultado do efeito das ações das sociedades sobre ele. O mesmo é tratado como produção do espaço ao ser visto como uma mercadoria, uma produção, que é loteada, trocada e vendida, como um objeto ou coisa (LEFEBVRE, 2008).

No entanto, o espaço não deve ser visto apenas como um produto passivo, que pode ser consumido ou trocado, o espaço intervém na própria produção, como: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias. Então, o espaço é ao mesmo tempo produtivo e produtor, em um movimento dialético, sendo suporte das relações econômicas e sociais (LEFEBVRE, 2008).

Na sociedade capitalista, o espaço pretende ser racional, embora na prática ele seja comercializado, dividido, vendido em parcelas. Assim, o espaço é ao mesmo tempo global e pulverizado. Por isso, a sociedade burguesa possui um duplo poder sobre o espaço, primeiramente pela sua propriedade privada do solo, que é dominante por todo espaço, com exceção dos direitos coletivos e do Estado. Em segundo lugar, pelo domínio sobre o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Isso gera conflito entre esses dois aspectos, entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço que é vivido, dividido e vendido (LEFEBVRE, 2008). “No plano institucional essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

Nesse sentido, o espaço é o resultado de cada organização que o compõe, e o coordenam segundo suas exigências. Assim, o espaço não possui uma “condição” a priori dada pelas organizações e o Estado que o compõe, o espaço manifesta suas diferenças e sua realidade, de formal e material. Nesse sentido, o espaço é

produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção, redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas (LEFEBVRE, 2008, p. 128).

É necessário entender o espaço e como o mesmo se configura para a produção e reprodução do espaço urbano. Na concepção de Carlos (2017), a sociedade para produzir-se realiza-se num espaço determinado como uma condição de sua existência, mas ao se apoderar de um espaço para a produção da sociedade ela também produz um espaço que lhe é próprio. Assim, esse espaço possui uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo.

Observo que em nossa sociedade há a produção de um espaço da modernidade, que possui como características: homogeneidade, fragmentação e hierarquização. Homogêneo porque possui fabricação de elementos e materiais, formas de gestão, de controle de vigilância e de comunicação. Paradoxalmente, essa homogeneidade se fragmenta em lotes e parcelas, isso produz grupos isolados distante dos centros. Já na hierarquização são nítidos os espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginalizados. Isso oculta suas contradições, sob a lógica da homogeneização, as relações reais e os conflitos (LEFEBVRE, 2008).

O espaço pode ser entendido como o encontro de tudo que é produzido nele, seja pela sociedade, por meio de conflitos ou cooperação. Seres vivos, coisas, objetos, obras e símbolos também fazem parte do espaço. Ele separa, junta, coloca uns do lado do outro, os lugares ou aqueles que os ocupa. É possível observar esse movimento no espaço da aldeia, da moradia, no espaço urbano. Então, percebo que o espaço urbano é a exemplificação de tudo isso, pois ele reúne milhares de pessoas, produtos nos mercados, atos e símbolos (LEFEBVRE, 2008).

Assim, o ato de produzir o espaço urbano da cidade, mostra-se uma estratégia dos agentes sociais em dividir e estabelecer o lugar de cada um na cidade, valorizando-a para que ela seja vendida como uma mercadoria e estabelece, sobre ela, um valor de troca. Então, para Villaça (2011, p. 37) “o espaço urbano – é socialmente produzido, ou seja, não é dado pela natureza, mas é produto produzido pelo trabalho humano”. Ainda de acordo com o autor, o espaço urbano é comandado pela classe dominante, pois ela é responsável

não só pela produção material, como seu valor e seu preço, mas também as ações do Estado sobre esse espaço (legislação, localização, sistema de transporte).

No entanto, não se deve pensar que as pessoas ou os movimentos sociais apenas reagem ao poder do capital ou do Estado, mas são capazes de agir proativamente na criação de alternativas e estratégias ligadas a reorganização do espaço da cidade e conseguem criar e implementar projetos alternativos, apesar do Estado e contra o Estado (SOUZA, 2017). Por sua vez,

o espaço urbano (re)construído, (re)significado por meio de processos de (re)ordenamento territorial que se fundamenta em um conjunto de ações, relações e, por extensão, discursos com possibilidade de (re)produzir no espaço e, portanto, nas condições de existência dos sujeitos. (SILVA; SARAIVA, 2016, p. 3)

Vasconcelos (2017, p. 91), lista uma série de agentes sociais responsáveis pela produção do espaço urbano. O autor cita diferentes estratégias e práticas espaciais com interesses convergentes ou contraditórios, são esses:

- a. Agentes vistos como indivíduos, como famílias ou ainda como grupos ou movimentos sociais;
- b. Agentes vistos como empresas, associações ou outras instituições coletivas (com contratos, normas, etc.);
- c. Agentes privados ou públicos (limites do privado; papel normativo e outros do público);
- d. Agentes legais ou ilegais (ou “formais” ou “informais” (Direito, regulamentação);
- e. Agentes hegemônicos ou dominantes, ou dominados (poder, economia, cultura etc.);
- f. Agente visíveis ou invisíveis (ex. decisões tomadas por agentes do mercado financeiro);
- g. Agentes móveis ou imóveis (ex. mobilidade dos empresários, dos residentes);
- h. Agentes examinados segundo suas ações locais, regionais, nacionais ou globais (escala);
- i. Agentes centrais ou periféricos (em diferentes escalas);
- j. Agentes internos e externos à cidade (decisões locais ou decisões externas);
- k. Agentes revolucionários ou reformistas (na sociedade com reflexos nas cidades);
- l. Agentes transformadores ou “conservadores” das cidades (ex. agentes imobiliários, defensores do patrimônio);
- m. Agentes ativos ou passivos (cidadania, participação política, movimentos sociais);
- n. Agentes estáveis ou efêmeros (ex. Igreja, organizadores de eventos);
- o. Agentes difusores ou receptores (da técnica, da cultura, etc);

- p. Agentes articulados ou desarticulados (noção de redes);
- q. Agentes unifuncionais ou plurifuncionais (vários papéis ou funções exercidos ou um agente);
- r. Agentes sociais, culturais, econômicos, políticos etc, (plurifuncionais);
- s. Agentes religiosos ou seculares;
- t. Agentes atuais ou pretéritos.

O espaço urbano pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas, ele é como um conjunto de diferentes usos da terra, tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais, de lazer, entre outras. Desse modo, esse complexo conjunto de uso espacial da cidade capitalista define-se como espaço urbano, um espaço complexo e fragmentado (CORRÊA, 1989).

O espaço urbano é produzido como uma mercadoria, pois o espaço da cidade está submetido à propriedade privada e o solo urbano é uma condição do desenvolvimento do capitalismo. Assim, a propriedade privada divide e parcela a cidade, que gera uma profunda desigualdade no processo de produção do espaço urbano, e o ato de morar neste espaço torna-se a existência real da propriedade privada do solo urbano (CARLOS, 2012).

O capitalismo produz um espaço urbano tornando-se fonte da privação da vida pelo desenvolvimento sem limites do mundo em uma mercadoria para a acumulação. Isso acarreta em desigualdade, porque uma classe possui o espaço urbano e estabelece as condições de se viver nesse espaço por meio de alianças entre os planos políticos e econômicos, contra o social (CARLOS, 2015a).

Essa produção do espaço urbano que está atrelada ao capital gera segregação, porque a cidade pode ser entendida como o lugar de suporte das relações sociais de produção. Para a circulação do capital é necessário que a cidade possua os lugares propícios para produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias, materiais ou imateriais. O que acarreta em lugares que sejam necessários infraestrutura e desenvolvimento de cada atividade, para se obter o lucro (CARLOS, 2015a).

Portanto, a produção do espaço não é algo “dado” a priori, mas uma consequência da ação de agentes sociais concretos e históricos que possuem interesses e estratégias, o que gera conflitos e contradições entre eles mesmos e outros segmentos da sociedade (CORREA, 2017). Nesse mesmo sentido, segundo Sposito (2017) o capital se movimenta por meio das decisões de seus agentes, tanto econômicos como políticos. O capital então aprofunda as desigualdades do território (SPOSITO, 2017).

Por mais que exista a resistência por outros agentes, o Estado possui grande influência sobre o espaço, pois as ações do Estado capitalista funcionam em favor das classes hegemônicas. Assim, o Estado tem um papel importante na regulação da competição e exploração do trabalho, além de ser responsável pelo provimento de “bens” públicos e infraestrutura sociais e físicas, estes utilizados como uma forma para a produção e troca capitalista. Nesse sentido, percebo que o Estado é um agente que tem poder sobre o espaço porque ele está atrelado aos agentes capitalistas do espaço, satisfazendo suas necessidades e exigências (HARVEY, 2001).

Essas ações do Estado e dos agentes capitalistas afetam a vida cotidiana das pessoas, como o fluxo de veículos, os seus deslocamentos diários para o trabalho, aos deslocamentos esporádicos, como compras no centro da cidade, as visitas aos parentes e amigos, enfim, ao cotidiano das pessoas. O espaço urbano é articulado, mas de modo menos visível, e no sistema capitalista essa articulação manifesta-se por meio das relações espaciais que envolvem a circulação de decisões e investimento de capital, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática de poder e ideologia (CORRÊA, 1989).

Assim como cita Ribeiro (2015), o espaço urbano está sob a égide do capitalismo e é marcado pela desigualdade em que mais de 80% da população brasileira se encontra. Essas pessoas estão subordinadas à lógica da propriedade privada da riqueza, que os impede de apropriá-los do espaço.

No entanto, o espaço urbano não se configura apenas pelas relações de mercado, mas também pelas relações sociais de seus moradores com seu espaço de vivência. Se há uma vida imposta pelas relações capitalistas de produção e acumulação há também uma espécie de “contraordem”, pois os moradores da cidade deixam suas marcas sobre o território, saberes e fazeres que constituem coletivamente um dinâmico processo histórico de relação com o lugar. Assim, em muitos espaços onde a ação do Estado é pouco significativa os moradores criam sua própria ordem, seu próprio caminho de produção do espaço urbano, criando territorialidades que se expressam na vida cotidiana (FREITAS; FERREIRA, 2011).

Essa “contraordem” acontece principalmente nas áreas segregadas da cidade e cria uma forma de viver diferente da área central da cidade. As pessoas que moram nessas áreas afastadas, devido a pouca ação do Estado, criam estratégias de sobrevivência que marcam as relações socioespaciais por meio da cultura, das associações e grupos, das relações interpessoais. Nesse sentido, os sujeitos sociais por menores que sejam são agentes de

produção de espaços que criam relações, elos de vizinhança, sentido de pertença com o território (FREITAS; FERREIRA, 2011).

Então, acredito que ao pensar a cidade como múltiplos territórios é sustentada pelas relações de poder que nele se manifestam e que são diversos agentes sociais que dominam um território e estabelecem poder sobre ele. Esses agentes produzem um espaço urbano segregado às classes mais baixas que estão fadadas a ocuparem os locais mais distantes dos centros urbanos, características das cidades capitalistas. Resta a esses indivíduos a resistência pela ocupação de um novo território, isso manifesta uma relação de poder sobre este. Pois de acordo com Haesbaert (2007b), poder sem resistência não existe, por menor que seja. O que acaba por gerar conflito entre diversos agentes, como o poder público.

Nas relações de poder estão contidos lutas e afrontamentos que são constantes que pode ser entendido como resistências intrínsecas às relações de poder, estas podem ser visíveis ou não, ela está presente nas relações, seja de em um modo de transgressões cotidianas, tanto em grupos como organizações. Essas resistências também podem gerar acontecimentos que modificam práticas e pensamentos. Assim, a resistência é uma prática socioespacial que se realiza de diferente modo de acordo com os territórios da cidade, das práticas vividas pelos sujeitos e das diferenças da identidade destes que estão envolvidos na resistência, acaba por ser uma prática obrigatória para aqueles que vivem na cidade capitalista para sua sobrevivência (RIBEIRO, 2015).

O conceito de território é um dos principais conceitos que tenta responder a problemática entre a sociedade e seu espaço. Algo que vem ganhando espaço e modificando sua discussão ao longo dos anos com diversas perspectivas (HAESBAERT, 2004). A noção de território existia desde o século XV, mas estava relacionada às questões políticas, como a dominação de terras em cidades romanas e italianas. É no século XVIII que se tem a noção da Geografia, mas ligada ao Estado e ao pensamento burguês da época. O teórico que se destaca nessa época é Friedrich Ratzel, que relaciona as condições imateriais na construção de uma Geografia moderna, em conjunto aos interesses do Estado e a classe burguesa (SAQUET, 2015).

Nesse sentido, o território supera a noção de sua função apenas como abrigo, para um espaço de investimentos econômicos realizados por pessoas. Ratzel entende o território por meio de um método positivista: de indução, descrição, comparação e classificação. Em sua abordagem o território por um lado está relacionado como sinônimo de ambiente e solo, e por outro lado, significa a dominação do Estado-nação. Resumidamente, o território

é o espaço para a realização da vida humana como solo e terra, mas sob o domínio do Estado (SAQUET, 2015).

O conceito de território por Ratzel permaneceu sem questionamentos por mais de um século, quando surgiu uma nova discussão crítica em relação ao território. Essas mudanças foram acompanhadas pelas modificações socioespaciais e do pensamento filosófico. Assim, entre as décadas de 1950 e 1960, surgiram novas concepções de território relacionadas aos seus componentes imateriais que necessitam de uma nova reflexão geográfica, na busca de uma ciência antipositivista. Nessa época, há o destaque em obras que tratam o território por meio da fenomenologia e do materialismo histórico e dialético, como uma forma de responder novos questionamentos que surgiram com a complexidade socioespacial (SAQUET, 2015).

Assim, tem-se na Geografia Humana um dos autores que mais se destacam nessa área e que marcou também a Geografia brasileira: Claude Raffestin, que vê o território com seu caráter político. Ele entende o território como o local onde as relações sociais, de poder e dominação acontecem. Essas relações sociais ocorrem entre os sujeitos e os objetos, além disso, para Raffestin, o poder do Estado não é exclusivo (SAQUET, 2015).

Nesse sentido, a concepção em relação ao espaço e território é diferente para Raffestin (1993). Para o autor, o espaço é anterior ao território e não sinônimos. Desse modo, o território é formado a partir do espaço, quando um ator realiza uma ação sobre ele, seja de maneira concreta ou abstrata, esse espaço torna-se um território.

Assim, compreendo o espaço como algo “dado” que preexiste a qualquer ação, que poderá ser tornar objeto a partir do momento que um ator manifeste intenção de apoderar-se dele. O território, por sua vez, é uma produção a partir do espaço, pois todas as relações que envolvem estão atreladas em um campo de poder (RAFFESTIN, 1993).

Neste momento acredito ser oportuno definir como o espaço será visto neste trabalho, entendendo o espaço material na perspectiva de Lefebvre (2008) não como algo neutro, mas fruto das ações que ocorrem sobre ele, tanto histórico como social. Assim, o espaço seja ele urbano ou rural possui as características da sociedade capitalista que o compõe, por isso ele é segregado às classes mais baixas, é resultado de cada organização que o compõe e o coordena segundo suas exigências.

Já no plano imaterial, parto da perspectiva de Raffestin (1993) que entende o espaço algo como neutro que não deve ser dividido por linhas geográficas, pode estar relacionado ao espaço do trabalho, o espaço de uma sala. Assim, quando uma pessoa,

grupos de pessoas ou indivíduos possuem relações de poder sobre o espaço ele se torna um território, o território está circunscrito nas relações de poder. Por sua vez, o território significa imaterialidade, ele não é resumido por seu substrato ou sua forma espacial. Nas relações sociais podem ser encontradas sua imaterialidade. Então, esse território está inscrito por algo material e imaterial há algo material e imaterial (SAQUET, 2009).

Nesse sentido, o território é marcado pelas relações de poder ao qual foi criado um trabalho, energia ou informação, o que conseqüentemente, revela ações marcadas pelo poder. O espaço então seria a “prisão original” e o território a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993). Na visão marxista, o espaço não tem valor de troca, mas um valor uso. Assim, o espaço se mostra anterior ao território e existe independente de qualquer ação. O espaço é visto como uma matéria prima, por mais que o território utilize do espaço, ele não é espaço, mas uma produção através dele, pois toda produção está inserida nas relações de poder: “Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

As relações de poder entendidas por Raffestin (1993) superam a ideia de poder da visão de Ratzel, ao qual o território era dominado pelo Estado-Nação. Para o autor, as relações de poder podem ser encontradas tanto no Estado como no indivíduo, por organizações pequenas ou grandes, em todos eles encontram-se sujeitos que produzem o território. O Estado organiza o território, por meio dos limites territoriais, por novas implantações ou leis. Mas o mesmo pode ocorrer com as empresas ou organizações, ao criar suas próprias regras sobre o território que ocupa. O indivíduo, ao fazer uma intervenção no território, por menor que seja, também transforma o espaço em território. Por mais que estejam em diferentes graus, em momentos ou em lugares diferentes, todos os atores produzem territórios. Desse modo, o território é sempre marcado pelas relações de poder, por isso é inevitável e impossível manter uma relação ao qual não exista o poder (RAFFESTIN, 1993).

No Brasil, a discussão sobre o território como redes de circulação, comunicação, identidade e relações de poder, começaram a emergir na década de 1990. Esse movimento ocorre principalmente por conta da tradução do livro “Geografia do Poder” de Claude

Raffestin, que teve uma influência substancial nos estudos que ocorreram no Brasil. Desses autores destacam-se Rogério Haesbaert, Marcos Saquet e Milton Santos (SAQUET, 2015).

Em relação ao espaço e território Haesbaert (2008) corrobora com Raffestin (1993), ao entender que ambos não devem ser usados como sinônimo e devem ser tratados como conceitos distintos. Assim,

O espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” [...] mas, num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um “outro olhar”, mais amplo e abstrato, e cuja “problemática” específica se confunde com uma das dimensões, fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial. Ao território caberia, dentro desta dimensão um foco centralizado na espacialidade das relações de poder (HAESBAERT, 2008, p. 105).

Nesse sentido, o território refere-se às relações sociais, sempre ligadas ao poder. Haesbaert (2007b), entende que o poder também não está sobre posse do Estado, mas tem a ver tanto com o sentido mais explícito de dominação como ao poder mais implícito ou simbólico de apropriação.

As relações de poder podem ser entendidas como produtora de identidade, ao passo que controla, diferencia e separa os sujeitos. O território classifica e nomeia os indivíduos e os grupos sociais, que a partir do processo de identificação social também pode ser entendida como uma relação política (HAESBAERT, 2004).

O território não pode ser interpretado de forma unicamente funcional, nem puramente simbólica, pois na funcionalidade do território está sempre contido uma dimensão simbólica e sempre composto por algum espaço material. Assim, o território não é a “realidade” e não deve ser limitado apenas à materialidade, nem somente à “cultura”, em sua realidade simbólica (HAESBAERT, 2004). Nesse sentido, “o território não deve ser visto simplesmente com um objeto em sua materialidade, evidência empírica [...], nem como um meio de instrumento analítico ou conceito [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 109).

Assim, todo território é ao mesmo tempo, funcional e simbólico,

pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. O território é funcional a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados “recursos naturais” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2007b, p. 22).

As noções de território para Haesbaert (2004), possuem três vertentes básicas, sendo essas:

1. política: relaciona-se ao território controlado e delimitado, por meio do qual se exerce um determinado poder, ou seja, o poder político do Estado;
2. cultural ou simbólico-cultural: prioriza-se a dimensão simbólica e subjetiva, o território é visto como uma valorização simbólica de *um* grupo ou grupos que vivem nesse espaço e;
3. econômica: o autor considera uma dimensão menos difundida do território, entendido como fonte de recursos ou no embate entre classes sociais ou na relação capital-trabalho.

Haesbaert (2007b), também entende o território como sendo múltiplo, diverso e complexo. Ao contrário da concepção do território como sendo “unifuncional” que o concebe através da lógica capitalista hegemônica, ao qual sua dominação ocorre por meio da figura do Estado e que defende o território de modo padrão que não admite sua multiplicidade ou territorialidades (HAESBAERT, 2007b).

Já para Saquet (2009), espaço e território não são desassociados, um está presente no outro. Nesse tocante, “o espaço é indispensável para a apropriação e produção do território” (SAQUET, 2009, p. 83). Assim, entendo que o território não pode estar preso à ideia de homogeneidade e de posição geográfica, mas sim a partir de uma posição relacional. Nesse sentido, “o território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, como uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e a dominação social” (SAQUET, 2015, p. 34).

Saquet (2011) entende o território como o resultado do processo de construção histórica do e no espaço. Desse modo, o território assume diferentes significados para diferentes tipos de sociedade ou grupos sociais dominantes (SAQUET, 2013). Na vida cotidiana e na apropriação e produção do território, há diversos indivíduos, bem como organizações sociais, instituições públicas, privadas e não governamentais, que possuem regras, objetivos, princípios e representações, características econômicas, políticas, culturais (SAQUET, 2009).

Enquanto Haesbaert (2004), entende as noções de território por meio de uma abordagem política, cultural e econômica como discutido anteriormente, Saquet (2015) considera a abordagem territorial um caminho para se compreender as relações que

acontecem tanto nos espaços urbanos e rural, como os conflitos e relações de poder no âmbito econômico, político, cultural e natural, ou seja, E-P-C-N. Ainda de acordo com o autor, não existe um não-território, um território puro sem relações ou representações, porque há sempre relações entre sujeitos históricos, com desejos, necessidades, dominação, subordinação, representações, imaginações, etc (SAQUET, 2015).

Há uma constante apropriação e produção do território na vida cotidiana do indivíduo, essa produção de território perpassa a interação entre sujeitos podendo estar presentes em organizações sociais, públicas ou privadas, que territorializam com suas normas, regras, objetivos e características econômicas, políticas e culturais. Assim, geram-se múltiplos arranjos sociais e territoriais. Esses territórios são marcados pelas diversas organizações que o compõe: indivíduos, famílias, organizações políticas, culturais ou empresarias, que vão deixando seus traços sobre o espaço e territorializando-o por meio de suas diferenças políticas, econômicas e culturais, bem como traços comuns entre pessoas, famílias, empresas, etc. O território e a territorialidade são multidimensionais, porque o indivíduo vive relações que constroem um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial (SAQUET, 2009).

Outro autor importante da Geografia é Milton Santos, que tem uma abordagem econômica-material do território, mas que vai além do controle do Estado-Nação e vê o território como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado (SAQUET, 2015). Tratar espaço social e território como sinônimos fica evidente na abordagem do autor, pois para ele o espaço seria um conjunto de objetos e as relações que acontecem sobre esse objeto. Então, o espaço se forma nas relações do indivíduo sobre o próprio espaço e os objetos, naturais e artificiais que seriam os intermediários entre o indivíduo e o espaço (SANTOS, 1988).

O território é compreendido como um nome político para o espaço de um país. Desse modo, a existência de um país supõe a existência de um território. No entanto, a existência de uma nação nem sempre é a posse de um território e conseqüentemente não vem acompanhada de um Estado. É possível existir um território sem Estado, mas praticamente impossível um Estado sem território (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Por sua vez, Marcelo Lopes de Souza (2000) defende que o território não deve ser associado apenas à figura do Estado. Segundo o autor, territórios existem e são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, das mais simples como uma rua ou pelas escalas temporais: séculos, datas, anos ou meses, assim como tem um caráter permanente

ou cíclico. A ocupação de um território por um grupo pode ser visto como gerador de raízes e identidade. A identidade das pessoas estaria ligada aos atributos do território (SOUZA, 1995).

Assim, o território necessita da dimensão espacial, mas ele em si mesmo é intangível. Como o poder é impalpável, ele é uma relação social e o território é a expressão espacial disso. A territorialização não existiria sem o seu substrato espacial material, do mesmo modo que não existiria poder sem as relações sociais. Não se deve reduzir o território ao seu substrato: “o território e o substrato material que lhe serve de suporte e referência, e inclusive de fator de condicionamento, por mais que não possam ser separados concretamente de modo simples (como se pudesse existir território sem um substrato), não são, só por isso, sinônimos” (SOUZA, 2009, p. 65).

Outro autor que se destaca na construção do conceito território é Fernandes (2008), para o qual o território vem ganhando espaço em diversas áreas do conhecimento, um dos argumentos que se destaca em relação a ele é utilizá-lo como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas. Políticas estas que causam impacto socioterritoriais que criam formas de resistência e produzem conflitos. O território passa a ser alvo de disputa, tanto em sua relação material como imaterial (FERNANDES, 2008).

Nesse sentido, o território imaterial pode ser entendido como pertencente ao mundo das ideias, das intencionalidades. É a partir do território imaterial que é possível organizar o mundo das coisas e dos objetos, ou seja, o mundo material. O território imaterial é formado por ideias, métodos, ideologias, paradigmas. Por meio dele é possível interpretar, compreender, explicar o objeto, tema ou questão. Assim, é impossível dissociar o território material ao imaterial, pois é base de sustentação de todos os territórios (FERNANDES, 2008).

Pode-se entender território como um todo e também sua multidimensionalidade. A multidimensionalidade auxilia na compreensão do território, já que são as dimensões que o compõem. Essas dimensões são formadas pelos sujeitos e suas práticas sociais, que produzem múltiplas dimensões do território, como relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais (FERNANDES, 2008).

Em relação à multidimensionalidade dos territórios, estes se sobrepõem, e são utilizados de diferentes formas, do mesmo modo que as pessoas realizam distintas funções em conjunto com as relações gerando multiterritorialidades. Sendo as territorialidades as representações dos tipos de uso de territórios (FERNANDES, 2008).

Em uma perspectiva da Geografia Humana, mas localizado nos Estudos Organizacionais, Saraiva, Carrieri e Soares (2014) definem território como espaços apropriados por pessoas ou instituições, há nele uma relação afetiva e de identidade que se constroem. Nesse sentido, “o conceito de território se relaciona à visão de propriedade que uma pessoa ou grupo possui – uma base física sobre a qual a dimensão afetiva se desenvolve – vivenciada por práticas simbólicas que tipificam uma afetividade espacial singular” (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014, p. 108). Assim, ainda de acordo com os autores, à medida que a espaço ganha identidade ele se converte em territórios, ao passo que se fundem e se constroem um território.

Rückert e Misoczky (2002), veem o território para além das linhas geográficas, a concepção do território como um espaço geométrico é uma maneira simplificada de defini-lo, ele vai muito além de um espaço geométrico, está relacionado com a existência humana que cria uma espacialidade. Assim, ao compreender que há um território contido na existência humana, são construídos diversos recortes territoriais que perpassam a noção de território criado por organizações governamentais, para uma ideia de território criado por diversos agentes (RÜCKERT; MISOCZKY, 2002).

Sobre os territórios são criados os movimentos de territorialização, entendidos como a tentativa de um indivíduo ou um grupo em influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações sobre uma área geográfica. Não necessariamente quem exerce o controle sobre o território precisa estar próximo a ele. A territorialidade pode ser realizada de várias maneiras, em vários espaços (SACK, 1986).

Saquet (2015) entende que a territorialização é marcada pela apropriação e reprodução das relações sociais. Assim, a definição de territorialização perpassa as relações de poder político e os simbolismos de diferentes grupos sociais que envolvem os processos econômicos dos seus agentes sociais. Nesse sentido, a territorialização para Saquet (2009, p. 83) “é o resultado e condições dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças, sendo unitária, através das identidades”.

A territorialização pode ser entendida como a manifestação humana sobre um dado espaço. Assim um indivíduo acaba por ter uma apropriação política sobre um espaço, o que gera um território produzido socialmente por indivíduos que o compõem. Dessa forma, um mesmo espaço é territorializado e possui características e significados dependendo do

grupo que o apropria, tanto materialmente como simbolicamente (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

Desse modo, o território é entendido nunca como um espaço neutro, mas dotado de “marcas” que deixam sobre ele, tanto de forma simbólica aos quais os grupos de indivíduos conseguem se identificar, como a aspectos desconhecidos a indivíduos que não façam parte do mesmo grupo. O território não é um espaço geográfico em si, mas está relacionado com o pertencimento que esse território carrega (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

Nesse sentido, enquanto o espaço tem a ver com a espacialidade, a territorialidade está relacionada com a incorporação do simbólico ao concreto. Enquanto um mesmo espaço pode ser apropriado de diferentes maneiras, ao mesmo tempo ou não (PENA; SARAIVA, 2017).

As territorialidades podem ser compreendidas como um produto da territorialização. Assim, a territorialidade significa troca de energia e informações entre o indivíduo, e também a posse de um determinado espaço. Ela varia no tempo e está de acordo com cada estágio de desenvolvimento: orgânico, mecânico ou cibernético, relacionado ao controle de objeto e pessoas (SAQUET, 2011).

A territorialidade acontece na produção, na troca e o no consumo das coisas. Resumir a territorialidade como apenas uma ligação ao espaço é incorreto, pois ela é sempre uma relação com os outros atores, mesmo que esta seja diferenciada. A territorialidade tem a ver com o cotidiano e imaterialidade, sendo a vida cotidiana heterogênea, porque

é imaterial, social e natural, a um só tempo e significa desejos, necessidades, linguagens, edificações, signos, miséria, riqueza, repetições, mudanças, frustrações, técnicas, famílias, trabalhos, redes, desencontros, encontros, conflitos; desigualdades e diferenças, unidades; vida e morte (SAQUET, 2015, p. 164).

Desse modo, a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações originárias da tríade: sociedade, espaço e tempo. Na perspectiva de Raffestin (1993), a territorialidade adquire um valor, pois por meio dela se reflete a multidimensionalidade do território vivido, que ocorrem por meio dos membros de um grupo, pelas sociedades em geral. Assim, os indivíduos acabam vivendo e produzindo processos territoriais, pelas

relações existenciais ou produtivistas sobre esse território, mas são todas relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Para melhor entendimento Saquet (2009), cita que a territorialidade é efetiva em diferentes escalas espaciais e também varia no tempo, por meio das relações de poder, da dominação das identidades, além de outras relações sociais que podem ser marcadas tanto economicamente, politicamente e culturalmente “nas territorialidades há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço, estão intimamente ligadas a cada lugar: elas lhe dão identidades e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (SAQUET, 2009, p. 88). Simplifico a territorialidade para Vale, Saquet e Santos (2005, p. 17) como, “é acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja de cada território, de cada lugar; resultado e condição da dinâmica socioespacial”.

Já para Santos e Silveira (2001), o território é muitas vezes entendido como a extensão apropriada e usada. Mas a territorialidade é vista como o sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence, um sentimento de exclusividade que ultrapassa o limite da raça humana ou do Estado. Então a territorialidade pode ser encontrada nos animais, como uma área para se viver e reproduzir. Em relação aos humanos a territorialidade pode ser entendida como a preocupação com o seu destino, a construção de um futuro, então essas características são privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Entendo a territorialização de maneira imaterial, pois ela está relacionada com a apropriação social de um fragmento do espaço pelas relações sociais, que se territorializa por meio de regras e normas, das condições naturais do espaço, do trabalho realizado sobre ele, das técnicas e das tecnologias, além dos conflitos que envolvem diferenças e desigualdades, mas também identidades e regionalismos, historicamente definidos. Então, se as territorialidades podem mudar de acordo com o espaço e o tempo, o território também pode ser alterado de acordo com seus aspectos do passado. Ou seja, o território se diferencia por meio de suas diferenças, identidades, mudanças e permanências socioespaciais (SAQUET, 2011).

Ao mesmo tempo em que ocorre a produção da territorialização encontra-se um movimento desterritorializador, ao qual o próprio território se torna por um lado, mais complexo, múltiplo, mais híbrido e flexível, por outro lado, mais inflexível e fechado. O Território é “marcado pelos muros que separam os ricos e pobres, grupos “mais” e “menos seguros”, mais e menos “territorializados” (HAESBAERT, 2007a p.66).

A desterritorialização não se trata apenas do território enquanto espaço material, mas uma dimensão simbólico-identitária. Embora grande parte da população por conta de sua precarização social, que faz com que milhões de pessoas na miséria façam com que elas revalorizem seus vínculos básicos com o território, mesmo no seu sentido mais puro, como “terra”, “terreno”, como abrigo e fonte de sobrevivência (HAESBAERT (2007a).

Na concepção de Haesbaert (2007a), existem diferentes formas de desterritorialização que são estas: a) desterritorialização como domínio das redes, o território perderia o domínio das redes, da integração e da conectividade; b) o território é visto como material e sua perda acarreta na privação do seu domínio imaterial, relacionadas ao ciberespaço. Assim, as bases territoriais podem ser destruídas, mas ainda carrega símbolos virtuais que podem gerar novas construções espaciais; c) perda do controle e poder sobre o território espacial dos Estados-nações; d) relacionada à deslocalização econômica, ou seja, o deslocamento de grandes corporações transnacionais, que leva consigo investimentos fiscais ou tecnológicos para outras localidades; e) desterritorialização cultural, pois o território é valorizado por meio de suas características culturais e identitárias. Por meio da globalização cria-se uma homogeneização e heterogeneização das culturas mundiais.

Desse modo, para um grupo de indivíduos a desterritorialização pode estar relacionada à exclusão de acesso à terra que está ligada à perspectiva de exclusão compulsória, enquanto para outros a exclusão em um nível simbólico-cultural. Desterritorialização pode significar não só a perda do território material, mas um processo de exclusão social. Ou seja, na sociedade contemporânea, a exclusão ou a precarização social formado por um poder capitalista é a maior responsável pela desterritorialização. Desse modo, o acesso a diferentes escalas e redes pertence a uma classe privilegiada que cada vez mais se auto segrega, ou seja, entendo como uma desterritorialização ao qual o indivíduo ou seu grupo optam por se desterritorializarem (HAESBAERT, 2007a).

Ao se desterritorializar o indivíduo passa para um processo de reterritorialização, ao qual são “reproduzidos traços comuns e heterogeneidades, que ao mesmo tempo estão na base de apropriação e produção de novos territórios” (SAQUET, 2009, p. 88). Os processos T-D-R são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou em lugares diferentes no mesmo momento ou momentos diferentes (SAQUET, 2013). As forças econômicas, políticas e culturais ao mesmo tempo que formam novos territórios, geram

desterritorialidades e novas territorialidades, em um único movimento, marcado por ser complexo e heterogêneo (SAQUET, 2015).

Com a apropriação no território tem-se os processos de territorialização (T), desterritorialização (D) e reterritorialização (R), aqui denominado processo T-D-R. É na territorialização que os sujeitos e organizações deixam marcas por onde passam, transformando um espaço em território a partir das relações de poder, seja material ou imaterial como salientei anteriormente. Já, a desterritorialização é o abandono desse território, e o último a (re)territorialização tem a ver com a ocupação de um novo espaço, que dá características e o transforma em um novo território.

De acordo com Saquet (2009), esses processos são concomitantes e complementares.

[...]os processos de mobilidade dos indivíduos e as mudanças-permanências e territoriais que estão presentes em qualquer apropriação e arranjo espacial, seja no campo, seja na cidade. Processos que acontece no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, no mesmo período ou entre períodos históricos distintos (SAQUET, 2009, p. 90).

Para Saquet (2015), T-D-R é um processo ao qual há a uma unidade e uma reprodução continuada de elementos econômicos, políticos e culturais, com diferentes sujeitos, processos e períodos históricos, ocorre no tempo histórico no mesmo ou em diferentes lugares. Assim, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, acontecem ao mesmo tempo. Nesses processos, há a reprodução de identidades dos sujeitos sociais e pode ser no mesmo ou em diferentes lugares (SAQUET, 2015).

Trago as abordagens até aqui mencionadas para o campo que será estudado, busco compreender as cidades e sua produção do espaço urbano que em sua maioria é regida por agentes capitalistas que produzem um espaço urbano desigual, acarretando na falta de moradias principalmente para as classes mais baixas. A cidade é vista como múltiplos territórios e que estes possuem relações de poder sobre ele, tratado aqui em sua maneira material e simbólica. O trabalho propõe observar o processo T-D-R dos moradores da Escola Delfim Moreira pelos múltiplos territórios nos quais passaram ao longo das ocupações.

Nessa perspectiva, busco entender esse processo por meio dos preceitos de Haesbaert, como descritos no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1- Conceitos de território, territorialidade e T-D-R

Território	Identificação e apropriação, relacionado ao poder, tanto o poder explícito quanto o poder simbólico possuem duas dimensões funcional e simbólica.
Territorialidade	Identificação simbólica com o território, tem a ver com a “identidade” territorial, pode existir sem o território, mas não o contrário.
Territorialização	Identificação ou simbolização de grupos de indivíduos por meio de referências espaciais.
Desterritorialização	Exclusão de acesso a terra para um grupo de indivíduos ou exclusão simbólica cultural para outros.
Reterritorialização	Criação de uma nova apropriação simbólica ou material de um grupo, trazendo características do território anterior. Pode estar relacionado ao um novo espaço ou não.

Fonte: Haesbaert (2007a, 2007b) adaptado pela autora.

Também compreendo o território por meio das vertentes citadas por Haesbaert (2007), como econômicas, políticas e culturais. Assim, o pressuposto que se parte é que os espaços são territorializados de maneira política, pelo controle do Estado sobre o espaço, cultural ou simbólica da valorização de um grupo ou grupos que vivem nesse espaço, ou econômica do território como fonte de recursos. No objeto estudado essas vertentes poderão ser encontradas concomitantemente ou separadas.

Na próxima seção são apresentados os programas habitacionais que foram realizados no Brasil, bem como suas características. Programas estes impulsionados pelo grande percentual da população que vive nas cidades, consequência do êxodo rural e industrialização dos centros urbanos brasileiros, responsável por causar problemas como a falta de moradia, principalmente para as classes baixas.

2.3 UM BREVE HISTÓRICO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO BRASIL

O problema da questão habitacional começou a emergir no fim do século XIX devido ao acentuado crescimento urbano, como discutido anteriormente. A falta de políticas habitacionais via Estado, provocou uma demanda social que foi atendida por diversas formas, como a criação de moradias para locação, a construção de cortiços nas áreas centrais e principalmente núcleos irregulares. Nessa época, as ações do Estado estavam concentradas nas áreas de caráter sanitarista e embelezador (PEQUENO, 2008).

No início no século XX, o governo brasileiro passou a incentivar pequenas empresas privadas a produzir habitação para as classes populares. No entanto, essas empresas não conseguiram vencer a produção informal face ao baixo poder aquisitivo da

população. Em relação às maiores construtoras, as mesmas estavam mais interessadas no parcelamento e comercialização de lotes. Outra característica da época foi o investimento dos próprios industriais em moradias para seus operários, que assegurou mão de obra qualificada, pois os trabalhadores ficavam sujeitos às normas estabelecidas pelos patrões (MARICATO, 1997). No entanto, na medida em que se intensificou o processo de industrialização e urbanização, essas empresas passam a transferir os custos de moradia e de transporte aos trabalhadores (AGUIAR, 2014). A autoconstrução também passou a ser uma característica dessa época (MARICATO, 1997). Além da construção de cortiços que pelo processo de adensamento tornaram-se insalubres e deterioradas (AGUIAR, 2014).

Na década de 1920, iniciaram os movimentos sociais ligados à moradia, compostos principalmente por operários descontentes pelo baixo salário e aumento do aluguel. Isso resultou a Liga dos Inquilinos e Consumidores do Rio de Janeiro e na mesma época a greve de inquilinos. Assim, em 1922 aprovou-se a primeira lei no inquilinato, que tinha como objetivo o controle dos aluguéis (MARICATO, 1997).

Em 1930, é possível perceber o aumento do crescimento urbano, mas desta vez formado pela migração interna no país, principalmente de pessoas que vieram do Nordeste para o Sudeste em busca de trabalho nas cidades (MARICATO, 1997). Assim, a urbanização fez com que o Estado tomasse medidas mais efetivas, que possibilitou que os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) das diferentes classes trabalhadoras criarem suas carteiras prediais com reduções de taxas de juros, ampliou prazos de pagamento, congelou os aluguéis que estavam em alta pela lei do inquilinato, que efetivou o aumento das cidades, mas por meio de loteamentos periféricos sem infraestrutura, ao qual a autoconstrução predominava (PEQUENO, 2008).

O IAP financiou a construção de 140 mil moradias e atuou de 1937 a 1964, mas a maioria destas habitações foi destinada a aluguéis. Em 1946, criou-se a Fundação da Casa Popular, que com 18 anos de existência e financiou apenas 16.964 moradias. Como o mercado privado não conseguiu responder a demanda de moradia, nem o Estado criou uma política de habitação efetiva, as alternativas encontradas pela população de baixa renda que migravam para as grandes cidades, foram a moradia irregular periférica ou a autoconstrução para a provisão de moradias (MARICATO, 1997).

Já a década de 1960 começou a dar sinais de uma reforma urbana, as discussões que aconteceram no Brasil não foram um fato isolado, ocorreu no país uma série de movimentos sociais que buscavam as “reformas de base” relacionada à reforma sanitária,

da educação, da assistência social. Tornou-se mais visível a reforma agrária e urbana que foi um debate que atravessou outros países da América Latina. No governo do presidente João Goulart (1961-1964) foi elaborado um projeto de reforma urbana, considerado um importante marco histórico. Na mesma época, entre os anos de 1950 e 1960, devido à urbanização brasileira e, conseqüentemente, o crescimento de problemas e conflitos urbanos, o movimento de reforma urbana ganhou mais força (BOEIRA; SANTOS; SANTOS, 2009).

Com o regime ditatorial que marcou o país a partir de 1964, criou-se um modelo de financiamento habitacional adotado no Brasil e a partir de 1966 baseou-se em dois instrumentos de captura de poupanças: o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Segundo Rolnik (2015), o lançamento do BNH foi resultado da união de interesses empresariais ligados à construção civil. Na época, o objetivo era construir milhões de casas populares no Brasil, pois com a posse da casa própria isso poderia fazer do trabalhador um conservador que poderia defender o direito da propriedade. Assim, a casa própria foi utilizada como um instrumento que combateria as ideias comunistas e progressistas do país. No entanto, a habitação teve papel central na economia, com a geração de empregos e fortalecimento do setor da construção civil, transformou-se em uma estratégia dos governos militares (ROLNIK, 2015).

O modelo de política habitacional implementado pelo BNH baseou-se em um conjunto de características que deixaram marcas importantes nas políticas habitacionais dos anos que se seguiram. Essas características possuem elementos fundamentais como:

- Um sistema que captava recursos específicos e subsidiados pelo FGTS e no SBPE, ao qual atingiu um valor significativo para o investimento habitacional;
- Criação de um programa e de um conjunto de programa que estabeleceu as diretrizes gerais a serem seguidas;
- Criação de uma agenda para redistribuição de recursos;
- Criação de agências em nível local responsáveis pela operacionalização das políticas estabelecidas (CARDOSO, 2006).

No entanto, esse sistema funcionou durante cerca de 15 anos, pois a crise do modelo econômico imposta pelo regime militar gerou uma grande recessão econômica, acompanhada de inflação, desemprego e queda dos níveis salariais e aumento da inadimplência. A consequência foi a redução de capacidade de financiamento via SFH e a

queda exponencial a partir de 1983 de financiamentos tanto com recursos FGTS como do SBPE (CARDOSO; ARAGÃO, 2013; BONDUKI, 2000).

O BNH teve como umas das suas maiores críticas sua incapacidade de atender as demandas da população de baixa renda que ganhava de 0 a 3 salários mínimos. Isso aconteceu pela própria contradição do programa, ao tentar alavancar o crescimento econômico e atender à demanda habitacional da população de baixa renda. Assim, o programa foi efetivo para as camadas de alta renda ao priorizar o financiamento a elas na tentativa de atrair setores empresariais ligados à área de habitação. O Banco conseguiu realmente criar um *boom* imobiliário, com efeitos multiplicadores relevantes. Mas em relação ao financiamento para a parcela de renda mais baixa foi ineficiente e gerou inadimplência para os que conseguiram acessar aos recursos. Isso ocorreu pela falta de subsídios, além do arrocho salarial, que gerou um alto custo da moradia em relação aos níveis de rendimento. Assim, o que se observa mesmo com o BNH foi o crescimento de favelas e das periferias (CARDOSO, 2006).

Nesse sentido, o que se obteve ao longo da implementação da política de habitação do BNH foi um projeto de exclusão dos mais pobres, em busca da rentabilidade do sistema. Uma contradição do programa que teve com sua criação o objetivo de atender à população de baixa renda acabou por ser ineficaz ao considerar essa demanda (AGUIAR, 2014).

Em 1986 investimentos pelo BNH foram extintos e sua operacionalização é transferida para a Caixa Econômica Federal, o FGTS e o SBPE continuaram como concentração para captação de recursos para as políticas habitacionais, por sua alta capacidade de concentração e captação de recursos financeiros (OLIVEIRA, 2017).

Nos anos 1980, aconteceu a democratização do país e com ela os avanços nas discussões da política urbana. Assim, foram abordadas discussões como o direito à moradia e à cidade, a participação cidadã, bem como a incorporação dos mais pobres como interlocutores das políticas urbanas. No entanto, os investimentos para moradias nas décadas de 1980 e 1990 foram escassos pelo ajuste estrutural que limitava o gasto e endividamento público. O que se percebe nessa época, é que pela falta de investimentos no âmbito federal, as cidades passaram a ser responsáveis por essa área, mas erraram ao tratar do assunto com o imediatismo em busca de resultados rápidos acarretados pelas pressões e demandas. Desse modo, as gestões municipais acabaram por reproduzir modelos da cultura urbanística vindas do período autoritário, pois desconsiderou as necessidades dos

moradores, ao “incluir” alguns na urbanidade formal e “excluir” outros (ROLNIK; CYMBALIST; NAKANO, 2008).

Nessa mesma época, os movimentos sociais tiveram uma grande importância, pois foram responsáveis por pressionar por reformas em várias áreas do Estado. Assim, os movimentos sociais mostraram-se fundamentais nesse processo de democratização brasileira, porque participaram do processo de negociação e aprovação de uma série de mudanças institucionais, como por exemplo, a luta pela renovação dos instrumentos de regulação urbanística que resultou no projeto de lei nº 5.788/90, o qual tramitou por mais de uma década no Congresso e que posteriormente deu origem ao Estatuto da Cidade (ROLNIK; CYMBALIST; NAKANO, 2008).

A partir da década de 1990, os governos de todas as instâncias começaram a investir em políticas de urbanização de assentamentos precários. Porque naquele momento, o país passou por um processo de redemocratização que pressionou os governos locais a uma resposta às demandas populares de consolidação e urbanização, isso gerou um importante espaço na agenda urbana (ROLNIK, KLINK, 2011).

Assim, por meio do Estatuto da Cidade criado em 2001, redefiniu-se a função da cidade, da propriedade privada e o Plano Diretor Municipal transformou-se em uma ferramenta básica para política urbana municipal. Ele foi responsável pela definição dos critérios para que seja cumprida a função social da propriedade (ROLNIK; CYMBALIST; NAKANO, 2008). Por meio da criação do Estatuto da Cidade, buscou-se consolidar um novo formato para a política urbana condizente com as reivindicações dos movimentos sociais, os quais defendiam uma reforma urbana (AGUIAR, 2014).

No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), dois programas de habitação foram lançados em pequena escala. Um deles foi o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Neste programa, o empreendedor privado era o responsável por todas as etapas da construção da moradia, desde a elaboração do projeto, até a construção das casas. Os governos municipais selecionavam os beneficiados pelo programa e o governo federal realizava o financiamento por meio da Caixa Econômica Federal, herdeira do BNH. Outro programa criado por FHC foi o Programa Social de Habitação (PSH), o Estado leiloava subsídios por região e bancos de segunda linha utilizavam desse recurso, junto com os municípios, na construção de moradias (ROLNIK, 2015).

Assim, o governo do presidente Lula abriu novas possibilidades e expectativas para a criação de uma política habitacional que estivesse em consonância com as ideias que eram debatidas por técnicos, acadêmicos e militantes dos movimentos sociais. As propostas defendidas pelo presidente para a habitação estavam contidas no Projeto Moradia, documento este elaborado por uma série de intelectuais ligados à questão urbana (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Em 2003, no primeiro mandato do governo Lula foi criado o Ministério das Cidades que convocou para o cargo de ministro Olívio Dutra, amigo de Lula e ex-prefeito da cidade de Porto Alegre, cujo trabalho foi reconhecido por uma série de políticas urbanas bem sucedidas. Assim o ministério organizou-se em quatro Secretarias: Habitação, Transportes e Mobilidade, Saneamento e Programas Urbanos. Na criação do Ministério das cidades redefiniu-se uma nova política de desenvolvimento urbano, política essa que não avançou desde a extinção do SFH/BNH (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Essa época, em relação à habitação, ficou marcada pela Secretaria Nacional de Habitação responsável por desenvolver as bases normativas e institucionais para a nova política de moradia, ao qual propôs a estruturação do Sistema Nacional de Habitação, sua primeira versão foi discutida e aprovada ainda no mesmo ano durante a Primeira Conferência das Cidades. Mas sua implementação teve uma forte resistência pela equipe econômica do governo, ao qual mantiveram uma restrição de gastos, mesma característica dos governos Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Ao tentar atender aos movimentos de moradia em 2004, foi criado o Programa Crédito Solidário, voltado a suprir às necessidades habitacionais da população de baixa renda. Representou uma grande conquista dos movimentos sociais de moradia, que passou a contar com recursos federais para habitações baseadas na autogestão. O governo então repassou R\$ 1 bilhão por ano de recursos investidos em habitações para a baixa renda (CARDOSO, ARAGÃO, 2013).

Os movimentos de moradia em 2005 pressionaram o Presidente da República para a aprovação da lei de criação de um fundo para financiar a construção de moradias, chamado Fundo Nacional de Interesse Social (FNHIS). Essa lei estabeleceu os elementos institucionais básicos para a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o qual distribuía competências e atribuições entre os três níveis de governo. Para os estados e municípios aderirem ao sistema deveriam criar um fundo de habitação gerido por um conselho com participação popular. Em 2006 o FNHIS foi instalado, com a

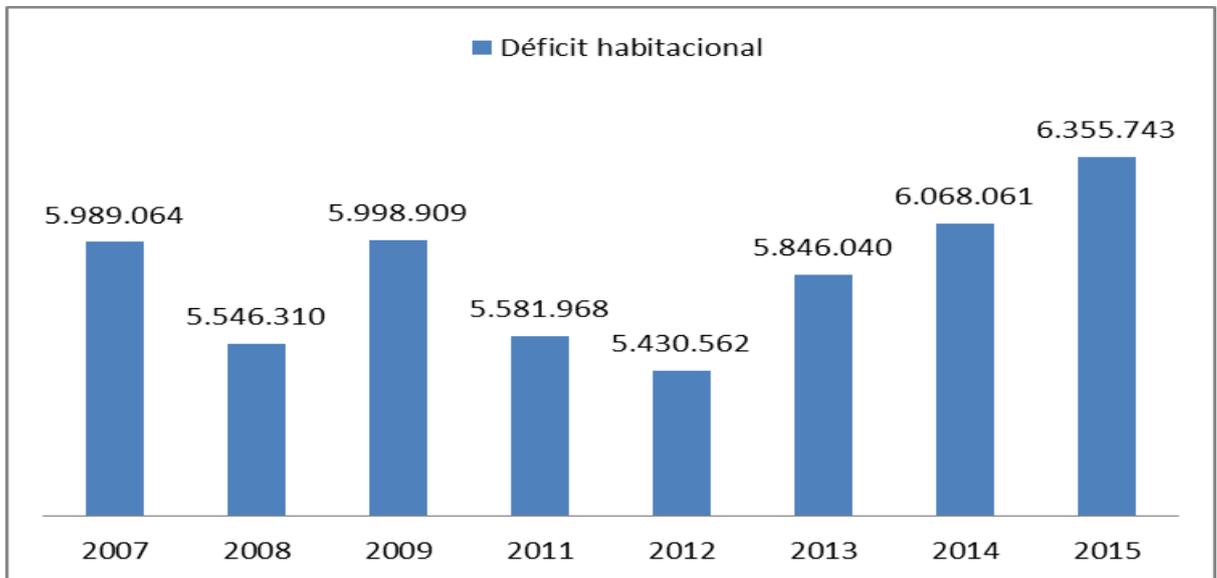
promessa do presidente junto com os movimentos de moradia, de alocar fundos de R\$ 1 bilhão por ano. Nessa época, começaram a realizar a construção de unidades, urbanização de assentamentos precários, assistência técnicas e apoio para elaboração de plano habitacional. Aparentemente uma inovação importante, porque introduziu uma nova possibilidade de política habitacional em relação à população de baixa renda (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Em 2006, houve uma mudança significativa em relação à política econômica do governo, marcada pela adoção de políticas econômicas intervencionistas e por um progressivo aumento dos gastos públicos com programas sociais e transferência de renda (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017). Nesse contexto, no segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007 a 2010), foi apresentado o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), cuja estratégia era a promoção necessária dos ajustes estruturais para o desenvolvimento do Brasil. O programa tinha como objetivo alavancar o crescimento de indicadores econômicos por meio de setores, como o energético e a construção civil, tendo como finalidade a criação de empregos e a construção de moradias populares (CHAGAS, 2017).

Em relação à habitação de interesse social, a mesma passou a ter um maior caráter de importância e certa relevância no cenário da política urbana brasileira, pois trouxe na Legislação do Estatuto da Cidade a demarcação de zonas específicas de interesse social (ZEIS), além de outros instrumentos de política urbana para quando o uso habitacional fosse permitido (RAMOS, 2015).

Em março de 2009, o governo lança o Programa Minha Casa Minha (PMCMV), com vistas de ampliar o mercado habitacional que atendesse famílias com renda de até 10 salários mínimos (CARDOSO, ARAGÃO, 2013). Assim, o PMCMV estabeleceu um subsídio que fosse condizente com a renda das famílias. Estas que se encontravam na primeira faixa, de 0 a 3 salários mínimos, recebiam o subsídio direto do Governo Federal pelo Fundo De Arrecadamento Residencial (FAR), e as famílias que se enquadravam nas demais faixas, de 3 a 6 salários mínimos e 6 a 10 salários mínimos, contavam com o recurso de financiamento advindo do FGTS (OLIVEIRA, 2017). A discussão na época era em relação ao déficit habitacional no Brasil, que no ano de 2009 representava a carência de 5.998,909 moradias, principalmente na parcela da população mais carente, como apresenta o gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 - Déficit Habitacional por situação do domicílio e Déficit Habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados, - Brasil de 2007 a 2015

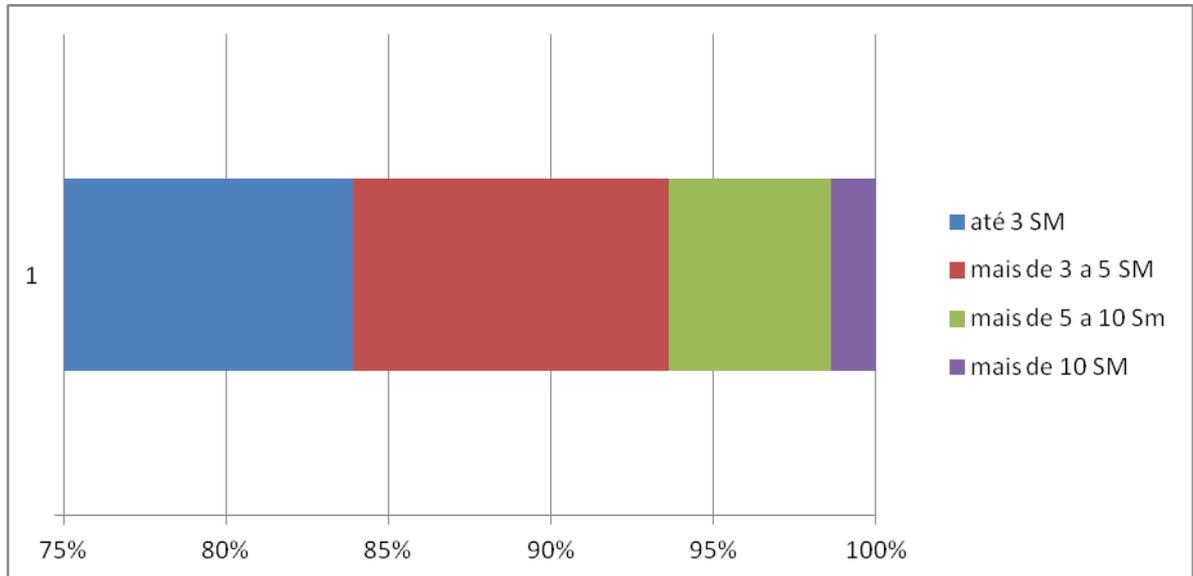


Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da Fundação João Pinheiro (2013; 2015; 2016).

O ano de 2010 não consta no gráfico, pelo fato de que nesse ano a Fundação João Pinheiro utilizou os dados do Censo 2010, o que comprometeria a comparação. Já nos demais anos, a pesquisa foi realizada por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O que se pode observar a partir dos dados é que após a implementação do PMCMV o déficit habitacional reduziu, passaram de 5.998.909 unidades em 2009 para 5.581.968, uma redução de 6,95%. No ano de 2012 esses valores voltaram a diminuir, representaram uma queda de 2,71% em comparação ao ano de 2011. No entanto, nos anos 2013 e 2015 o déficit habitacional voltou a crescer chegando ao ápice no ano de 2015. De 2012 a 2015 o aumento da necessidade de moradias representou 17,04% em números absolutos, mais de 925 milhões de novas moradias precisariam ser feitas para combater esse índice.

O gráfico 3, a seguir, apresenta em 2014, 83,9% do déficit habitacional nacional brasileiro que está na faixa de renda de até 3 salários mínimos, enquanto 5% do déficit é representado pelas faixas de 5 a 10 salários mínimos.

Gráfico 3 - Déficit habitacional urbano por faixa de renda familiar mensal (em salários-mínimos) – Ano base 2014



Fonte: Fundação João Pinheiro (2016)

De acordo com o Ministério das Cidades (2016), o Programa Minha Casa Minha Vida, é uma iniciativa de acesso à casa própria, que prevê diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de moradia. Leva em consideração a localização do imóvel, renda familiar, e valor da unidade habitacional. A concessão de benefícios pelo PMCMV é feita por faixa de renda, como pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 - Concessão do benefício PMCMV por renda

Renda Familiar	Faixa do PMCMV	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800,00	Faixa 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais, de no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.350,00	Faixa 1,5	Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 3.600,00	Faixa 2	Até 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 6.500,00	Faixa 3	8,16% de juros ao ano

Fonte: Ministério das Cidades (2016).

Para aqueles que se enquadram na Faixa 1 é necessário que se inscrevam na prefeitura da cidade e atendam aos critérios estipulados e devem aguardar um sorteio que define os contemplados com uma casa nova. Os critérios de seleção federal são: residir em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; com mulheres responsáveis pela unidade familiar e; pessoas com necessidades especiais. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2016).

O PMCMV teve inspiração nas experiências chilenas e mexicanas considerado, pelo empresariado da construção civil, como o modelo mais adequado para dinamizar a produção habitacional. Assim, o PMCMV teve como característica ser amplamente ancorado no setor privado. Uma contradição com os princípios do SNHIS que pautava o protagonismo do setor público. O Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (PlanHab) que vinha tendo um amplo debate desde 2007, acabou sendo ignorado. O FNHIS teve como seu maior impacto com o lançamento do PMCMV, a eliminação de repasse de verba para esse programa. O FNHIS passou a concentrar os recursos nas ações de urbanização e assentamentos precários, com a consolidação do PMCMV o fundo é completamente esvaziado na gestão Dilma Rousseff (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

O lançamento do PMCMV veio acompanhado de grande otimismo, enquanto os setores econômicos e a construção civil viam as potencialidades que um programa desse porte poderia trazer, sobretudo aos setores considerados essenciais para a economia brasileira. O programa também trazia a ideologia da casa própria. Assim, o PMCMV não se tornou apenas uma resposta aos direitos sociais, mas um produto ao qual se buscava o lucro por meio da construção massiva de moradias (OLIVEIRA, 2017).

Apesar dos dois mandatos do governo Lula terem terminado com avaliações positivas, não significa que não foram alvo de críticas. Até mesmo entre os intelectuais e militantes ligados ao seu partido, Partido dos Trabalhadores (PT), houve críticas (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017). Sobretudo, em relação a forma como o PMCMV foi operacionalizado, pelo papel central da iniciativa privada. Assim, o setor da construção civil teve um grande impulso além da concentração de determinadas empresas na produção habitacional entre as distintas faixas de renda do programa (OLIVEIRA, 2017). Enquanto as medidas redistributivas eram incentivadas a política econômica concentrava suas maiores críticas (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Isso ocorreu pelo aumento da inflação e o retorno de posições mais conservadoras no Banco Central, ao qual iniciou uma fase de queda de crescimento econômico devido à crise internacional. Assim, o governo Dilma Rousseff (2011-2016) sofreu diversos percalços, como: a forte crítica à sua política econômica, queda dos índices econômicos e a forte campanha que se desenrolou por meio dos meios de comunicação. Além disso, o Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2014 cresceu apenas 0,1% (pior resultado desde 2009) e durante as eleições presidenciais para o segundo mandato da presidenta começaram a ser feitas as primeiras denúncias de corrupção da Petrobras, que desembocou na “Operação Lava-Jato” (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Ainda no governo Dilma, frente ao sucesso “institucional e político do PMCMV” em 2011, a Presidenta decidiu lançar uma segunda edição do Programa, pois contou com a vantagem dos bons índices de aprovação de seu antecessor, Lula, e com o intuito de ampliar sua estratégia política. Nessa segunda fase, as contratações e execuções das obras tiveram um ritmo mais lento em relação à fase anterior. Ainda no processo de reeleição eleitoral chegou a ser anunciado a terceira fase do programa para o ano de 2015. Assim, em 2016 já tinham sido contratadas a construção de 4,36 milhões de unidades habitacionais em 96% dos municípios do país, desses, 2,9 milhões foram entregues. Destas, 35,5% eram concentradas na região sudeste, 28,4% na região nordeste, 18% na região sul, 11,3% na região centro-oeste e 6,8% na região norte. Um total de R\$309,6 bilhões em investimentos (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

No ano de 2015, o PMCMV começou a sentir os impactos da crise econômica, isso levou a uma retração significativa do crédito de financiamento. A Caixa Econômica Federal, agente público responsável por cerca de 70% do crédito imobiliário, em maio de 2015 estabeleceu diversas mudanças, com o objetivo de conter a demanda por novos créditos. Assim, os juros foram aumentados e o limite de valor financiável reduzido para 90%, no caso de imóveis novos 80%, 50% no caso de imóveis usados, e de 70% para 40% no caso imóveis financiados via SFH. Na fase três no PMCMV, pela profunda crise o valor financiável dos imóveis usados voltou para 70% e 90%, no caso de funcionários públicos (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

O recurso dos financiamentos reduzidos, acarretou o desaceleramento na alta dos preços imobiliários que vinham crescendo desde 2005. No final de 2014 2015, percebeu-se a queda nos preços de venda e do mercado de aluguéis, que ganhou mais força no ano de 2015. Todo esse cenário afetou fortemente o setor de construção civil, pois as empreiteiras

eram grandes dependentes de obras públicas desde a mudança na política econômica de 2006. Além disso, o ano de 2014 foi marcado pelos escândalos de corrupção que essas empresas estavam envolvidas na Operação Lava-Jato. Então, o setor de construção civil que apresentou um crescimento expressivo em 2011, começou a apresentar perdas significativas em 2014 e uma taxa negativa de 7,6% em 2015 (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Embora o PMCMV tenha promovido números expressivos na produção habitacional, sua produção massiva de empreendimentos expôs como o programa tem potencial em reconfigurar grandes porções do território urbano. O que ocorreu no programa é a concentração de empreendimentos voltados para os setores populares foram executados em espaços específicos do ambiente urbano. Assim, embora o programa tivesse o intuito de materializar seus investimentos imobiliários em áreas já contempladas com serviços básicos e infraestrutura urbana, o que aconteceu foi o deslocamento para áreas periféricas com quase nenhum acesso aos serviços públicos. Nesse sentido, o que pude perceber é uma inversão, primeiro são instalados os conjuntos habitacionais e posteriormente o investimento em infraestrutura (OLIVEIRA, 2017).

Nesse sentido, o Programa tinha um objetivo evidente: aquecer o mercado imobiliário e impactar a economia por meio dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção civil. Os brasileiros viram não somente o acesso aos subsídios, mas também o aumento do volume de crédito para a aquisição, produção de moradias e redução de juros. Desta forma, mantinha-se o desenvolvimento do setor imobiliário e reaquecimento das atividades do ramo da construção civil, ao qual vinha de um crescimento desde 2006, mas estava sofrendo os impactos da crise econômica. Assim o PMCMV, assemelha-se aos argumentos do BNH, na época da ditadura, criado com um pretexto de impulsionar a economia e gerar emprego para a população com baixa qualificação profissional (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Desse modo, a estratégia do governo era evidente em escolher o setor habitacional, pois o setor de construção civil possuía uma grande capacidade de desencadear o crescimento da economia através da demanda de matérias primas e também pela alta demanda de mão de obra com baixa qualificação (OLIVEIRA, 2017).

Além de o PMCMV ter forte apelo econômico, ao estar ancorado ao mercado, o poder público possuiu pequena margem para o processo de implantação dos empreendimentos. Assim, o Programa que antes prometeu a participação popular não a

adotou, o que poderia influenciar nas decisões e os rumos dessa política habitacional (AGUIAR, 2014).

O PMCMV, ao mesmo tempo em que buscou uma solução para a crise do setor habitacional, promoveu o afastamento do Estado nas questões relacionadas à habitação, pois, as decisões da política habitacional foram entregues ao setor privado, e este buscou a lucratividade através de modelos construídos em massa. Além disso, percebeu-se ao longo da implementação do PMCMV a desregulamentação e flexibilização das legislações urbanas municipais, para promover uma construção de empreendimentos acelerada, que afetou a gestão democrática das cidades por meio dos Planos Diretores (OLIVEIRA, 2017).

Outra problemática que o programa trouxe, foi adotar uma política mais participativa em relação à participação popular e das legislações urbanísticas o PMCMV, que em tese, foi criado para combater as hierarquias urbanas, acabou por falhar na questão de tornar esse ambiente menos hostil aos setores populares, ao se aproximar dos interesses do mercado, tornando-os modeladores “legítimos” do ambiente urbano (OLIVEIRA, 2017).

Mesmo os planos diretores não foram efetivos em sua ideia, pois apesar do Estado não ter o controle sobre o uso e ocupação do solo, mesmo o urbanismo formal formado por leis do parcelamento do solo, os planos diretores desconheciam muito da realidade local. Trabalharam-se como modelos “das ideias fora do lugar”, de modelos que vêm de países mais avançados (MARICATO, 2015).

Desse modo, o PMCMV tornou-se uma ferramenta para a financeirização da produção habitacional, que não levou em consideração as necessidades habitacionais, mas sim um modelo de fabricação em massa. Seus critérios não são voltados às reais necessidades daqueles que se beneficiam do programa, principalmente em relação às faixas de menor renda. O mercado imperou em busca por rentabilidade, que refletiu em conjuntos habitacionais afastados, empreendimentos com muitas unidades habitacionais e dificuldade de acesso à serviços públicos de caráter essencial (OLIVEIRA, 2017).

Em Maringá o PMCMV não foi diferente, marcado por estar aquém da expectativa do Programa, pois, o município teve a disponibilidade de construir 2.893 unidades na faixa 1, porém foram produzidas somente 1.129, menos da metade do que era disponível. Representando 26% de toda a produção do PMCMV construída em Maringá pela faixa 1, enquanto o padrão nacional gira em torno de 61% (LEONARDO, 2017).

Além disso, Maringá possui um déficit habitacional de 10,5 mil moradias. Outro agravante está relacionado com o número de pessoas que dependem de moradia por meio de aluguel, representando um índice 32%, enquanto que em Curitiba este índice é de 21%, o que pode comprometer até 69% da renda familiar maringaense (LEONARDO, 2017).

Assim, no próximo capítulo discuto a construção do espaço urbano da cidade de Maringá. Cidade conhecida como planejada, por sua área ser dividida em zonas e essas previamente destinadas para as classes mais altas. Percebo que ao longo da sua construção a ação de diversos agentes sociais que buscavam o lucro sobre a cidade utilizou dessas suas características. Cujo planejamento foi pautado em uma ocupação desigual, que é reflexo até os dias atuais, principalmente em relação às moradias para as classes mais baixas.

3 MARINGÁ, A CIDADE QUE NASCEU PLANEJADA

Maringá é comumente conhecida por ser uma cidade bela e ajardinada que possui grande qualidade de vida. Uma cidade sem favelas que inclusive já esteve ranqueada³ entre as melhores cidades para se viver do Brasil. A cidade planejada, que por consequência disso, não possui bolsões de pobreza e que se apresenta como um lugar atrativo para morar. Contudo, sua história possui características de expulsão de seus primeiros habitantes, a instalação de uma Companhia, cujo objetivo estava voltado ao lucro por meio da especulação das terras do norte do Paraná, além de alocar às camadas mais empobrecidas em locais distantes das áreas da cidade. Desse modo, ao longo deste capítulo apresento as características do espaço urbano maringaense, divididos em cinco momentos temporais, com o foco na produção de moradias. Um modo de ilustrar como a cidade aparentemente sem problemas, levou desde sua criação uma cidade para poucos em que a moradia ao mesmo tempo é almejada, mas de difícil acesso.

Assim neste capítulo proponho discutir a cidade de Maringá, por meio dessas cinco divisões temporais apresentadas por Silva (2015), em conjunto com a história recente de Maringá, além disso, trago aspectos que ocorreram e tiveram impacto no espaço urbano maringaense.

Assim, a produção do espaço urbano de Maringá divide-se em cinco momentos temporais: o primeiro diz respeito à atuação da empresa privada que adquiriu grandes quantidades de terras, implantou-se na cidade e em seguida colocando-os à venda. O segundo momento ocorreu com a expansão urbana de seu território para fins especulativos, que se deslocou do seu desenho original de cidade. O terceiro momento foi marcado pelas gestões que sucederam a Companhia, que mantiveram o discurso do planejamento urbano, o que conduziu a cidade para o desenvolvimento de um município polo, que impediu ocupações de baixa renda. Já o quarto momento, caracterizou-se por um processo de verticalização e ampliação do perímetro obedecendo aos interesses privados (SILVA, 2015). Por fim, o quinto último momento trata-se da história recente de Maringá e sua produção do espaço urbano marcada por novos empreendimentos de interesses

³ Segundo dados da Revista Exame (2017), Maringá é a melhor cidade para se viver entre as grandes cidades do Brasil. De acordo com a reportagem, Maringá leva esse título pelos bons índices de saúde, educação e infraestrutura. Acesso em <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil/>>

antagônicos, que não tiveram participação popular, como o Contorno Norte e a remoção das famílias do Bairro Santa Felicidade.

3.1 A COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E A FORMAÇÃO DE MARINGÁ

Em 24 de setembro de 1925, empresários ingleses criaram a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), anos após a empresa foi renomeada como Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná. Em 1928, esses mesmos empresários compraram a Companhia Ferroviária São Paulo Paraná e também 515 mil alqueires de terras do Estado do Paraná. O negócio era vantajoso, pois além das terras estarem com um preço baixo, elas estavam localizadas junto à estrada de ferro que ligaria Ourinhos – SP à Guaíra – PR. Desse modo, a companhia obteve lucros altíssimos, tanto em relação ao potencial daquela área para a atividade agrícola, quanto por seu valor no mercado imobiliário (ARAÚJO, 2010).

As vendas de lotes iniciaram somente no ano de 1938, pois a companhia esperou que se definisse a estrada de ferro que passaria pela região em direção a Guaíra (ARAÚJO, 2013). Com o objetivo de tornar Maringá um polo regional, a cidade foi implantada ao longo da estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal (RFSA) e ficou próxima à ferrovia onde haviam sido construídas uma estrutura de fornecimento de água e postos de reabastecimento de lenha para as locomotivas (RODRIGUES, 2004).

A linha ferroviária apresentou-se como um instrumento significativo nessa empreitada, pois através dela seria possível facilitar o acesso às novas áreas o que permitiu o escoamento e criou núcleos urbanos com maior poder econômico ao longo do eixo rodoviário, com uma distância de 100 quilômetros entre Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Assim, é possível observar o caráter especulativo que a Companhia tinha sobre essa região (CORDOVIL, 2010).

Durante sua implementação, foi produzido por meio da companhia um processo de expulsão dos moradores nativos dessa região, que marcou um processo de dominação violento, ao qual não ficou caracterizado exclusivamente pela derrubada das matas e extermínio das espécies nativas, como também a destruição da população indígena que residia nessa região e que mudou radicalmente a paisagem da região (SILVA, 2006). Então, no início dos anos de 1940, iniciou-se a formação de um novo território que ignorou sua história preestabelecida e seus habitantes. A política colonizadora impôs uma nova

realidade a partir do seu processo civilizatório. Assim, com o intuito de implantar em Maringá um projeto modernista, que entrou em choque com a realidade de uma região que se transformou em uma nova paisagem civilizatória e moderna (CORDOVIL, 2010). Esse projeto modernista fez com que os primeiros moradores dessa região, como no caso dos indígenas, caboclos e os trabalhadores rurais, sem seus direitos estabelecidos, fossem transformados em seres despidos de historicidade. Porque, “as memórias dominantes apagam os rastros dos derrotados pelo processo de intervenção colonial” (GONÇALVES, 2007, p. 27).

Desse modo, os habitantes que viveram nessas terras, antes das chegadas dos colonizadores e que nela trabalharam ou circularam por muitos séculos não tiveram seus direitos reconhecidos pelo Estado, e suas terras foram vendidas à CMNP (GONÇALVES, 2007).

Transformar Maringá em uma cidade moderna, um polo regional, apresentou-se como um negócio rentável já que nessa época ocorreu a crise de café no país, especialmente na região de São Paulo e Minas Gerais. Assim, criou-se a possibilidade do plantio de café no norte do Paraná, pela proibição por inviabilidade econômica, de cultivá-lo em qualquer outra região do país (TOWS, 2015) Isso porque, na época havia uma prerrogativa de cultivar até 50.000.000 de pés de café, o que beneficiou o Paraná, pois não possuía naquela época nenhuma lavoura cultivada. Um atrativo que trouxe os compradores às terras do Norte do Paraná, principalmente do Estado de São Paulo, que já haviam ultrapassado as cifras permitidas de plantação (RODRIGUES, 2004).

Com a possibilidade da plantação de café, a região passou a ter um desenvolvimento acelerado. Por ser uma região atrativa para diversos trabalhadores, provenientes das regiões agrícolas de São Paulo (CORDOVIL, 2011; ARAÚJO, 2010). Muitos desses trabalhadores trouxeram consigo dinheiro para comprar os seus lotes, outros porém, tinham apenas o suficiente para dar a “entrada” (ARAÚJO, 2010).

A estratégia da Companhia era definida por um modelo de ocupações com pequenas propriedades rurais, interligadas por estradas secundárias, assim a produção escorria até um dos núcleos urbanos de apoio. Depois a produção seguia através do eixo ferroviário até uma das cidades-polo, onde embarcava e prosseguia para São Paulo (BELOTO, 2004). Estabeleceu-se vias de comunicação entre as zonas rurais aos centros de comercialização. Fatores estes que foram determinantes para que a região se transformasse rapidamente (CORDOVIL, 2010).

Antes mesmo que os trilhos chegassem à região, foi aberto um escritório de vendas das terras, onde hoje é Londrina (BELOTO, 2004). A CMNP iniciou uma campanha com o objetivo de atrair moradores para a região, vendida como o novo “Eldorado”, terra de oportunidades e riquezas (SILVA, 2006). “Tais fatores contribuíram para a consolidação de uma rede de cidade no Norte do Paraná, fruto de estratégias de colonização privada, com o objetivo de grande rentabilidade por meio do parcelamento rural e urbano para a venda” (TOWS, 2015, p. 103).

O local escolhido para a implantação de Maringá possuía características favoráveis, como ser bem situada, com um relevo suave e vários cursos d’água afluentes dos dois principais rios que servem a região: Pirapó e o Ivaí. Com extensão de 490.268 km² e a 406,50 km da capital, Curitiba. Além disso, a região dispunha de um clima subtropical úmido com verões quentes e poucas geadas (ARAÚJO, 2010).

No início, Maringá era conhecida como uma cidade fantasma, pois era necessário construir rapidamente para a ocupação dos lotes. Os fazendeiros começaram a ocupação da cidade com a construção de casas normalmente de “madeira”, mas como uma residência secundária, pois continuavam a residir no campo. Com a vinda da Companhia, a cidade passou a ter maior importância no contexto em que se inseriu (TOWS, 2015). A ocupação inicial de Maringá é ilustrada na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Foto aérea de 1948 - Maringá Velho



Fonte: Cordovil (2010).

Sua primeira ocupação ocorreu na área atualmente conhecida como Maringá Velho, à esquerda do que hoje é denominado centro da cidade (TOWS, 2015). O bairro conhecido como Maringá Velho ficou condenado a bairro-memória, muito embora em 1947 ele nem chegasse a ter dez anos (GONÇALVES, 2007). As seis primeiras quadras foram ocupadas de modo espontâneo até a Companhia definir o local onde seria implantado o centro da cidade.

Contudo, a cidade não poderia desenvolver-se sem estar acompanhada de um projeto, isso porque, desde o fim do século XIX havia preocupações com o desenho das cidades. O planejamento servia como um modo de impedir processos de favelização, revitalizar áreas deterioradas e distribuir de forma mais eficiente os equipamentos. Assim, o projeto urbano serviu como uma solução para os conflitos sociais (GONÇALVES, 2007).

3.2 EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ: NOVAS ESTRATÉGIAS PARA SUA VALORIZAÇÃO

Em 1943 a CTNP contratou o urbanista paulista Jorge Macedo Vieira. Ele era adepto do conceito “Cidade Jardim” criado pelo britânico Ebenezer Howard, que foi

responsável por vários bairros de São Paulo. Plano este, ao qual Gonçalves (2007) define, como um modo de dominação que deu continuidade, mas em tom modernista, ao processo de apropriação do território pelos agentes do modo de produção capitalista.

A questão da modernidade deve ser destacada, porque se valoriza o ocidental e não as diferentes sociedades historicamente construídas, com seus valores, suas práticas, suas formas de viver e produzir espaço. Percebo um sistema criado, por meio de esforços políticos e ideológicos que buscam impor valores sobre todos os outros, que configurou em uma comparação e imposição de escala internacional à escala intraurbana, isso produziu desigualdades que é condição e expressão desse movimento (SPOSITO, 2017).

Assim, no planejamento do município estavam relacionadas às ideias e soluções do modelo da *Garden City*, que foi implementado nos loteamentos em São Paulo, cujo modelo passou a substituir o desenvolvimento “espontâneo” das cidades, ao passo que buscou propostas de um desenvolvimento planejado. A partir do século XX as cidades passaram a ser objeto de estudos e intervenções. Assim, “a ciência da cidade, através da qual se pode tratar o meio urbano com conhecimento positivo/científico (o urbanismo), incorporou-se a esse projeto” (RODRIGUES, 2004, p. 32).

O projeto tinha como característica, largas avenidas, canteiros que valorizavam o paisagismo e ruas que seguiam a inclinação natural do relevo (MARINGÁ, 2017). O plano foi baseado no conceito de cidade-jardim, em Maringá, ao qual foram preservadas algumas áreas florestais de vegetação nativa e matas ciliares. Na cidade também foram desenvolvidos o reflorestamento implantação de áreas verdes e arborização do seu sistema viário (ANGELIS et al., 2007). Ironicamente o site da Prefeitura de Maringá trata como um fato “interessante” o caso do urbanista Jorge Macedo Vieira nunca ter conhecido Maringá pessoalmente para elaborar esse projeto.

Embora tivesse sido alardeado aos trabalhadores que eles conseguiriam um terreno para serem atraídos à cidade, a realidade foi diferente. Até os lotes mais baratos oferecidos pela companhia não poderiam ser comprados pelos trabalhadores com menores rendimentos, um processo de que excluiu àqueles que ajudaram construir a cidade (ARAÚJO, 2010).

O traçado urbanístico da cidade obedeceu a um plano previamente estabelecido: praças, ruas e avenidas foram definidas de antemão, que considerou ao máximo as características topográficas da cidade (ANGELIS et al., 2007). No entanto, o que posso notar com o projeto proposto por Vieira, era que o mesmo teve no mínimo três

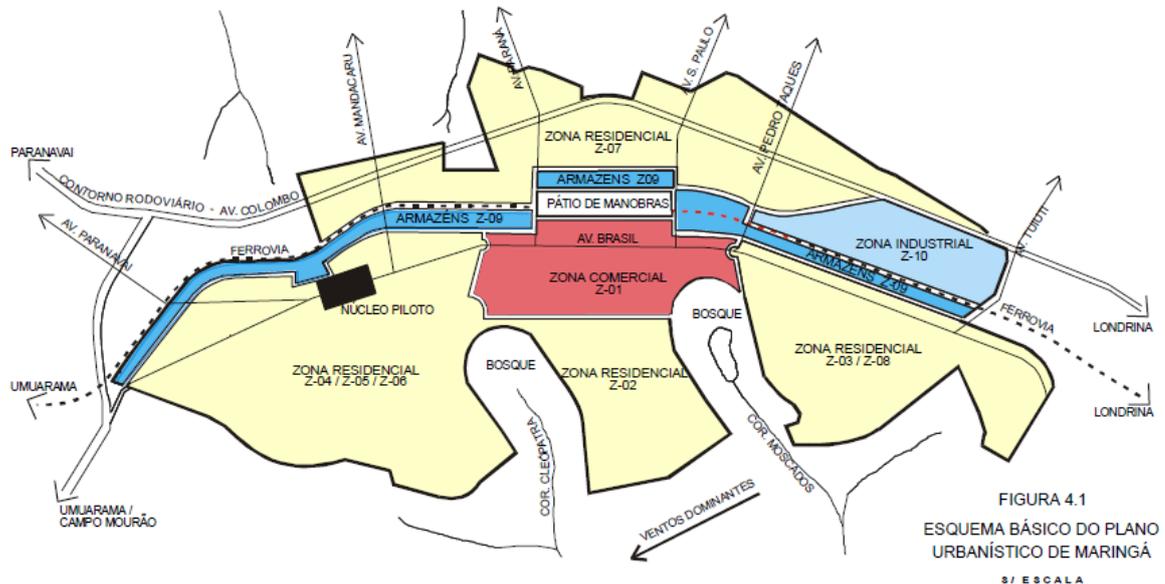
modificações pela Companhia. Se no projeto original a proposta eram centros secundários associados ao comércio de cada bairro, o que aconteceu foi que o comércio acabou por se sobrepôr às principais vias de circulação urbana e isso acarretou problemas enfrentados nessas vias (REGO, 2007).

Outra característica que chama atenção no projeto de Vieira está relacionada aos zoneamentos. Pois, delimitava as áreas de uso e ocupação que foram adotados nos primeiros Códigos de Posturas⁴, isso se diferenciou de acordo com as condições econômicas dos habitantes. Os zoneamentos dividiram-se principalmente em áreas residenciais, comerciais mistas, de armazéns e industriais. “Porém, nas áreas residenciais, há três tipos de ocupação: a principal, a popular e a operária” (CORDOVIL, 2010, p. 108)

O projeto inicial elaborado por Vieira era composto por 10 zonas, com hierarquização logo no início do projeto. A zona 01 foi destinada às atividades comerciais e residenciais, a zona 02 entre as áreas verdes reservadas à elite que estava se formando na cidade, ao passo que a Zona 03, Vila Operária, separada pelo verde, é localizada próxima à Zona 10 destinada ao uso industrial, apresentado na Figura 02 (TOWS, 2015).

⁴ Lei nº2, de 24 de fevereiro de 1953. O Código de Postura são documentos que visam várias medidas relacionadas à higiene, segurança, ordem e costumes públicos. Podem organizar o aspecto e a paisagem das cidades, considerando o alinhamento dos arruamentos, também definindo a forma e o porte de edificações dentro dos limites da cidade (CORDOVIL, 2010).

Figura 02 - : Plano urbanístico de Maringá



Fonte: Tows (2015).

Em um primeiro momento as dez zonas propostas por Vieira não se diferenciavam em relação ao preço dos lotes, mas às funções que iriam desempenhar na cidade. Entretanto, graças aos interesses da Companhia o tipo de zoneamento que estabeleceu um projeto mais segmentado em relação ao plano de Vieira fragmentou a cidade em diversos tipos de zonas comerciais e residenciais, o que acabou por gerar zonas residenciais, com o mesmo tipo de funcionalidade e atividade, que deveria ser diferenciado (GALVÃO, 2011).

A definição dos lugares diferenciados de Maringá para a moradia foi por si só um indicativo de segregação social, pois originou o deslocamento das camadas populares para as extremidades, ou seja, às margens da cidade. Isso evidenciou uma ocupação distinta que abriga as classes altas, médias e baixas. Nesse processo, as classes baixas foram excluídas não apenas dos melhores lugares da cidade, como dos seus próprios limites, afastando-as para as cidades vizinhas, desprovidos de infraestrutura básica que, ao contrário de Maringá, foi oferecido desde a sua fundação (RODRIGUES, 2004).

Com a instalação do centro, povoou-se ao Leste do mesmo, a Vila Operária (Zona 03) definida pelo projeto. Como havia o ideário de Cidade Jardim, duas grandes áreas foram determinadas para preservarem a mata nativa (TOWS, 2015). A arborização tinha o objetivo de criar uma continuidade da mata com a cidade, ao passo que tornar as vias e passeios com espécies de plantas e a sombra das árvores, tornava a cidade mais bela

(ANGELIS et al., 2007). A cidade foi dividida em três partes: a ocupação inicial, atual Maringá velho, à Oeste, o centro e à Leste, a Zona 03, Vila Operária, como apresentado na figura 03.

Figura 3 - Anteprojeto de Maringá criado por Jorge Macedo Vieira na década de 1940



Fonte: Rodrigues (2004).

A princípio o desenho de Vieira previu um padrão de renda para a Zona 02 que era destinado a ser popular, o mesmo passou a ser direcionado para a alta renda. Porque a companhia percebeu que com a proximidade do bairro com o centro cívico e parques da cidade ela devia ser mais valorizada. Desse modo, a empresa colonizadora estabeleceu uma estratégia de vendas com lotes mais generosos, próximos do centro e equipamentos públicos, ao contrário da Zona Operária que teve poucas mudanças de terreno. Já a Zona 05, no extremo oeste do plano urbano, que antes era para alta renda passou a receber uma ocupação mais popular (SILVA, 2015). Com a funcionalidade e a definição de cada zona previamente, Maringá tornou-se uma cidade caracteriza pela hierarquização e diferenciação (ARAÚJO, 2010).

Obedecer ao desenho original de Vieira tornou-se um pré-requisito obrigatório para a aprovação de todos os novos empreendimentos que foram lançados desde então. Assim, todo loteamento repetiu ao padrão da cidade, largas avenidas duplas, com 46, 35 e 30 metros de largura, cruzadas por rotatórias. Além de reserva de áreas públicas para abrigar equipamentos sociais, como escolas, postos de saúde, essa obrigatoriedade era para terrenos residenciais que tinham no mínimo 300 m² (RODRIGUES, 2004).

Em 1960 iniciou-se os loteamentos referentes às Vilas Morangueira, Santa Isabel, Progresso e Jardim Alvorada. Áreas que foram ocupadas de acordo com o padrão econômico. Duas décadas depois da fundação da cidade é evidente que a execução ocorreu como fora prevista: as áreas do centro e adjacências, descritas como “alto padrão” e as localizadas além do bosque como Zona 3 (Vila Operária) e as Zonas 4 e 5 foram ocupadas por “baixo” e “médio padrão” (RODRIGUES, 2004).

A Zona 02 não tinha apenas o privilégio de sua localização, mas também no que tange aos equipamentos que tiveram sua implantação desigual em relação à Vila Operária. Assim, a Zona 02 no projeto de Vieira, teria escola, parque infantil, hospital, campos de esportes, internato de meninos, igreja e cemitério. Desse modo, o interesse da companhia em criar todos esses equipamentos propostos pelo plano inicial de Vieira, provavelmente foi uma estratégia para os preços elevados dos terrenos dessa região (CORDOVIL, 2010).

Em 1959, foi aprovado o novo Código de Posturas, chamado de Código de Posturas e Obras. A Lei nº 34, de 31 de outubro de 1959, constituiu uma importante indicação para a expansão urbana que se verificou a partir da década de 1960. Assim, o Código de Posturas e Obras pode ser considerado a primeira legislação que enfatiza a configuração espacial em Maringá (CORDOVIL, 2010).

Percebo no contexto de Maringá uma hierarquização social do espaço, ao qual foi resultado das ações do mercado imobiliário para a ocupação da cidade, segundo os interesses da Companhia de Melhoramentos a quem muito interessava a segmentação socioespacial, porque isso permitiu, por meio da elitização dos espaços, que fosse possível sua comercialização por preços muito maiores (RODRIGUES, 2004).

Vejo como incorreta a forma de pensar que o processo de urbanização maringaense ocorreu somente por meio da Companhia de Melhoramentos, tendo em vista que houve outros agentes sociais que colaboraram com a empresa na construção da cidade hierarquizada e longe da pobreza, nesse caso, o próprio poder público, responsável pelo tipo de urbanismo implementado em Maringá. Graças ao amplo apoio do poder legislativo

a Companhia teve vários dos seus projetos aprovados. Isso porque, indivíduos que estavam inseridos no governo municipal (executivo e legislativo) também atuavam no mercado imobiliário (RODRIGUES, 2004).

Como também aponta Silva (2015, p. 114),

A CMNP, detendo por anos o monopólio sobre as terras do aglomerado metropolitano, exerceu a pressão e especulação sobre os preços do solo, sobretudo em Maringá, mesmo após as primeiras eleições da cidade, pois mantinham influências no legislativo, com vários gestores municipais e até estaduais, norteando por anos a expansão das cidades por ela planejada.

Assim, a colonizadora exerceu o monopólio sobre as terras maringaenses, impulsionou pressões e especulações sobre os preços do solo, mesmo após a saída da CTNP do comanda da cidade com as primeiras eleições, manteve ainda influência no legislativo junto a vários gestores municipais e estaduais, a fim de nortear a expansão da cidade e seus lucros (SILVA; SILVA, 2015).

Não só estava presente a ação estado-mercado imobiliário, mas também agentes como associações de classe precocemente organizadas e sintonizadas com os demais produtores de espaço. A partir da década de 1950, algumas associações de classe passam a interferir profundamente no desenvolvimento urbano de Maringá, como por exemplo, a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM) criada em 1953 que desde então tem papel fundamental no “desenvolvimento” maringaense (SILVA, 2015).

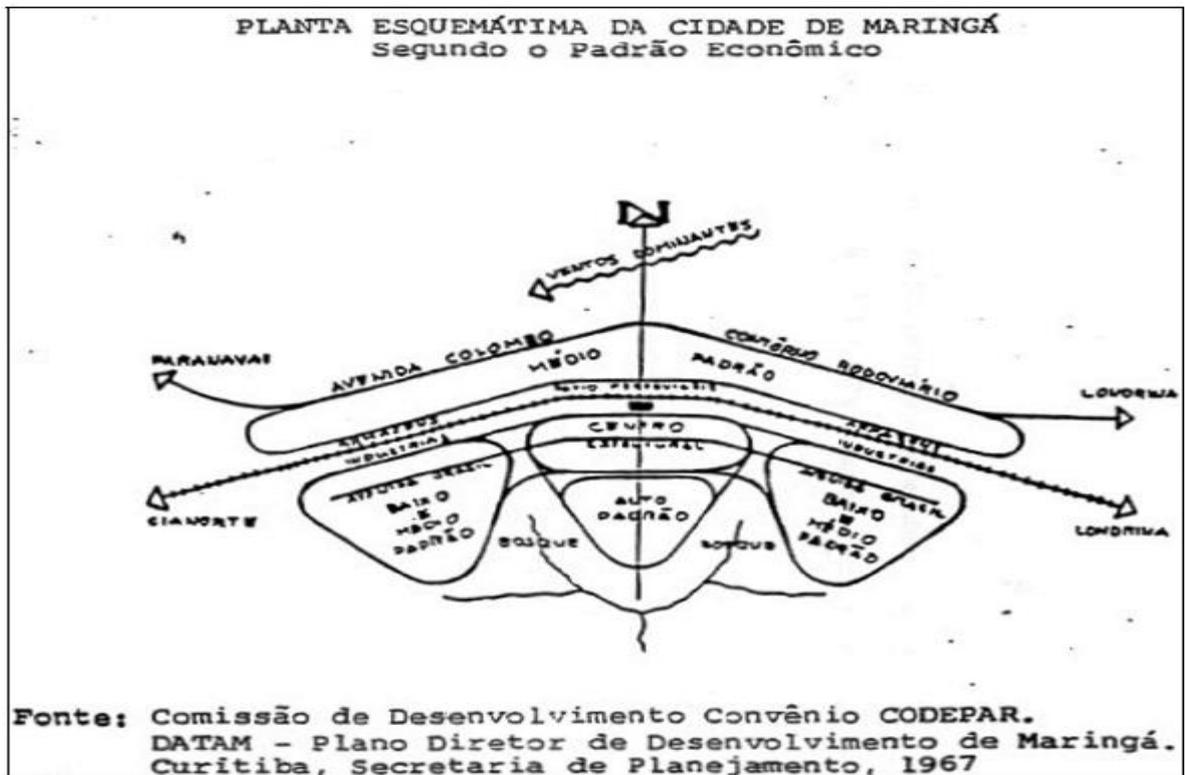
As ações que poderiam mudar o projeto inicial de Maringá foram vetadas pela Câmara dos Vereadores da cidade, o que deu à companhia uma posição privilegiada como agente imobiliário. No entanto, com o passar dos anos ela perdeu seu espaço sendo que outros agentes imobiliários instalaram-se na cidade. Ao longo dos anos, esse grupo teve forte atuação e definição do espaço, que deu continuidade às zonas já definidas anteriormente, mas com prioridade a algumas áreas em detrimento de outras. Isso demonstrou uma preocupação com a obtenção de lucros por meio dos imóveis, tendo como pano de fundo o discurso de preocupação com a cidade, em mantê-la segura e sem sinais de pobreza (ARAÚJO, 2010).

Desse modo, não penso nos espaços segregados de Maringá como algo original de sua história, mas que teve influências de diversos agentes ao longo do tempo com interesses capitalistas, para que assim, a cidade separada poderia ser vendida para grupos econômicos e socialmente definidos (ARAÚJO, 2010). Assim, a produção do espaço

urbano maringaense foi planejada de modo que a ocupação residencial ocorresse de maneira diferenciada, de acordo com as condições econômicas dos compradores (RODRIGUES, 2004).

Vejo que ao longo da ocupação maringaense a hierarquização social foi amparada pelo Estado, ao passo que os locais mais periféricos foram reservados à população de menor renda, pois esses lotes eram menos valorizados, porque não eram dotados de equipamentos públicos diferente das áreas nobres da cidade (ARAÚJO, 2010). Como apresentado na Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Planta esquemática da ocupação de acordo com a condição econômica



Fonte: Rodrigues (2004)

Como afirma Rodrigues (2004, p. 35):

Maringá implantada como cidade planejada, traz em sua concepção os pressupostos de ordem e controle. O projeto implementado prosperou e resultou numa cidade que, em meio século, obedeceu, em linhas gerais ao traçado inicialmente almejado e ao plano de ocupação, que previa para 50 anos uma população em torno de 200.000 habitantes, possuindo, em 2000, quase 289 mil.

Assim, nasceu o ideário de cidade-jardim que fortaleceu a ideologia do planejamento urbano, isso enalteceu o seu plano inicial, que consolidou no imaginário e na representação do cidadão e da cidade, “a cidade ser diferente por ser planejada, como se toda a expansão da cidade fosse parte da mesma lógica” (TOWS, 2015, p. 113).

3.3 O DESENVOLVIMENTO DE UMA CIDADE POLO

Em 1962 a companhia já tinha vendido dois terços das terras que eram da sua propriedade. Os novos bairros que se formaram estavam localizados principalmente ao norte da cidade, com novos empreendimentos parcelados em áreas rurais (CORDOVIL, 2010).

O compromisso era dar continuidade nos pressupostos do plano inicial de construir uma cidade que já nasceu moderna. Mas, a ideia era manter Maringá competitiva com relação às outras cidades, que também foram criadas com a função de serem polos regionais (CORDOVIL, 2010). Percebo em Maringá a estratégia de manter a cidade competitiva, como Arantes (2000, p. 27), define

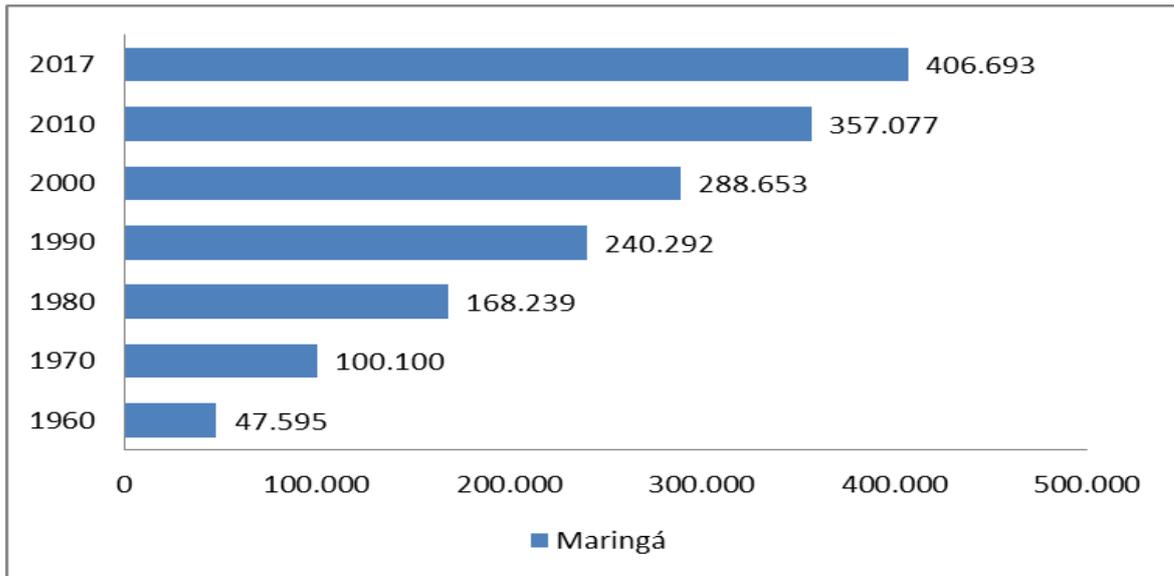
coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conforme as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. A fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesma de toda localização – torna-se a peça chave de uma situação de mobilização.

Na década de 1970 o país passou por uma forte migração das áreas rurais para as áreas urbanas. Maringá foi uma das cidades que teve um aumento populacional significativo, reforçado pelo êxodo rural promovido pela geada de 1975 que dizimou a cafeicultura do Estado. Nessa época a cidade recebeu 45.133 mil novos habitantes, um aumento de 73,1% em 10 anos, sendo 95,3% já em área urbana (SILVA, 2015).

Na década de 1960 a população urbana de Maringá era de 47.595 habitantes, na década de 1970 passou para 100.100 habitantes, mais que o dobro da população aumentou em uma década (LEONARDO, 2017). Isso ocorreu devido às transformações que aconteceram no campo através da tecnologia e da modernização agrícola, que substituiu grande parte da mão de obra e a troca do café que absorveu um grande número de trabalhadores, por outras culturas temporárias como soja e o trigo, contribuindo assim para

o crescimento da população urbana (SCHMIDT; COSTA; MENDES, 2001). Assim, a população de Maringá teve um grande salto desde a década de 1960 até 2017, com estimativas de uma população de 406.969 mil habitantes para o ano de 2018. Como apresenta o Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4 - População de Maringá ao longo das décadas



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE Cidades (2017).

Assim, o plano inicial de ocupação da cidade era de 1.583,66 ha, de acordo com o plano diretor de 2002. No entanto,

considerando os bairros existentes na listagem fornecida pela prefeitura, a área urbana alcançou 2.264,28ha no início de 1963, dos quais 66,98% compunham o plano inicial. Até 1968 não houve loteamentos aprovados. No período de 1946 a 1949, a área acrescida em relação ao plano inicial foi de 7,11% passando o município somar 1.704,94 ha de área urbanizada. De 1952 a 1959 houve o acréscimo de 7,19% sobre essa área, perfazendo 1.837,05 ha. O aumento até 1963 foi mais significativo, da ordem de 22,29% da área urbanizada do período anterior, alcançando 2.364,28 há” (CORDOVIL, 2010, p. 292).

Os trabalhadores de menor renda atraídos à cidade por causa do êxodo rural foram instalados em conjuntos habitacionais nas bordas da cidade, por conta das leis urbanísticas que expulsaram a população de baixa renda para os municípios próximos (SILVA; SILVA (2015). Desse modo, para absorver parte dessa população foram construídos seis conjuntos habitacionais dentro de bairros já formados, mas fora do plano e em região periférica, que

não eram mais controlados pela prefeitura. Como no Jardim Alvorada, que contou com um grandioso número de lotes urbanos vazios, surgiram assim conjuntos para a população que não conseguiu adquirir terras nestas áreas, graças à especulação ou em função do valor da terra, com expulsão da população para as áreas mais distantes do centro (SILVA, 2015). Os agentes imobiliários aproveitaram-se dessa situação, devido ao grande contingente e de pessoas na cidade, e executaram loteamentos sem a mínima infraestrutura urbana (SILVA; SILVA, 2015).

Com o colapso da cultura cafeeira, a cidade atraiu pessoas vindas da zona rural que formou um contingente de desempregados na cidade, isso transformou o perfil da cidade conhecida como planejada e sem problemas. Assim, os agentes sociais da produção do espaço urbano de Maringá, como o Estado, os agentes imobiliários e a elite maringaense, encararam a população pobre vinda do campo como um problema que deveria ser extirpado (ARAÚJO, 2010). Desse modo, os chamados ambulantes foram retirados das ruas e o comércio regular organizado (RODRIGUES, 2004).

A pobreza que foi atraída para a cidade foi entendida como algo que deveria ser combatido, pois ora, como uma cidade que era vendida por ser planejada com seus belos jardins poderia ter as mazelas como favelas? Como vender a utopia da cidade desenvolvida e próspera com uma realidade que não condizia? (ARAÚJO, 2010). Isso aconteceu com o caso das ocupações que iniciaram na década de 1950. Nessa época, passou a ocorrer processos de ocupação irregular de terrenos públicos, na Vila Esperança, Colônia Portuguesa, av. Tuiuti, Vila Nova, Rua Monte Cáceros, Rua Guedner, Vila Morangueira, Vila Moema, e em locais próximos ao centro, na região do cemitério, onde se desenvolveram pequenas favelas. Assim, cerca de 300 barracos foram levantados por moradores que não tinham acesso ao mercado imobiliário, pessoas que moravam sozinhas ou com suas famílias, que originou a chamada “Favela Cemitério” (RODRIGUES, 2004).

Mas esse processo foi erradicado de Maringá, sem chances de reincidência: os moradores das pequenas 14 favelas, foram transferidos para núcleos populares construídos com recursos públicos, no caso o Bairro Santa Felicidade, bem como as cidades de Sarandi e Paiçandu também foram espaços que acolheram os desfavelados de Maringá. Nos anos 1980, núcleos de habitação semelhantes às favelas foram desfeitos com seus moradores transferidos para conjuntos habitacionais, como o Conjunto Roberto Requião com 1166 casas (RODRIGUES, 2004; SILVA, 2015).

O Bairro Santa Felicidade pode ser visto como uma solução para a cidade bela e sem favelas. Assim no ano de 1977, inaugurou-se o Bairro Santa Felicidade denominado, na época, de Programa de Financiamentos de Lotes Urbanizados (PROFILURB). Com o surgimento da Favela Cemitério o poder municipal institui (na época gestão do prefeito Silvio Magalhães de Barros) a lei nº11/75 de 11/12/75, o Programa Social de Desfavelamento Municipal, com a finalidade de propiciar a casa própria àqueles que tivessem rendimentos abaixo dos valores mínimos estabelecidos pelo programa habitacional BNH (SHIMADA, 2015).

Com o intuito de acabar com a imagem degradante que os barracos traziam à cidade, que era conhecida como “cidade verde”, “cidade canção”, “cidade modelo”, a Fundação do Desenvolvimento Social de Maringá promoveu o levantamento das pessoas que residiam em situação precária e realizou o cadastro de 585 famílias (GALVÃO, 2011).

No entanto, com a nova gestão do prefeito João Paulino Vieira Filho em 1977, o PROFILURB foi deixado de lado, e a solução para a Favela Cemitério ocorreu de maneira atroz, isso promoveu a expulsão dessas pessoas e a derrubada dos seus barracos, colocou-as em caminhões com seus pertences e as abandonou pela estrada e municípios vizinhos (GALVÃO, 2011).

A partir da interferência da imprensa e da sociedade que passou a exigir do prefeito uma desocupação mais “humana” (SHIMADA, 2015) o prefeito se viu obrigado a criar uma comissão que solucionasse o problema dos moradores da Favela Cemitério, que gerou a indenização para alguns moradores e o cadastramento, para morarem no Bairro Santa Felicidade, de outros. Mas poucos desses moradores chegaram a alcançar o sonho de morar no Bairro Santa Felicidade e 246 famílias foram removidas para o bairro (GALVÃO, 2011).

Mais uma vez é necessário lembrar que as áreas próximas ao centro urbano não foram destinadas aos moradores de classe baixa de Maringá, e o caso do Bairro Santa Felicidade não seria diferente. A área destinada aos moradores das primeiras ocupações de Maringá foi construída na periferia da cidade, pois os lotes tinham menor valor de mercado. Além disso, seu nível de infraestrutura era baixo, comparado às outras regiões da cidade, que inibiram por muitos anos a implantação de outros lotes nessa área, graças à precariedade dos terrenos (ARAÚJO, 2010).

Assim, vejo não apenas a desocupação das ocupações irregulares, mas também as desapropriações:

Os problemas de abertura de vias tornaram-se frequentes e precisaram ser resolvidos por meio de leis. Com o crescimento urbano sem diretrizes viárias para além do plano inicial, os lotes, impediam por vezes, a continuidade de ruas. Prova disso foram as leis que autorizaram a desapropriação de lotes, parte deles para dar continuidade ao sistema viário e, também para o alargamento da Avenida Mandacaru [...] (CORDOVIL, 2010, p. 423).

Ainda na década de 1970, diversas ampliações do perímetro urbano da cidade foram realizadas, isso formou grandes vazios urbanos e valorizou de forma desigual o solo urbano. Em 1974 é criada a lei 1036/74, que permitiu que o perímetro urbano de Maringá foi ampliado duas vezes e sofreu um aumento de 50% em relação ao anterior. Uma articulação entre o poder público com o mercado, que desestruturaram espacialmente a cidade e contribuiu para o processo de segregação, com a supervalorização de terrenos existentes entre a área consolidada e a expandida, o que criou assim novas oportunidades para a acumulação do capital (SILVA; SILVA, 2015).

3.4 VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE

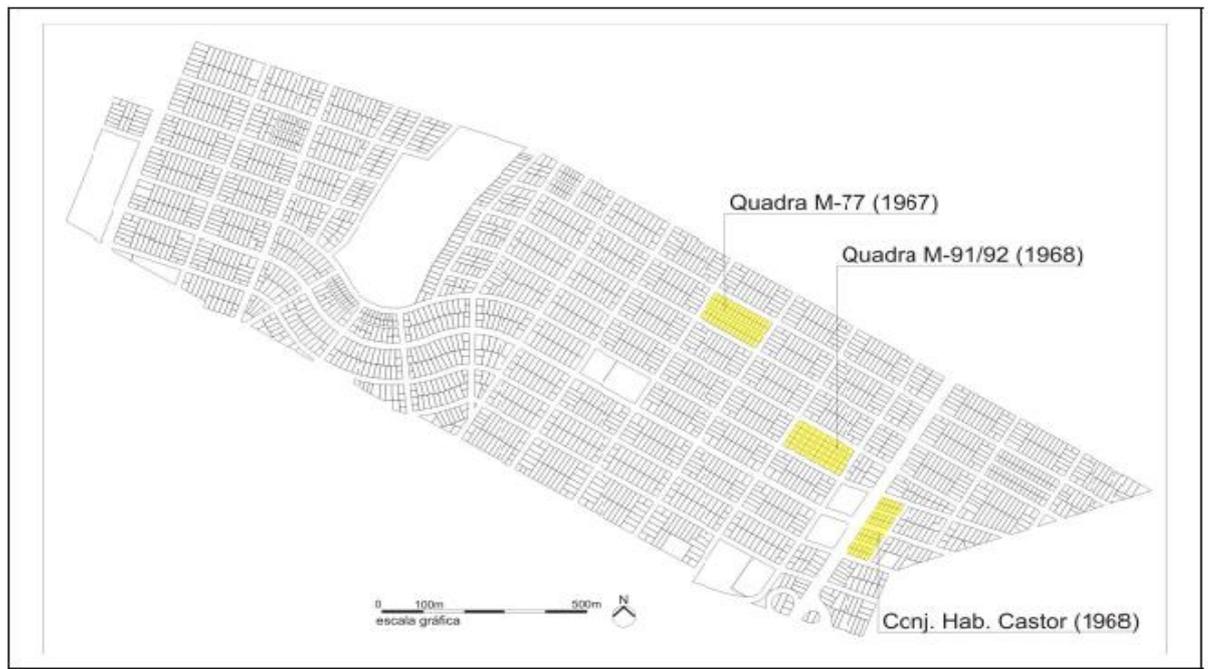
Para dar continuidade ao planejamento, mostrou-se indispensável a verticalização e expansão da cidade com vistas a atender à demanda regional. Então, a administração municipal coadunou-se a esse objetivo e formulou leis urbanísticas cada vez mais específicas (CORDOVIL, 2010).

Assim, motivou-se a criação do primeiro Plano Diretor de Maringá aprovado pela lei n.621/1968, o que resultou na criação de emendas adicionais para alteração dos tamanhos dos lotes para acomodar o contingente populacional em conjuntos populares. Então, é reduzida de 450 m² para 350 m² a dimensão mínima dos lotes, cujo perímetro pode chegar até 250 m² (LEONARDO, 2017).

Desse modo, com o crescimento da população urbana, vários conjuntos habitacionais verticais surgiram em muitas áreas de Maringá, totalizando 3.292 apartamentos populares (SCHMIDT; COSTA; MENDES, 2001). Em relação à habitação popular, as primeiras iniciativas para a sua construção podem ser vistas na década de 1960, com a Lei nº305/64, de 24 de junho de 1964, que autorizou a construção de 50 casas populares. Essas casas tinham como característica a assistência social, possuíam 60m²e que poderiam ser de alvenaria ou madeira, deveriam ter água encanada, poço artesiano e luz elétrica (CORDOVIL, 2010).

Em 1º de julho de 1966 criou-se a Companhia de Habitação Popular de Maringá (Cohab-MG). A companhia de habitação tinha a finalidade de estudar as questões que estavam relacionadas aos problemas de habitação popular e ao planejamento e execução de suas soluções. No entanto, dois meses antes da criação da Cohab – MG, foi autorizada a doação de terrenos à Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) para a construção de casas populares. Foram 10 datas localizadas na planta da vila Morangueira, provavelmente acrescentadas às 50 datas referidas anteriormente (CORDOVIL, 2010). Como representado na figura 5, a seguir.

Figura 05 - Planta da Vila Morangueira com os conjuntos habitacionais em amarelo



Fonte: Cordovil (2010).

A verticalização na década de 1970 não foi apenas desenvolvida para as classes baixas, mas também relação às classes altas e médias. Nessa década foram aprovados 14 projetos com 330 apartamentos e 136 salas comerciais, um total de 71.987,57m². Também na mesma época ocorreu a associação de construtoras locais para impedir a chegada de construtoras de Curitiba. A associação de construtoras maringenses foi viabilizada em um curto período de tempo, com um relativo sucesso (MACHADO; MENDES, 2003).

Desse modo, pela grande expansão demográfica na década de 1970, empresários e empresas do ramo imobiliário foram se instalando na cidade e atuando principalmente na

construção de loteamentos, bem como na construção de edifícios, responsáveis pela verticalização da cidade. (SILVA, 2015).

No entanto, a expansão vertical só foi possível pelos investimentos do Governo Federal. Assim, o fim da década de 1970 foi marcado pela desaceleração no processo de expansão da verticalização em consequência das limitações dos financiamentos imobiliários. Nessa época, a Caixa Econômica baixou em mais de 50% o teto de seus financiamentos imobiliários, o que inibiu a construção civil (MACHADO; MENDES 2003).

Nos anos de 1980, foi construído via BNH, o conjunto Residencial Requião com o intuito de abrigar a parte da população que não conseguiram suas moradias no Bairro Santa Felicidade. As cidades de Sarandi e Paiçandu permanecem como locais para acolher os desabrigados do mercado imobiliário que não tiveram a chance de fixar residência em Maringá (GALVÃO; RODRIGUES; TONELLA, 2009).

Na década de 1960 foi aprovado o maior loteamento desta gestão, que foi localizado ao lado do Jardim Alvorada, embora este ainda não tivesse sua ocupação completa, nomeado como Parque Residencial Cidade Nova, apesar de existirem áreas mais próximas ao centro urbano e que contavam com infraestrutura. Essa foi uma característica dos loteamentos maringaenses, localizados mais distantes para moradores que tivessem menor poder aquisitivo, pois as terras eram mais baratas e conseqüentemente mais acessíveis. Uma evidente ação da iniciativa privada com a aprovação do prefeito (CORDOVIL, 2010).

Posteriormente foram aprovados mais seis conjuntos habitacionais construídos na cidade, entre os anos 1969 e 1970. Cinco conjuntos construídos da Vila Morangueira e um na Vila Esperança e localizou-se ao norte do plano inicial e perifericamente a ela. Desse modo, foram construídos um total de 264 unidades habitacionais (CORDOVIL, 2010).

Entre os anos de 1973 a 1977, foram aprovados 28 novos loteamentos, com um acréscimo de 373 ha, que resultou em um aumento de 13,11% na área urbana. Novamente os loteamentos localizaram-se em regiões periféricas pelo mesmo motivo: as terras serem mais baratas. Ao fazer um paralelo com a Zona 03, esses lotes eram até cinco vezes menores, e poderiam ser pagos em 24, 36, e 48 meses, diferente das áreas centrais que geralmente eram pagos à vista (CORDOVIL, 2010).

A partir uma aprovação de novas diretrizes viárias em 1977 a 1982, foram inseridos à cidade 1.200 alqueires em áreas destinadas a novos bairros, instaladas em várias partes da

cidade, o que ocorreu uma fragmentação urbana. Já em 1980, aprovou-se uma lei que obrigava que os futuros conjuntos populares tivessem proximidade à área urbana da cidade, com o objetivo de consolidar os diversos núcleos já instalados na cidade e freou naquele momento a venda de glebas (SILVA, 2015).

Assim, a tentativa da valorização do espaço urbano maringaense mostrou-se ser uma estratégia utilizada ao longo dos anos. Na década de 1980, surgiu uma nova estratégia para a especulação imobiliária, dessa vez promovida através da reestruturação urbana: o projeto *Ágora*, conhecido atualmente como o Novo Centro (SILVA, 2015). O projeto previu edifícios isolados sobre um grande subsolo de dois pavimentos de garagem, um privado e outro público. Desse modo, a linha férrea deveria ser rebaixada a céu aberto e edifícios comerciais ao longo dela. A área livre onde se inseriam os edifícios isolados deveria ser uma *ágora*, a grande praça que dava nome ao projeto (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009).

Desse modo, ano de 1985 é contratado o arquiteto Oscar Niemeyer para elaborar o projeto de reestruturação do Novo Centro. Mas como o projeto foi considerado desconexo com a realidade local uma segunda proposta é apresentada ao prefeito da época, Ricardo Barros, em 1991. Também na década de 1980, iniciou-se o extravasamento da mancha urbana do polo sobre os municípios limítrofes, como Sarandi e Paiçandu, em um processo de conurbação, marcando a paisagem regional (SILVA, 2015).

Na década de 1990, Maringá teve uma expressiva produção de moradias, isso foi possível graças à forte atuação em conjunto de Estado, COHAPAR e municípios. Maringá terminou a década de 1990 com 288.653 habitantes, com uma produção habitacional 6.640 unidades localizados em áreas periféricas. A maioria se instalou na porção leste e divisa com o município de Sarandi, ao qual as bordas dos municípios foram predominantes para a moradia popular. A década de 1990, representou 21% a mais de moradias construídas em comparação a década passada (SILVA, SILVA, 2015).

Outro fato importante que aconteceu em Maringá na década de 1990 foi a aprovação no novo Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento, pela Lei Complementar 01, de 27 de dezembro de 1990, isso inseriu a abordagem para o estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento do espaço urbano e regional. Posteriormente mais dois Planos Diretores foram elaborados, no ano de 2000 e 2002. Contudo, esses planos não foram encaminhados ao legislativo (CORDOVIL; RODRIGUES, 2010).

Entre 1990 e 2000, foi ampliado o processo de conurbação entre Maringá e Sarandi. Desse modo, foi promovida uma forte expansão horizontal, devido ao maior conjunto habitacional implantado até a década, Conjunto Requião com 518 mil m², bem como os 19 loteamentos aprovados em Sarandi (SILVA, 2015). Nessa época, pequenos loteamentos e condomínios foram instalados, entre o contorno rodoviário sul e a divisa com Sarandi, repetiu-se a busca por regiões de menor valor do solo e condição urbana desfavorável (SILVA, SILVA, 2015).

3.5 HISTÓRIA RECENTE DE MARINGÁ

Ao longo dos anos 2000 surgiu uma nova possibilidade para criação de moradias e a reconfiguração do espaço urbano, como a revitalização dos espaços. Isso ocorreu por meio de dois programas recentes marcados pelo governo petista do Presidente Lula da Silva e sua sucessora Dilma Rousseff. Esses programas são o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Nos anos de 2001 a 2009, Maringá teve importantes momentos quanto a sua gestão pública e política urbana (SILVA, SILVA, 2015). Nessa época, ocorreu o debate para uma revisão das leis urbanísticas e a regulamentação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, o argumento era que devia ter um aumento na oferta dos terrenos para amenizar a alta dos preços possibilitando a aquisição de terra para a habitação popular. A proposta era de que a Macrozona de Contenção (que tinha 2 mil m² para a contenção da expansão urbana e proteção de mananciais) se transformasse em a Macrozona de Ocupação Imediata, isso permitiu a criação de mais lotes de 300m², em troca disso 7% desse total deveriam ser doados. Desses, 3% seriam utilizados pelo município para habitação de interesse social. No entanto, depois de 6 meses da aprovação dessa de Lei complementar 799/10, através da lei 835/10 o legislativo suspendeu esses 3% que deveriam ser doados pelos loteadores, com a justificativa de que onerava os futuros empreendimentos na Macrozona de Ocupação Imediata (SILVA, 2015). Esse fato mostrou mais uma vez o descaso dos agentes públicos e privados com aqueles que possuem menor poder aquisitivo.

De acordo com Silva (2017), no ano de 2005, cinco anos antes do Programa Minha Casa Minha Vida, o prefeito de Maringá, Silvio Magalhães Barros criou a Secretaria de Habitação Social (Sehabis), com o propósito de construir moradias populares com recursos do fundo municipal de habitação, já que nesta época ainda não havia uma política pública

que atendesse essa questão. Nessa época a construção de habitações fora do perímetro urbano de Maringá mostrou-se evidente. Para o autor, das 55 casas que foram viabilizadas por meio deste recurso, 49 estavam sendo construídas no distrito de Iguatemi (SILVA, 2017).

Os anos de 2005 e 2008, não foram bons anos em relação à habitação, o prefeito da época não ampliou a aquisição de terra para habitação social, pelas constantes mudanças no Plano Diretor. Assim, a década de 2000 encerrou com uma produção de apenas 2.043 habitações, 70% a menos que a década passada. Nem o novo Plano Diretor e as mudanças habitacionais políticas, como a PMCMV, foram suficientes para alavancar a produção de moradias até 2009 (SILVA, SILVA, 2015).

Nesse ponto, acredito que seja importante ressaltar a história recente de Maringá em relação a sua produção do espaço urbano. As estratégias da cidade capitalista, que em sua criação mostrou-se mais aparente, ao longo dos anos foram criadas de maneira mais sutil. Os agentes interessados na venda da cidade criaram novos empreendimentos, mas sempre com o discurso de melhorias para a cidade, como é o caso da requalificação do Bairro Santa Felicidade.

Como discuti anteriormente, trata-se no bairro onde foram alocadas as famílias de baixa renda, ao qual surgiu como um processo de desfavelização na década de 1980. Há 30 anos aquele local apresentava uma área precária em relação à infraestrutura e serviços, como o transporte público. O bairro surgiu e permaneceu ao longo dos anos com as características das periferias: precariedade de infraestrutura, falta de serviços, além da estigmatização dos moradores por parte da sociedade local (BORGES; SELA, 2013). Iniciou sua ocupação com 30 casas e logo após foram construídas mais 216 residências. Passados 30 anos, essa região mudou sua característica precária com a expansão da cidade e isso resultou em uma área de grande interesse para os agentes imobiliários, já que o bairro está em uma área nobre da cidade (GALVÃO, RODRIGUES, TONELLA, 2009).

Assim, em 2007 foi apresentado à população de Maringá o Projeto de Requalificação Urbana e Social – ZEIS Santa Felicidade com o recurso do PAC (SHIMADA, 2015). Projeto, cujo interesse era a revitalização do bairro a partir do investimento de recursos, mais especificamente R\$ 25 milhões (GALVÃO, RODRIGUES, TONELLA, 2009). Pela necessidade da rápida tramitação da documentação para o repasse dos recursos, o governo municipal apresentou à comunidade um projeto pronto de revitalização local, nele constavam itens como provisão de estrutura urbana, recuperação

do ambiente urbanizado e desocupado e a readequação da área habitacional (BORGES, SELA, 2013).

Para a aprovação do financiamento, no projeto constavam melhorias do asfalto bem como a construção e melhoria de moradias. No entanto, após sua aprovação o prefeito Silvio Barros, mudou o projeto sem consultar quem disponibilizou o dinheiro e a população residente do bairro. Desse modo, a Prefeitura alega que a requalificação urbana está relacionada com a adaptação do bairro à cidade, removeu os moradores para o alargamento das ruas fosse efetivado. A verba também não ficou aplicada apenas no Bairro Santa Felicidade, mas foi utilizada para outras obras da cidade (BORGES; SELA, 2013).

Outro fato que chama atenção nesse projeto são os recursos advindos do PAC, que buscou a revitalização de áreas de risco social, removeu moradias localizadas em áreas de risco, no caso das ZEIS. Uma alternativa contraditória, pois no ano de 2005 foi instituído as ZEIS em Maringá. Para a implantação dos recursos do PAC a Câmara Municipal em 2007 aprova a Lei Complementar nº697 que transformou 18 áreas públicas do município em ZEIS. No entanto, o Bairro Santa Felicidade não foi tomado com ZEIS, mas mesmo assim foi a principal área de investimentos do PAC no “Projeto de Requalificação Urbana e Social – ZEIS Santa Felicidade/PMM” (GALVÃO, RODRIGUES, TONELLA, 2009). Além disso, as áreas que foram instituídas como ZEIS tratavam-se de áreas públicas aos quais estavam destinadas à construção de infraestrutura urbana, como escola, postos de saúde, áreas de lazer, etc. Essas áreas foram desafetadas para abrigar unidades habitacionais dos moradores remanejados do Bairro Santa Felicidade (BORGES, SELA, 2013).

Para pleitear os investimentos via recursos do PAC, o projeto elaborado pela Prefeitura de Maringá contava com intervenções junto ao Bairro Santa Felicidade, a proposta era o alargamento das ruas e ampliação do tamanho dos terrenos (de 250 m² para 300 a 350 m²), visto que a região possuía uma densidade populacional crítica (mais de 100 hab/ha). O projeto tinha a proposta de reurbanizar uma área que consideravam de declínio físico e social, com medidas de recuperação ambiental (JORDÃO, 2012).

Assim, a justificativa da prefeitura para revitalização dessa área foi “solucionar” questões para a área social, segurança pública, econômica, infraestrutura, educação e saúde. No projeto elaborado pela prefeitura constavam dados históricos, no qual apontavam que o bairro localizava-se em uma região conhecida como muito carente e a mais violenta do município, presença de construção desordenada e insalubre, baixos

índices de escolaridade, alto índice de doenças como AIDS ou outras DSTs, altos índices de dependência química, responsável direto pelo aumento da criminalidade e da violência local. Essas foram as justificativas da prefeitura para a readequação do bairro (SHIMADA, 2015).

O ideário da cidade “bela” e sem “favelas” apareceu mais uma vez, isso ficou evidente no discurso da prefeitura do município ao remover 104 famílias do local para regiões consideradas como vazios urbanos. Para os moradores que continuaram no Santa Felicidade o poder municipal prometeu revitalizar suas casas, para resgatar a autoestima dos moradores por meio, não apenas de programas e assistência social, mas principalmente com investimentos do poder público para embelezar o bairro, ora nada mais viável para a cidade conhecida por sua beleza, mudar o aspecto visual e conceitual da favela (SHIMADA, 2015).

No entanto, a partir desses investimentos, percebo um claro objetivo dos agentes imobiliários em conjunto com o município de se apropriar dessa área. O bairro estava localizado em uma área nobre da cidade, rodeada por mansões, condomínios de luxo e um Centro Universitário. Mostrou-se clara, mais uma alternativa com interesses do capital em retirar essas pessoas que tiveram suas vidas, e construíram seu lar para um novo local. Eles foram retirados desse bairro e alocados em outras áreas que fazem parte da ZEIS, ou seja, um lugar distante da cidade, como visto anteriormente (GALVÃO, RODRIGUES, TONELLA, 2009).

Essa estratégia da prefeitura de Maringá pode ser observada ao que Carlos (2015), cita como a construção material e objetiva do espaço é feita em detrimento das relações sociais que vivem em regiões visadas pela especulação imobiliária. Nesse sentido, foram criadas políticas públicas que auxiliam na expulsão, por meio da lei de desapropriação ou pela eliminação das favelas com o intuito da construção de novos edifícios sob o argumento das áreas de “interesse público” (CARLOS, 2015a).

Assim, é visível a ação do poder público em prol do capital, que teve interesse em qualificar a área onde se encontra o bairro integrando-o à composição paisagística do seu entorno, que era composto por novos loteamentos e condomínios na porção sul da cidade de Maringá. Isso fez com que recursos aplicação para a construção de imóveis voltassem para esta parte da cidade “limpando” a área para gerar capital (BORGES; SELA, 2013).

Para a realização do projeto foram notificados proprietários de 120 terrenos, que foram removidos para outra área do território de Maringá. Um total de 55% dos moradores,

foram retirados do local que recebeu investimentos do PAC. Além de não poderem usufruir dos novos investimentos relacionados a essa região eles ainda foram encaminhados para outro lugar que não possuía a mesma infraestrutura, pois estão localizados em ZEIS em áreas periféricas da cidade (GALVÃO; RODRIGUES, TONELLA, 2009). Como aponta o estudo realizado por Gonçalves (2017), os bairros para onde foram remanejados os ex-moradores do bairro Santa Felicidade, localizavam-se a 8km do centro da cidade, com um tempo de trânsito de 31 a 45 minutos de transporte público, com vazios urbanos cercando o terreno.

Outro investimento importante no espaço urbano maringaense foi o projeto do Contorno Norte, embora não seja recente, datado na década de 1970. O mesmo começou a ser executado apenas em 2009, ele foi feito com o objetivo de desviar o tráfego pesado do espaço urbano habitado e delimitar o perímetro urbano (BORGES; SELA, 2013). Desde a elaboração do sistema viário maringaense, percebeu-se que a Avenida Colombo foi incluída como um eixo limitador do plano urbanístico da cidade. Ela foi desenhada com 35 metros de largura, duas pistas e um canteiro central, cujo objetivo era receber o tráfego mais pesado e funcionar ao mesmo tempo como um perímetro urbano (FONTANA; VALOTTA, 2014). Mas com a expansão da cidade, observo que esse projeto não atendeu seu objetivo principal (BORGES; SELA, 2013).

Isso ocorreu pela grande expansão demográfica da cidade a partir da década de 1980. Nesse ínterim, a construção civil se desenvolveu pela edificação de prédios residenciais e condomínios horizontais fechados, ao passo que a expansão do perímetro urbano de Maringá acelerou o mercado imobiliário, isso desenvolveu a necessidade de criar novas soluções para adequar à infraestrutura urbana, para acomodar o tráfego intenso que permitiu um escoamento mais rápido e adequado para produção, serviços e pessoas. Pois o tráfego da Avenida Colombo apresentou um problema, não apenas de mobilidade para veículos e pedestres, como também acidentes (FONTANA; VALOTTA, 2014).

Para solucionar esse problema, foi criado um projeto denominado PAC – Contorno Norte de Maringá, a intenção era desafogar a Avenida Colombo com o desvio de carros e caminhões ao redor da cidade (FONTANA; VALOTTA, 2014). Então, o projeto também contou com recursos do PAC, com um orçamento inicial de R\$142 milhões em (2008). Em 2009, o projeto obteve aditivo no valor de R\$ 37 milhões. A obra atingiu em 2010 o total de R\$ 179 milhões. A segunda fase previu a duplicação do orçamento inicial, somou mais R\$ 130 milhões ao investimento da obra, que alcançou o valor total de R\$ 309 milhões

(BORGES; SELA, 2013). A obra foi concluída em 2013 com um investimento final de R\$ 412 milhões de reais, quase três vezes mais em comparação ao investimento inicial (G1, 2013).

Em 2009, iniciou-se nas regiões periféricas de Maringá a grande obra do Contorno Norte: uma pista com 17,2 quilômetros de extensão, com a função de ligar o trevo na divisa entre as cidades de Maringá e Sarandi, ao trevo Coca-Cola localizado na zona oeste da cidade (FONTANA; VALOTTA, 2014).

A liberação da verba para as obras só foi possível graças à intervenção de diversos agentes políticos, como a Prefeitura de Maringá, prefeito Silvio Barros; Ministério do Planejamento; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); e Empreiteira Sanches Tripoloni – Maringá. Também contou com agentes políticos, que envolveu a dupla de líderes políticos do PT, Deputado Estadual Enio Verri (PT) e Paulo Bernardo (PT), ministro do planejamento na época (BORGES; SELA, 2013).

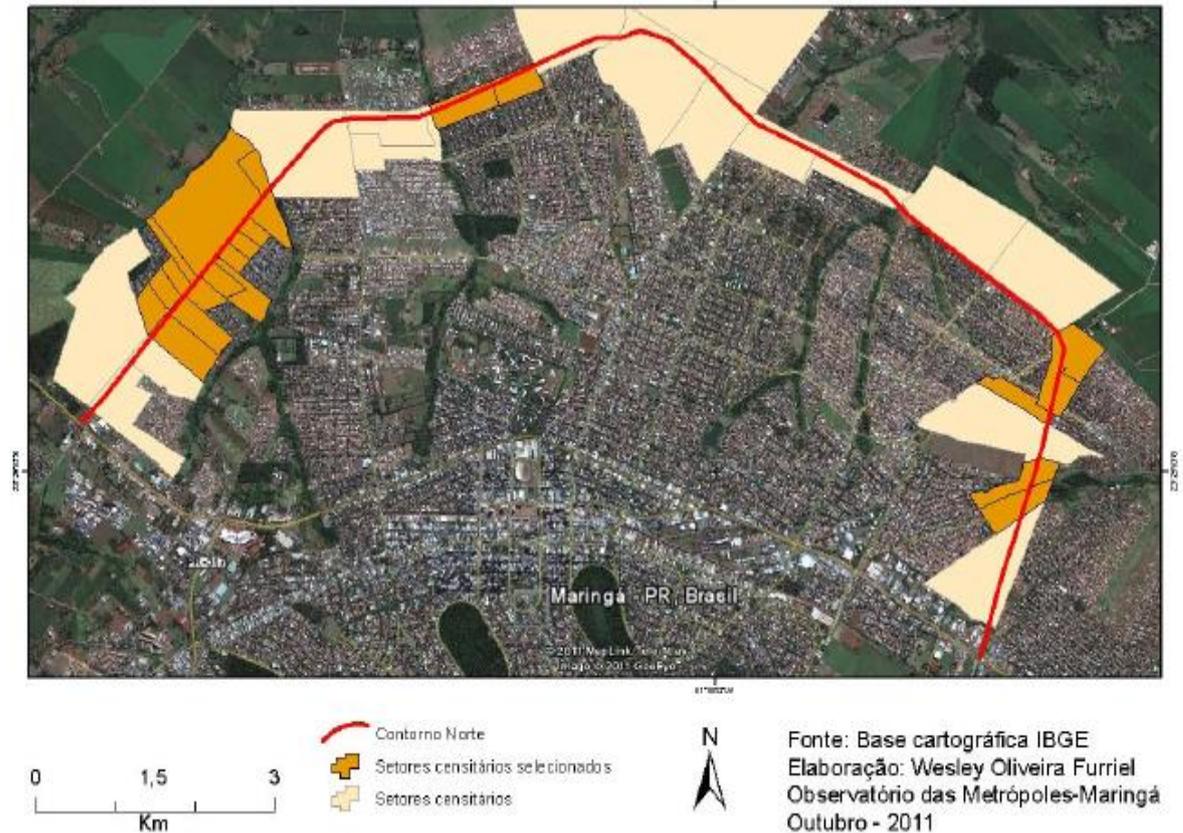
Apesar dos agentes políticos terem tido uma ampla influência para desengavetar o projeto do Contorno Norte, existiu outra força indutora entre os agentes do espaço urbano, que pode ter influenciado no processo de liberação de recursos financeiros. No caso, a empreiteira que venceu a licitação para executar a obra do Contorno Norte, a maringaense Sanche Tripoloni. Curiosamente a empreiteira realizou algumas doações para candidato do PT, PMDB e PR e cerca de R\$ 510 mil reais foram repassados para a campanha de Gleisi Hoffmann (PT), nas eleições de 2010. Doou também cerca de R\$ 6,4 milhões para políticos da base aliada do governo federal, e R\$ 800 mil para políticos da oposição. Para o então candidato à presidência José Serra (PSDB), a empreiteira doou em um total cerca de 7,2 milhões de reais para campanhas eleitorais (BORGES; SELA, 2013).

A obra de valor questionável⁵, que tinha como objetivo a melhoria do tráfego nas principais avenidas da cidade, trouxe com ela diversos aspectos negativos, principalmente em relação à vida da população localizada no entorno da construção. A obra em vez de contornar a cidade, ela rasga o interior de alguns bairros da cidade, como pode ser observado na figura 6, a seguir. Desse modo, ela separa alguns bairros do município, constituindo simbolicamente o “lado de lá” e o de “cá”. Um lado então ficou posicionado

⁵ Segundo reportagem do jornal Gazeta do Povo (2011), o Tribunal de Contas da União (TCU) aponta sobrepreço de aproximadamente R\$ 10,5 milhões referente à segunda etapa das obras do Contorno Norte de Maringá. A obra foi suspensa por um ano para averiguar possíveis irregularidades. A empreiteira, Sanches Tripoloni, precisou reduzir R\$ 10 milhões do seu valor total que era estimado em R\$ 130 milhões, mas as obras foram retomadas em junho de 2012. (<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/tcu-questiona-preco-de-licitacao-para-obras-do-contorno-norte-28lsn6hk84etp25sijzex8u32>)

no interior do Contorno Norte e o outro lado posicionado do lado externo dessa construção, longe dos equipamentos urbanos e do centro da cidade (FONTANA; VALOTTA, 2014).

Figura 6 - Bairros que foram cortados pelo Contorno Norte



Fonte: Observatório das Metrôpoles (2011).

O Contorno Norte que, a princípio, pareceria um projeto que melhoraria a vida do cidadão maringaense, mostrou-se mais uma vez um modo de arrecadar dinheiro via os agentes políticos e imobiliário, o acesso dos moradores dos bairros localizados às marginais do Contorno ficou restrito. Aumentou o processo de segregação urbana, histórica em Maringá, com a implantação de bairros destinada à baixa renda, localizados nas regiões além do perímetro urbano com pouca infraestrutura (FONTANA; VALOTTA, 2014).

Além disso, a construção do Contorno Norte repetiu a lógica capitalista que rege Maringá desde sua criação como uma cidade segregadora comandada por agentes sociais, mais preocupados em criar uma cidade mercadoria, ao qual a valorização do seu terreno traria lucro tanto para o Estado, quanto para os agentes imobiliários e por meio disso criou estratégias que mantêm as camadas mais empobrecidas distantes da cidade, por

consequência disso essa população tem dificuldade ao acesso a equipamentos públicos, como no caso do Bairro Santa Felicidade e o Contorno Norte que podem ser vistos como a materialização dessa estratégia.

3.5.1 Déficit Habitacional de Maringá e a Construção de Moradias

Em relação à produção de habitação em Maringá, Leonardo (2017), cita que a cidade possui um déficit habitacional de 10,5 mil moradias. Além disso, na fila de cadastro para o benefício da casa própria há 30 mil pessoas inscritas e 70% do déficit habitacional maringaense concentra-se na faixa 1, ao passo que apenas 39% de unidades habitacionais que Maringá tinha disponibilidade foram construídas para essa faixa, ao contrário do território nacional em que a construção foi de 61% de unidades habitacionais construídas para essa faixa (LEONARDO, 2017).

Para o PMCMV efetuar-se é necessário a parceria entre o Governo Federal e Municipal, enquanto o primeiro é responsável pela concessão do benefício, as prefeituras das cidades são responsáveis por disponibilizar os terrenos para a construção das moradias e o cadastramento das pessoas que tenham interesse e se enquadrem para receber o benefício. Assim, de acordo com Leonardo (2017), para um município do porte de Maringá o governo federal disponibiliza R\$64.000,00 por unidade construída, neste valor está incluso a execução da obra, a infraestrutura e o terreno. Porém, isso apresentou uma dificuldade em construir habitações de Faixa 1, que ocorreu pelos altos valores praticados pelo mercado imobiliário na cidade de Maringá.

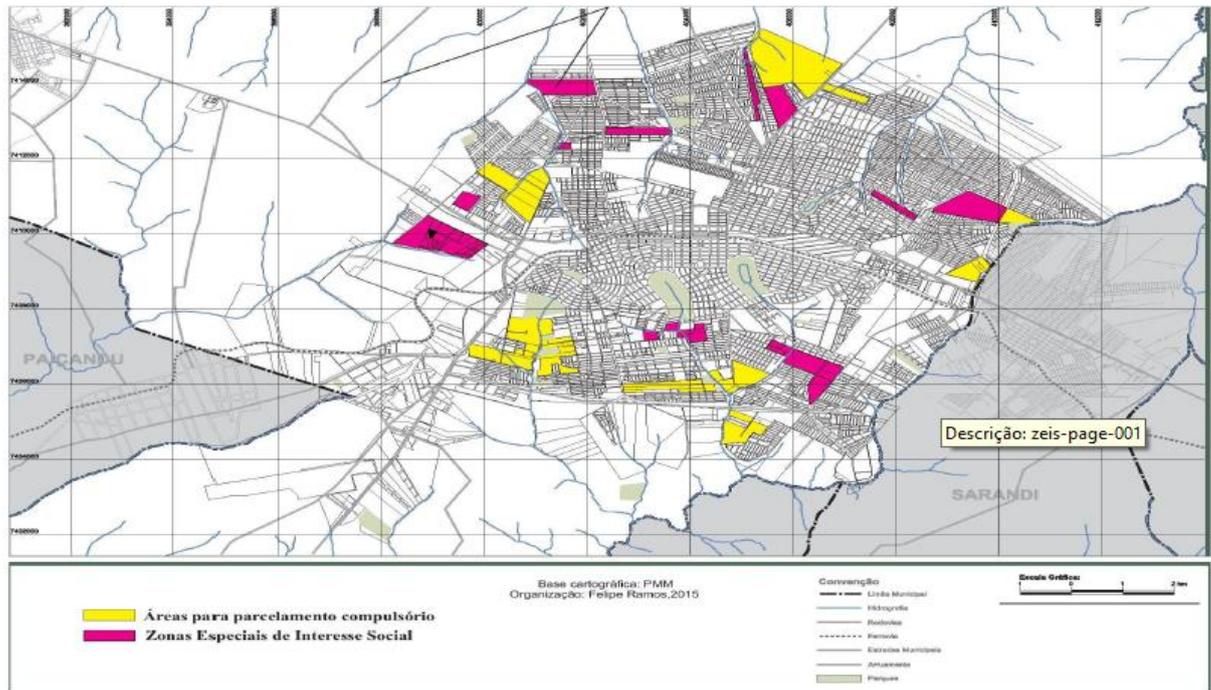
Para Silva (2015), o fato das terras maringaenses terem um preço maior não justificou a indisponibilidade do poder municipal, de instalar os conjuntos habitacionais em locais mais apropriados, já que de acordo com o Estatuto da Cidade, o município dispõe de instrumentos, como o Imposto Sobre a Propriedade e Territorial Urbana⁶ (IPTU) progressivo, e o uso de outorga onerosa⁷.

⁶ De acordo com o Plano Diretor de Maringá (2009), o poder público municipal exigirá do proprietário do imóvel urbano não-edificado, subutilizado, utilizado inadequadamente ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de sobre o mesmo ser instituído o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no Tempo (IPTU Progressivo). Assim, a alíquota deverá ser aplicada a cada ano sobre o valor do imóvel em lei específica. O IPTU Progressivo tem como objetivo: cumprir a função social da cidade e da propriedade, por meio da indução da ocupação de áreas vazias ou subutilizadas; aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já consolidadas da malha urbana de Maringá; combater o processo de periferização; além de inibir o processo de retenção especulativa do imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não-utilização.

⁷ Outorga onerosa refere-se ao direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida do Poder Público Municipal, até o limite estabelecido pelo Coeficiente de Aproveitamento

Além disso, o Plano Diretor de Maringá fica responsável por estabelecer as ZEIS, essas áreas estabelecemos locais onde devem ser construídas as habitações de interesse social de Maringá. No caso do município as ZEIS, ficaram distribuídas como apresenta-se na Figura 7.

Figura 7 - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Maringá



Fonte: Ramos (2015).

Segundo dados de Denaldi e Brajato (2017), entre os anos de 2009 e 2013, o município de Maringá notificou em duas etapas do IPTU Progressivo, 705 proprietários de imóveis não edificados ou subutilizados, somando 14,5 milhões de m². A primeira etapa concentrou-se na área central e intermediária da cidade, o objetivo era dar uso aos imóveis ociosos em perímetros com melhor infraestrutura instalada. Já a segunda etapa, foram notificadas áreas em todo o perímetro urbano. Ainda de acordo com os autores, o instrumento perdeu força de ordenar o uso e ocupação do solo e de orientar a ocupação de setores prioritários. Além disso, o município não possuiu uma estratégia territorial associada à distribuição das notificações no tempo que pode resultar na inviabilidade de

Máximo permitido para a zona, e dentro dos parâmetros pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo. Podendo ser aplicada a outorga onerosa nas seguintes modalidades: regularização fundiária; execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; constituição de reserva fundiária; ordenamento e direcionamento da expansão urbana; implantação de equipamentos urbanos e comunitários; ordenamento e direcionamento da expansão urbana; criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico (Plano Diretor de Maringá, 2009).

uso desse conjunto de imóveis nos prazos exigidos por lei. Ademais, em 2017 foi aprovado o projeto de lei complementar do Executivo, que suspendeu a partir de 2008 o lançamento do IPTU Progressivo, até a revisão do Plano Diretor de Maringá.

Quadro 2 - Unidades Habitacionais produzidas entre 2009-2016

Gestão	Prefeito	Recursos	Conjuntos Habitacionais	Unidades Habitacionais
2009-2012	Silvio Magalhães Barros	PAC	18	481
		OGU	3	116
		PMCMV Faixa 1	5	672
		PMCMV Faixa	10	1.129
		FMH	1	8
2013-2016	Carlos Roberto Pupin	PAC	Diversos Bairros	184
		PMCMV Faixa 1	3	457
		FMH	Diversos Bairros	102

Fonte: Leonardo (2017).

Assim, percebo a incapacidade e a falta de iniciativa do poder público em atender à demanda habitacional no que tange às classes mais baixas. Um processo que ocorre desde a gênese de Maringá e se perpetua atualmente. Isso impossibilitou que a população de baixa renda possa ter acesso às habitações dignas.

No próximo item apresento o objeto de estudo dessa pesquisa, a priori são utilizados os relatórios formulados por pesquisadores do Observatório das Metrôpoles, que acompanhou o processo de ocupação desde o seu início até o fim. Nesses relatórios são descritas as visitas que equipe do Observatório realizou, formada por psicólogos e assistentes sociais. Assim, conta-se os diversos percalços que essas famílias tiveram desde o ano de 2012 até 2017.

4 ESCOLA DELFIM MOREIRA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

No dia 28 de outubro de 2012, vinte casas do Conjunto Habitacional Atenas II foram ocupadas por dezenove famílias. Essas famílias caracterizavam-se por pessoas de baixa renda e que se encontravam em precária situação de habitação, moravam com seus familiares⁸, ou com risco de serem despejadas pela falta de pagamento do aluguel de suas casas. As ocupações ocorreram pelo quadro de vulnerabilidade que essas pessoas se encontravam, de acordo com essas famílias que discutirei mais adiante. Assim, ao saberem das unidades habitacionais do Conjunto Atenas II que estavam em processo de construção, viram a ocupação desse conjunto como uma possível solução desse problema (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

As habitações do Conjunto Atenas II foram construídas por meio de investimentos do PAC e estavam destinadas ao remanejamento de algumas famílias do Bairro Santa Felicidade, uma política de expulsão dos moradores pobres das áreas nobres da cidade, como discutido anteriormente na seção 3.5 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

No mesmo ano da ocupação a Prefeitura de Maringá entrou com um pedido de reintegração de posse, o poder público utilizou de mecanismos como constrangimentos e coerções, além de realizar ameaças de despejo dessas famílias, que foram impedidas pela ação do Observatório das Metrópoles em conjunto com a Câmara dos Vereadores (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

Os moradores também relatam que foram impedidos de ter acesso aos serviços básicos, como creche, luz elétrica e água. Ao se identificarem como habitantes do Conjunto Atenas II a Secretaria Municipal se recusava a realizar a matrícula das crianças. Isso fez com que eles se organizassem e conseguissem um Ofício da Promotoria da Vara da Infância destinado à Secretaria Municipal de Maringá para que as crianças pudessem frequentar a creche. Além disso, foram expedidos outros ofícios para que fossem ligadas água e a energia elétrica (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

Na tentativa de reintegração de posse foi oferecido para as famílias a escola Governador Gentilin como alternativa para sua realocação. No entanto, essa escola

⁸ A coabitação familiar é um dos elementos que compõe o déficit habitacional, sendo a soma das famílias conviventes secundárias que viviam junto à outra família no mesmo domicílio (Fundação João Pinheiro, 2018).

apresentava falta de estrutura do local, tudo isso atestado pelo Juiz que fez a inspeção da escola. Assim a ordem de reintegração de posse estaria suspensa até que fosse ofertado um novo abrigo com condições dignas de habitabilidade (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

A Prefeitura de Maringá ofereceu um novo local para remover as famílias do conjunto habitacional. Dessa vez, tratou-se da Escola Rural Delfim Moreira, localizada a 16km do centro de Maringá, na zona rural do município. A escola tinha características como ser cercada por plantação de soja e cana de açúcar, a escola estava desativada há seis anos, e possuía uma infraestrutura de 10 salas de aula, 3 banheiros, uma cozinha, uma despensa e uma secretaria, esses poucos cômodos abrigavam 59 pessoas, sendo estas 17 mulheres, 12 homens e 30 crianças. Essas famílias não tinham acesso ao transporte público para trabalhar ou para as crianças frequentarem a creche. Ademais, como estavam próximas a plantações de soja, onde havia a pulverização de agrotóxicos, além de não possuir água potável, fez com que os moradores fossem acometidos por diversas doenças, além disso constatou-se a presença de animais peçonhentos nas imediações e dependências da escola (ATENAS RELATÓRIO 2, 2014). (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014). A figura 8, a seguir, ilustra um dos espaços da Escola Delfim Moreira.

Figura 8 – Estrutura da Escola Delfim Moreira



Fonte: arquivo Observatório das Metrôpoles.

Como pode-se observar na imagem a infraestrutura não atendia as condições básicas de moradia. Além disso, a escola apresentou diversos riscos à saúde dos moradores, como, presença de ratos e insetos, falta de coleta de lixo, grades e portões enferrujados e janelas com vidros quebrados, que não impedia a entrada do frio e da chuva. Doenças como diarreia e vômito acometeram as crianças por conta da má armazenagem da água que a escola apresentou.

A falta de mobilidade urbana também era outro problema que assolou essas famílias, pois o transporte público mais próximo localizava-se a seis quilômetros da escola. Assim, essas pessoas ficavam impedidas de ter acesso à cidade e aos serviços mais básicos que ela poderia oferecer, como hospitais, postos de atendimento, escola, mercado e até mesmo seus locais de trabalho (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014). A seguir, apresento a figura 9 e 10. Na primeira é possível visualizar a estrada de chão leva à escola. Já na segunda figura, apresento a distância de 6 quilômetros da escola para a rodovia.

Figura 9 – Estrada de chão da Escola Rural Delfim Moreira



Fonte: Renato Domingos (2014).

escola não o fizeram pela superação da situação de vulnerabilidade, mas por necessidade de ter acesso aos serviços ofertados pela cidade, o que era impossibilitado pela distância que o abrigo estava localizado (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

No final do ano de 2014, mais uma família deixou o abrigo, a filha mais nova destes já não estava no local por conta das condições inadequadas que a escola apresentou. No ano seguinte, uma família voltou para a Escola Delfim Moreira, por não conseguir arcar com o valor do aluguel de uma casa, isso mostrou mais uma vez a necessidade dessas famílias por uma moradia (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

No dia 27 de março de 2015, foi realizado o sorteio de 232 unidades habitacionais do Conjunto Pioneiro José Pires de Oliveira, no distrito de Floriano pelo PMCMV. Sorteio realizado pela Secretaria de Habitação de Interesse Social de Maringá em parceria com a Caixa Econômica Federal. A equipe do Observatório acompanhou o sorteio, como também alguns moradores da Escola Delfim Moreira. Nesse sorteio, duas famílias da ocupação não tiveram seus cadastros efetivados. De acordo com os funcionários da secretaria isso ocorreu devido as famílias ultrapassarem a renda mínima de 1.600 reais, teto estipulado para a faixa 1 do PMCMV, o que vai de encontro com o que as famílias alegavam: que suas rendas não ultrapassavam esse valor (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Neste sorteio foram selecionadas 351 famílias, entre beneficiados e suplentes. Destas, 3 famílias que estavam abrigadas na Escola Delfim Moreira foram sorteadas além de duas famílias que já haviam deixado a ocupação. Cabe destacar que durante o processo desse sorteio a Secretaria de Habitação de Interesse Social divulgou uma lista com os 19.510 inscritos para o benefício do PMCMV. Como pode ser observado no Anexo A, na lista de inscritos, as famílias que ocuparam o Residencial Atenas II foram identificadas como “invasores”. Após a representação ao Ministério Público apresentada pelo Observatório das Metrôpoles as identificações foram retiradas (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Em 2017, já na gestão do prefeito Ulisses Maia (2017-atualmente), a Prefeitura entrou com mais um pedido de reintegração de posse, dessa vez da Escola Delfim Moreira para transformá-la em uma casa de detenção feminina. Em troca do espaço a Prefeitura ofereceu o aluguel social em um primeiro momento, para depois receberem receber uma unidade habitacional do PMCMV.

O Observatório das Metrôpoles informou os moradores que a lei do aluguel social tratava-se de um benefício eventual, que por lei pode ser ofertado pelo período de 6 meses que poderiam ser prorrogáveis por igual período ao passar por uma reavaliação da Prefeitura para conceber o benefício novamente. No dia 07 de junho de 2017 na sede da Prefeitura Municipal de Maringá foi realizada a reunião para a entrega das chaves das casas alugadas pela prefeitura para as cinco famílias que ainda estavam abrigadas na Escola Rural Delfim Moreira, duas dessas casas foram entregues para as famílias residirem no distrito de Iguatemi e as três restantes, para residências localizadas em bairros da cidade (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015; O DIÁRIO, 2017).

A presente pesquisa buscou essas dez famílias que participaram das ocupações em suas residências, com o objetivo de compreender como foi o processo de des(re)territorialização que elas passaram nesses territórios físicos ou simbólicos, como elas territorializaram os espaços que ocuparam, além de entender como foi a participação dos diversos agentes sociais nesse processo. No próximo capítulo, abordo como foi realizado o percurso metodológico utilizado para a realização da presente pesquisa.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresento os procedimentos que foram realizados para responder os objetivos propostos pela pesquisa. Desse modo, são apresentados o objeto de estudo, os sujeitos da pesquisa e quais os caminhos que segui ao longo da mesma.

Chegar até este objeto de estudo não se mostrou uma tarefa fácil, as dúvidas que me acompanharam foram as mais diversas possíveis: ora como encontrar um objeto que seja rico o suficiente para realizar a minha pesquisa? Mais do que isso, como encontrar um objeto que fosse possível compreendê-lo teoricamente, um campo que pudesse ser observado toda sua riqueza sem que a minha visão, que não conhece tal realidade, o diminua?

No entanto, a pesquisa tomou rumo enquanto eu cursava uma disciplina intitulada “Estrutura Social e Segregação Urbana” do mestrado em Ciências Sociais, no segundo semestre de 2017. Essa disciplina tinha como objetivo debater as contradições do capital e como o mesmo refletia na cidade e no seu espaço urbano. Como exemplo, a professora da disciplina, Ana Lúcia Rodrigues, nos relatou o caso que ela chamou de Conjunto Atenas, em que algumas famílias ocuparam um conjunto habitacional durante alguns anos, mas que haviam sido removidas pela Prefeitura Municipal. Até então, eu não conhecia esse fato, mas pude perceber as contradições que haviam nele. Conhecia Maringá como a cidade sem “favelas”, no entanto depois de ter a oportunidade de residir no município percebi que a “cidade sem favelas” não passava de um imaginário criado e construído para que as pessoas acreditassem nele. A cidade vista por fora é bonita e sem pobreza, mas o seu interior na verdade, suas margens, mostram outra realidade: uma cidade que não é para os pobres e por isso os expulsa para as cidades vizinhas.

Ao relatar esse caso à minha orientadora, percebemos este objeto como uma possibilidade de estudo. Depois de uma breve entrevista que realizei com a equipe do Observatório das Metrôpoles, que acompanhou as famílias durante o tempo da ocupação, optei por estudá-lo.

Desse modo, esta pesquisa não seria possível de ser realizada se não fosse de forma qualitativa, pois “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22). Ademais, o fenômeno ou processo social deve ser compreendido nas suas determinações e transformações ocorridas pelos sujeitos. Bogdan e Biklen (1994), ainda

caracterizam a pesquisa qualitativa como sendo um modo de me possibilitar ir direto à sua fonte de dados. Desse modo, os investigadores qualitativos preocupam-se mais com o contexto do seu local de estudo. As ações podem ser mais bem compreendidas quando são observadas no seu ambiente atual de ocorrência (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Para Merriam (2009), pesquisadores qualitativos estão interessados em entender como as pessoas interpretam suas experiências, como elas constroem seus mundos e que significados elas atribuem a suas experiências. Triviños (1987) define a pesquisa qualitativa como uma descrição que tem como objetivo captar não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência. “Busca, porém as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana” (TRIVIÑOS, 1987, p. 129).

Assim, ao tentar compreender como ocorreu os processos de des(re)territorialização dos ex-moradores da escola Delfim Moreira, foi necessário buscar as relações sociais que esses indivíduos mantiveram com os territórios ao qual habitavam e como o transformaram em suas residências. Além das relações sociais que foram estabelecidas entre esses moradores e os diversos agentes que estavam inseridos nesse contexto.

Por isso, a pesquisa teve por objetivo apreender como essas famílias vivenciaram o processo de des(re)territorialização do Conjunto Atenas II e posteriormente foram removidas para a escola Delfim Moreira, o que acarretou na impossibilidade de acesso desses indivíduos ao centro urbano, à escola e aos seus trabalhos, vivenciando um novo processo de des(re)territorialização. Essa questão foi resolvida somente em 2017, com a ação de diversos agentes inseridos nesse processo, entre eles o Observatório das Metrópoles, o Movimento dos Trabalhadores por Moradia, e os próprios moradores que pleiteavam ações junto ao poder público para solucionar suas questões.

Desse modo, para descrever esses processos que ocorreram ao longo dos cinco anos, de 2012 a 2017, a presente pesquisa classifica-se como descritiva. Nesse sentido, de acordo com Bogdan e Biklen (1994) os dados devem ser analisados em toda a sua riqueza, e respeitar como esses dados foram registrados ou transcritos.

A escrita descritiva possibilita abordar o mundo de maneira minuciosa, e que seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo pode ter potencial para uma compreensão mais esclarecedora do objeto que está em estudo. Em suma, “a descrição funciona bem como método de recolha de dados, quando se pretende que nenhum detalhe escape ao escrutínio” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49).

Merriam (2009) corrobora com esse aspecto, e afirma que o resultado da pesquisa qualitativa é uma rica descrição. As palavras e imagens são usadas para transmitir o que é possível apreender sobre um fenômeno. Além disso, dados como documentos, notas de campo, observação, entrevistas, vídeos, formam uma combinação para dar suporte aos estudos. Esses documentos e excertos contribuem para a natureza descritiva da pesquisa qualitativa (MERRIAN, 2009). Então, pretendo descrever como ocorreram o processo de des(re)territorialização das famílias ao longo da ocupação do Conjunto Atenas e a remoção para a Escola Delfim Moreira.

Ao partir da pesquisa descritiva da primeira ocupação no Conjunto Atenas, em 2012 que teve seu início com 19 famílias, é importante então descrever como ocorreu essa ocupação. Quais fatores motivaram essas pessoas a fazerem isso? Quais foram suas ações nesse momento para luta de uma nova residência? Quais eram as condições que estavam esse local? Como se sentiam morando naquelas casas? Como (re)significaram aquele território para serem suas moradias?

No processo de (des)territorialização para a escola Delfim Moreira foi importante descrever como ocorreu o processo, ao qual foram alocadas em um ambiente que mostrava precariedade. Desse modo, nessa etapa busquei descrever com essas pessoas se (des)territorializaram e (re)territorializaram esse novo ambiente. Para isso foi necessário compreender os aspectos daquele novo território e novamente como elas os (re)significaram. Além disso, foi importante descrever as ações dos diversos agentes que estavam inclusos nesses processos. Com o desenrolar de ações e de lutas para que essas pessoas sejam alocadas em novas moradias, e também descrever o último processo de reterritorialização, ao qual oito famílias foram alocadas para os distritos de Iguatemi, Floriano e Maringá.

5.1 COLETA DE DADOS

Para atingir os objetivos propostos utilizei entrevistas com roteiro semiestruturado que foram aplicados aos indivíduos envolvidos nos processos de des(re)territorialização, ou seja, ex-moradores da escola Delfim Moreira. Bogdan e Biklen (1994), definem a entrevista qualitativa como uma estratégia para recolher dados, e pode ser utilizada em conjunto com outras técnicas como, observação participante, análise de documentos entre outras. Então, a entrevista me auxiliou recolher dados descritivos na linguagem do próprio

sujeito, e permitiu a pesquisadora desenvolver uma ideia sobre como os sujeitos pesquisados percebem aspectos do seu mundo. “A vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante sobre os mais variados tópicos” (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 39).

A entrevista não deve ser considerada como um instrumento desprezioso ou neutro, mas como um modo de coletar dados por meio dos atores enquanto sujeitos de pesquisa que vivenciam uma realidade que está sendo pesquisada. Além de auxiliar na obtenção de informações a respeito de um determinado tema científico, a entrevista tem como característica a comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e o significado da fala (LUDKE; ANDRÉ, 2013).

De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada é aquela que parte de questionamentos básicos baseado em teoria e pressupostos concernentes à pesquisa, novas indagações podem surgir à medida que recebem respostas dos informantes.

Em relação aos sujeitos da pesquisa, pesquisei oito famílias que estavam desde o Conjunto Atenas II, até o momento em que foram cedidas habitações pelo PMCMV e aluguel social no distrito de Iguatemi. Para maior comodidade dessas famílias entrei contato para agendar um local que seria de conveniência pra elas. Essas entrevistas foram realizadas em sua maioria na própria residência das famílias, exceto uma entrevistada, que discutirei no capítulo seguinte. As entrevistas aconteceram no período de setembro a outubro de 2018, as mesmas foram gravadas com o auxílio do meu celular e com a permissão das entrevistadas, a duração das mesmas tiveram em torno de 40 minutos. A seguir, apresento no Quadro 3 com o nome fictícios das entrevistadas e entrevistados.

Quadro 3 - Entrevistadas e entrevistados

Nome	Idade	Tempo que permaneceram nas ocupações
Carolina	58 anos	4 anos e 8 meses
Lygia	53 anos	4 anos e 8 meses
Clarice	36 anos	2 anos e 5 meses
Cecília	26 anos	1 ano e 5 meses
Conceição	42 anos	4 anos e 8 meses
Ângela/Milton	29 anos	2 anos e 5 meses
Joaquim	40 anos	2 anos e 5 meses
Ana Maria	38 anos	2 anos e 5 meses

Fonte: elaborado pela autora.

Também foi entrevistada a psicóloga que atuou como residente no Observatório das Metrópoles que acompanhou este processo desde a primeira ocupação no Conjunto Atenas. Ela e mais outros profissionais que fizeram os laudos a respeito das condições que as famílias da escola Delfim Moreira atestavam desde o estado de vulnerabilidade que elas se encontravam até as questões psicológicas que foram afetadas ao longo desses anos. A intenção foi ter um olhar dessa profissional sobre como ocorreram os processos T-D-R e também quais foram as suas ações para pleitear a moradia para essas famílias. Também entrevistei um agente da Prefeitura Municipal de Maringá que acompanhou o caso durante a ocupação, ao longo da gestão do Prefeito Roberto Pupin. O mesmo esteve envolvido desde a ocupação no Conjunto Atenas à remoção para a Escola Delfim Moreira.

A pesquisa também utilizou como fonte secundária documentos, fotos, artigos de jornais, relatórios e diários de campo. Bodgan e Biklen (1994), citam que documentos também podem ser utilizados como dados em uma pesquisa qualitativa. Desse modo, os autores citam os documentos que podem ser utilizados como,

autobiografias, cartas pessoais, diários, memorandos, minutas de encontros, boletins informativos, documentos sobre política, propostas, códigos de ética, declarações de filosofia, livro do ano, comunicados à imprensa, livros de recorte, cartas, artigos de jornal, ficheiros pessoais e registros individuais [...] (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 176).

Assim, para compreender os processos de des(re)territorialização das famílias pesquisadas foram consultados os diários de campo e relatórios que foram construídos pela equipe do Observatório das Metrópoles, esses documentos contribuíram para trazer mais detalhes à pesquisa. Bem como, relatórios técnicos elaborados pela mesma equipe atestaram a precariedade do local em que os moradores encontravam-se.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os dados recolhidos, tanto das entrevistas quanto dos documentos, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo. Triviños (1987), defende o método de análise de conteúdo, embora ele tenha uma raiz positivista também pode ser utilizada em pesquisas cujo objetivo seja auxiliar o pesquisador buscar dar mais profundidade e complexidade para a pesquisa formando uma visão mais ampla do objeto de estudo. Por isso, ainda de acordo com o autor o conceito principal da análise de conteúdo é a “inferência” que parte das informações que fornecem o conteúdo da mensagem, ou de premissas que são levantadas como resultados dos estudos dos dados que apresenta a comunicação. Ademais, “a informação surge da apreciação objetiva da mensagem” (TRIVIÑOS, 1987, p. 160).

Em relação à análise dos documentos, Triviños (1987) cita que não se deve ficar atento somente ao conteúdo que é manifesto dos documentos, mas se deve aprofundar sua pesquisa e tentar desvendar o conteúdo latente que eles possuem, pois segundo o autor [...] “dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico” (TRIVIÑOS, 1987, p. 162).

Já Colbari (2014) recomenda para a análise de conteúdo deve-se evitar uma análise muito rígida desde o início, pois poderia impedir a apreensão e complexidade do conteúdo; pois um esquema que seja superficial e ignore o conteúdo latente ou categorias muito detalhadas e muito numerosas ou categorias muito “grosseiras” que não permitem a distinção dos elementos reagrupados, podem comprometer a análise.

A análise de conteúdo é composta por categorias que devem ser analisadas para a interpretação e dados, os dados desta análise são codificados em determinadas categorias (COLBARI, 2014; BAUER, 2002) Assim, a pesquisa se pauta na escolha ou definição do

que deve ser interpretado. As categorias de análise podem emergir desde a construção o objeto da pesquisa ou a partir do conhecimento do campo estudado. Na presente pesquisa, as categorias surgiram após o início do trabalho, com novos elementos que podem ser significativos (COLBARI, 2014). Nesse sentido, as categorias desse trabalho emergiram no campo de estudo.

De acordo com Bardin (1977) a análise de conteúdo é composta por três fases, sendo elas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados. A pré-análise trata-se do período inicial do tratamento do material. Está relacionada com a fase da organização e sistematização das ideias. Desse modo, após realizar as entrevistas realizei a transcrição das mesmas e optei por utilizar o software InqScribe para a transcrição das entrevistas. Ele foi útil, pois por meio do software era possível reduzir a velocidade das falas e só assim consegui acompanhar o que era dito e realizar a transcrição ao mesmo tempo. Terminada a transcrição, fiz uma leitura de fluente de todas as entrevistas e selecionei as categorias que mais eram condizentes com o que propus pesquisar.

Já a segunda fase de exploração do material consiste na administração sistemática das decisões tomadas. Como esta pesquisa teve como característica as categorias que emergiram do campo pesquisado, as mesmas só foram escolhidas depois das entrevistas realizadas e transcritas. Assim, à luz da teoria estudada, os objetivos dessa pesquisa e os materiais encontrados nas entrevistas selecionei as categorias estudadas. Utilizei de categorias, pois de acordo com Bardin (1977), a categorização é uma das escolhas que compõe a codificação que se refere ao tratamento dos dados. Desse modo, a codificação está relacionada com a transformação dos dados brutos em uma representação do conteúdo. Nesse sentido, a codificação compreende três possibilidades de escolha, sendo elas: o recorte (escolha das unidades); a enumeração (escolha das regras de contagem e a escolha das categorias (classificação e agregação), ao qual optei pela categorização pois é uma operação de elementos constitutivos de um conjunto. As categorias são componentes ou classes que reúnem um grupo de elementos (BARDIN, 1977).

Por fim, a terceira fase está relacionada com a análise e interpretação dos dados coletados, cujo os resultados são tratados de maneira a serem significativos, para tanto utilizei para a interpretação de dados as entrevistas realizadas por meio de um roteiro semiestruturado e os dados secundários.

Após isso, utilizei o software Atlas TI que me possibilitou fazer o *upload* de todas as entrevistas transcritas, e assim no software selecionei todos os trechos das entrevistas que eram condizentes com as categorias as quais defini. Ao finalizar essa seleção, o software me disponibilizou um arquivo com todos os trechos salvos de acordo com cada categoria. Esse arquivo teve um total de 74 páginas, as categorias analisadas podem ser vistas no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Categorias encontradas

Categorias	Teorias discutidas	Informações encontradas nas entrevistas
Territorialização: como as famílias criaram identificações com esse novo território.	Identificação com o novo território seja por um indivíduo ou um grupo; criação de relações de poder sobre o território seja ele material ou imaterial; espaço de identificação de quem se apropria desse espaço e possui características e significados de acordo com o grupo que o apropriou (HAESBAERT, 2007a; HAESBAERT, 2007b; SAQUET, 2015; SAQUET, 2009; SOUZA, 2009; SARAIVA; CARRIERI, 2011).	Modificações de objetos, tanto no conjunto como na escola. Territorialização simbólica por meio da regulamentação de leis. Relações de poder sobre objetos.
Reterritorialização: mecanismos criados para adaptação em um novo território	Um indivíduo ou grupo de indivíduos desterritorializados cria formas de adaptação para	Formas de ter acesso objetos, adaptação para viverem em um novo bairro e nova moradia,

	esse novo território com características do território anterior (HAESBAERT, 2007a; HAESBAERT, 2007b; SAQUET, 2009).	modificações físicas no território que apresenta características semelhantes ao seu território de origem.
Desterritorialização: perda do território material ou simbólico que acometeram as famílias.	Perda do seu território original, material ou simbólico, perda de referências (HAESBAERT, 2007a; HAESBAERT, 2007b; SAQUET, 2009).	Saída das famílias de suas casas para o Conjunto Atenas; remoção para a Escola Delfim Moreira; perda de referências como habitantes de Maringá.
Territorialidade	Identificação simbólica com o território, tem a ver com a “identidade” territorial, pode existir sem o território, mas não o contrário (HAESBAERT; 2007a; SAQUET, 2009; PENA; SARAIVA, 2017; SACK, 1986).	Limpeza dos locais, ver o espaço da escola como um lugar bom para se viver, transformar as salas em moradias.

Fonte: elaborado pela autora.

Nesse sentido, após a realização das entrevistas e a sua transcrição, as mesmas foram analisadas de acordo com os objetivos deste trabalho. Os dados foram analisados conforme a ocorrência dos eventos, para isso foi necessário criar uma narrativa que estivesse de acordo com a linha do tempo dos acontecimentos, esses resultados são apresentados no próximo capítulo.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo discuto as análises de dados alcançados por meio das entrevistas realizadas com as ex-moradoras e ex-moradores da Escola Delfim Moreira. Trago os eventos que ocorreram o longo desses cinco anos de ocupação. Além disso, discuto os processos de des(re)territorialização que ocorreram nos territórios estudados: o Conjunto Atenas e a Escola Delfim Moreira.

6.1 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Essa pesquisa tratou de uma ocupação e uma remoção, que juntas tiveram a duração de cinco anos. A ocupação teve início no ano de 2012 e foi concluída no ano de 2017. A primeira ocupação aconteceu em 2012, ao qual dezenove famílias ocuparam residências do Conjunto Habitacional Atenas, viabilizado via verbas do PAC que estava em processo de construção desde 2005. Nos dois primeiros anos dessa ocupação houve diversos desdobramentos, que apresentarei mais adiante. O mais marcante destes, foi a remoção dessas famílias para a Escola Rural Delfim Moreira. Assim, essas famílias vivenciaram um duplo processo T-D-R. Ao ocuparem o Conjunto Atenas e depois ao serem removidas para a Escola Delfim Moreira. Ambos os processos serão analisados, mas o foco do trabalho concentra-se na Escola Municipal Rural Delfim Moreira.

Nesse sentido, primeiramente, é necessário apresentar as entrevistadas e entrevistados deste trabalho. Essas pessoas não se conheciam antes da ocupação das residências do Conjunto Atenas. Essa primeira moradia ocorreu de modo espontâneo, porque ao saberem que o conjunto estava em processo de ocupação viram um modo de atingir o seu maior objetivo: conseguir uma casa, sair do aluguel e dar uma melhor condição de moradia aos seus filhos. Assim, por meio do Conjunto Atenas e posteriormente da Escola Delfim Moreira, suas vidas se entrelaçaram nesses espaços, elas compartilharam suas vidas e suas histórias.

Com o intuito de preservar a identidade das pessoas, os nomes das entrevistadas e entrevistados foram alterados. A seguir, pode-se observar um quadro com o nome e idade dos mesmos. A maioria das entrevistadas são mulheres, um fato curioso que se mostrou recorrente nas entrevistas. Embora, a maioria das ex-moradoras estivessem na ocupação

com seus companheiros, foram elas que tomaram à frente desde seu início tiveram a iniciativa de se mudarem para o Conjunto Atenas e também foram elas que trataram de organizar reuniões que cobrassem um posicionamento do Estado. Além disso, muitas delas não puderam trabalhar, seja por estarem impedidas pela distância que as ocupações estavam localizadas, embora o Conjunto Atenas fosse mais próximo em comparação à Escola, logo no início da ocupação essas famílias tiveram problemas para encontrar emprego por serem tratadas como “invasoras” - discussão que tratarei mais adiante. Foram então as moradoras que sabiam dos maiores detalhes da ocupação, pois seus companheiros passavam o dia todo trabalhando e, por consequência disso, não acompanharam todos os percalços das moradias. As entrevistas aconteceram por meio da técnica bola de neve, como até o momento das entrevistas eu não dispunha de todos os contatos das moradoras. Para ser mais específica: eu possuía o contato de duas moradoras, quando encontrei com uma delas, solicitei o contato de outra moradora. Assim, com a próxima entrevistada solicitei o contato de outra moradora, e assim por diante, até conseguir concluir as famílias que ocuparam o Conjunto Atenas e a Escola Delfim Moreira

As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2018. A princípio a pesquisa seria composta por dez mulheres, mas ao realizar a mesma esse número reduziu-se para oito. Isso aconteceu porque ao entrar em contato, com Daniela (uma das ex-moradoras) via telefone, contato este que me foi passado pela mãe da ex-moradora, Daniela, (a chamarei assim), ela me informou que devido a depressão e ansiedade que, de acordo com ela, foram desenvolvidos na ocupação, não seria possível conversar comigo, porque as lembranças desse período que seriam revividas na entrevista poderiam ser um gatilho para as suas crises de ansiedade e depressão. Percebi que o simples contato, por telefone, com essa ex-moradora já fora motivo de certa perturbação a Daniela. Esse fato diferenciou-se das outras moradoras que, em sua maioria, foram muito solícitas e dispostas a contar a sua história. Já em relação a segunda ex-moradora que não eu realizei a entrevista, isso ocorreu porque as ex-moradoras da escola relataram que a mesma não chegou a residir na Escola Delfim Moreira. Segundo elas, essa ex-moradora levou suas coisas para a segunda ocupação e deixou em uma sala, mas nunca chegou a residir lá, após uma semana ela buscou seus pertences e se mudou.

Continuo aqui descrevendo a minha empreitada para realizar as demais entrevistas. Assim, o contato com a primeira moradora foi realizado via aplicativo *WhatsApp*, isso foi possibilitado por meio de um grupo no qual eu estava incluída desde o

início de minha pesquisa. Nesse grupo havia algumas moradoras adicionadas e mais alguns membros do Observatório das Metrôpoles. O primeiro contato ocorreu com Carolina, para ela enviei uma mensagem via aplicativo e solicitei uma entrevista com ela.

Logo no início da conversa informei que eu era estudante da UEM, estudante porque naquele momento acreditei que seria mais fácil me apresentar somente como estudante, porém também informei que fazia parte do Observatório das Metrôpoles, uma forma que acreditei que pudesse dar mais credibilidade a mim e, quem sabe, facilitar o acesso aos moradores. Apresentei-me da mesma forma a todas as outras moradoras, acredito que possa ter dado certo já que no momento em que eu citava o nome do Observatório elas pareciam mais solícitas.

Após a primeira mensagem que enviei a Carolina, ela se mostrou receptiva e me respondeu de forma positiva. Em seguida, entrei em contato com ela, via telefone, uma forma de me apresentar de maneira mais apropriada a ela e assim marcar um dia e horário. Ela aceitou conceder uma entrevista, mas informou que só estaria livre em um domingo porque era o único dia que ficaria em casa e que teria tempo disponível para conversarmos. Carolina mora no mesmo bairro que hoje vive pelo aluguel social antes de ocupar o Conjunto Atenas, o bairro Jardim Ouro Cola.

Marcamos a entrevista para o dia 09 de setembro às 14h00. Para chegar à sua casa, achei melhor chamar um motorista via aplicativo Uber, para que eu não perdesse tempo ou me equivocasse quanto ao seu endereço. O trajeto levou quase 30 minutos, durante esse caminho a primeira impressão que tive foi que sua casa era afastada da cidade, pois havia ruas que passei que até então eu não conhecia.

O motorista me deixou no endereço marcado, achei a casa de Carolina era ampla e bonita, aparentava ser nova e sua pintura era recente, os portões eram altos e marrons. A casa me deu uma boa impressão naquele momento e até mesmo um sentimento de alívio ao ver a moradia de Carolina, pois nada mais justo depois de tanto tempo que ela viveu na ocupação que ela pudesse desfrutar de uma casa confortável. Logo que cheguei à casa de Carolina ela se apresentou, no momento ela estava acompanhada por sua mãe, que já aparentava ter por volta de uns 70 anos, e sua filhinha, uma criança de 8 anos. Ficamos todas sentadas no lado externo da sua casa. Perguntei a ela se poderia gravar a entrevista, embora Carolina tenha aparentado ficar um pouco receosa, ela aceitou. A entrevista foi tranquila, teve uma duração de cerca de 40 minutos.

Para Carolina, a ocupação do Conjunto Atenas foi uma forma de fugir do aluguel, forma esta que se repete com todos os outros moradores. Ela relata que a casa onde morava tinha condições precárias, além do valor do aluguel ser alto para ela que na época trabalhava como costureira autônoma. Como relata no trecho a seguir,

Morava na outra rua, ali (apontou para a outra rua), pagava aluguel, pagava parece que era R\$ 320 de aluguel, mas aí o salário não estava permitindo, aí quando eu soube, né (da ocupação). Aí eu fui consegui uma casa e já levei minhas coisas. Aí lá a gente passou um ano, e de lá que a gente foi pra escola Delfim Moreira (Carolina).

Carolina comenta que ficou sabendo da ocupação por meio de uma vizinha:

Ah, no dia que o pessoal entrou foi um alvoroço, todo mundo ficou sabendo aqui no bairro. Aí teve uma vizinha que me falou, falei “é então eu vou lá”. Aí quando cheguei lá aí encontrei uma casa e eu deixei as minhas coisas.

Como mencionei anteriormente, a dificuldade em pagar o aluguel foi o que a fez ocupar o Conjunto Atenas. Ela comenta que suas condições de moradia eram ainda piores do que antes de ocupar o Conjunto Atenas, apesar de as residências ainda não tivessem terminado de ser construído ainda era uma alternativa de fugir do aluguel.

Ao final da entrevista a me despedi de Carolina, sua mãe e sua filha, mas antes em uma tentativa de encontrar as outras moradoras que faltava, perguntei a Carolina se ela dispunha do contato de alguma outra moradora que eu pudesse conversar. Ela passou o número do telefone de Cecília, informou-me que ela era a única das moradoras com quem ainda mantinha contato. Ela nunca tinha ido visitar a casa das suas outras companheiras de ocupação, mas Cecília às vezes vai até sua casa visitá-la. Carolina justifica essa falta de contato por conta do seu tempo que é escasso, devido à sua rotina de trabalho de segunda a sábado. Assim, despedi-me dela o retorno de sua casa ocorreu por meio de transporte coletivo, nesse trajeto levei quase uma hora para chegar ao meu destino final.

A segunda ex-moradora com quem realizei a entrevista foi Lygia, ela tem 53 anos, mãe de dois filhos já adultos. O primeiro contato com ela também ocorreu por meio do grupo do *Whatsapp*, identifiquei-me do mesmo modo que havia me apresentado para Carolina: informei que eu era estudante da UEM e fazia parte do Observatório das Metrôpoles. Marcar uma entrevista com ela também foi fácil, acredito que isso se deve ao fato de Lygia fazer parte do Movimento União por Moradia (MUPM) de Maringá. No

entanto, ela foi relutante sobre o lugar em que a entrevista poderia acontecer. Ela achava que era melhor eu não ir até sua casa, pois pela movimentação constante dos seus familiares iria ser difícil manter uma conversa. Insisti que a entrevista poderia ser no dia e no horário que ela achasse mais apropriado, mas ela achou melhor marcarmos a entrevista na UEM. Naquele momento, não combinamos um dia ou horário exato para a conversa, mas quando ela tivesse disponibilidade entraria em contato comigo. Então, no dia 22 de setembro Lygia me enviou uma mensagem avisando que estava em uma reunião do MUPM e a entrevista poderia acontecer a partir das 14h00 na UEM. Fui ao seu encontro, mas foi necessário aguardar por um tempo em frente ao bloco do Observatório das Metrópoles. Ao fim da reunião, encaminhamo-nos até a sala do Programa de Pós-graduação em Administração (PPA) ao chegarmos na sala perguntei a ela se poderia gravar a entrevista, ela não se opôs.

Sua renda atual é sua aposentadoria por invalidez mais os trabalhos esporádicos que o marido realiza. Como já citei, atualmente faz parte do Movimento União Por Moradia em Maringá e participa das reuniões que o movimento organiza. Lygia morava em uma chácara antes de ocupar o Conjunto Atenas, mas relata que a casa foi colocada à venda pelo proprietário e pagar aluguel não era uma alternativa viável. De todas as entrevistadas percebi que ela aparentava carregar mais marcas tristes sobre a ocupação. Inclusive, foi uma das entrevistas mais difíceis que realizei, uma vez que as perguntas a faziam relembrar o tempo da ocupação e por diversas vezes ela se emocionou. Continuar a entrevista foi uma tarefa difícil, tanto para ela quanto para mim: para ela trazer à tona as memórias da ocupação parecia-lhe lembranças aos quais ela queria esquecer; já para mim foi difícil fazer o papel de pesquisadora e não se deixar abalar.

Lygia foi para ocupação acompanhada dos seus dois filhos. Já seu marido passava as noites na igreja que frequentavam, pois era mais fácil encontrar trabalho para ele. Durante esse tempo na ocupação do Conjunto Atenas, Lygia dividiu uma casa com o seu filho e sua filha. O rapaz acabou desistindo da ocupação, restaram na residência Dona Lygia e sua filha.

Lygia ficou sabendo da ocupação por meio de um amigo do seu filho, tanto Lygia quanto ele estavam em um processo de despejo, ela porque o proprietário da chácara onde morava queria os tirar dali; ele porque estava devendo aluguel há seis meses e poderia ser despejado a qualquer momento. Como comenta Lygia “Então, um amigo do meu filho ele foi lá e chegou lá já tinha gente que tava invadindo que tava entrando, daí ele pegou e

chamou meu filho meu filho como tava devendo aluguel quase seis meses atrasado por imobiliária, estava pronto a ser despejado ele foi à frente”. Sua filha também passava pelos mesmos problemas, devia quatro meses de aluguel. Assim, a necessidade e falta de alternativa os empurraram para a única alternativa que encontraram: a ocupação.

Ela comentou que a ocupação da escola abalou não só ela, como também o restante da sua família. Sua filha, Daniela, entrou em um quadro depressivo, de acordo com ela, devido à ocupação; também seu marido que se entristece toda vez que passa próximo à escola e ela própria que se emociona ao lembrar-se desse período e diz que foi tratada como “animal” ao ser despejada para a escola Delfim Moreira.

Apesar de algumas interrupções na entrevista para que Lygia pudesse se recompor, foi possível concluí-la embora me sentisse desconfortável por lhe despertar tais emoções. Ao fim da entrevista perguntei se ela tinha algum contato para me passar de outras moradoras. No entanto, ela informou que não mantinha mais proximidade com ninguém depois que saiu da ocupação, mas me passou o contato da sua filha, Daniela, que também mora em uma casa subsidiada pelo aluguel social no distrito de Iguatemi. Como mencionado anteriormente, o contato com a sua filha não foi possível, pois ela se recusou a falar sobre a ocupação porque seria um gatilho para sua ansiedade e depressão. Assim, resolvi ligar para Cecília, ela foi o primeiro e o único contato que Carolina havia me passado na primeira entrevista. Então, liguei para Cecília que prontamente me atendeu.

Marcamos a entrevista para o dia 27 de setembro às 19h00. Dessa vez, utilizei transporte coletivo, o que não levou muito tempo, demorei cerca de 20 minutos para chegar à sua casa. Seu bairro fica localizado no Jardim Paris e ao chegar lá já havia anoitecido. Caminhei pela rua de sua casa e me surpreendi ao ver que as moradias que havia ao entorno eram todas casas grandes. Aparentava ser um bairro de classe média à classe média alta, todas as casas eram muito amplas e novas. Os carros que estavam na rua também eram todos carros novos. Quando cheguei ao endereço de Cecília, percebi que embora sua casa fosse mais simples ela não se diferenciava muito das outras residências que estavam em seu entorno.

A casa parecia ser grande e nova, como já era noite esses detalhes foram os que mais me chamaram a atenção. A entrevista aconteceu na sala de sua casa, e ela estava acompanhada de seus três filhos e mais uma amiga de sua filha mais velha. Por vezes, as crianças interrompiam a entrevista com gritos ou brincadeiras e Cecília os mandava sair dali.

A entrevista com Cecília foi a mais fácil de todas, além dela ter como característica falar copiosamente, ela tinha uma grande desenvoltura, era extrovertida, às vezes não era necessário seguir o roteiro de entrevistas porque ela praticamente se adiantava nas perguntas que eu ainda iria fazer. Cecília tem 26 anos, é casada e tem 3 filhos.

Cecília, disse ao longo da entrevista que já havia participado de uma ocupação anterior em Maringá, mas depois se mudou para Santa Catarina e em seguida retornou para a cidade. Cecília relatou que tem inscrição no PMCMV e ocupou as casas do Conjunto Atenas porque sua filha mais velha tem um problema respiratório. Assim, comprar remédios, pagar aluguel, água e luz tornou-se inviável para ela e o marido, ao passo que ocupar o Conjunto Atenas foi a única opção que restou para ela.

A todo o momento ela dizia que estava com o braço machucado, por isso estava impossibilitada de trabalhar e aguardava a perícia no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Parecia que ela sempre estava tentando me justificar o porquê de não estar trabalhando no momento. Acredito que isso ocorreu não só pela cobrança da sociedade sobre uma mulher não estar trabalhando, mas também pela sua condição que ela se encontrava. No caso ela, como uma mulher pobre, aos olhos da sociedade não poderia se dar ao luxo de estar em casa cuidando dos filhos.

Cecília também parecia entender a ocupação como um modo de ter acesso à moradia. No momento ela está no aluguel social, mas afirma que se for necessário poderá realizar uma nova ocupação, como aparece em suas palavras,

[...] é por necessidade (que ocupou) porque as casas estava lá parada, menina. Eles (a Prefeitura) não construía não fazia nada nas casas. Tava tudo parado não entregava e nem nada aí... e outra, é a minha segunda vez lá. Então, assim se for pra mim eu estou aqui no aluguel, se for pra mim sair do aluguel e não conseguir minha casa de novo se tiver outra (ocupação) eu entro.

A entrevista com Cecília foi muito tranquila, ao fim perguntei a ela se ela tinha o contato de outra moradora para indicar, mas ela me disse que não conversava com mais ninguém além de Carolina, quem às vezes visitava, mas me passou o telefone de Conceição. Como já era tarde achei melhor chamar um Uber para ir embora. Pensei em esperar na rua fora de sua casa, no entanto ela pediu para eu esperar na calçada junto com ela. Cecília me acompanhou até a chegada do Uber, durante esse tempo continuamos a conversar sobre o seu problema no seu braço que a impossibilitava de trabalhar. Por vezes,

ela reclamou de sua casa, por ela ser muito grande sua conta de água era muito alta. Além disso, o bairro ela dizia não ser muito amigável, pois seu contato com os vizinhos não passava de um “bom dia” ou “boa noite”. Por fim, depois de alguns minutos o Uber chegou e fui embora.

Como grupo do *Whatsapp* dos ex-moradores da Escola Delfim Moreira já existia há alguns anos, algumas moradoras se retiraram dele, acredito que isso possa ter ocorrido pela resolução que esses moradores tiveram no final. Talvez, eles acharam que o grupo não seria mais necessário. No entanto, Cecília, umas das subsidiadas pelo aluguel social, recebeu uma notificação no final de 2018 para desocupar a casa que reside em um período de 30 dias. Essa movimentação fez com que alguns moradores retornassem ao grupo de troca de mensagens.

Assim, o último contato que eu havia disponível era o de Conceição, que Cecília me indicou. Além disso, ela também era a última moradora que reside pelo aluguel social em Maringá. As unidades habitacionais das outras ex-moradoras foram sorteadas pelo PMCMV e até aquele momento eu sabia que alguns estavam em Floriano, mas não tinha certeza se todas moravam no distrito.

Entrei em contato com Conceição por telefone, a ligação ocorreu de forma amena, logo que me apresentei ela aceitou fazer a entrevista. Marcamos a mesma para o dia 02 de outubro. O bairro onde Conceição reside atualmente é o Jardim Alvorada, fica localizado a cerca de quatro quilômetros do centro de Maringá. Percebi que seu bairro é relativamente próximo do centro da cidade. A casa era simples, mas ampla e com grande terreno na frente e seu portão era baixo e antigo. A casa era pintada de azul, inclusive aparentava precisar de uma nova pintura, a casa era mais velha, mas não estava em más condições, apenas não era tão nova com as outras que eu havia visitado anteriormente.

A entrevista aconteceu na calçada em frente à sua casa, ela não se opôs à gravação da entrevista, mas tive o cuidado de lhe explicar, como para as demais, que se tratava de uma pesquisa para fins acadêmicos e que os áudios não seriam divulgados. A entrevista com Conceição também ocorreu sem maiores problemas. O que mais atrapalhou foi o bolo que Conceição havia colocado para assar antes de minha chegada, pois enquanto o bolo assava, de tempos em tempos ela se levantava no meio da entrevista para verificar se ele já estava pronto, mas durante o seu percurso ela continuava a falar na entrevista, o que dificultava a gravação do áudio da mesma. Por vezes, parecia ser necessário correr ao seu

alcance para não perder a gravação, mas achei que seria um pouco indelicado, a alternativa que me restou foi esperar que a entrevista não fosse perdida.

Conceição foi a quarta entrevistada, ela tem 42 anos e 3 filhos. Seu caso é mais um que se repete: ocupou o Conjunto Atenas por necessidade. Conceição pagava aluguel, mas passou por uma cirurgia e por conta disso teve que se afastar do trabalho e ficou a cargo do marido pagar as despesas da casa, como aluguel, água, luz e alimentação.

Durante a entrevista pude perceber que ela gostava do bairro onde morava, principalmente pela facilidade de acesso aos serviços da cidade, como escola, posto de saúde, hospital. Segundo Conceição, ela teve sorte de morar no bairro que está, pois as outras moradoras, não tiveram a mesma sorte, como o caso de Cecília que não está tão perto desses serviços quanto ela.

Conceição diz que pagava aluguel como mencionado anteriormente, mas se viu em uma situação difícil ao ficar impossibilitada de trabalhar e não ser mais possível lidar com todas as despesas da casa, mais o aluguel. Assim, ficou sabendo da ocupação por uma visita a sua irmã que morava no Conjunto Atenas, como ela relata a seguir:

Ah, eu fui na minha irmã que eu tenho uma irmã que mora lá no Atenas aí eu vi aquele monte de gente eu peguei e fui, aí falei já que tão entrando também vou entrar porque eu tava precisando né e tinha pegado fogo na casa onde a gente tava. Daí o dono não queria mais, não quis arrumar é ficou toda queimada aí chovia molhava e nós não tinha como arrumar aí ele pegou e pediu a casa pra nós. Aí foi aonde que eu fui pra lá.

Chegamos ao fim da entrevista e junto com ela a minha preocupação, pois essa era a última entrevista que aconteceria em Maringá e eu não tinha mais contatos de ex-moradores. Caso Conceição também não tivesse nenhum número de telefone, não seria possível continuar as entrevistas. Por sorte, quando a questioneei se ela mantinha contato com alguma moradora e se poderia passar o telefone de alguém, ela respondeu que acreditava que sim. Logo pegou seu celular e depois de um tempo à procura em sua agenda passou o contato de Ana Maria.

Assim, uma nova etapa da pesquisa se iniciou, isso aconteceu porque ao concluir as entrevistas com as ex-moradoras da Escola Delfim Moreira que moravam em Maringá, foi necessário entrar em contato com Ana Maria, pois ela era a única moradora que eu possuía o número de telefone e, quem sabe, poderia me indicar o endereço das outras moradoras. No entanto, ao entrar em contato com a Ana Maria percebi que eu teria um desafio pela frente, porque diferente das entrevistas anteriores conversar com Ana Maria foi uma tarefa

mais dispendiosa. Enviei diversas mensagens pelo celular, ao qual ela não respondia, liguei diversas vezes, mas ela não atendeu.

As poucas respostas que obtive, por meio do aplicativo do celular, aparentaram que ela estava preocupada com quem eu poderia ser e porque fui procurá-la, se eu estaria ligada a alguém da Prefeitura ou algo assim. Insisti e avisei a ela que eu não era a da Prefeitura Municipal de Maringá e que a minha intenção não era prejudicá-la, mas não adiantou e ela continuou relutante em conceder uma entrevista.

O que restou foi buscar uma outra alternativa para encontrar mais uma moradora. Assim, por meio dos arquivos do Observatório das Metrôpoles, busquei o nome das moradoras que foram sorteadas pelo PMCMV. Encontrei duas, uma que não estava ativa nas redes sociais há alguns anos e Ângela que aparentemente era mais frequente no Facebook. Enviei uma mensagem a ela no dia 07 de outubro, ao qual me apresentei usando praticamente o mesmo roteiro de antes. Para a minha surpresa, cerca de meia hora depois que enviei a mensagem para ela Ângela ela me respondeu com a confirmação da entrevista e assim marcamos um horário.

Ângela atualmente mora em Floriano e conforme as entrevistas aconteceram, descobri que as outras três famílias que restaram também estão localizadas no distrito de Floriano, que fica a cerca de 26 quilômetros de Maringá. Todas as quatro famílias vivem em casas subsidiadas pelo PMCMV. O sorteio das residências aconteceu no ano de 2015, inclusive as quatro mulheres entrevistadas moram no mesmo bairro, algumas são até vizinhas.

O bairro tinha as mesmas características de um bairro construído pelo PMCMV, com casas todas iguais, algumas já haviam sido modificadas, com portões, garagens e muros. O bairro se localiza logo no início do distrito e era amplo, mas percebi que era vazio, como um lugar que começa a ser ocupado por casas, percebi também que tinha poucas árvores, o que destoava da paisagem de Maringá. Além disso, ele era envolto por área de plantio de soja.

No contato, via Facebook, ela passou seu endereço e fui até sua casa por meio de transporte coletivo, cujo percurso levou quase uma hora entre Maringá e Floriano. Quando cheguei ao seu bairro foi fácil localizar sua casa, pois o ponto de ônibus fica em frente à casa de Ângela, mas ela ainda não havia chegado do seu trabalho, então fui recebida pelo seu marido mais seus três filhos. Levou cerca de 10 minutos até Ângela chegar. Foi a primeira entrevista ao qual teve a participação do companheiro das ex-moradoras da

escola. As anteriores até então, só haviam sido realizadas com elas, nem sequer cheguei a conhecer os seus companheiros. Mas neste caso, o esposo de Ângela se mostrou presente, a conversa foi agradável, os dois falavam suas impressões da época da ocupação, não havia interrupções de ambas as partes. No entanto, Ângela deixou claro que por ter acompanhado a ocupação em tempo integral (porque não conseguia trabalhar na época) sabia de mais detalhes ao qual o marido, que não esteve presente, não saberia informar.

A entrevista com Ângela e seu marido foi a que mais levou tempo em comparação a todas as outras, conversamos cerca de duas horas em sua casa. O que começou como uma entrevista desembocou para uma conversa de assuntos diversos, com direito a pipoca e chá que Ângela nos preparou.

Além de Ângela, vivem em sua casa seu marido e mais seus três filhos. Ângela trabalha como diarista em Maringá e o que mais me chamou a atenção durante as entrevistas foi seu bom humor e sua capacidade de sorrir diante das situações que ela mesma relatou. Milton, o esposo de Ângela, falou que o que a fez morar no Conjunto Atenas foi a precariedade da sua residência anterior, além do valor alto do aluguel que pagava,

O que mais levou nós pra lá, porque a gente morava numa casa de madeira na beira do vale, sabe a beira de vale como que é? E pagava aluguel num rancho de madeira, aí a mulher pediu a casa, pra alugar pra sobrinha dela. Aí eu falei “agora pronto” a gente já pagava aluguel e ir atrás de aluguel caríssimo naquela época 700, 800 conto que era o preço, eu não vou pagar isso 700 e 800 reais conto de aluguel em qualquer coisa aí (Milton).

Ângela relatou que desde 2009 possui cadastro no PMCMV, mas esperou muito tempo para ser contemplada com uma casa. Ela questiona a forma como a seleção de pessoas para receber o subsídio é realizado, pois para Ângela outras pessoas receberam uma casa mesmo com o cadastro recente no PMCMV: “na época não era sorteio, era fila. E nunca chegava, e nunca chegava e aí eu ficava sabendo assim, fulano já ganhou casa, ou ganhou apartamento e trocou por casa (Ângela)”. Isso demonstra que uma política pública como o PMCMV não foi eficiente na cidade de Maringá, o que vai ao encontro dos dados analisados, cuja cidade possui um grande déficit de habitação, no qual as políticas de habitação social não foram suficientes para atender as demandas das classes baixas.

Políticas estas que durante a sua história foi mais baseada na financeirização da moradia do que ao atendimento efetivo para reduzir o déficit habitacional de moradia na cidade.

Durante a conversa, comentei com Ângela que havia entrado em contato com Ana Maria, mas esta não havia respondido. Ela explicou que ela era sua vizinha e mora na casa em frente à sua. Assim, Ângela tomou a iniciativa de chamá-la até sua residência, para que assim fosse possível conversar com ela e marcar uma entrevista. Enquanto Ana Maria não chegava, Ângela me explicou que sua vizinha era uma pessoa “desconfiada” e que eu não devia me importar com isso. Mas com a chegada de Ana Maria percebi que ela era realmente muito tímida, por suas poucas palavras e sua postura cabisbaixa. Achei que devia explicar com calma para ela do que se tratava a entrevista. Por vezes, Ângela interviu na conversa como um modo de incentivo para que a entrevista acontecesse perguntando a Ana Maria qual seria o melhor horário para ela. Desse modo, combinamos que eu voltaria na semana seguinte para a entrevista com Ana Maria.

Ana Maria voltou para a sua casa e a conversa continuou na residência de Ângela. Ao final da entrevista, ela e o esposo resolveram ir visitar sua mãe em Maringá, e ofereceram uma carona para mim. Embora eu quisesse recusar, para não os incomodar já que estava tarde, além disso, eu não sabia o horário do transporte coletivo. Então, aceitei a carona. Viemos no carro eu, Ângela e seu marido, mais seus três filhos. No caminho pedi para que me deixassem em uma rua próxima de minha casa, que não precisariam me levar até lá, pois iria tirá-los do seu trajeto original. Assim, eles me deixaram em uma rua próxima de minha casa, agradei e me despedi deles.

Na outra semana fui até à casa de Ana Maria para a entrevista, estava em casa ela, seu marido e mais seus dois filhos. Antes de chegar à casa de Ana Maria, lembrei-me que Ângela já havia me alertado que caso o marido de Ana Maria estivesse em casa a entrevista seria mais complicada, pois ele era uma pessoa que falava copiosamente e que eu perderia horas na entrevista. Assim, no início da conversa fiquei um pouco preocupada de como a mesma iria se desenvolver, já que talvez o marido de Ana Maria pudesse atrapalhá-la, mas no começo tudo ocorreu tranquilamente. No entanto, após um período o marido de Ana Maria interrompia a entrevista a todo o momento, com divagações que fugiam muito do que conversávamos. A entrevista foi se transformando em algo completamente incômodo, ao passo que as interrupções foram mais constantes e ele começou a tratá-la de maneira cada vez mais grosseira. Por mais que eu tenha feito algumas intervenções para que ele a deixasse falar, isso não adiantou. Ela, por outro lado, estava muito introvertida e suas

respostas foram em sua maioria curtas e diretas. O pouco que consegui obter de respostas foi o que a levou à ocupação do Conjunto Atenas. De acordo com Ana Maria, o motivo de ter ocupado o Conjunto Atenas foi não ter para onde ir, pois estavam passando por muitas dificuldades e o proprietário da casa e que moravam antes da ocupação ao Conjunto Atenas solicitou que eles a desocupassem.

Ao longo da entrevista o incômodo foi aumentando, ao passo que os minutos da entrevista se transformaram em horas, foram quase 30 minutos de entrevista que pareciam ter durado muito mais. Chegar ao fim da entrevista me deu certo alívio porque naquele momento eu estava evitando não me exaltar diante daquela situação. Assim, pedi para Ana Maria o contato com as outras mulheres que restavam e que eu ainda não havia entrevistado. Ela me disse que a casa de Clarice era no mesmo bairro e a de Joaquim também. No entanto, ela raramente conversa com Clarice, então ela decidiu me levar primeiramente até à casa de Clarice, somente para eu conhecer onde ela morava e na sequência me levaria para à casa de Joaquim. E assim aconteceu, no caminho as conversas com Ana Maria foram breves, apesar de várias tentativas de manter um diálogo, ela sempre respondia de maneira monossilábica.

Ana Maria me mostrou a casa de Clarice e depois seguimos para à casa de Joaquim. Como todos moram no mesmo bairro o caminho foi curto, cerca de 5 minutos a pé. Ao chegar à casa de Joaquim o mesmo, por sorte, encontrava-se na sua residência, marcamos uma entrevista para a próxima semana ele foi muito solícito, mas me avisou que as entrevistas só poderiam acontecer até o horário do almoço, pois à tarde ele estaria trabalhando, aproveitei o momento e perguntei a ele seu número de telefone e ele prontamente me passou. Ao sair de sua casa segui até a residência de Clarice, pois queria aproveitar a oportunidade e agendar uma entrevista com ela também.

Clarice estava em casa e também seu marido. Surgiu certo receio de conversar com ela, pois algumas moradoras já haviam alertado que Clarice não gosta de falar sobre o tempo que morou na ocupação, pois se sente envergonhada. Mas ela aceitou fazer a entrevista sem nenhum problema, o que me surpreendeu. Ainda me disse que a conversa poderia ser no dia e horário que eu achasse melhor, para que a entrevista acontecesse pedi seu número de telefone e fiquei de retornar para marcarmos uma data para eu ir até sua casa.

Na semana seguinte entrei em contato por telefone com Seu Joaquim para confirmar o horário da entrevista. Combinamos de eu ir à sua casa logo após almoço, pois

era o horário que ele tinha disponibilidade para a entrevista. Ao chegar em sua casa, no entanto, perguntei a respeito de Joaquim para um de seus filhos ele me informou que o seu pai não estava em casa e não sabia quando o mesmo voltaria. Aguardei por um tempo a volta de Seu Joaquim, enquanto eu tentava entrar em contato com ele, mas o sinal do celular não pegava naquele bairro e a ligação nunca completava. Percorri todo o bairro em busca de algum sinal, mas o contato só foi possível quase uma hora depois. Assim, Joaquim me informou que havia saído às pressas, pois teve que levar o seu filho ao hospital, ele ainda ia levar cerca de duas horas para voltar a Floriano. Achei melhor voltar para casa, porque levaria muito tempo para ele chegar e como eu ainda não tinha entrado em contato com Clarice achei melhor não ir até sua casa. Então, retornei para Maringá.

Já em Maringá, liguei mais uma vez a Joaquim, ele me pediu desculpas pelo imprevisto e marcamos uma outra data para entrevista, aproveitei e entrei em contato com Clarice para também marcamos uma entrevista no mesmo dia. No dia marcado, fui até à casa de Joaquim. Sua casa tinha o terreno amplo, mas a casa era pequena, havia um grande portão cinza que cobria toda a vista da casa. Em sua residência estava Joaquim, dois de seus filhos e sua atual esposa.

Seu Joaquim foi único homem com quem fiz a entrevista, não que as demais não tivessem sido realizadas sem a presença de um homem antes, mas nas entrevistas anteriores isso aconteceu mais devido aos maridos das ex-moradoras serem coadjuvantes e elas protagonistas. Isso ficou claro nas suas próprias falas ao dizer que seus maridos não sabiam exatamente o que ocorria nas ocupações por estarem sempre trabalhando. Os detalhes das habitações e suas circunstâncias foram acompanhados pelas mulheres que, muitas vezes, impedidas de trabalhar por causa da distância, passavam a maior parte dos seus dias nas moradias, tanto no conjunto como na escola.

O motivo da entrevista ser realizada com o seu Joaquim foi porque neste tempo da saída da escola ele e sua ex-esposa se divorciaram. Ela se mudou e Joaquim continuou a morar na residência sorteada pelo PMCMV. Com a impossibilidade de contato com ela, optei pela entrevista apenas com Seu Joaquim. Ele tem 40 anos e 5 filhos, trabalha como autônomo. Joaquim morava no bairro Hortência 2 e relatou que o motivo que o levou à ocupação foi por ele estar desempregado, além do alto valor do aluguel.

A entrevista sucedeu-se de forma tranquila, seu Joaquim foi um dos poucos moradores que via a ocupação na escola Delfim Moreira de forma positiva, para ele a ocupação foi uma forma de não pagar aluguel.

Joaquim reclamou que em Floriano não possui acesso a tantos serviços como em Maringá, principalmente com relação a supermercados. Ele acredita que os preços de Floriano são muito caros o que faz com que ele tenha que ir para Maringá regularmente em busca de produtos mais baratos. Esse distanciamento mostrou-se algo recorrente no PMCMV, que teve como característica o afastamento das pessoas para bairros que não possuem acesso aos serviços públicos, embora a cidade de Maringá oferecesse alternativas para minimizar esse distanciamento das moradias, como o IPTU Progressivo e a outorga onerosa, como discutido no capítulo 3.5.1 com o uso desses instrumentos seria possível instalar os Conjuntos Habitacionais em locais mais próximos.

Encerrei a entrevista com Joaquim e segui até a casa de Clarice. O caminho foi curto, cerca de uma quadra até chegar à sua casa. Ao me aproximar chamei pelo seu nome, logo ela veio até o portão e pediu desculpas por estar cochilando. Em sua casa estava ela e sua filha caçula, a mais velha estava na escola e o marido trabalhando. A entrevista foi na sala de sua casa e durante a mesma percebi uma expressão de tristeza toda vez que falava da ocupação, essa tristeza pode ser sentida igualmente em sua fala. Ela comentou que sua mãe e sua tia também ocuparam o Conjunto Atenas, mas desistiram da ocupação. Clarice lamenta a mãe não ter sido sorteada pelo PMCMV e não ter recebido aluguel social, pois atualmente mora de aluguel. Já sua tia encontra-se em condições mais favoráveis, porque ela conseguiu comprar uma casa.

Clarice lembra com tristeza da ocupação, para ela esses anos foram de muito sofrimento e humilhação, porque além de estarem afastados da cidade, suas filhas tiveram diversos problemas de saúde durante o tempo que ocuparam a Escola Delfim Moreira. Isso a motivou a sair da ocupação, mas ao alugar uma outra casa suas condições não eram favoráveis, de acordo com ela, a nova moradia além de ser muito pequena, com apenas dois cômodos, ainda apresentava muita umidade o que prejudicou a saúde de uma de suas filhas que possui asma.

Ela considera melhor a casa que mora atualmente, mas ainda gostaria de viver no Conjunto Atenas, porque para ela era mais fácil o acesso à escola, supermercados, etc. Além disso, ela acredita que a escola que as crianças frequentam não têm a mesma qualidade em comparação às escolas de Maringá. Como é difícil levá-las e buscá-las todos os dias, não é possível suas filhas estudarem na cidade.

Clarice comenta que a impossibilidade de pagar aluguel mais o marido estar desempregado foi o principal motivo que os levou a ocupar o conjunto,

Eu pagava aluguel, mas já tava tudo atrasado já. Daí as pessoas tavam indo lá e eu fiquei sabendo também aí eu fui, eu e minha mãe, a minha tia também”. Eu não tinha condições, meu marido tava desempregado, minha filha era doente ela tem asma, né e bronquite. Nesse tempo eu fiz cirurgia nela que ela tinha que tirar as amígdalas, tipo assim não tinha condições nenhuma tava os dois desempregado.

Assim, o não acesso dessas famílias a políticas públicas como o PMCMV fez com que suas rendas fossem comprometidas com o aluguel, que muitas vezes os salários dessas famílias não eram compatíveis com seus gastos para sobreviver. Essa característica está marcada pelo processo de urbanização brasileira, no qual os trabalhadores da cidade não dispunham de salários que pudessem suprir suas necessidades básicas, como a moradia com os alugueis e por isso esse processo de urbanização foi pautado na desigualdade. Como afirma Maricato (1997) no processo de urbanização brasileira não houve ruptura com a burguesia que favoreceu os interesses da hegemonia.

6.2 CONJUNTO ATENAS: A PRIMEIRA OCUPAÇÃO

O Conjunto Atenas está localizado a cerca de 8 quilômetros do centro de Maringá, naquele momento era composto por dezenove residências que não havia acabado de ser construídas. Segundo reportagem do O Diário (2012), essas casas foram construídas com recursos do PAC e estavam em construção desde 2005. As casas eram destinadas ao remanejamento de algumas famílias que moravam no Conjunto Santa Felicidade, famílias que também eram de baixa renda, cuja remoção foi discutida no capítulo 3.5. De acordo com um agente ligado à Prefeitura, na época essas moradias já tinham destino certo: eram para as famílias removidas do Bairro Santa Felicidade e que as próprias famílias haviam escolhido morar no Conjunto Athenas. Segundo a Secretaria de Habitação de Maringá, essas casas seriam entregues em novembro daquele ano, ou seja, apenas um mês depois que ocorreu a ocupação. No entanto, essas mulheres relatam que as obras estavam paradas e foram os próprios trabalhadores do Conjunto que entregaram as chaves a elas. A Figura 11, a seguir, representa uma foto do Conjunto Atenas já com as famílias que residiram.

Figura 11– Conjunto Habitacional Atenas II



Fonte: Maringá Manchete (2014).

Quem iniciou a ocupação ou a quem ocorreu a ideia de iniciá-la, ainda é uma questão que paira no ar. Apesar das entrevistas, ninguém soube informar quem foi o responsável por ela. O que pode entender é que em determinado momento alguém ou um grupo de pessoas decidiram entrar no conjunto e a notícia correu como rastilho de pólvora. O relato dos moradores foi semelhante em relação a isso: foi por meio de um amigo ou familiar que descobriram que a ocupação estava acontecendo e viram o Conjunto Atenas como um meio de se obter uma moradia.

Os moradores afirmam que a ocupação do conjunto foi tranquila, inclusive foram os próprios funcionários que trabalhavam no local que entregaram as chaves das casas aos moradores “Eles tava construindo aquelas casas, mas pararam a construção e tinha pedreiro lá, né. Na época os pedreiros que distribuíram a chave, que deu as chaves pro pessoal lá” (Lygia). Lygia ainda destaca que o momento da entrada nas casas foi feito de forma pacífica “ninguém assim, chegou arrombando as porta, foi eles que deram a chave pros outros lá”.

As afirmações das ex-moradoras vão de encontro com o relato do agente ligado à Prefeitura Municipal de Maringá, de acordo com ele, os trabalhadores da obra foram ameaçados, por isso deixaram as habitações, como o trecho a seguir aponta.

[...] estavam sendo construídas as casas não tava pronta, sendo construída. Aí, numa noite nós ficamos sabendo que as casas foram invadidas, foram ocupadas aí nós fomos lá no outro dia verificar o que tinha acontecido. Então tinha invadido as casas, os pedreiros dormiam nas casas, a gente pedia pra dormir porque tinha esse movimento de invasão orquestrado, a gente tinha essa preocupação, mas lá eles invadiram tiraram os pedreiros das casas tudo, eu não vi mas eles contando, os pedreiro, que usaram de enxada, sabe chegaram e invadiram as casas [...].

A partir do momento que as ocupações aconteceram esses moradores começaram a ser tratados como “invasores” daquelas casas. Os meios de comunicação traziam reportagens desses moradores como pessoas que invadiram o Conjunto Atenas, por vezes, de forma violenta. Como os trechos das reportagens apresentam:

As residências do Conjunto Habitacional Moradias Atenas, em Maringá, foram invadidas por 20 famílias no último domingo (28). As unidades – em um total de 18 – estavam em fase de acabamento e seriam entregues aos donos em novembro” [...] O secretário de habitação, Sérgio Bertoni, diz que a prefeitura está fazendo um levantamento das famílias que ocuparam as casas. “A invasão ocorreu de madrugada e houve ameaças contra operários que cuidam da obra à noite. Foi necessário chamar a Guarda Municipal para evitar violência (O DIÁRIO, 2012)

Cerca de 20 residências em fase final de construção no Jardim Atenas II em Maringá, na Rua Professor Antônio Primo Milani, foram invadidas no final da tarde de sexta-feira. Famílias com crianças ocuparam as casas e disseram que dali não saem. Reclamam que fazem parte da lista de espera e que nunca são chamadas (MARINGÁ MANCHETE, 2012).

Muitas famílias já estavam em situação de vulnerabilidade antes de se mudarem para o Conjunto Atenas, outros não tinham para onde ir. Soma-se isso, com a dificuldade de pagar aluguel e falta de expectativa de receberem uma casa via PMCM, tem-se a ocupação como uma única alternativa de pressionar o Estado para que seus anseios sejam atendidos.

Nesse sentido, ações diretas de movimento nem sempre tem o objetivo de simplesmente atacar o Estado como um modo de sua destruição, mas na intenção de pressioná-lo. Assim, práticas espaciais denominadas insurgentes podem estar em negociação com o Estado. Então, os movimentos podem ser “com o Estado, apesar do Estado, ou contra o Estado” esse jogo político é feito conforme o objetivo do movimento, ora ele pode lutar contra Estado, ora trabalhar em conformidade com ele (SOUZA, 2010).

Com a ocupação é possível perceber que apesar da sociedade burguesa possuir duplo poder sobre o espaço, tanto da propriedade privada do solo como das ações que o Estado tem sobre esse espaço (LEFEBVRE, 2008), ainda é possível criar rupturas na busca por melhores condições para moradia. Percebo isso, pois essas pessoas criaram resistências contra o Poder Público Municipal ao entrarem nessas residências, pois, embora o Estado e as classes hegemônicas tenham poder sobre o espaço foram criadas rupturas com o intuito dessas famílias conseguirem ter uma casa própria, por meio da ocupação, essas pessoas criaram relações de poder sobre os territórios que viveram, deixando marcas e modificando o espaço urbano de Maringá.

Nesse sentido, o espaço não é neutro, mas um reflexo das organizações que o compõe (LEFEBVRE, 2008). Assim aconteceu com o Conjunto Atenas, reflexo de uma política pública que o construiu, o PAC, uma parceria entre duas esferas: Federal e Municipal. Política esta que não atendeu a demanda do déficit habitacional maringaense e ainda não atende. O que resultou nessa obra inacabada que deu a oportunidade de moradias, já que essas famílias não conseguiam ser atendidas por políticas públicas. O Conjunto Atenas se transformou em um campo de disputa entre as famílias que o ocuparam e o poder público que não os queria ali. Assim, esse espaço não pode ser considerado apenas como uma coisa, mas como o resultado do efeito das ações das sociedades sobre ele. É tratado como produção do espaço ao ser visto como uma mercadoria, uma produção, que é loteada, trocada e vendida, como um objeto ou coisa (LEFEBVRE, 2008).

Nesse sentido, vejo o espaço dessa cidade como um reflexo histórico e socialmente construído. Desde sua gênese a cidade foi criada com interesses capitalistas sobre ela, sua história está marcada por uma Companhia que tinha o interesse de dividi-la e vendê-la como um objeto. Para isso, criou estratégias para especulação do seu espaço urbano, como discutido anteriormente. Para atingir seu objetivo foi necessária a expulsão dos moradores originários da região, incorporar um imaginário de cidade sem favelas e isso se efetivou no impedimento dos mais pobres habitarem na cidade. Esse imaginário se perpetuou na cidade de tal modo, que hoje a mesma ainda é reconhecida por esta característica.

Nesse sentido, há o território da cidade, composto por múltiplos territórios e com o espaço urbano organizado de modo que o lugar de cada um no espaço é diferenciado e também o acesso de cada um na cidade. Quem tem propriedade do capital usufruiu da cidade, enquanto quem não possui vivem às margens dela (CARLOS, 2017). Assim, a

produção capitalista do espaço segrega aqueles que não possuem capital, isso os impossibilita de “viver”, pois o seu espaço é produzido de modo que não seja acessível às classes mais baixas. Isso pode ser visto facilmente no caso das famílias que ocuparam o Conjunto Atenas, que por não possuírem acesso ao capital essas famílias não puderam viver na cidade, porque pagar aluguel estava longe de suas possibilidades. Elas então, são segregadas para longe da cidade e a ocupação torna-se uma medida para elas terem acesso à moradia.

Na primeira ocupação, ao qual me refiro ao Conjunto Atenas, entendo que essas famílias passaram por um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização espontânea, porque surgiu de uma decisão das próprias famílias de ocuparem àquele lugar. No entanto, isso só aconteceu por meio da produção desigual do espaço urbano que não permitiu a essas famílias ter acesso à moradia pelo fato dessas pessoas serem de classe baixa, obrigando-as a criar mecanismos para conseguir uma residência e isso ocorreu por meio da ocupação.

Por isso, entendo que os processos T-D-R são simultâneos e podem acontecer em um mesmo lugar ou em lugares diferentes, no mesmo momento ou em momentos diferentes (SAQUET, 2013). Os processos T-D-R acontecem pelas forças econômicas, políticas e culturais, que ao mesmo tempo criam novos territórios, geram desterritorialidades e novas territorialidades, um movimento complexo e heterogêneo (SAQUET, 2015).

Essas famílias que foram excluídas da cidade sendo obrigadas a buscarem novas formas de territorializações e reterritorializações. Territorialização é vista por Sack (1986) a tentativa de um indivíduo ou um grupo em influenciar ou controlar, seja pessoas ou fenômenos e relações através do seu controle sobre uma área geográfica. No entanto, Sack (1986) vê a territorialização como algo que o indivíduo pode ter controle sobre ela, que é possível ligá-la e desligá-la conforme seu interesse. Mas neste trabalho, entendo territorialização, como um espaço de identificação que se apropria desse espaço e possui características e significados de acordo com o grupo que o apropriou (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

Então, entendo que as forças econômicas, políticas e culturais dos territórios da cidade, ocasionaram os processos de T-D-R das famílias da Escola Delfim Moreira. Assim, ao longo das ocupações essas famílias (re)significaram esses novos territórios ao buscar transformá-los em suas moradias e criaram relações de poder sobre ele e sobre os objetos

que utilizaram de maneira material. Mas também de forma simbólica ao transformar a ocupação em um território de luta com a participação de diversos agentes nesse processo, que deixou suas marcas e transformou o espaço urbano onde essas famílias criaram territorializações sobre o lugar em que viveram. Então, elas territorializaram esse espaço por meio das relações de poder, porque essas relações podem ser encontradas tanto no Estado como no indivíduo, também por organizações pequenas ou grandes, em todos encontram-se sujeitos que produzem o território (RAFFESTIN, 1993).

Nesse sentido, os processos de identificação com os territórios estudados, ou seja, Conjunto Atenas e Escola Delfim Moreira, ocorreram por meio de modificações ao território material, como limpeza do espaço, implantação de objetos nas moradias, mecanismos de sobrevivência no local, que serão discutidos ao longo desse capítulo.

Assim, por meio da ocupação do Conjunto Atenas, surgiu uma forma de reagir contra o domínio imposto pelo capital, que os exclui economicamente ao impedi-los de ter acesso à moradia e obter uma casa que não seja por meio de políticas públicas. Isso aconteceu por suas rendas serem incompatíveis com a especulação imobiliária. Por isso, as mulheres estudadas recorreram à ocupação, como no trecho a seguir apresenta a fala de Carolina:

Foi a dificuldade de pagar aluguel, porque eu comecei eu trabalhava em casa mais minha filha, mas depois eu fui trabalhar no Hospital Paraná, porque aqui a gente pegava costura, então a gente costurava em casa, dias tinha e dias não tinha. Ai quando eu comecei a trabalhar no Hospital Paraná de carteira assinada eu falei agora eu vou arrumar o meu aluguel que eu morava com a minha filha, aí eu arrumei dois comodozinho, mas era dois cômodos mesmo, era sala e o quarto e o banheiro bem pequenininho, e o forro e o teto era de madeira podre, sabe, caía os pedaços era uma coisa horrível sabe, aí eu fui lá pro conjunto (Carolina).

Assim, com a expansão do capitalismo e as políticas neoliberais desterritorializa as relações sociais e destrói os territórios originais (FERNANDES, 2008). Pela produção capitalista do espaço essas pessoas são despossuídas das suas próprias casas, ou até mesmo da possibilidade de ter seu próprio território. Para Carolina, o principal fator que os motivou foi o anseio de obter uma casa “Todo mundo queria conseguir a casa. E poucos conseguiram”.

O que me chamou atenção ao longo da ocupação foi a falta de uma “organização” sem ser possível identificar como ela teve início ou como surgiu essa ideia. Falta de organização, porque do contrário que se entende uma ocupação coordenada com objetivos,

de pressionar o Estado para conseguir uma moradia, essa surgiu de modo espontâneo, sem saber exatamente como dar início a uma ocupação e nem ao fim que ela chegaria.

Assim, as ocupações das casas do Conjunto Atenas não tiveram uma organização de qual família ocuparia cada casa, usaram-se os critérios do acaso: quem chegava primeiro escolhia sua moradia. Alguns tiveram a sorte de um conhecido ou familiar para reservar uma casa para si, outros ocuparam conforme a disponibilidade de casas vazias. Milton, o companheiro de Ângela falou que a ocupação aconteceu de maneira desordenada “não, a gente foi chegando. Eu não sei você já morou num sítio ou alguma coisa assim. Sabe quando solta uma boiada? Um vai pra um canto, outro vai pro outro e aquele transtorno”.

Embora a mesma não tivesse sido organizada ou até mesmo não soubessem qual o fim ela teria, ainda posso ver que se criou mecanismos contra o Estado a partir dessa ocupação. Essas famílias tiveram relações de poder sobre esse território ao ocupá-lo, pois o indivíduo ao fazer uma intervenção no território, por menor que seja, transforma o espaço em território (RAFFESTIN, 1993). Então, essas famílias ao ocupar o Conjunto Atenas criaram intervenções nesse espaço transformando-o em um território.

De acordo com Lygia, eles tiveram que se readaptar a nova realidade que estavam vivendo. Isso porque, ela, seu filho e sua filha dividiram a mesma casa. Mas seu filho era casado e sua filha também, ou seja, na mesma casa moraram cinco pessoas. Lygia então passou a dormir na sala de casa, para que os filhos ficassem com seus companheiros cada um em um quarto. Essa adaptação pode ser compreendida como uma reterritorialização, porque toda essa família teve que se readaptar ao seu modo de viver. Se antes cada família morava em uma casa, nessa ocupação eles tiveram que se adequar às características dessa nova residência coletiva. Por reterritorialização vejo como um processo de adaptação ao novo território, e que traz com o indivíduo traços comuns do seu território anterior para a apropriação de um novo território, isso pode acontecer tanto em um processo de reterritorialização material, quando um indivíduo é excluído de sua terra, ou imaterial quando perde suas referências e precisa se readaptar (SAQUET, 2009).

As casas das ocupações não haviam terminado de serem construídas, elas ainda não tinham janelas, não tinham forro que cobrisse as casas, muitas delas não possuíam vaso sanitário, nem chuveiro, os moradores ainda relatam que as casas estavam abandonadas e que o mato tomava conta do lugar. No trecho, a seguir, Carolina descreve a condição das casas do Conjunto Atenas:

Não, não era forrada, aí ficava passarinho voando dentro de casa, à noite o vento era muito forte também. No inverno aí entrava água no vitrô jogava água longe, não tinha vitrô, às vezes ia lá na outra parede. Não era bom não. Mas como a gente não tinha condição né, melhor do que tá debaixo da ponte (Carolina).

Então, a gente ficou um ano e dois meses lá nas casinhas e nossa lá foi difícil também porque né... as janelas, os vitrô lá não tinha vitrô tinha uns papelão umas coisas assim e a era difícil, pra você ir num banheiro tinha que jogar água, mangueira lá fora assim e pra lavar louça também você tinha que ponhar uma mangueira, ligar lá e pra poder lavar e ficar jogando a água pra fora, era difícil, ali foi difícil, depois que eles mandaram a gente pra escola também foi difícil (Conceição).

Ainda assim, apesar da precariedade os moradores ainda achavam o Conjunto Atenas um lugar bom para morar. Para muitos isto estava relacionado com a proximidade do bairro com o centro da cidade, para eles no Conjunto Atenas era mais fácil o acesso à supermercados, à escola das crianças, até mesmo aos seus familiares.

Então, como quando eu entrei não estava tudo... piso bruto né, só o banheiro que estava azulejado, assim lá é um conjunto muito bom eu gostava de morar lá gostava mas pelo fato da invasão mesmo, aí eu não sei fia porque enquanto a gente tá morando e ter as coisas da gente e tá cuidando ali dentro é da gente né é da gente. Mas não é fácil ficar no que é dos outros né. Porque é muita... é a mesma coisa deu entrar numa casa aí, por exemplo, eu vou entrar na sua casa você vai entrar no meu eu não vou gostar também né só que agora igual a gente falava, né. Não é por falta porque quis, é por necessidade porque as casas estava lá parada menina eles não (Cecília).

Acredito que essas características que as famílias encontraram foram modos de reterritorialização, para adaptação nesse novo território. Ver o Conjunto Atenas como um território de fácil acesso perpassa a questão material, da localidade do lugar, a uma questão simbólica. Isso aconteceu porque eles acreditam que aquele lugar poderia ser melhor para eles o que é um dos mecanismos que os fizeram permanecer no Conjunto, pois caso saíssem de lá poderiam não só estar impossibilitados de pagamento de aluguel, como também morarem mais longe de Maringá. Nesse processo de reterritorialização as famílias trouxeram características do território anterior para esse novo território, que são a base para a apropriação e produção de novos territórios (SAQUET, 2009).

Nesse sentido, entendo as relações de poder que se manifestaram nesses territórios, mas também foi estabelecido um processo de identificação sobre os mesmos. Isso pode ser visto no caso do Conjunto Atenas, nos quais os moradores se identificaram com o território

pela proximidade com a cidade de Maringá e também criaram relações de poder sobre ele. Pois a identificação com um território também pode ser entendida como uma relação política (HAESBASERT, 2004)

Embora no Conjunto Atenas tivesse água e luz, os moradores relatam que esses misteriosamente eram “cortados”, as famílias tinham que criar alternativas para contornar a situação da falta de água, uma delas era buscá-la e armazená-la por meio de baldes. Essa foi uma das maiores dificuldades que os moradores apresentaram. Até porque, diante de todos os problemas a falta de um dos direitos mais básicos como, a água e luz apresentou-se como uma forma do poder público tirá-los de lá.

Pra falar a verdade aqui no Atenas ainda era pior do que na escola, você acredita? Porque a casa não tinha vitrô, não tinha água, não tinha energia, então a gente ligava e eles vinham e desligava, eles não o pessoal. Eu carregava água na cabeça sabe, das casas pra minha, foi muito difícil, lá na escola pelo menos, era longe distante, mas a gente tinha a água e tinha energia (Carolina).

Aconteceu mais de uma vez, acho que foi umas três vezes que a gente andou comprando ou até mais. A Carolina mesmo ela, a Carolina ela buscava as coisas com balde, porque a água que ia pra casa dela roubaram, cortaram sei lá o que fizeram aí ela subia com um baldinho pra buscar a água lá em cima. Que nós os vizinhos ajudava ainda, alguns vizinhos ainda sedia a água pra gente (Cecília)

Ai, sabe... é..., mudou assim porque você chegava a turma da Copel da água, desligavam né, a gente ficava sem água eu tinha que ir na casa da minha mãe que morava na Hortência e minha mãe também não tinha condições deu morar com ela, né. A casinha dela é pequeninha e de lá do Atenas no Hortência lá perto do Recanto de Índio busca água de a pé, porque eles cortava a água. Luz a gente comprava a vela, duro era a água, porque como a gente ia fazer comida, tomar banho, beber (Conceição).

É que tinha uma torneira lá na frente, você ponhava a mangueira e fazia como se fosse uma torneira ali quando fosse ligar, você ligava bem pouquinho, lava a louça ponhava um balde lá de baixo da pia e jogava a água no terreiro.

Olha, aí depois é...assim, essa torneira que eu falo pra você ela vinha de lá de cima, da outra parte então daí tinha umas mangueira enorme, que descia e dava volta então era assim, tinha caixa d'água, então era assim todo mundo levantava cedo, então que nem eu enchia primeiro a minha, a minha então caixa, aí esperava o outro, enchia, então era assim. Cada um enchia uma caixa (Conceição).

Vejo as alternativas que os ex-moradores criaram como uma forma para continuar com acesso à água um modo de reterritorialização. Isso porque, embora tivesse um certo

estranhamento nesse novo território, foi necessário criar modos de adaptação para que pudessem continuar nele. Isso ocorreu, por meio de mecanismos, como buscar água na casa de algum familiar ou em outro bairro, a compra de água ou até mesma a divisão de uma mangueira entre eles. Foram essas formas de reterritorialização que os permitiram permanecer no Conjunto Atenas. Como a reterritorialização é uma construção individual, cada pessoa criou uma forma para se adaptar a esse novo território.

Essas famílias criaram alternativas para que a falta de luz e água não os impedisse de dar continuidade na ocupação do Conjunto Atenas. Isso acarretou em diversos modos informais de sobrevivência: para a luz foram criados “gatos” e para água, os moradores criaram alternativas como, utilizar água emprestada dos vizinhos, serem ajudados pelos familiares que moravam próximos ao Conjunto Atenas, ou também por meio de improvisos como uma mangueira que abastecia todas as casas ocupadas. Compreendo esses modos de sobrevivência que os moradores criaram como formas de territorialização. A territorialização está contida no substrato material para existir a territorialização, do mesmo modo que não existe poder sem as relações sociais (SOUZA, 2009). Então, essas famílias criaram territorializações ao ter relações de poder sobre o território por meio de alternativas com “gatos”. Assim, a territorialização está intimamente ligada às relações de poder que um indivíduo tem sobre um território seja ele material ou imaterial (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

A questão das relações de poder não serem exclusivas do Estado pode ser vista no objeto estudado por meio da categoria “territorialização”, pois ao longo da ocupação essas famílias criaram relações de poder sobre os territórios que ocuparam. Relações estas que podem ser vistas no campo simbólico e material, ao criarem mecanismos para permanecerem nas ocupações e criaram resistências que refletiram na vida dessas pessoas.

Conforme o tempo foi passando essas famílias começaram a territorializar o espaço do Conjunto Atenas. Isso é perceptível tanto de modo material, quanto simbólico. Uma das formas de territorialização foi pela limpeza do espaço. Para dar um aspecto de um lar ou até mesmo os hábitos que vinham de suas antigas residências foram percebidos no ato de limpar. Assim, realizar a limpeza do espaço apresentou um território de identificação dessas famílias, principalmente das mulheres. Era como se manter o local limpo, àquelas casas elas seriam suas e manter a vida como era antes da ocupação fosse primordial a elas. Vejo isso porque, um território acaba por ter as características e significados daqueles que

o apropriou, de maneira simbólica ou material, ou ambas (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

Como Conceição cita “elas tava abandona, tava um ... menina era um mato, um mato que você nem imaginava aí cada um que ocupou uma né, limpou, aí ficou aquela coisa, mesma coisa que era aquelas casinha nova”. A importância de manter o local sempre limpo se mostra ainda mais evidente na ocupação da Escola Delfim Moreira, que será mais discutido adiante.

Ao entender a territorialização como a manifestação humana sobre um determinado espaço, um indivíduo acaba por ter uma apropriação política sobre esse espaço, o que gera um território produzido socialmente por indivíduos que o compõem. Assim um mesmo espaço é territorializado e possuiu características e significados dependendo do grupo que o apropria, tanto materialmente como simbolicamente (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

Assim, limpar trata-se uma forma de territorializar um espaço e criar identificação com o mesmo. Nesse sentido, percebo que a ocupação de um território por um grupo gerar raízes e identidades. Então, a limpeza deste território gerou um processo identificação que as famílias tiveram que está ligada aos atributos deste território (SOUZA, 1995).

Então, um território é formado a partir do momento que um ator se apropria do espaço de modo concreto ou abstrato e territorializa esse espaço (RAFFESTIN, 1993). Quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos se apropria desse espaço ele o transforma em território a partir das relações de poder sobre ele, por meio de uso de energia ou informação, que dá um novo significado a esse espaço, mas nem sempre está ligado ao controle ou a dominação social (SAQUET, 2013). Assim, o poder não é exclusividade do Estado, mas tem a ver com um sentido tanto de modo mais explícito de dominação, como o Estado, ou um sentido menos implícito, simbólico de apropriação, como, por exemplo, o território para uma comunidade indígena (HAESBAERT, 2004).

Essas relações de poder sobre o território aconteceram por meio da limpeza, porque antes o espaço que era abandonado e cheio de “mato” passa a ser um território de apropriação e esse território ganha um novo significado por meio dessas relações de poder. O território passou a ter um “dono” a partir do momento que ele foi limpo, então esse território está ligado ao controle e a dominação (SAQUET, 2015).

O que posso perceber também por meio do campo estudado, que a cidade de Maringá possui múltiplos territórios e diversos agentes que possuem relações de poder

sobre seu território. Território porque a partir do momento que um ator se apodera do espaço, acaba por territorializá-lo. Assim, esses agentes são compostos, pelo Poder Público Municipal, agentes imobiliários, organizações públicas e privadas, agentes sociais que territorializam o espaço da cidade e possuem interesses difusos sobre ela. Enquanto alguns buscam extrair seu excedente, outros buscam uma forma de ressignificá-la por meio de resistências.

Como a limpeza do lugar, a instalação de objetos e também ao se apropriarem das moradias. Assim, os moradores ao realizarem modificações no espaço como os “gatos”, criaram uma relação de poder sobre ele, por meio da modificação do território material. O que também refletiu no território simbólico ao realizar essas modificações, porque o território não deve ser interpretado de modo unicamente funcional, nem apenas simbólico, pois no território material há sempre uma dimensão simbólica e o simbólico é sempre composto por algum espaço material (HAESBAERT, 2004). Assim, essas modificações no espaço material refletiram no campo simbólico, isso aconteceu porque as famílias criaram mecanismos para permanecerem no Conjunto Atenas, o que pode ser considerado uma espécie de insurgência contra o Estado, por meio da relação de poder. Porque ao criarem esses mecanismos de adaptação, essas famílias conseguiram permanecer no conjunto e isso contrariou o desejo do Estado, ao qual esperava que essas famílias não permanecessem nesse território. Como pode ser visto o trecho, a seguir:

Sabe o que nos fazia? Meu marido catava esses galão de água mineral descia lá no Hortência na casa da minha mãe de moto, colocava um garrafão pra trás pra trazer a água e o que tinha carro ia e buscava de carro, às vezes alguém, aquele um Mariuce (membro do Movimento União Por Moaradia) levou água pra gente, né[...] (Conceição).

As moradoras relatam que um dos maiores problemas para morar no Conjunto Atenas estava relacionado com a dificuldade de obter água “porque tinha que puxar água com mangueira, ixi, e essa aqui era pequena ainda Deus me livre, eu sofri hein” (Ana Maria). Assim, para que as famílias do Conjunto Atenas desocuparem as casas do bairro, o poder público começou a pressioná-los para sair dessas moradias. Para isso, criaram uma série de mecanismos para retirá-los daquele lugar, aos quais os mais relatados foram o corte de água e luz constantes, mas também usaram da força policial para alarmar essas pessoas. Como apresentam os trechos a seguir:

Prefeitura, vinha reportagem filmar a gente, vinha polícia pra tirar a gente, mas vamos pra onde? Tinha criança. Não foi fácil não. Eu dei até entrevista lá de reportagem passou lá nos pegando água do rio, pra lavar roupa porque não tinha água, eles chegava e arrancava todos os encanamentos. O pessoal da Sanepar chegava e desligava, então não tinha o que fazer nada (Clarice).

Quando estava na cidade assim foi difícil porque não tinha janela as casas né, não tinha muito mato, é não tinha patente, patente a gente teve que por né ai foi bem complicado assim, pelo fato disso aí mesmo de aí era muita como eu posso explicar, é muita pressão que eles fazem na cabeça da gente, muita pressão, tipo se você não sair daqui a gente vai levar os seus filhos o conselho tutelar vai levar seu filho sim, a maioria das pessoas lá né que assim, que fosse tirar a gente ia tirar com polícia, né. Que ia chamar polícia pra prender conselho tutelar pra levar as crianças a gente ficava com medo porque a gente se sentia ameaçado sentia medo, mas fazer o que? Era assim todo dia era uma, era uma visita tinha em casa, de todo mundo querendo saber isso e aquilo pessoal da prefeitura né? “Mas não é melhor você sair?” eu vou sair daqui pra ir pra onde? Pra onde que eu vou sair daqui? E nesse decorrer foi indo, foi indo, foi indo, acho que foi um mês e pouco ficou lá mesmo, acho que um ano de 2 meses porque o ganhei o meu nenê lá na escola, nos entrou em janeiro em fevereiro eu ganhei ele (Cecília).

As moradoras comentam que o corte de abastecimento de água foi realizado diversas vezes, inclusive pela madrugada, muitas vezes, motivados pelos próprios vizinhos que não gostavam da presença das famílias. “Ela denunciava toda vez ela denunciava eles ia lá e cortava água, cortava energia, teve uma vez que era quase duas horas da manhã a Copel chegou pra cortar a energia, e a gente com criança pequena fica muito ruim [...] (Angela)”. “Passemos luta lá, sem água, sem luz, vinha e ligava luz alguém cortava um barrão do lado entendeu, então foi difícil (JOAQUIM)”.

Ao ser questionado sobre os cortes de água e luz, o agente da Prefeitura negou que isso tenha acontecido, de acordo com ele, isso ocorreu porque as casas não haviam terminado de ser construídas, como o relato apresenta, a seguir.

As casas não estava preparada, não estava pronta tá. Eu imagino que quando eles invadiram eu não lembro, não tinha água, não tinha luz, não tinha porque a casa não tava pronta. Alegar um procedimento desse invadir uma casa que não tá pronta, sabe. Tinha casa que não tinha janela, tinha casa eu acho que não tinha os vidros na janela tinha casa que eu não sei se tinha vaso sanitário, os que tinha foi tudo depredado. A energia não tava ligada mesmo, a água não tava ligado mesmo, porque as casas não tava pronta. Sabe eles começaram a utilizar a água do relógio que a construtora utilizava pra fazer a obra.

A história se repete, se antes a cidade sem favelas expulsou os moradores da Favela

Cemitério de uma forma desumana, que levou pessoas para longe da cidade com seus pertences jogados a sua própria sorte. Hoje o modo de impedir que essas ocupações aconteçam é mais ameno, mas não menos cruel. Criam-se estratégias mais sutis, como cortar água e luz para que não despertam a atenção da população. Já que uma expulsão que utilizasse da força policial poderia trazer um movimento contrário: a população maringaense ser contra as medidas que o Estado tomou, como aconteceu anteriormente no caso da Favela Cemitério.

As questões relacionadas com a falta de estrutura das casas, a dificuldade de acesso aos sistemas mais básicos, ainda não eram o único problema que o Conjunto apresentava. Pois, logo que iniciaram a ocupação o assédio do poder público e dos próprios vizinhos do conjunto passou a ser constante. Como relata o trecho, a seguir:

Olha, tinha pessoas ali que não conseguia trabalhar por devido tá na naquelas casinhas, era mal visto pelo povo. Quando as pessoas dava endereço e falava onde que morava eles já sabia da onde que as pessoas era. E daí às vezes as pessoas eram humilhadas até dentro da circular porque eles notava que a pessoa tava dentro da circular, começava meter o pau, entendeu? As pessoas que frequentava a circular que sabia que era de lá. Eles começava a falar assim, que as pessoas não tinha vergonha na cara, de tá invadindo um lugar que não era deles. Sem conhecer cada pessoa, cada família que tava ali dentro, a necessidade deles, né. Porque uma pessoa pra julgar uma outra assim é fácil agora quero ver você julgar sabendo a condições da pessoa (Lygia).

A maneira com que algumas pessoas passaram a tratar os ex-moradores do Conjunto Atenas pode ser compreensível pelo pensamento coletivo da cidade perfeita que paira nos seus habitantes. Como entender uma ocupação na cidade conhecida como uma das melhores do Brasil para se morar? Como uma “invasão” pode acontecer na cidade conhecida sem favelas?

No entanto, os movimentos podem agir sobre o que é imposto pelo Estado, muitas vezes criam estratégias que são capazes de reorganizar o espaço da cidade, por vezes conseguem implementar diversas coisas, apesar do Estado e contra o Estado (SOUZA, 2017). Talvez essa “ação” e não mais essa “reação” possa ter sido uma prática ao qual a população maringaense não estava habituada, o que motivou esse modo de tratar as famílias. Mas não se pode generalizar, não foram todos os maringaenses que agiram dessa forma, muitos tiveram ajuda de outras pessoas como será apresentado mais adiante. A seguir, o Quadro 5 apresenta os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e as práticas extraídas por meio das entrevistas na primeira ocupação.

Quadro 5 - Conceitos T-D-R ocupação Conjunto Atenas

Conceito	Definição do conceito	Práticas extraídas no objeto
T	Apropriação e identificação de um território seja ele material ou imaterial por um indivíduo ou um grupo de pessoas (HAESBAERT, 2007a; HAESBAERT, 2007b; SAQUET, 2015; SAQUET, 2009; SOUZA, 2009; SARAIVA; CARRIERI, 2011).	Modificações que esses moradores fizeram no espaço, como limpeza, mudanças nas moradias com a implantação de vasos sanitários e chuveiros, criação de alternativas de sobrevivência como “gatos”. Territorialização simbólica, por meio de criação da regulamentação da lei do aluguel social.
D	Perda de território material ou imaterial, perda de suas referências (HAESBAERT, 2007a; HAESBAERT, 2007b; SAQUET, 2009)	Maneira como os ex-moradores que tiveram que abandonar seu território material para ocupar o Conjunto Atenas. Perda de referências ao serem tratados como invasores.
R	Os processos de reterritorialização, por sua vez, ocorrem quando o indivíduo desterritorializado, encontra-se dentro ou adentrando em um novo território, ao qual passa a pertencer (HAESBAERT, 2007a; HAESBAERT, 2007b; SAQUET, 2009).	Mecanismos para terem acesso à água, adaptação ao novo território por meio buscar vantagens no Conjunto, como proximidade da cidade, adaptação em dividir uma casa com outros familiares.

Na primeira ocupação criou-se uma disputa de territórios entre as famílias e o Estado, de um lado àqueles que apoiavam essas famílias, como os movimentos sociais que estavam auxiliando-os, inclusive o Observatório das Metrôpoles. Do outro lado, a

Prefeitura, parte da população e a mídia. Tinha-se não só a disputa do território material, que nesse caso pode ser entendido como as moradias, mas também a disputa pelo território imaterial. Imaterial porque todo território é ao mesmo tempo funcional e simbólico (SOUZA, 2009). Entendo essa disputa pelo território material que é o espaço do Conjunto Atenas e o simbólico, a disputa dessas famílias de continuarem a viver nesse território. Então as relações de poder em um território são indissociáveis, pois no território material há sua função material, no caso do conjunto, com uma função de abrigar essas famílias, quanto na produção de significados, pois a dominação desse território simbólico poderia legitimar mais ocupações (HAESBAERT, 2007a).

De um lado, algumas instituições tratavam como uma luta e um direito que essas pessoas deviam ter acesso à moradia. Então, criavam alternativas não apenas para ajudarem essas pessoas com doação de alimentos e roupas. Como também na busca de pressionar a Prefeitura de Maringá a cederam uma casa para essas famílias, com a busca de advogados para impedir a primeira remoção, ou com a regulamentação da lei do Aluguel Social, que será discutido mais adiante. Do outro lado do Estado, o objetivo era impedir que movimentos como esses acontecessem ao qual poderia legitimar outras ocupações que poderiam ocorrer caso a prefeitura cedesse à pressão das famílias. Isso fica aparente na fala do agente da Prefeitura Municipal de Maringá, “[...] eu falava pra eles “nós não podemos pegar vocês e olha e você vai pegar uma casa”, porque isso primeiro é passar por cima dos inscritos antigos e segundo incentivar novas invasões”. Assim, percebo que o Estado tem uma relação de poder sobre o território porque é o responsável por organizar os limites territoriais por novas implantações ou leis (RAFFESTIN, 1993). Além disso, o Estado tem um poder sobre o território porque o território é usado como um modo de implantação de políticas públicas e privadas, tanto na cidade como o PMCMV, por exemplo, essas políticas podem estar atreladas a diversos interesses que causam impacto no território e criam diversas formas de resistências que gera constantes conflitos, os territórios passam a ser disputados por diferentes interesses. Desse modo, tem-se “disputas territoriais nos planos material e imaterial” (FERNANDES, 2008, p. 3).

Ao longo da ocupação, alguns moradores tiveram seus empregos prejudicados na ocupação do Conjunto Atenas, mas piorou ainda mais quando foram remanejados para a Escola Delfim Moreira. Assim, ao longo da ocupação as famílias tiveram problemas para conseguir trabalho, pois os empregadores não viam a ocupação com bons olhos. Embora muitos, inclusive a vizinhança, estavam mais próximos da realidade daqueles que

ocupavam o Conjunto do que próximos à hegemonia do Estado. No relato, a seguir, Cecília, Clarice e Joaquim comentam as dificuldades que encontravam para trabalhar.

Então, eu era empregada né eu trabalhava fazia um ano e meio num supermercado é muita como essas coisas vem muita reportagem você acaba se sentindo humilhada por tudo né, tanto que é que eu chegava no meu trabalho às vezes chegava puro lama, né. Porque era bem terra lá tava naquela época de construção e tudo né aí carro quebrava às vezes saía de madrugada pra ir trabalhar já fui quase assaltada duas vezes quando eu estava morando lá, porque eu tinha que entrar 6 horas eu tinha que sair as 5 horas da manhã mesmo na cidade isso na cidade aí era assim, era assim e eu grávida né (Cecília).

Você falava daí “onde você mora?” “Ah eu moro em tal lugar”, daí a pessoa ficava com medo, “ah, é tranqueira”, “não deve ser pessoas de bem que tá morando num lugar assim”, “invadiu a casa de quem?”, e na televisão falava que a gente invadiu casa de quem tinha ganhado. E não tinha ganhadores a partir do momento que a gente foi pra lá que eles sortearam (Clarice).

Trabalho eu ia trabalhar quando eu achava por dia, quando eu não achava não tinha que fazer nada né, porque como eu morava e falava que era ocupação, ninguém queria dar serviços pra nós, falava que era invasores e ninguém dava serviço. Falavam que nos era tipo um grupo de sem-terra e não queria dar serviço (Joaquim).

Percebo uma desterritorialização imaterial, pois essas famílias perderam suas referências ao não serem mais tratadas mais como simples “moradores”, mas como invasores e isso refletiu tanto nas suas vidas de modo econômico, pois não conseguiam trabalho para o sustento de suas famílias, como também nas suas relações pessoais com os vizinhos, por exemplo, que não gostavam da presença delas no bairro. Percebo que o território produz identidades ao ver que essas famílias ao ocupar o Conjunto Atenas carregaram consigo o estigma de invasores. Nesse sentido, vejo que ao ocupar o Conjunto Atenas por meio desse território, esses moradores tiveram suas referências e identidades modificadas, pois o território também é produtor de identidades, por meio dele é possível controlar, diferenciar e separar sujeitos. Também classificar e nomear indivíduos de grupos sociais (HAESBAERT, 2004). Então, essas pessoas foram classificadas e separadas com pessoas que não poderiam ter acesso ao trabalho, porque a desterritorialização pode significar não só a perda do território material, mas um processo de exclusão social (HAESBAERT, 2007a).

Apesar de todas as dificuldades que essas famílias passaram, houve quase um consenso entre elas: em relação à mobilidade e o acesso à cidade, o Conjunto Atenas era

superior em comparação à escola. O acesso aos serviços básicos que a cidade oferecia, bem como a escola que as crianças frequentavam eram mais próximos. Nas falas, a seguir, as ex-moradoras comparam o Conjunto Atenas com a Escola Delfim Moreira:

Era bom porque você estava perto do mercado, perto de uma farmácia, perto do postinho, na onde a gente estava na escola você tinha que pegar carona, as vezes você tinha que ir deapé, pro médico, pro mercado, então lá já era mais difícil (Conceição).

A diferença, longe de tudo a escola. Aqui a gente ainda nos estava na cidade como eu falei pra você, estava perto de um mercado estava perto do posto, igual eu grávida eu fui pra lá grávida, quer dizer, toda diferença o ponto mais próximo era há 7 km nos tinha um carrinho velho um golzinho prata que a gente tinha velho, tá todo quebrado, vira e mexe pneu furado, lama, barro, correndo risco no meio das estradas, bem, foi vixe, totalmente diferente, totalmente diferente bem sacrificante bastante sofrido (Cecília).

Essa ocupação para a grande maioria das famílias foi a primeira experiência com algo parecido, que exigia resistência ao que é imposto pelo capital. A ação que buscava pressionar o Estado para que o mesmo pudesse proporcionar uma alternativa de moradia, já que pelas vias “legais” isso não era resolvido. As famílias aos poucos buscaram maneiras de como agir e de como se organizar para pressionar a Prefeitura. Como os trechos, a seguir, relatam:

Ai, pra mim era uma novidade nova, conhecer vizinho novo né, então pra mim já era mais né [...], a gente já começou pegar amizade um com a outra né, então isso já deixou uma mais como que eu posso dizer, menos despreocupada, né. Então às vezes a gente ia pras luta né, fazia união, se juntava todo mundo, abaixo de chuva então era, foi indo pra mim foi uma... como que eu posso dizer uma prova que eu passei né (Conceição).

Olha os teve em muito protesto na prefeitura, nas câmara dos vereadores, então nos ia nos fazia as reunião lá e ia pra cobrar dos vereador e do prefeito, a nossa força mesmo era as crianças se não fosse... nos não tava aqui. Eu conheci gente falar e gente que tem o nome na habitação que não conseguiu pegar casa então é difícil (Joaquim).

Ao longo da ocupação os moradores relatam que se organizaram para tentar um diálogo com o prefeito. Um vídeo disponível no Youtube no canal Paulo Vidigal, mostra uma manifestação das famílias na Avenida Brasil, no dia 23 de janeiro de 2013. Ao fazer o percurso pela Avenida elas foram impedidas pela Guarda Municipal de entrarem na

Prefeitura Municipal. No entanto, o então Prefeito, Roberto Pupin, mostrava-se irredutível para chegar a um acordo que pudesse favorecer ambas as partes. Como relata Clarice:

Então a gente fazia uma reunião, “vamos lá conversar com o prefeito” chegava lá a gente era barrado não deixava a gente entrar pra conversar com o prefeito, ia na promotoria, a gente conversava, conversava e não entrava num acordo, a gente conversava entre nós, às vezes a gente decidia mesmo: “ah, vamos lá, chamava eu e mais umas duas (moradoras), vamos ver o que a gente consegue”. Chamava a imprensa pra ver a situação, mas era nós mesmo que decidia, não tinha ninguém por trás.

A ocupação do Conjunto Atenas se prolongou por dois anos, mais do que os moradores esperavam e provavelmente mais do que a Prefeitura também imaginava. Nesse tempo, algumas famílias desistiram da ocupação. Além disso, as tentativas do poder público de tirar os moradores daquele lugar foram diversas, dentre elas pedidos de reintegração de posse das casas, ameaças de tirar a guarda dos filhos dessas famílias.

Em um desses pedidos de reintegração, como opção de moradia foi dada a escola Municipal João Gentilin, localizada na Gleba Pinguim a cerca de 23 quilômetros de Maringá. No entanto, os moradores não foram informados com antecedência para onde iam, nem sabiam das condições dessa escola. Segundo o relatório do Observatório das Metrópoles (2013), as instalações da escola eram precárias, porque apresentava problemas nos banheiros que, naquele momento, não funcionavam. O revestimento das paredes da escola em partes não existia, o que deixava evidente a degradação das mesmas. A cobertura da escola também estava comprometida, com lajes que apresentam infiltrações que fazia que o local molhasse com a chuva. As janelas e portas também estavam danificadas e isso impedia a vedação do vento e do frio (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2013).

Segundo o Relatório Atenas (2014) organizado pelo Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá, os moradores foram intimados a desocuparem os imóveis do Conjunto Atenas por meio de uma ação judicial de reintegração de posse. Mas uma ação do Observatório em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos do Legislativo Municipal a reintegração de posse foi suspensa, até que o abrigo apresentasse melhores de condições de habitabilidade. No trecho, a seguir, Conceição relata brevemente o processo de remoção para a Escola Delfim Moreira.

Olha, primeiro eles falaram que a gente ia pro Pinguim, né. Aí a gente tinha arrumado as coisas tudo, aí o juiz, foi o juiz? Não me lembro bem, falou não, falaram que a escola tava chovendo dentro, que não dava pra levar, aí ficaram quieto, aí depois que arrumaram essa escola pra gente ir. Mas a gente ia pro pinguim (Conceição).

Apesar da Lei do Aluguel Social já existir essas famílias não foram atendidas pela mesma, isso aconteceu, segundo o agente da Prefeitura, porque essas famílias não estavam em um quadro de vulnerabilidade como apresenta o trecho, a seguir,

Se você entender que das famílias encaminhadas para aprovação (para o PMCMV) em torno de cinco não aprovou porque a renda era superior, né. Se você fosse lá na escola e a gente sempre ia quando você chegava na escola você via numa determinada sala a família lá com micro-ondas novo, geladeira nova, freezer novo. Por outro lado, quando a SASC (Secretaria de Assistência Social) determinava fazer o procedimento através do aluguel social, era família com casa caindo, não tinha o que comer, não tinha onde morar era fundo de vale que tinha que tirar também, tirar daquela situação de vulnerabilidade. Então, das famílias que foram pra escola pode ser sim, pode ser não, muitas família não atendiam isso não.

Deveras, das dezenove famílias que ocuparam o Conjunto Atenas apenas cinco havia cadastro para o sorteio do PMCMV. No entanto, de acordo com a psicóloga entrevistada, quando ela e mais três profissionais começaram a trabalhar com essas famílias, o cadastro delas no PMCMV foi realizado e todas estavam dentro do requisito de possuir 0 a 3 salários mínimos de renda por família, como aparece na fala da psicóloga entrevistada, a seguir.

Quando iniciou o processo, quando eu entrei a maioria não tinha cadastro depois a gente conseguiu fazer o cadastro de todas elas (as famílias) e foi aprovado, tanto que elas foram todas para o sorteio (do PMCMV). Então, existia uma condição de vulnerabilidade, o fato de não fazer o cadastro não significa que não tem uma condição de vulnerabilidade incluído, a questão de vulnerabilidade te impede de ter acesso até a essas informações. De que tem um programa ou até onde que eu possa ir pra conseguir me inscrever, os documentos que eu tenho que ter porque às vezes a pessoa não tem esses documentos também porque você fica marginalizado. Porque, quanto mais marginalizado mais difícil essas pessoas têm de entrar nesses processos que são burocráticos, que exige você ter tempo. A pessoa tá lá vivendo, trabalhando tem que ir no horário comercial pra levar as coisas pra poder ser cadastrado no setor de habitação, num período que as pessoas tão trabalhando então, não é fácil, nem todo mundo tem internet [...].

A ação de enviar as famílias para essa escola localizada no Pinguim foi vista pelos moradores como uma forma de “castigo” da prefeitura. Pois além deles não serem avisados com antecedência, o lugar não apresentava condições básicas para moradia “na verdade a prefeitura queria dar um castigo maior, de mandar a gente lá pro Pinguim” (Ângela). Nos trechos a seguir as ex-moradoras contam como foi esse processo de remoção.

[...]mas não falou pra gente que ia pro pinguim, foi no dia, que ainda levou duas mudanças lá pro pinguim, que foi da Vivian e da Mariana (moradoras que estavam no Conjunto Atenas) chegou lá foi um dia de chuva aí quando elas chegaram lá elas fizeram aquele maior auê que não ia ficar, porque molhava tudo dentro da escola e daí elas filmou que tava alagado tudo (Ângela).

Olha, eles queria o despejo, né, mas daí depois conforme, daí o juiz foi ver uma escola que eles queriam colocar a gente que era lá no Pinguim, aí chegou lá num tempo de chuva tava as salas tudo alagada os patio tudo, daí eles o juiz no dia da mudança do despejo lá pra levar pinguim o juiz ele não aceitou, aí deu mais um tempo pra arrumar um outro lugar pra ele levar a gente aí eles arrumaram a escola Delfim Moreira. Daí pra lá a gente teve que ir (Lygia).

Eles arrumaram, foi eles que arrumou pra gente sair de lá. Inclusive eles deram ordem pra gente ser despejado, mas aí o juiz deu ordem que não, que eles tinham que colocar a gente, em alguma casa, em algum lugar. Foi quando eles levaram a gente lá na escola. Mas por eles tinha mandado a gente pra rua (Carolina).

A psicóloga residente que na época acompanhou o caso, por meio do Observatório das Metrôpoles também acredita que essa medida, de remover as famílias para o Conjunto Atenas, foi um modo de punição, de acordo com ela.

[...] eram dois posicionamentos muito distintos. a gente entendia que aquele colégio não permitia uma melhora na condição dessas pessoas, né. Porque o problema é esse: a prefeitura criou outro problema, se essas pessoas estão lá, que estavam nessas casinhas, porque não tinha onde ficar. Mas ali elas estavam com acesso à cidade, aos equipamentos urbanos, elas poderiam ter até uma condição de vida melhor, conseguir garantir seu sustento, quando eles (Prefeitura) colocam elas nesse lugar que não tem nada, só tem plantação, tava há 7 km da estrada pro primeiro ponto de ônibus, você precariza todas as condições, você não tem posto de saúde perto, transporte a gente teve que brigar pra prefeitura colocar o transporte para as crianças que não chegava não ia ônibus, se chovia o negócio era terrível, porque ficava cheio de lama aí fica difícil de passar, porque é um zona rural. Fora a questão da estrutura do prédio não estar apta a receber moradia. Então, você cria outros problemas que a prefeitura não conseguia abarcar e que se essas pessoas estivessem na cidade isso não teria acontecido. Então, você aumenta a condição de vulnerabilidade social dessas pessoas. A prefeitura já não via assim, a

prefeitura o discurso dela era de discurso de que essas pessoas “elas são invasoras elas tão querendo coisa fácil, elas tem condição sim elas só tão aqui pra pegar coisa fácil mesmo então a gente vai jogar elas lá elas que saiam e vão pra família”. “Quem não tem família na cidade? quem não consegue dar conta?”. É uma questão de punição mesmo, se você pega as reportagens você vê esse discurso na boca do [...], é o discurso de punição, realmente o que eles queria: “é, então tá bom, agora vocês não vão ter nada, a gente não vai dar nada mesmo acesso nenhum” e a gente percebia isso até com relação aos equipamentos do município, o CRAS era uma dificuldade pra conseguir as coisas quando eles ligavam era sempre alguma coisa que não dava, não podia bem direito, “temos que ver” [...]

O processo de remoção dessas famílias para a Escola Rural Delfim Moreira será apresentado no próximo tópico, nele será abordado como ocorreu esse processo, como elas foram removidas enfrentaram esse novo território, seu novo processo de adaptação, as características da escola, bem como os processos de T-D-R.

6.3 A REMOÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL DELFIM MOREIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS

No dia 07 de janeiro de 2014, mais um pedido de reintegração de posse foi realizado. Apesar de na época ter surgido a possibilidade dessas famílias receberem o aluguel social, isso não ocorreu. Assim, elas foram removidas por caminhões contratados pela Prefeitura que chegaram até o Conjunto Atenas e trouxeram os moradores em duplas. Mas antes a escola havia passado por algumas reformas, como a pintura, limpeza e conserto da parte elétrica.

No entanto, os moradores não foram avisados com antecedência e também não conheciam o lugar para onde iam. Isso é perceptível por meio de um vídeo no Youtube, ao qual as ex-moradoras foram até a Prefeitura de Maringá. No vídeo, pude perceber que após muita discussão essas moradoras conseguiram falar com o Secretário de Habitação de Interesse Social, Sergio Bertoni, ele afirmou na conversa com as ex-moradoras que havia um local que estava em processo de preparação, e o mesmo estaria de acordo com a ordem judicial. O secretário se recusou a dizer onde seria o local e quando os moradores iriam para lá. Uma das moradoras ainda questionou se o abrigo seria muito longe e se os mesmos teriam acesso à escola e atendimento médico. Mas o secretário de habitação se recusou a falar ao afirmar que o local estava em processo de organização. Assim, observo que esses moradores não tiveram opção de conhecer a escola antes de irem para lá. Além disso, todo esse processo foi decidido sem a participação das famílias, elas não sabiam o dia que iriam

ser realocadas, nem como elas iriam para lá. “Não, eu nunca tinha visto, só falavam que iam levar na escola né. Me falaram dessa que era o Pinguim, mas dessa outra não” (Conceição). Ângela relata como foi o diálogo com a Prefeitura, a seguir:

Foi ordem de despejo mesmo, minha fia. Chegou uma assistente social que hoje ela não é mais graças a Deus, né. Ela chegou lá com três intimação, sempre ia um promotor lá levar uma intimação da gente com ordem de despejo, a gente ia na prefeitura conversa e nada, essa parte que eu sei porque ele trabalhava eu ficava, eu que passava os mico lá (Ângela).

Neste dia, os caminhões de mudança chegam para levar as famílias, elas foram levadas em duplas para a Escola Rural Delfim Moreira, localizada a 17 km de Maringá. Os moradores foram sem resistência, talvez o motivo da falta de relutância foi o cansaço que esses dois anos de ocupação deixaram nessas pessoas, o cansaço e o descaso que essas famílias foram tratadas ainda acrescentada com a situação de vulnerabilidade que elas ainda se encontravam, como comenta Clarice “Aí por final, acabou que ninguém mais queria ir porque tava todo mundo já tava cansado, aí foi quando teve o despejo, ninguém quis ir mais, aí muitos foi pra lá pro abrigo, outros já não quis ir mais também, já tinha cansado já”.

Não, num dia sabe, chegou o caminhão de mudança porque ia assim eles começaram de umas casinhas lá pegar a mudança, pegava de duas em duas família então os que ia chegando ia se acomodando. Não teve escolha, quem chegava primeiro escolhia a melhor sala (Lygia).

A escola era dividida em 10 salas de aulas, 2 banheiros, uma despensa, uma secretaria e uma cozinha. Os moradores ocuparam todas salas de aula, inclusive a cozinha, a despensa e a secretaria. Segundo o Relatório do Conjunto Atenas (2014), a cozinha foi ocupada por duas famílias composta por duas mulheres, um homem e quatro crianças, um total de 7 pessoas em apenas uma sala. A escola tinha disposto 2 banheiros, um deles foi destinado aos homens e o outro as mulheres e crianças.

Além disso, como as salas eram pequenas, muitos moradores, principalmente os homens, dormiram do lado de fora para garantir a segurança tanto da família como impedir a deterioração dos seus móveis.

Sim, aí era assim que uma parte do lado de lá tinha um banheiro, do lado de cá tinha um banheiro, então os que tavam morando pra cá usavam esse banheiro, e os de lá usavam aquele lá. Às vezes os homens também

ajudavam lavar, mas era uma briga. Menina, nossa era uma briga terrível, às vezes uma limpava outros não limpavam, os filhos de quem não limpou ia lá sujava e o que limpava ficava né, brava porque limpou os filhos foram lá e sujou, mas olha foi triste, ixi (Conceição).

Não, comida cada um fazia na tua sala entendeu, era como uma casa. Só o banheiro que a gente que era todo mundo usava os banheiros então às vezes a gente dividia em três família que ocupava os banheiros assim três famílias que não que tava ali que podia tá limpando os banheiros e depois quando ficou as 5 famílias daí a gente dividiu é duas famílias pra lá e 3 famílias pra cá. Daí as 3 pra cá cuidava do banheiro cuidava do banheiro de lá, e as duas cuidava do banheiro de lá. (Lygia).

O banheiro era difícil sim. Nos tava os homens usando um banheiro e as mulheres usavam outro. Aí tava muito..., aí eu chamei um vizinho e ele foi e instalou, comprou os canos pediu quanto precisava de caso eu comprei aí ele foi e instalou um banheiro, que já tinha um banheiro sabe só que não tinha, era só a pia sabe, só o lavabo, aí não tinha chuveiro aí ele foi e instalou o chuveiro aí eu fiquei com meu chuveiro, aí eu fiquei com meu banheiro, eu e minha vizinha, só pra nós duas, aí os outros ficavam pra lá, porque tava difícil o banheiro meu pai do céu (Carolina).

Então no meu corredor só tinha o banheiro que era pro banho né, minto, o sanitário, era só o sanitário e a pia pro lado do outro pavilhão tipo o pavilhão aqui e outro pro fundo era 5 banheiros femininos e 5 banheiros masculino no começo a gente era cada família lavava um dia né, cada família ou então final de semana se dividiam, né. Como começou dar muita briga pelo fato de todo mundo usar e criança bagunçar essas coisas, essas coisas aí a gente ligou pra assistente social e pediu pra tá fazendo um pegar um banheiro daquele tirar o sanitário e colocar um chuveiro. Foi quando a gente começou a se organizar daí ficou só quatro famílias na frente e o restante pro fundo, então daí eles usavam lá e a gente usava da frente, mas assim dividido um dia um lavava outro dia outra (Cecília).

O banheiro era terrível, era banheiro de escola pra dividir pra todo mundo, daí ninguém queria lavar, aí a pessoa ia lá usava o banheiro no outro dia não queria lavar...foi bem, nessa parte foi muito ruim (Clarice).

Essa nova ocupação tratou-se de uma desterritorialização uma das categorias analisadas, porque ao serem realocadas na Escola Delfim Moreira essas famílias foram desterritorializadas de modo material ao serem obrigadas a sair de seu território no Conjunto Atenas. Assim, a desterritorialização pode estar relacionado à exclusão de acesso à terra que está ligada à perspectiva de exclusão compulsória. Então, essas famílias passaram por um processo de desreterritorialização forçado, se antes na ocupação do Conjunto Atenas ela ocorreu de modo espontâneo, já na ocupação da Escola Delfim Moreira essas famílias foram impelidas a ocupar a escola, por não terem outra alternativa, pela situação financeira que se encontravam, mas também pelo poder público não encontrar uma solução mais viável para elas. Assim, a desterritorialização pode significar

não apenas a perda do território material, mas um processo de exclusão social (HAESBAERT, 2007a).

Essas famílias tinham a Escola Delfim Moreira como uma possibilidade de ter uma moradia, então é possível entender esse movimento como uma desterritorialização de “baixo” ou “inferior”. Isso acontece porque está relacionado a grupos ou pessoas que são excluídas do território de modo mais primário, ou seja, o território no seu sentido de “terra” “terreno”. Assim, essas pessoas são desterritorializadas de suas bases materiais primeira da reprodução social (HAESBAERT, 2007a).

Nesse sentido, os novos territórios que se formaram tanto na ocupação do Conjunto Atenas como da Escola Delfim Moreira, relacionam-se à noção de um território político, pois o domínio do que o Estado tem sobre os territórios da cidade e a forma de tratá-la como uma mercadoria desterritorializa os indivíduos, cuja renda não seja compatível com os interesses das classes hegemônicas. Isso pode ser visto no caso das ex-moradoras da Escola Delfim Moreira, que por conta de seu poder aquisitivo foram remanejadas para as margens de Maringá.

Assim, entendo que o território é múltiplo, diverso e complexo. Isso acontece, porque o território é composto por diferentes indivíduos e organizações que dão características e esse território têm-se o território dos sujeitos, dos bairros, que possuem uma multiplicidade de características, que vem de encontro a ideia de um território “unifuncional” concebido por meio de uma lógica capitalista hegemônica que vê sua dominação por meio da figura do Estado e que defende o território de modo padrão que não admite sua multiplicidade ou territorialidades (HAESBAERT, 2007b).

O território, por vezes, é desigual como no caso da Escola Delfim Moreira, um território que restou para essas famílias o ocuparem, então os territórios da cidade também são excludentes que privou essas famílias de viver na cidade. Assim, percebi que não há como desvalidar o poder que o Estado tem sobre o território, apesar das insurgências que possam ser criadas por diversos agentes, o Estado possui grande influência sobre o espaço, pois as ações do Estado capitalista funcionam em favor das classes hegemônicas (HARVEY, 2001).

Desde a ocupação de 2012 eles se encontravam na mesma situação, não tinham para onde ir, nem perspectiva de conseguir uma casa própria via sorteio do PMCMV. Com a esperança que a partir dessa nova ocupação a situação desses moradores pudessem melhorar e também sem outra alternativa, eles se viram obrigados a irem para a escola “a

gente teve que ir né, porque pra onde a gente ir. Então melhor aceitar do que...” (Conceição). No trecho, a seguir Ângela relata como foi tratada pela Assistente Social da Prefeitura Municipal, no processo de remoção do Conjunto Atenas para a escola. Sua fala me marcou pela ironia que a Assistente Social teve sobre um caso tão delicado, como a remoção dessas famílias.

[...] só que a gente foi muito assim, ai foi horrível porque a assistente social, ela pegou saco de lixo e ficava jogando assim pras crianças colocar as coisas (no Conjunto Atenas), foi muito feio a gente ficou prevenido, como já sabia que a gente já tinha arrumado tudo as coisas só tava esperando as horas, mas quem não tinha se preparado pra aquele dia, foi muito feio porque ela tratou a gente pior que um cachorro (Ângela).

Quando a gente chegou no Delfim foi no final do ano, ela falava desse isso pras crianças, fica marcado né, dava pra ver as luzinhas assim de Maringá, ela falava assim, “vem aqui dá pra ver os fogos do fim do ano tudo aqui”, “vocês tão num lugar bom”, desse jeito pras crianças (Ângela).

No entanto, essas mulheres sentiam-se perdidas, porque não sabiam o que poderiam acontecer com elas, nem qual fim chegaria a ocupação.

[...]Ah mais, eu acho que poderiam ter tentado (a Prefeitura) sabia, é não é dar, não é dar uma casa a gente compra a gente vai pagar né, eu acho que eles poderiam pelo menos, né ter conversado “ah, vocês vão ficar tanto tempo, vai ser assim e assim”. Não, simplesmente jogou nós lá e não teve, teve o dia pra entrar mas não o dia pra sair (Ângela).

Ao entrar na Escola Delfim Moreira os moradores pegaram uma chave de cada sala, quem chegou primeiro escolheu a sala que iria ficar. Alguns moradores que chegaram antes conseguiram pegar uma chave para a moradora ao qual tinha mais afinidade. O número de salas foi insuficiente em relação a quantidade de pessoas que foram para a escola, algumas tiveram que dividir uma sala para mais de uma família. Como relatam os trechos, a seguir:

Ai, assim. Você fica meia... você vê aquele monte de gente, é tinha gente que tava dormindo pra fora que não tinha lugar pra ficar, não cabia, não coube, né. Você vinha aquele monte de gente e ficava pensando “meu Deus, tanto sofrimento pra poder lutar por uma casa assim” mas foi pra mim foi, acho que tanto pra mim como pra todo mundo, né. Que sofreu muito porque ixi ... (Conceição).

Quem foi chegando primeiro, foi pegando (risos) a gente ficou numa salinha, quando a gente chegou que eu acho que (do tamanho) é esse espaço aqui (sala da casa dela) da nossa salinha aqui e a cozinha, aí a gente teve que se acomodar com as cama, não tinha muita coisa, nós também não tem, mas (tinha) menos ainda. Depois a Mariana saiu né, a Clarice, aos poucos as pessoas foram saindo e quem permaneceu foi ficando mais espaçoso assim, né. Mas quando foi despejar os que foi chegando primeiro foi indo, né. Aí não ia ter sala pra todo mundo se eu não me engano parece que teve família que ficou junto (Ângela).

Olha, teve umas que é...a que tinha mais filho pegou a sala mais grande, né, e a família mais pequena pegou a salinha mais pequena. Às vezes tinha gente que tava morando no corredor, nossa era sabe no começo assim aquele coisa da escola, assim você via era mato, aquele monte de cama esparramado pra turma dormir. Que era muita gente, né. Então a sala não deu, então daí tinha as famílias que morava com família aí era assim (Conceição).

Antes das famílias se mudaram para a escola foram feitas propostas pela Prefeitura Municipal de Maringá de manter o lugar limpo, além de uma cesta básica no valor de 70 reais. Mas ao longo do tempo as promessas não se cumpriram, a limpeza já não era mais realizada, o lixo não era mais recolhido e as cestas elas não a receberam por muito tempo. Como descreve o relato de Carolina, a seguir:

[...] no dia que a gente ia sair do Atenas pra escola. Eles já falaram que ia ter tudo direitinho, que a gente ir ser bem atendido. Só que depois, só permaneceu mesmo só a van. Ah, eles disse que gente ia ter uma..., tipo uma cesta, né. Naquele tempo parece que ia ser 70 reais. Aí passou um tempo eles cortaram, eles iam limpar sabe, roçava tudo em volta da escola, depois eles tiraram tudo. O mato cresceu que cobriu tudo, era horrível (Carolina).

No entanto, o agente da Prefeitura afirma que fizeram todo o procedimento necessário para atender essas famílias, “[...] aí nós fizemos o procedimentos, nós alugamos o caminhão levamos pra escola, a secretaria de Assistência Social deu todo o atendimento que necessitava, com cesta básica com ônibus para a escola, esse foi o nosso papel nesse movimento”.

O abandono por parte do poder público foi algo recorrente nas entrevistas. Isso mostra que o Estado não só os removeu para lá, mas foi conivente ao levar tanto tempo para buscar uma alternativa para essas famílias, que só foi encontrada na gestão seguinte. Assim, os ex-moradores relatam que as visitas pela assistência social de Maringá se extinguíram, bem como acesso a serviços como atendimento médico também não era realizado:

Eles foram (pessoas da prefeitura) mais assim no começo e um pouco no final, mas assim a assistência social ia lá, nem sempre também, porque tipo assim eles largou a gente a mesma coisa que fosse na [...] ficaram um bom tempo sem aparecer, um bom tempo. Pareciam 2 meses e 3 meses, vinha ali falava isso, às vezes assistente social aparecia com papel pra gente também, a gente não assinava (Cecília)

Além disso, para os moradores a maior dificuldade que eles sentiram foi a distância que a escola estava localizada. Por estar na zona rural, na escola não havia nada por perto além de plantações para colheita. A estrada era de terra, os moradores tinham que percorrer seis quilômetros até chegar a rodovia e assim pegar ônibus para ir até Maringá, esse caminho muitas vezes era feito a pé, um caminho descrito por eles como muito desgastante. Posso ver que, a distância que as essas pessoas estavam, está relacionada com a produção desigual do espaço urbano. Isto porque a propriedade privada divide e parcela a cidade, que gera uma profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano, isso faz com que essa produção estabeleça um lugar para cada um, por consequência disso restam às classes mais baixas viverem nas margens da cidade (CARLOS, 2012). Se por um lado essas famílias não tiveram acesso à cidade por conta de suas condições econômicas, durante a ocupação da Escola Delfim Moreira essa falta de acesso é mais uma vez acentuada, elas estiveram ainda mais longe da cidade e com mais dificuldade a acesso aos serviços que mesma oferece. A figura 12 a seguir, apresenta uma imagem da escola, com uma sala ocupada.

Figura 12 – Escola e sala ocupada



Fonte: Arquivos Observatório das Metrôpoles (2013).

Estar localizado distante da cidade foi o relato mais recorrente das ex-moradoras, para elas a dificuldade de acesso à cidade, a impossibilidade de acessar serviços como supermercados, hospitais, farmácias, entre outros, se apresentou como um problema recorrente em suas vidas. No entanto, esses moradores estavam afastados de Maringá, e também dos equipamentos urbanos que a cidade oferece. Como os relatos a seguir apresentam: “Ah, foi pior, porque ali tipo assim água e luz, mas era no meio do nada, não tinha um mercado, não tinha uma farmácia não tinha como você fazer nada” (Clarice).

Ah, eu vou falar pra você, ali no Atenas tinha mercado tudo em volta da gente, tinha farmácia tinha tudo, lá no Delfim Moreira não tinha nem um lugar pra comprar um pão pras crianças, tinha vez que as crianças chorava por causa de um pão e não tinha, e nós não tinha condições de vir, e essa ex-mulher minha quantas vezes ela sofreu vindo de lá pra buscar as coisas na cidade, tinha vezes que ela vinha e voltava de a pé (Joaquim).

Ah, muito viu. Muito. Porque nas casinhas você tinha, você ficava doente você pegava uma circular, tinha um vizinho, né. Você pedia ajuda pro vizinho em qualquer situação você tinha gente por perto e agora lá na escola não. Você ligava pro SAMU eles não ia quando ia ó, demorava horas e horas e a polícia ali também não ia, ali acontecia muita briga entre eles ali e se chamava a polícia, a polícia não aparecia (Lygia).

Além disso, diferente do que eu imaginava de uma ocupação como um espaço colaborativo, ao qual se imagina as famílias de uma ocupação operam de modo cooperativo. No entanto, as formas de território foram trazidas junto com esses moradores para a escola em um modo de reterritorialização. Ao analisar essa categoria, entendo a reterritorialização como a perda do território material e imaterial, mas carrega ainda as características do seu território anterior que se materializa de forma simbólica ou material e trazem consigo as lembranças ou modo de vida para o território atual. Por que os indivíduos trazem consigo características dos territórios anteriores para a apropriação e produção de novos territórios (SAQUET, 2009). Assim, o modo que essas pessoas viviam permaneceu também na escola. Se antes, no Conjunto Atenas, elas moravam cada um em suas casas, com suas famílias esse modo de viver também foi trazido à escola. Percebi isso, pois os moradores transformaram a sala em uma forma de “casa” embora esta fosse pequena, dentro de cada sala havia um fogão para o preparo de alimentos na tentativa de manterem a sala com uma mesma configuração de uma casa, com quarto, sala e cozinha. O relato a seguir, de Carolina aponta a diferença que ela sentiu do conjunto com relação à

escola:

Bom não é, né. Principalmente lá na escola, foi pior. Porque no Atenas era casa separada cada um, e lá na escola não e cada um era porta assim. Uma porta aqui e a outra família tava ali. Então todo mundo tinha criança era difícil também assim. Eu tinha só uma (criança) e colocava pra dentro. Pra quem tinha muito eles brigava muito as crianças, às vezes os pais também. Mas comigo, eu acho que nunca teve. No conjunto foi tranquilo. Cada um tava na sua casa separado, um pouco distante, mas na escola foi pior porque era porta com porta. (Carolina).

As diferenças que os moradores sentiram não estavam relacionadas apenas à mobilidade, pois para os moradores o problema da escola não estava exclusivamente na distância, mas em como a escola os impossibilitava de ter uma privacidade, um lugar apenas para eles, porque residir na escola fazia com que as famílias morassem muito próximas uma da outra, um modo de viver diferente do que estavam acostumados. Assim, elas foram privadas de habitar da forma com como estavam habituados, cujas residências os mantinham certa distância entre os vizinhos, a partir do momento que essas pessoas começaram a ocupar a escola elas perderam suas referências de viverem de modo individual, isso as obrigou a criar novas formas de moradias para se adaptarem a essa nova realidade. A partir disso, percebo um movimento desterritorializador de modo simbólico porque está relacionado à destruição de símbolos, tanto concreto como material, mas também está relacionado à destruição de antigos laços (HAESBAERT, 2000). Assim, entendo que essas famílias foram desterritorializadas do Conjunto Atenas e do seu modo de viver, esse modo está relacionado com casas divididas em cômodos, normalmente com cozinha, banheiro, quartos e sala separados. No entanto, esse modo de vida estabelecido culturalmente foi tirado dessas famílias, ao serem obrigadas a viver em pequenas salas de aulas. Como os trechos, a seguir, apresentam:

Ó, enquanto tava ali nas casinhas não era muito ruim porque cada um tava nas suas casas, cada um né, eles tinham cada um sua privacidade, mas na escola não. Na escola já era diferente ali nas casinha não, ali nas casinha cada um, assim pra só era difícil porque a gente ficava, era eu minha filha tudo numa casa só. Aí depois, né, Daí depois andou desocupando umas quatro casinhas, lá pra baixo daí que eu fui pra lá. Mas eu fiquei a maior parte junto com a minha filha (Lygia).

É porque ali no Atenas o que acontece era tipo separado né, agora o colégio era porta com porta encostado uma a outra, era um salão uma sala, você perde a oportunidade de tudo, você não tinha oportunidade de tá numa casa fixa (Clarice).

Como um modo de ressignificar essas salas, as famílias criaram formas de reterritorializações, por meio da divisão do lugar para deixá-los mais próximas da configuração de uma casa. Desse modo, essas pessoas foram desterritorializadas tanto de modo material, como a exclusão de acesso à terra como em nível simbólico-cultural (HAESBAERT, 2007a). Simbólico porque, elas tiveram que se adaptar ao novo modo de viver e criar mecanismos para permanecerem neste lugar, um desses mecanismos, como mencionado, foi modificar as salas para estabelecerem sua privacidade e manterem a lembrança de uma casa.

A adaptação a esse novo território tratou-se de uma reterritorialização, como uma das categorias estudadas, ao passo que essas pessoas tiveram que se adaptar a esse período de “estranhamento”. Porque o modo de vida que estavam acostumados até a ocupação da Escola Delfim Moreira era diferente a este, estavam acostumados a viverem a sua individualidade com suas famílias. Mas essa nova ocupação os obrigou a (re)significar sua maneira de viver, o que para eles foi uma grande mudança.

Então ao se desterritorializarem, essas famílias passaram por um novo movimento reterritorializador, que ocorreu por meio do modo de organização das salas semelhantes aos cômodos que viviam anteriormente. Assim, a partir dessa reterritorialização são “reproduzidos traços comuns e heterogeneidades, que ao mesmo tempo estão na base de apropriação e produção de novos territórios” (SAQUET, 2009, p. 88)

Nesse sentido, as salas foram uma forma simbólica que se materializou no território, pois um território está relacionado com a identificação de pessoas a este espaço e esse reconhecimento ocorreu por meio da organização das salas como uma maneira de se identificar com aquele espaço. Assim, o território perpassa a relação com o espaço geográfico, ele está relacionado com o pertencimento que esse território carrega. (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

A também limpeza pode ser vista como uma reterritorialização, a maioria das moradoras, falo moradoras porque isso só foi perceptível na entrevista com mulheres. Para elas, manterem o lugar limpo era essencial, não só por questão de limpeza, mas como uma forma de estabelecer laços. Assim, o ato de limpar tornou-se um ritual quase obrigatório, o que também motivou diversas brigas que aconteceram proporcionadas a quem se opunha a essas regras. Como apontam os próximos trechos:

Então, na nossa parte única parte mais ruinzinha era na frente do Joaquim, que ele tinha passarinho galinha e eles são acostumado usado e jogar, até na minha outra parte assim, que passava minha mãe, eu a Dayane e a Ângela, era bem limpinho que a gente varria, porque uma começava a varrer todas pegava a vassoura e varria as folhas não tinha lixo na nossa frente, era folha de árvore era bem limpinho tirando a parte do Joaquim. No começo quando eu tava lá, era muito bem organizado, depois eu não sei porque o lixeiro parou de passar e tinha muito lixo acumulado, eles colocava fogo no lixo porque o lixeiro não passou mais, no começo era combinado do lixeiro ir (Clarice).

Ai minha filha, eu era que nem uma louca veia, acordava cedo pra arrumar as crianças pra ir pra escola, ajudava as meninas pra ir limpar em volta da escola, lá dentro. Foi o que a gente mais se conviveu fazendo isso aí, que foi a limpeza da escola. Se juntava às vezes tinha umas que lavava banheiro, tinha que queria ajudavam, tinha umas que não. Um não podia porque trabalhavam né, mas foi (Conceição).

Olha é difícil porque às vezes uma pessoa era limpa, a outra pessoa largada, sabe? Aí eu varria o meu espaço, a outra não varria, o pessoal ia lá e reclamava com medo do tempo da dengue, aí reclamaram de água de sujeira, mas sim tinha uns que limpava que cuidada, mas tinha outros que deixava panela cheia de água dentro do balde, era aquela coisa, você sabe que ninguém é igual, né. Aí tinha essas dificuldade, se reclamava a vizinha achava ruim (Carolina).

É compreensível a preocupação das moradoras em manterem a escola limpa, pois isso perpassa somente a ideia da obrigação do serviço doméstico imposto, muitas vezes, às mulheres, mas manter um lugar limpo as aproximava de suas vidas anteriores. Limpar então era mostrar que embora sua realidade fosse diferente naquele momento elas ainda eram as mesmas pessoas de antes, antes da ocupação.

Além disso, a limpeza pode ser entendida como meio de criar territorialidades com o território da escola. Para se identificar a este território era necessário que o mantivesse limpo, do mesmo modo que suas casas anteriores eram limpas a escola também devia ser para manter as características do território anterior. Se a territorialidade “é acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja de cada território, de cada lugar; resultado e condição da dinâmica socioespacial” (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, P. 17). A territorialidade acontece na produção, na troca e o no consumo das coisas (RAFFESTIN, 1993).

Ao analisar a categoria territorialização, percebo que a escola dispunha de poucas pias para lavar louça o que fez com que os moradores construíssem as suas próprias pias e criou formas de territorialização por meio desses objetos. Percebo que a construção desses objetos pode ser entendida como uma forma de territorialização, pois modificaram-no de

maneira material, mas também teve uma relação de poder simbólica sobre ele. Por isso, entendo que a territorialização é a apropriação humana sobre um determinado espaço, é a tentativa de um indivíduo ou um grupo em influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações por meio de uma área geográfica (SACK, 1986). Vejo isso, em relação à construção das pias, porque quem a construiu era proprietário das mesmas, somente quem tinha “permissão” poderiam compartilhar o uso delas. Já as máquinas de lavar, cada moradora possuía a sua, alguns moradores se uniam na construção de uma pia ou para lavar roupas, mas no máximo isso era feito entre duas famílias que tivessem mais intimidade, não mais que isso, como relatam os trechos, a seguir:

Cada um usava a tua cozinha, lavava a tua roupa e como tinha cada um tinha a tua mangueira, podia usar, porque tipo assim eu dividia com a Angela, eu lavava a roupa hoje e ela lavava amanhã, ela lavava na máquina dela e eu lavava na minha, ela pegava a mangueira e dividia não tinha problema não (Clarice).

Era pra fora. Não cada um tinha a sua pia, era várias pias lá pra fora máquina de lavar roupa aqueles tanquinho era tudo pra fora. Cada um com seu também, o negócio (risos) ali já dava coisa imagina se fosse tudo junto então (Lygia).

Aí era só eu, né porque daí ninguém ajudou comprar daí era só eu que usava aí improvisaram outra pia no fundo, do lado de lá improvisaram outra pia tinha gente lavava louça no tanque.. Aí a Carolina mesmo que eu sempre me dei bem com a Carolina, aí era eu e a Carolina que lavava louça, na minha pia era eu e ela. Depois ela ajudou comprar torneira ajudou comprar os cano tudo, aí os outros era pro outro lado no tanque que eles lavavam, mas foi tudo improvisado. Ai menina no do céu, a pia dava uns dois metros de altura os pé de madeira assim e a pedra né, ai meu deus do céu que que era aquilo aí no frio de baixo de chuva porque molhava né, como nós era de frente aí dava um frio tinha que tá lá lavando louça, chuva tomando chuva então tinha que lavar porque não tinha como (Cecília).

Construir as pias e as torneiras foi um modo de territorializar esse espaço e manter uma relação de poder sobre ele. Isso ocorreu porque esses objetos criados como uma forma de individualizar seu uso e não os compartilha-los com os demais, somente se houvesse uma contribuição em contrapartida que esses objetos poderiam ser utilizados por outra pessoa. Posso ver que são relações de poder porque o indivíduo, ao fazer uma intervenção no território, por menor que seja também transforma esse espaço em território (RAFFESTIN, 1993).

Cada morador vivia dentro do seu próprio território (que era sua sala) e não invadia

o território do outro. “O Carla, lá uma coisa que nós achamos interessante eu sempre comento isso daí, lá por mais que era gente que um não conhecia o outro, mas nunca ninguém mexeu em nada do outro. Não tinha esse negócio colocar a mão nas coisas dos outros” (Milton). Aparentava ser uma forma de manter tudo dentro da normalidade, embora eles tivessem em uma nova situação velhas formas de territorialização permaneceram.

As territorializações que a ocupação tiveram, perpassaram o campo material estabelecidos por linhas geográficas e refletiram no campo imaterial, isso ocorreu por meio das diversas tentativas que algumas entidades tiveram para remover as famílias da Escola Delfim Moreira.

Essas entidades, como Observatório das Metrôpoles, a Igreja Católica e o Conselho Tutelar de Maringá moveram diversos setores em busca de destinar uma moradia a essas pessoas. Assim, essa tentativa se materializou de modo simbólico e ultrapassou o campo material, ao qual moveu relações de poder de diversos agentes. Assim, o Relatório do Observatório das Metrôpoles (2015), descreve algumas dessas ações.

No dia 19 de março de 2014, diversas entidades se reuniram para discutir as demandas relacionadas à escola, dentre eles estavam Carlos Mariucci que representou a comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Maringá, Everton Barbosa, assessor parlamentar e representante da Cúria Metropolitana Da Igreja Católica de Maringá, Ana Lúcia Rodrigues representante do Observatório das Metrôpoles – UEM, Paulo Roberto de Souza do Núcleo de Prática Jurídica da UEM, Carlos Eduardo Bonfim do Conselho Tutelar de Maringá, João Francisco do Fórum Regional dos Direitos da Criança e Adolescente, Bia Corrêa assessora do Deputado Estadual Tadeu Veneri, presidente da comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná. Eliane Dantas, do CREAS, Elza Mariucci da ARAS-CÁRITAS. Eloacy Maria Prado Taváres do CMDCA, Adriana Del Campari e Adriana Teodoro Shinmi, Defensoras Públicas, Ulisses Maia, presidente da Câmara Municipal, as psicólogas Aline Santiago Luz e Natália Yukari Mano, os Assistentes Sociais Josivaldo Souza Reis e Fernando Henrique Rodrigues, residentes técnicos na UEM (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

A reunião tinha o objetivo de discutir e apresentar as ações que cada órgão obteve com relação às famílias alojadas na escola durante o período que acompanharam a ocupação. Desses resultados, o Observatório das Metrôpoles apresentou o seguimento de duas ações, as quais foram: a articulação que tiveram com os demais órgãos de proteção

social e jurídica, como visita do Corpo de Bombeiros no local, elaboração de ações solidárias e encaminhamento de relatório para a comissão Nacional de Direitos Humanos. Houve também um relatório de vistoria e a doação de alguns alimentos, roupas e água (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Já a Defensoria Pública apresentou em reunião suas ações que foram: notificação à Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Habitação. Pedido de laudos sociais e técnicos, atendimento do Samu, inspeção da Vigilância Sanitária. Ao qual tiveram uma resposta negativa por parte da procuradoria do município, que dizia que as decisões e o processo cabiam ao Ministério Público Estadual e não a Defensoria. A resposta por parte do poder público municipal não esclareceu os pontos questionados pela Defensoria Pública, não apresentou os dados requeridos obrigatórios e ainda afirmou que deu apoio às famílias remanejadas na escola o que, de acordo, com aqueles que acompanharam o caso, isso não aconteceu (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Maringá, informou que marcou uma reunião com o executivo municipal para tratarem do assunto e buscou uma solução, mas o chefe do executivo local se recusou a receber os vereadores, sem nenhuma explicação (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

O arcebispo de Maringá Anuar Basititi e o padre Manoel Silva Filho representantes da Igreja Católica visitaram o local no dia 14 de fevereiro de 2014, levaram alimentos e roupas. Na época, os representantes da Igreja Católica conseguiram conversas com o Prefeito Municipal. O relatório do Observatório das Metrôpoles (2015) relatou que nessa reunião eles tiveram como respostas que não poderiam ser atendidas as demandas das famílias, porque isso poderia abrir precedente para novas invasões em Maringá (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Nessa mesma reunião o Ministério Público de Maringá, apresentou o ofício que solicitou à Prefeitura, cujo documento pediu informações e esclarecimentos das ações que a Prefeitura tomou em relações às famílias removidas para a Escola Delfim Moreira. O município respondeu que ofereceu todos os serviços básicos a essas pessoas, mas não tinha perspectiva de quando iriam inseri-las de forma emergencial nos programas habitacionais, o critério de sorteio das casas populares permaneceu (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná, representado pelo Deputado Tadeu Veneri, realizou uma visita na escola com o intuito de

verificar as condições do lugar e das famílias. O mesmo elaborou um relatório que foi encaminhado ao Ministério Público Estadual, mas até aquele ano não teve nenhuma resposta. Nessa mesma época, o Deputado tentou se reunir com o Prefeito Carlos Roberto Pupin, mas o mesmo se recusou atendê-lo (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Percebo que o território da ocupação não estava concentrado apenas nas linhas geográficas da cidade, isso acontece porque o território é material e imaterial e que vai além do seu espaço geográfico, está relacionado com a existência humana que cria uma espacialidade. Então, o território é criado por diversos agentes (RÜCKERT; MISOCZKY, 2002). Assim, diversos agentes fizeram parte dessa relação de poder entre o território da escola. Vejo que esse conflito ocorreu por meio da perspectiva de Fernandes (2008), que entende o território é um alvo de disputa tanto material quanto imaterial. Nesse sentido, aconteceu uma disputa do campo material, que também pode ser visto no campo simbólico, pois enquanto alguns agentes tentavam buscar um modo de amenizar a ocupação, e quem sabe, dar um fim a ela, outros agentes viam que ao ceder a essa disputa poderiam perder o seu poder sobre o território.

A seguir, observa-se no Quadro 6 as definições do conceito de T-D-R observadas no Escola Delfim Moreira.

Quadro 6 – Conceitos de T-D-R na ocupação da Escola Delfim Moreira

Conceito	Definição	Práticas extraídas no objeto
Territorialização	Identificação de um indivíduo ou grupo de pessoas possui sobre um território, seja ele material ou imaterial (HAESBAERT, 2007a; HAESBAERT, 2007b; SAQUET, 2015; SAQUET, 2009; SOUZA, 2009; SARAIVA; CARRIERI, 2011; RAFFESTIN, 1993).	Modificação do território material, por meio de limpeza do espaço, modificação da estrutura das moradias com reformar e a implantação de chuveiros, vasos sanitários, relações de poder sobre o espaço por meio de domínio de um objeto.
Desterritorialização	A saída de um indivíduo o grupo de pessoas do seu território original material e/ou a perda de referências do território imaterial (HAESBAERT, 2007a; HAESBAERT, 2007b; SAQUET, 2009).	Perda de território material, quando as famílias foram alojadas na escola Delfim Moreira. Perda de referências do espaço urbano quando ficaram distante da cidade de Maringá. Perda da suas referências, como a vida habitada em uma casa, perda de referências como cidadãos maringaenses ao serem tratados como “invasores”.
Reterritorialização	Criação de mecanismos de identificação com o novo território, seja por meio de modificações físicas ou simbólicas que possua características do território anterior (HAESBAERT, 2007a; HAESBAERT, 2007b; SAQUET, 2009).	Readaptação dos moradores ao novo território, limpeza dessa espaço, modificação no território de maneira simbólica ao transformar o espaço das salas em um casa, relações de poder sobre esse território. Modificações físicas desse território via construção de objetos, como pias, banheiro e torneiras.

Fonte: elaborado pela autora.

A escola também apresentou riscos às famílias pela presença de animais como ratos e insetos, portões enferrujados, bem como janelas e vidros quebrados. A falta de coleta do lixo acabou piorando ainda mais a situação dos animais que habitavam na escola, porque a aglomeração do entulho os atraía ainda mais, como Ângela relata, a seguir:

Se você visse o tanto de rato você não ia falar que era normal (risos). No começo a gente ficou numa salinha, as pessoas foi desistindo, se era bem limpinho, você limpava e não deixava o lixo perto eles não entrava. Onde tinha lixo eles até brigava (risos). Tudo a gente se acostuma, é nojento e tudo, você via o bichinho andando e nem aí, as crianças também nem se incomodava com os bichos.

Em 06 de fevereiro de 2014, um mês depois da ocupação, o Conselho Tutelar de Maringá pediu a retirada dos moradores que estavam alojados na escola. A justificativa foi que o colégio era um local insalubre para essas pessoas, segundo reportagem do G1 (2014), o vice-presidente do Conselho Tutelar, Carlos Bonfim, afirma que

O colégio é impróprio para a saúde humana. O local não tem a mínima estrutura para que essas famílias vivam lá. A água é contaminada, conforme apontaram estudos feitos pelo Observatório da Metrópole de Maringá [ligado à Universidade Estadual de Maringá]. Além disso, as crianças vivem entre cobras e escorpiões, encontradas pelas pessoas que vivem lá e mostradas para nós. (Gimenes, 2014).

De acordo com o relatório do Observatório das Metrópoles (2015), o Conselho Tutelar além de realizar uma visita no local estabeleceu um prazo para que as famílias fossem retiradas do lugar. Além disso, solicitou que a Prefeitura oferecesse vagas e transporte para as crianças irem para a escola e a creche. Mas a resposta foi negativa por parte da prefeitura, na época a mesma afirmou que a escola oferecia condições necessárias para abrigar as moradoras, porque contou com um oficial de justiça que validou à remoção dessas pessoas e isso só foi possível após a visita do oficial designado pelo Ministério Público para verificar as condições da escola. Na época, o poder público municipal entendia que essas pessoas não precisavam ser inseridas de maneira emergencial em programas de habitação, pois elas já tinham residências antes de ocuparem as casas do Conjunto Atenas II (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

No entanto, esse pedido não foi atendido e as famílias continuaram alojadas na escola. Assim, ao longo dos dois anos que as famílias moraram lá, ela apresentou diversos

problemas. Um deles foi a qualidade da água, os moradores acreditam que pelo fato de a escola estar abandonada há alguns anos a armazenagem dela foi comprometida. O que acarretou doenças em diversos moradores. Segundo entrevista do vice-secretário do Conselho Tutelar a Gimenes (2014) e os relatos do relatório do Atenas (2014), 15 crianças passaram mal devido à má qualidade da água, o resultado dos exames mostraram que a água da escola era impróprio para uso, como pode ser visto no Anexo 2. No trecho, a seguir, Ângela fala sobre as crianças que ficaram doentes:

Os meus graças a Deus não, mas da Clarice foi três vezes, a da Conceição foi o menino e a menina, a Cecília foi também, porque os meus não foi porque a Carolina falava assim, “tem que ferver a água” e a gente fervia a água pra dar pras crianças e da Carolina também não foi porque a gente fervia água (Ângela).

Clarice desistiu de ficar na escola, por conta das várias doenças que suas filhas tiveram, a filha mais velha ficou doente pela má qualidade da água e a mais nova contraiu dengue. De acordo com ela:

Sai quando minha menina ficou doente meu pai me buscou e fui pra Maringá, aí eu decidi que não eu queria mais, o médico falou que era uma dengue hemorrágica que era muito perigoso perguntou que tipo de água, eu falei que o que eu bebia, eles até fizeram um estudo lá, a água tava contaminada aí eu decidi que não valia a pena (Clarice).

Durante a ocupação essas famílias também sofreram com a falta de assistência por parte do poder público, isso ficou evidente nos momentos que os filhos das ex-moradoras ficaram doentes ou alguém se machucava, pois, eles não receberam atendimentos pelo SAMU. Caso alguns dos ex-moradores ou ex-moradoras precisassem de assistência, eram eles próprios responsáveis por levar ao hospital ou chamaram ajuda dos seus familiares.

Chamei a ambulância, mas ela não veio, aí meu pai tinha carro e buscou ela pra mim, aí eu levei ela uma vez e voltei pra casa porque diz que era virose, aí ela piorou muito, aí eu fui de volta. Daí, essa ficou também na mesma semana, aquela internou essa ficou, aí fez o teste nas duas era por causa da dengue. Uma era a dengue a outra era a água (Clarice).

Eles não iam, não iam. Porque é fora da cidade né, é vila rural então tinha que ser o posto mais próximo, mas que posto mais próximo que não tinha? E, por exemplo, SAMU mesmo podia morrer que eles não iam uma vez foi buscar, acho que foi pra buscar pra Conceição porque o menino estava com muita febre ainda foi uma ambulância, ainda demorou mais de duas horas até achar o caminho. Aí, era assim quem tinha um

carro ainda se virava agora quem não tinha minha fia era pedindo socorro pro que tinha era assim e dava um jeito (Cecília).

A água contaminada também não foi única questão que surgiu, mas também a sua falta, porque a escola que era abastecida por um poço artesiano que teve sua bomba quebrada, isso impediu o uso da água pelos moradores. Embora, tenham entrado em contato com os responsáveis da prefeitura ela nunca foi consertada. A solução partiu dos agricultores da redondeza que também utilizavam a água para regar suas plantações. Como comentam Cecília e Carolina, a seguir:

Faltou, faltou luz. Faltava água, queimou uma vez a bomba de água a gente ficou sem água, né, é levavam naquele caminhão pipa. Começou levar água levava água com é caminhão de veneno sabe e a gente nem sabia porque era pra gente é lavar a louça, lavar roupa e a gente bebia, não sabia, né. Aí eles começaram a doar água, né um vinha doava 5 litros de água, outro vinha doava mais 5. Aí pra beber né, pra dar pra crianças e tudo aí ficamos 2 meses mais ou menos um mês, 2 meses eu acho, sem água. Se eu não me engano, sendo recebido pelo sistema pipa. Luz se desse um vento já acaba aí era no escuro. Porque lá tinha bastante árvore, mas como eu posso dizer pra você é no meio do nada então qualquer ventinho que dava já acabava luz, aí era a base de vela, banho frio, quando formava um tempo de dia já botava as crianças pra tomar banho chegava da casa 5h30 já tomava banho pra ficar pra dentro de casa né. E daí ficava sem luz, ficava na vela a noite, várias vezes (Cecília).

Só que tinha a bomba e foi difícil quando a bomba queimou porque lá o pessoal que mexe com plantio então pegava a água e enchia os caminhão pra sair. Aí com o tempo a bomba queimou, aí não quiseram colocar um bomba... foi difícil com muita luta pra colocar outra bomba. Que era pra gente sair de lá, só que teve bastante pessoas que ajudou a gente, levando água, levou caixa d'água, aí a gente sobreviveu (Carolina).

Com o passar do tempo e falta de resposta para seus problemas, as mulheres ficaram cada vez mais sem esperanças e cansadas. O desespero e o abandono que sentiam refletiu no seu modo de viver. Alguns se sentiam sem liberdade, perdidos no meio do “nada” sem assistência, por parte da prefeitura e acabaram por perder suas referências como fala Conceição:

Falar bem a verdade ficaram no começo assim foi bom, foi bem gostoso assim porque as crianças quer ficar livre, pra eles é diversão, né. Mas quando a gente começou a ver que o negócio começou a pegar foi dando, minha filha, um desânimo, porque lá todo mundo abandonou assim, todo mundo abandonou, ninguém ouvia falar mais, ninguém ouvia falar mais, mas ficou assim, mas foi bom e não foi né, foi bom e não foi. Começo é ruim, no meio do mato não é fácil né, mas estamos aí (Conceição).

Percebo que com o tempo, o abandono e a distância começaram a interferir psicologicamente nas famílias, isso fica mais evidente nas mulheres que não trabalhavam, muitas por causa da distância ficaram submetidas a passar o dia todo na escola. Elas então, usaram um ritual de limpeza como uma forma de distração, manter seu espaço limpo era não apenas um hábito, mas um modo de conectá-las ao seu modo de vida anterior. Como os trechos, a seguir, apresentam:

Lá eu dormia o dia inteirinho, eu dormia, eu limpava minha sala, lavava minha roupa, quando não lavava roupa limpava a sala, depois ficava trancada lá dentro, cada um ficava na tua, que nem aqui na sua casa, fechava a sua porta e ficava. Não conversava à noite era muito calor, era muito bicho. Era muito...era triste. Não tinha sentido, a gente já quase todo mundo já com depressão já, porque tava naquela lonjura. Lá no Atenas a gente fazia reunião, lá não era cada um por si. Uns saía e volta, saía e voltava. Eu fiquei lá quando eu aguentei daí eu saí de vez, eu não aguentava mais (Clarice).

Era rotina, né. Como todo dia, eu levantava, fazia o café. Se tivesse alguma coisa pra fazer fazia, limpar quintal se ocupar, tentar se ocupar porque se você ficasse ali pensando na possibilidade de “será que um dia a gente vai sair daqui”? “quando”? Porque o dia ali só ia passando, passando, passando que nem eu falei pra você teve um tempo que a minha filha saiu dali porque ela não aguentou é muita pressão, muita sabe, é prefeitura mandando papel dizendo que vai despejar, que vai fazer despejo, é oficial de justiça levando papel lá falando que pra gente né. Gente ia tinha um tempo, tinha um prazo pra sair dali (Lygia).

O que mudou? (pausa) ai eu vou falar bem a verdade, mudou assim que eu perdi a liberdade, entendeu, foi uma coisa assim, era a mesma coisa desde as casinhas até o colégio. Foi uma coisa assim que era a mesma coisa que eu tivesse presa. Sabe quando uma pessoa tá presa que você não tem liberdade, você não tem liberdade pra passear você não tem liberdade pra nada. Porque você fica ali esperando uma solução entendeu? Um direito, daí o jeito assim que a gente entrou que a gente entrou nas casas, aquilo ali não tinha dono, não tinha ninguém que foi com 30 dias que a gente tava ali, apareceu umas pessoas dizendo que aquelas casa lá era deles em não era (Lygia).

As ex-moradoras relataram que não conseguiram trabalhar porque além da distância apresentar um problema para elas, a sociedade como um todo as viam com pessoas perigosas. Nesse tempo, eles sentiram na pele como uma ocupação mudou seu modo de viver na cidade, antes apenas moradores de Maringá, durante a ocupação: invasores desocupados. Isso refletiu em suas vidas e se materializou no trabalho e no modo como eram tratadas.

Era assim, ele arrumava um serviço aí falava assim “seu endereço?” ele tinha que falar a verdade, né. É assim, assim, “ah moço então, né.. Então não dá pra gente contratar você”, então e voltava de novo pra casa. Aí no outro dia era a mesma coisa (Conceição).

Olha, tinha pessoas ali que não conseguia trabalhar por devido tá na naquelas casinhas, era mal visto pelo povo. Quando as pessoas dava endereço e falava onde que morava eles já sabia da onde que as pessoas era. E daí às vezes as pessoas eram humilhadas até dentro da circular porque eles notava que a pessoa tava dentro da circular, começava meter o pau, entendeu? as pessoas que frequentava a circular que sabia que era de lá. Eles começava a falar assim, que as pessoas não tinha vergonha na cara, de tá invadindo um lugar que não era deles. Sem conhecer cada pessoa, cada família que tava ali dentro, a necessidade deles, né. Porque uma pessoa pra julgar uma outra assim é fácil agora quero ver você julgar sabendo a condições da pessoa (Lygia).

a pessoa é (...) naquela escola ali pessoas eram visto como se fosse é, pessoal do mal, entendeu, nossa quando a gente foi pra escola eu andei conversando com pessoas que dali da redondeza ali dos sitiante, eles falavam assim que quando as pessoas iam pra escola lá, e já falou sim “ixi, agora tirou nossa paz nossa sossego desse lugar” acho que eles viam a gente como bandido, né como ladrão sei lá. Então vixe, é triste aquele lugar lá (Lygia).

Foi humilhante, foi triste, sofri bastante, não consegui arrumar emprego de jeito nenhum sofri bastante (Clarice).

Apesar de todas as adversidades que os moradores tiveram na escola alguns entrevistados relataram que achavam a escola um bom lugar. Por mais distante que fosse e por todos os problemas que a mesma apresentou, morar na escola era muitas vezes lembrado como um lugar de amplo espaço para as crianças brincarem, ou então, por estarem distante de vizinhos que não poderiam os ver de maneira pejorativa. Como fala Joaquim: “Depois que a prefeitura tirou o pessoal lá e levou pro colégio, bom, bom era não, mas ficou melhor ainda a hora que quiser a gente entrava, [...]” Joaquim.

Na escola era bom porque não tinha os vizinhos pra ficar tratando a gente com diferença, porque o bom o ruim lá que tinha os agricultor tinha um senhor que faleceu, né que era dono da mercearia lá, sempre tratou e gente bem, tratava as crianças bem, era afastado mas a gente era mais, em questão da sociedade era melhor lá que no Atenas (Ângela).

Mas o tempo em que essas pessoas permaneceram na ocupação os marcou de tal maneira que até hoje as lembranças daquela época os machuca. Seja no caso do marido da Lygia, que ao olhar para o lugar o remete a um tempo de tristeza, ou até mesmo a sua filha

que se recusa a lembrar desse passado, das marcas tão profundas que a ocupação deixou nessas pessoas, como pode ser visto no trecho a seguir,

Foi, lá foi um sofrimento eu falo assim sabe, hoje pra mim falar daquele lugar é difícil o meu marido então, ixi, quando ele passa em frente, porque hoje eu moro em Iguatemi, mas quando eu passo em frente aquele pontilhão que dá acesso pra descer pra baixo lá pra escola, meu marido chora. Três anos e meio que a gente passou naquela escola li, só sofrimento. É ixi, é triste, muita, muita humilhação sabe (Lygia).

A ocupação da Escola Delfim Moreira teve a duração de cerca de dois anos, nesse tempo algumas pessoas abandonaram a ocupação. Segundo o relatório do Observatório das Metrópoles (2014) seis famílias deixaram o lugar. São elas: Mariana mãe de 4 filhos foi morar de favor na casa de uma amiga, Alessandra mãe uma criança desistiu da ocupação, pois não havia transporte e ela não conseguiria trabalhar. Assim, foi morar de favor na casa de um familiar, o cômodo que morou era muito pequeno, por isso deixou seus móveis na escola. Lívia, mãe de três crianças saiu da escola, pois estava ocupando a mesma sala com outra família, família com quem teve um desentendimento. Para tanto, foi morar de favor na casa de um tio, mas como não foi possível continuar no lugar e se mudou para casa de uma amiga, onde também morou de favor. Atualmente Lívia mora em Floriano, foi umas das moradas que recebeu o sorteio pelo PMCMV (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Soraia, mãe de três filhos e madrasta de mais uma criança, filho do seu companheiro. Deixou a escola pela dificuldade de mobilidade que a escola apresentava. Mudou-se para edícula nos fundos da casa de sua sogra em Paiçandu. O Observatório das Metrópoles chegou a visitá-la, na época passou por dificuldades financeiras, pois não conseguia vaga na creche para o seu filho o que a impedia de trabalhar (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Daniela, filha de Lygia, mãe de uma criança estava na ocupação acompanhada de seu companheiro, também deixou a escola. Naquela época já apresentava um quadro clínico de ansiedade e Transtorno do Pânico. Seu companheiro preocupado com sua saúde, decidiu deixar o lugar. O casal e mais seu filho foram morar no Bairro Hortência, pagaram aluguel no valor de 500. Daniela conseguiu arrumar um emprego, cujo salário foi comprometido para o pagamento do aluguel. Enquanto o salário do marido pagava, com dificuldades, o restante das despesas. Daniela depois retornou para a escola, porque pagar

aluguel tornou-se impossível para ela e o companheiro. Atualmente mora em Iguatemi, pela casa subsidiada pelo aluguel social (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Alexandra, mãe de duas crianças, morava na ocupação com seu marido, saiu da escola porque seu filho menor não tinha transporte para a creche, somente as crianças que iam para o Ensino Fundamental, e por isso dificultou para ela ir ao seu trabalho. Ela e o companheiro decidiram alugar uma casa no Parque Laranjeiras em Maringá no valor de R\$700,00, mas dividiram a casa com o irmão de seu companheiro para ajudar na despesa do aluguel. Embora estivessem com dificuldades financeiras porque sua renda somada a de seu companheiro totalizava um valor de aproximadamente R\$800,00. Alexandra sente que suas vidas melhoraram pelo acesso à serviços que a cidade oferece (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Elena, não há informações exatamente de quantos filhos ela possui, mas sua filha mais nova já não morava mais com ela, esteve aos cuidados de um familiar. Elena não quis levar a filha para a escola, porque ela tinha alguns problemas de saúde e a escola não apresentou ser um lugar adequado para a criança morar (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

No início de 2015, prestes a acontecer o sorteio de moradias pelo PMCMV, a Secretaria Municipal de Habitação de Interesse Social divulgou uma lista com 19.510 inscritos, em que as famílias que ocuparam o residencial Atenas 2 foram identificadas com os adjetivos “invasores” ao lado de seus nomes. Após representação ao Ministério Público apresentado pelo Observatório das Metrôpoles, as identificações foram retiradas da lista (RELATÓRIOS ATENAS, 2015).

Assim, nove famílias continuaram no conjunto até que uma solução fosse criada. Um ano após a ocupação no dia 27 de março de 2015 foi realizado o sorteio de 232 casas do Conjunto Pioneiro José Pires de Oliveira, no distrito de Floriano. As pessoas que estavam alojadas na Escola Delfim Moreira participaram no sorteio, ao qual havia um total de 1.533 inscrições. Nesse sorteio duas famílias tiveram problemas com o cadastro, pois segundo os funcionários da Secretaria de Habitação, a renda delas ultrapassava o valor de R\$ 1.600,00, teto estipulado para o faixa 1. Neste sorteio foram contempladas cinco famílias que participaram da ocupação. Três dessas ainda estavam alojadas na escola são elas; Ana Maria, Joaquim e Ângela. Também foi sorteada Clarice, mas ela já havia deixado a ocupação e mais uma família que não chegou a morar na escola (RELATÓRIO ATENAS, 2015).

As casas sorteadas pelo PMCMV estão todas localizadas no distrito de Floriano, embora alguns moradores achem que o distrito seja de difícil acesso a supermercados, transporte coletivo, etc., ainda é mais vantajoso em relação à Escola Rural Delfim Moreira. Alguns aparentam estar mais felizes como Ana Maria “aqui parece que tô no céu (Ana Maria)”. Outros, embora estejam mais aliviados por sair da Escola Delfim Moreira ainda veem os problemas que a nova moradia apresenta, como relatam as falas, a seguir:

Ah, é bom sair do sofrimento. Porque no meu caso era muito ruim, porque eu tinha que ficar esperando ele com as crianças pra ir embora, às vezes chovia, às vezes ficava a noite, é ruim aquela sensação de você não ter pra onde ir mesma coisa de um morador de rua porque não tem pra onde ir, daí quando eu tiver minha casa, você não precisa ter nada novo, só precisar sair pra trabalhar e ter pra onde voltar essa é a satisfação (Ângela).

[...] não, aqui é gostoso, sossegado. Único problema assim é que não tem escola o dia inteiro, porque de manhã é o estado e de tarde é o município, mas nas outras coisas assim eu gosto demais, muito bom (Ângela).

Falar pra você tem dia que eu fico triste, porque aqui não tem um mercado bom, as escolas daqui não são boas, porque é uma escola só pra Estadual e Municipal, tipo assim ela (a filha) não se adapta a estudar de manhã não gosta, eu não tenho coragem de colocar em Maringá porque eu acho muito longe e eu acho ela muito pequena que ela nunca saiu sozinha, não achei o ensino daqui muito bom, o ensino de lá da escola onde elas tava acho muito melhor, se eu morasse em Maringá já tinha mudado ela de escola. Mas não pela casa pela casa, pelo bairro os vizinhos é tudo bem graças a deus, a casa é ótima é pequeninha mas tá bom, não tenho o que reclamar (Clarice).

Em fevereiro de 2017, já na gestão do Prefeito Ulisses Maia, a Prefeitura entrou com um pedido de reintegração de posse da Escola Municipal Delfim Moreira, com o objetivo era transformar a escola em uma casa de detenção feminina, o prazo de execução da ordem era até o dia 27 de fevereiro. De acordo com o chefe de gabinete dessa nova gestão, a prefeitura ficou comprometida em ceder moradias via aluguel social, mas no momento que as habitações do PMCMV fossem construídas seriam entregues a essas famílias, pois elas seriam prioridade (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Assim, no dia 17 de junho de 2017, as famílias continuaram morando na escola até essa data, foram entregues as chaves das moradias subsidiadas pelo aluguel social às cinco famílias que restaram na Escola Delfim Moreira. Projeto este regulamentado em 2013, durante a ocupação do Conjunto Atenas que foi aprovado na câmara dos vereadores no dia 27 de agosto de 2013, com a ação das pessoas que ocuparam o Conjunto Atenas e o

Movimento dos Trabalhadores por Moradia. Mas somente quatro anos depois da regulamentação do projeto, elas receberam o auxílio no valor de um salário mínimo.

Essa regulamentação do aluguel social passou também a ser uma disputa de território imaterial, o que levou a várias votações pela câmara dos vereadores e a pressão vindas de diversas entidades para que ela acontecesse¹⁰. O território imaterial presente no território material. Então um está no outro, enquanto a produção material não se realiza somente por si, mas na relação com a produção imaterial, o inverso também acontece: “os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais” (FERNANDES, 2008, p. 14). Assim, entendo que a luta pelo território material no Conjunto Atenas se materializou no território imaterial na criação de um projeto que estabelecesse as regras do benefício do aluguel social, que mais tarde eles puderam utilizar.

Das cinco famílias beneficiadas pelo aluguel social, duas estão localizadas no município de Iguatemi e três residem em Maringá. As mulheres beneficiadas não puderam escolher o bairro ou cidade onde ficariam, em um primeiro momento as moradoras foram responsáveis por encontrar uma casa que estivesse de acordo com o valor estabelecido pelo aluguel social, mas no fim a própria Secretaria de Habitação alugou as moradias que cada uma iria morar. Como as moradoras relatam, a seguir:

Sabe porque aqui tem tanto escorpião, misericórdia, então é o único medo que eu tenho, mas assim os vizinhos são bom né, eu to dentro do postinho, porque o postinho é aqui, o UP é aqui, então pra mim já fica melhor, porque hoje bem dizer eu to dentro do postinho, dentro do hospital, né e pros outros já ficou mais longe... a Cecília também, pra Cacília a escola já ficou mais longe, aqui a escola também já é aqui pertinho, as duas estuda aqui e outro estuda ali, então pra mim já ficou mais melhor. Mas assim, o resto eu não do que reclamar sabe disso, mais né. No começo você acha meio estranho, até você pegar o ritmo do lugar (Conceição).

Ai, sabe o lugar assim, você não tem convivência assim sabe com os vizinho, a casa você estranha tudo, mas depois de um mês daí já (Conceição).

Olha, eu fiquei contente porque pelo menos eu ia ter acesso a tudo, né. Eu ia ter minha vida é normal. Porque eu sou evangélica e ia na igreja ia

¹⁰ O projeto foi de autoria dos vereadores Carlos Mariucci (PT), Adilson Cintra (PSB), Chico Caiana (PTB), Ideval de Oliveira (PMN) e Márcia Socreppa (PSDB). Teve como objetivo o custeamento do aluguel residencial de núcleos familiares de Maringá integral ou parcialmente, por um ano e permite a prorrogação por igual período. Segundo o Jornal O Diário, o projeto entrou em pauta depois da pressão das pessoas que ocuparam o Conjunto Atenas 2. A primeira votação foi realizada do dia 22 de agosto de 2013, mas foi adiada pois atendeu à solicitação do secretário de Assistência Social, Flávio Vicente. No entanto, no dia 26 de agosto de 2013 houve uma nova votação com a aprovação do projeto. Fonte: <https://maringa.odiarario.com/maringa/2013/08/camara-de-maringa-aprova-aluguel-social/766635/>>

poder tá na igreja a hora que eu quiser, se ficasse doente já podia ser atendida logo, né. Fosse no mercado você vai, né. Você tem mais prazer de ir no mercado comprar, né comprar as coisas de casa (Lygia).

Enquanto para as famílias que receberam a casa pelo PMCMV deram um fim à luta pela moradia, ter uma casa própria para as mulheres que recebem o aluguel social ainda é a esperança de um sonho que elas esperam alcançar. Apesar da situação dessas moradoras tenha mudado em comparação de como suas vidas na escola, estas famílias ainda sentem que essas casas não são suas e a insegurança de perder o aluguel social ainda as perturba. Como Lygia e Cecília relatam, a seguir:

Ah, eu me sinto bem, só que né ainda espero ter a minha, né. Porque eu acho assim, a gente sofreu tanto lutou tanto pra morrer na praia, né. Então, eu acho assim eu espero que eu ainda não só eu mas as outras que tão né no mesmo processo venha receber o direito de ter a nossa casa (Lygia).

Ah bem melhor, né. Bem melhor, bem melhor porque não a gente não fica sossegado porque não é da gente, a gente não fica tão tranquilo também né o prazo daqui já venceu, ne. Então, quer dizer que tá com dois meses a mais aqui já. Aqui ainda tava bom porque meu marido trabalhava de servente aqui perto então estava bom pra ele aqui, mas é bom aqui o bairro é gostoso. Assim não, a casa acho foi eu que peguei a casa melhor, maior e esse bairro aqui é bem ... (risos) bem chato. Mas é bom (Cecília).

Carolina foi a única das moradoras que por coincidência teve sua casa alugada no mesmo bairro que ela já morava anteriormente, antes de ir para o Conjunto Atenas. Para ela o bairro é bom, pois está mais próximo da cidade e se sente mais familiarizada com o mesmo. “Então, foi as meninas tudo assim, quando falaram que a gente ia ter aluguel tudo, umas ficaram escolhendo. Eu falei “eu não vou escolher, onde me colocar, pra mim tá bom”, se fosse no ouro cola era melhor, mas qualquer lugar tá bom. Aí eu vim pra cá” (Carolina).

A única das moradoras que conseguiu perceber não estar tão feliz com a localidade é Cecília, embora sua casa seja a maior e aparentemente a melhor entre as outras casas, ela não se sente bem no bairro. O bairro que aparenta ser de classe média não proporciona uma boa relação entre sua família e seus vizinhos, para quem estava acostumada com uma proximidade tão grande com outras pessoas, essa distância nas relações pessoais pode ser um dos fatores que a deixa descontente.

Ah, os vizinhos aqui é muito, sei lá ninguém conversa aqui, aqui é só um

“oi” “bom dia” e pronto né, e a gente é acostumado a conversar, né. Aí, às vezes eu vou na casa da Carolina, ela não veio aqui ainda na minha. Aí, as vezes pra mim puxar um assunto eu vou na casa dela, conversar porque eu fico aqui a semana toda, a semana toda, as crianças vão pra escola, ela vai e volta meio dia e meia, a outra fica o dia todo, o neném fica o dia todo na creche. E eu fico aqui, tô correndo atrás de médico agora (Cecília).

Em relação as famílias que moram em Floriano, a maioria diz gostar de morar no Conjunto Habitacional, mas ainda veem alguns problemas no bairro, como a distância de serviços básicos como supermercados, a escola que as crianças frequentam eles acreditam não ter a mesma qualidade que as escolas de Maringá. No entanto, elas sentem-se aliviadas por ter deixado a ocupação. Como a fala de Joaquim “eu acho bom, porque tem as crianças da escola perto não é longe, o acesso pra cidade é bom os pontos de ônibus era pertinho, não tem barro nem nada (JOAQUIM)”. “Aqui é gostoso, sossegado. Único problema assim é que não tem escola o dia inteiro, porque de manhã é o estado e de tarde é o município, mas nas outras coisas assim eu gosto demais, muito bom (Ângela).

Nesse sentido, ao longo desta análise de dados realizadas por meio das entrevistas, percebo que essas famílias passaram por um processo de des(re)territorialização, nos dois territórios estudados, ou seja, o Conjunto Atenas e a Escola Delfim Moreira

Assim, percebo que a cidade possui múltiplos territórios, pois a cidade representa o trabalho materializado, mas ela é também pode ser vista como um espaço mais aberto do ponto de vista objetivo e subjetivo, concreto e abstrato (SPOSITO, 2017; CARLOS, 2015a) porque há relações de poder sobre ela de diversos agentes com interesses antagônicos. Desse modo, a cidade pode ser vista um espaço produzido, vivido, usado e apropriado pelos sujeitos em sua forma de ser (SILVA; SARAIVA, 2016). Assim, a produção do espaço urbano acaba por atender as demandas das classes mais altas e cria desigualdades sobre os territórios, porque o capital se movimenta por meio das decisões de seus agentes, econômicos e políticos que, por sua vez, aprofundam as desigualdades do território (SPOSITO, 2017) e isso afasta as pessoas de menor poder aquisitivo para longe da cidade, mas se há uma vida imposta pelo capital há também uma “contraordem”, pois os moradores da cidade deixam suas marcas sobre o território onde passam (FREITAS; FERREIRA, 2011). O que posso perceber ao longo do processo de ocupação e remoção dos territórios estudados, que essas famílias foram expulsas para longe da cidade, no entanto elas criaram uma “contraordem” por meio de alternativas para continuarem na ocupação e posteriormente a remoção para a escola Delfim Moreira. Assim, percebo que

essas pessoas territorializaram esses espaços deixando marcas por onde passaram.

Vejo que as causas dessa ocupação foram as mais diversas, entre elas um espaço socialmente e historicamente construído que teve como seu objetivo principal atender as classes altas, além disso, políticas públicas cuja sua história foi marcada por não atender o déficit de habitação.

7 CONCLUSÕES

O objetivo geral desta dissertação foi possível compreender o processo de des(re)territorialização dos ex-moradores da Escola Delfim Moreira da cidade de Maringá - PR. As entrevistas iniciaram no mês de setembro e concluíram no mês de outubro. Durante a coleta de dados, pude conhecer não apenas as moradoras, mas suas histórias, suas famílias, suas casas. Percebi que essas mulheres são o reflexo da nossa sociedade, são apenas mais uma das milhares de famílias brasileiras, que lutam e trabalham, são pessoas iguais a todos que buscam uma vida melhor as suas filhas e filhos. São pessoas que sofrem e sofreram pela falta de moradia, mas que criam diversos modos de continuarem as suas vidas.

O primeiro objetivo foi apresentar as políticas de habitação em nível municipal em Maringá, com foco nos programas sociais de habitação, desde a sua fundação aos dias atuais. Para tanto, busquei aprofundar as discussões em relação às políticas habitacionais não apenas no âmbito municipal, como também no federal. Ao longo de minha pesquisa consegui perceber que as políticas de habitação, embora tivessem como finalidade atender os mais pobres (onde o déficit habitacional tem maior concentração), foram deturpadas e acabaram por atender interesses empresariais, isso ocorreu independente do governo, tanto caracterizado por medidas autoritárias tanto um governo mais progressista.

O segundo objetivo, por sua vez, foi descrever o processo de ocupação das famílias no Conjunto Atenas II e a posterior remoção para a Escola Delfim Moreira. Desse modo, busquei materiais que pudessem contribuir para entender a complexidade desse fenômeno. Percebi que ao longo da ocupação do Conjunto Atenas essas pessoas viram àquele lugar como uma alternativa para alcançarem a tão almejada moradia. Que, embora essas famílias não se reconhecessem como um movimento, diariamente elas criaram mecanismos de resistência para persistirem e continuaram naquele local contra o poder estabelecido pela Prefeitura Municipal de Maringá.

Por fim, no terceiro objetivo busquei compreender como as famílias construíram os movimentos de des(re)territorialização no Conjunto Atenas II e na posterior remoção à Escola Delfim Moreira, vejo que elas foram desterritorializadas de forma material e imaterial. Ao passo que ao deixarem suas casas para ocupar o Conjunto Atenas e depois ao serem removidas para a Escola Delfim Moreira essas pessoas deixaram marcas sobre esses

territórios, ao criar sua própria “ordem”. Então, elas territorializaram esses espaços por meio de relações de poder sobre um objeto ou sobre um território material. Além disso, cada um trouxe consigo para esses novos lugares, suas lembranças, seus hábitos, seus costumes e que por meio deles reterritorializaram o Conjunto Atenas e a Escola Delfim Moreira.

Nesse sentido, por meio deste trabalho busquei entender o que é cidade e como a mesma é construída para atender aos objetivos das classes hegemônicas e por isso torna-se inacessível para as classes mais baixas, pois o seu espaço urbano é produzido como uma mercadoria. Por outro lado, a cidade também pode ser entendida como o local das diferenças onde se encontra a pluralidade entre pessoas e organizações, ao qual os mesmos buscam uma forma de ressignificar os territórios das cidades. Então, neste trabalho vejo a cidade não apenas como um objeto que pode ser comercializado, mas um lugar onde as relações acontecem e as pessoas deixam suas marcas sobre o seu território, que trazem novos significados ao seu espaço urbano. Nesse sentido, proponho entender a cidade não apenas calcada pelo poder do Estado, mas uma cidade que possui insurgências, com interesses antagônicos de diversos agentes sociais. Por isso, entender como diversos grupos desterritorializaram, territorializaram e reterritorializaram diversos espaços pode ser um campo a ser explorado pela Administração, ao entender o processo da criação das cidades e do seu espaço urbano afetam a vida das pessoas.

Ao longo das ocupações as famílias criaram resistências, embora muitas vezes isso possa não ser percebido por elas. Para viver na cidade, a resistência torna-se um ato obrigatório, uma forma de estabelecer seus interesses individuais ou coletivos contra o que lhe imposto por agentes capitalistas. Assim, essas resistências podem ser visíveis ou não, planejadas ou espontâneas. É dotada de contradições, pois está atrelada do processo de consciência dos indivíduos. Isso fica evidente durante a ocupação, com as famílias criaram diversos mecanismos para resistirem e como ato de morar no Conjunto Atenas e na Escola Delfim Moreira causou modificações, mesmo que temporariamente, nas relações dos agentes sociais que estavam atrelados nesse processo.

Entendo que esse trabalho pôde contribuir teoricamente para o campo dos Estudos Organizacionais ao discutir como a produção desigual do espaço urbano cria cidades que não atendem as demandas dos moradores, nesse caso, em relação à moradia. Isso gera movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, principalmente para pessoas de classes mais baixas. Empiricamente, percebo que apesar do poder do

Estado, essas famílias criaram uma “contraordem” nos territórios que ocuparam deixando marcas por onde passaram. Além disso, vejo que as políticas públicas relacionadas à habitação embora não atendam todas suas demandas de moradia, ainda são importantes para assegurar uma casa para as classes baixas.

Acredito que buscar as demais famílias que não foram entrevistadas e entender qual sua situação atual também poderá contribuir para futuros estudos. Pois se por um lado, temos famílias que atualmente possuem um teto e um lar, existem outras que ainda não há informações.

Por fim, ao chegar nessa conclusão percebo que com esse trabalho me fez lembrar quem eu sou. Fez-me lembrar da minha casa com ainda mais carinho, fez-me entender mais do que nunca, que essa história também poderia ser a minha, ou de qualquer outra pessoa, basta nascer pobre. Também entendi que a falta de moradia não é algo novo, mas um processo, um projeto de país que coopera e legitima a falta de habitação para os mais pobres. Deixo aqui registrado também que a desesperança ainda me assola, isso porque temos no Brasil um déficit de 7,7 milhões de moradias, um recorde! Para lamentar ainda mais, o novo governo não acena para nenhuma melhoria nessa área. O que me resta é lamentar e caso você esteja lendo isso no futuro, espero que essa situação tenha melhorado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. H. Políticas de provisão habitacional no Brasil: Contradições e limites à integração social. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 10, n. 2, pág. 22-34, jul/dez. 2014

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de ; ANGELIS NETO, G. ; SAMPAIO, A.C.F. ; BARROS, Gabriela de Angelis ; BARROS, Rafaela de Angelis ; GUIZELINI, L. A. . A (des)mistificação do "verde" de Maringá - Um desafio a ser (re) pensado. In: OigresLeici Cordeiro de macedo; Fabíola Castelo de Souza Cordovil; Renato Leão Rego. (Org.). **Pensar Maringá: 60 Anos de Plano**. 1ed.Maringá/PR: Editora Massoni, 2007, v. 1, p. 47-67

ARANTES, O. B. F As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, M. C. A cidade de Maringá: a constituição de um espaço urbano planejado e segregado. In: RODRIGUES, N. A; TONELLA, C. (Orgs). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas. Maringá: Eduem, p. 165-191, 2010.

ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. IN: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ; I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

AMORE, C. S. Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, C. S; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados Brasileiros. 1. ed. .Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A cidade de Maringá, PR. **O plano inicial e as “requalificações urbanas”**.Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008.

ATENAS RELATÓRIO 2. Observatório das Metrôpoles. Maringá, 2014.

ATENAS RELATÓRIO 3. Observatório das Metrôpoles. Maringá 2015.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: um revisão. IN: BAUER, M. W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 189-217.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELOTO, G. E. **Legislação urbanística : instrumento de regulação e exclusão territorial : considerações sobre a cidade de Maringá**.2004. 201f. Dissertação em Geografia. Maringá: 2004.

BOEIRA, S. L.; SANTOS, A. C. B.; SANTOS, A. G. Estatuto da cidade: aspectos epistemológicos, sociopolíticos e jurídicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 695-712, maio/jun. 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Editora Porto, 1994.

BORGES, William Antonio; SELA, Vilma Meurer. Cooperação intergovernamental e produção do espaço urbano: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade de Maringá. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2013, Rio de Janeiro.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. **Revista de História** (USP), v, p. 2000.

CALDEIRA, T. P. R; **Cidades de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, A. L.; Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. XX, p. 35-51, 2006.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO. T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais** . Rio de Janeiro : Letra Capital , 2013.

CARDOSO; A. L. JAENISCH, S. T; ARAGÃO, T. A. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. IN: CARDOSO; A. L. JAENISCH, S. T; ARAGÃO, T. A. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise (Orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CARLOS, A. F..**O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. A. F. A.. A produção da metrópole o novo sentido do solo urbano na acumulação do capital. In: Ana Clara Torres Ribeiro; Ester Limonad; Paulo Pereira de Gusmão. (Org.). **Quem planeja o território?** Atores, arenas e estratégias. 1ed.: , 2012, v. , p. 43-56

_____. A tragédia urbana.IN: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ; I. P **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____. A cidade. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2015b.

_____. Da “organização” a “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. IN: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano**: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017.

CHAGAS, P. B. Desenvolvimento e contradição reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Rio Grande (RS). *Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*. Belo Horizonte, v. 4, n. 9, 2017.

CORDOVIL, F. C. S. **A aventura planejada: Engenharia e urbanismo em Maringá, PR, 1947 a 1982.** 2010. 640f. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, 2010.

COIMBRA, Kary Emanuelle Reis; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. *Gestão & Regionalidade*, v. 29, n. 86, mai/ago, 2013, p. 34-46.

COLBARI, A. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, E. M. de. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional:** uma abordagem teórico-conceitual. Dados eletrônicos. Vitória: EDUFES, 2014.

CORREA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. IN: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano:** agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017

DAMASIO FILHO, M. A. et all. Avanços dos estudos de espaço e território nos estudos organizacionais: uma análise no congresso brasileiro de estudos organizacionais (CBEO). XXXVI SEMAD, Maringá, 2016.

DENALDI, R; BRAJATO, D. A aplicação do PEUC: notas sobre o universo de áreas notificadas. IX Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. 2017.

FAMÍLIAS invadem casas populares em Maringá. Maringá Manchete, Maringá, 30 de out. de 2012. Disponível em:

http://maringamanchete.com.br/2010/index.php?option=com_content&view=article&id=5028:familias-invadem-casas-populares-em-maringa&catid=54:denuncia&Itemid=98.

Acesso em: 30. Ago. 2018

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre tipologias de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) **Território e Territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2008. p. 197-216.

FREITAS, Tânia Maria; FERREIRA, Cleison Leite. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF. Anais do CODE, 2011. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo44.pdf>. Acesso em: 10.11.2017.

FISCHER, T. (Org.). Gestão contemporânea: cidades estratégicas: apreendendo com fragmentos e configuração local. In: FISCHER, T. (Org.). Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FISCHER, T. et al. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais – Salvador da Bahia, cidade *puzzle*. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira.** São Paulo: Atlas, 1997

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional municipal no Brasil 2010. Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro. Software. Belo Horizonte, 2013. Centro de estatística e informações (CEI). Software. Belo Horizonte, 2013.

_____. Déficit habitacional no Brasil 2011-2012. Centro de Estatística e Informações (CEI). Belo Horizonte, 2015.

_____. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Centro de Estatística e Informações (CEI). Belo Horizonte, 2016

_____. Déficit habitacional no Brasil 2015. Centro de Estatística e Informações (CEI). Belo Horizonte, 2018.

FONTANA, F.; VALOTTA, F. M. Projeto PAC “Contorno Norte” de Maringá: os impactos da obra e o aprofundamento do processo de segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 155, p. 106-122, 2014.

GALVÃO, A. A.; RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. Reestruturação socioespacial do território metropolitano: o caso do Pac Santa Felicidade em Maringá (PR). **Montevideo: Instituto do Milênio**, 2009.

GALVÃO, A. A. Questão territorial e mobilidade social: a trajetória dos moradores do bairro santa felicidade na cidade de Maringá-pr. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, p. 1-15, 2011.

GIMENES, Erick. Conselho Tutelar pede retirada de realojados em colégio em Maringá. G1, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/02/conselho-tutelar-pede-retirada-de-realojados-em-colegio-em-maringa.html>. Acesso em: 15. Fev. 2019.

GONÇALVES, J. H. R.. Maringá: algumas facetas coloniais do projeto urbano. In: OigresLeici de Macedo; Fabíola castelo Cordovil; Renato Leão Rego. (Org.). **Pensar Maringá: 60 Anos de Plano**. Maringá: Massoni, 2007, v. , p. 23-36.

GONÇALVES, J. S. **O processo de (des)(re)territorialização dos ex-moradores do bairro Santa Felicidade: uma intervenção urbana a partir do PAC**. 2017. 128f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

G1. Contorno norte de Maringá é inaugurado após cinco anos de obras. G1, 10. Jan. de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/01/contorno-norte-de-maringa-e-inaugurado-apos-cinco-anos-de-obras.html>. Acesso em: 25 jun. 2018.

HAESBAERT, R., Desterritorialização, entre as rede e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 165-206.

_____. Descaminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E., S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. P. 97-119.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In M. Santos & B. K. Becker. (Orgs.), **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**(pp. 43-71). Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007b.

_____. Dilema de conceitos espaço-território e concepção territorial. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 95-120

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 39, pp. 48-64, 1996

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. O direito à Cidade. **Lutas Sociais**. Dossiê: Barricadas Urbanas. São Paulo, n. 29, jul./dez. 2012.p. 73 – 89

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 14, n. 36, p. 158-186, ou./dez. 2016.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**. vol.11 no.1 São Paulo Jan./Feb. 2010.

JORDÃO, V. L. C. **O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Região Metropolitana de Maringá/PR**. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Editora UFMG, Belo Horizonte: 2008.

LEONARDO, S. V. **Do desenho nacional à dinâmica local: a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida em Maringá – PR**. 2017. 365f. Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2017.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2^oed. São Paulo: EPU, 2013.

MAC-ALLISTER, M.; MOURA, S. Cidade estratégica e gestão empreendedora: uma operação de planejamento, pacto e marketing. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 3, n. 6, p. 7-29, jun. 1996

MACHADO, J. R.; MENDES, C. M. O Processo de Verticalização do Centro de Maringá-PR, Brasil. **Investigaciones Geográficas**. Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México - UNAM, v. 52, p. 53-71, 2003.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-167, junho. 2003.

_____. Para entender a crise urbana. Cernau – **Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v.8, n.1, 2015, p. 11-22.

MENEGUETTI, K. S.; REGO, R. L.; BELOTO, G. E. Maringá: a paisagem urbana e o sistema de espaços livres. **PaisagemAmbiente: Ensaios**, São Paulo, v. 26, p. 29-50, 2009.

MERRIAM, Sharan B. **Case study research in education: A qualitative approach**. Jossey-Bass, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1994

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Programa Minha Casa Minha Vida. 2016. Disponível em:<<https://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>> Acesso em: 09. Fev. 2018

MISOCZKY, M. C.; CAMARA, G. D; CERQUEIRA, P.; COTO, G. C. Orientação sexual, classes sociais e territórios de resistência: os conflitos em torno do Centro Olaria – Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, p. 254-279, 2011.

PESAVENTO, S. J. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007

[PENA, F. G.](#); SARAIVA, L. A. S.. Territórios da cozinha sob a ótica de empregadas domésticas. **RGSA (ANPAD)**, v. 11, p. 91-106, 2017.

PEQUENO, R. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócioespaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008. Barcelona. **Anais...Barcelona**: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em:<<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/275.htm>> Acesso em: 18. Abr. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, F. A produção de habitações de interesse social de Maringá. (2015). 152f. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, 2015.

REGO, R. L. Curvas, descompassos, aproximações e distanciamentos. In: OígresLeici Cordeiro de Macedo; Fabíola Castelo de Souza Cordovil; Renato Leão Rego. (Org). **Pensar Maringá: 60 anos de plano**. 1 ed.Maringá, 2007, v.1, p.11-21

RIBEIRO, F. V. Produção contraditória do espaço urbano e resistência. IN: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

RODRIGUES, A. L. A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Guerra dos lugares: a colonização e da moradia na era das finanças**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____; CYMBALISTA, R.; NAKANO, A. K. Suelo urbano y vivienda de interés social: la cuestión de la tierra em los planes directores participativos. In: Relato Cymbalista. (Org.). **Desafios de la construcción democrática em Brasil: el derecho a la ciudad**. São Paulo: IntutoPólis: Fundação Ford, 2008, v. Único, p. 85-10.

_____; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidade continuam precárias? CEBRAP. n, 89. São Paulo, 2011.

RÜCKERT, A; MISOCZKY, M. C. A. Território vivido, território em mutação. In: MISOCZKY, Maria Ceci A.; BECH, Jaime (Orgs.). **Estratégias de organização da atenção à saúde**. Porto Alegre: Dacasa Ed., 2002. p. 67-76.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: Teoria e História**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo. HUC EC/ ANPUR, 1988.

_____.; SILVEIRA, M. L. O concept of territory. Soc. Sci. Information, vol. Brasil. **Território e Sociedade no início do século 21**, n. 3/4, p. 29-47, 1975. Rio de Janeiro: --Record, 2001.

SAQUET, M. A., **Abordagens e Concepções de Território**. 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

_____. Espaço e território. In: SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1ªed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 19-29

_____, Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, mar./abr. 2012.

_____; _____; SOARES, A. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, 2014..

SILVA, F. M. **Entre a segregação residencial e a ideologia da casa própria: a implementação do PMCMV nos distritos de Iguatemi e Floriano em Maringá – PR.** (2017). 130f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

SILVA; L. C. L. O.; SARAIVA, L. A. S.; Cidades criativas e a (re)invenção do discurso sobre o espaço urbano. **IV CBEO**. Porto Alegre, 2016.

SILVA, F. B. **A recente produção imobiliária no Aglomerado Metropolitano Paiçandu – Maringá- Sarandi: novos arranjos velha lógica.** 2015. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA; B. F; SILVA; R. D. A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu. In: RODRIGUES, A. L.; (Orgs.). **Maringá: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

SILVA, C. A. M.; **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá – PR: do espaço da floresta à cidade-jardim representação da “cidade ecológica” “cidade verde”.** 2006. 230 f. Tese. (Doutorado em Engenharia da Produção) Universidade Federal de Florianópolis, UFSC: 2006.

SHIMADA, N. E. **Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do Bairro Santa Felicidade pelos seus moradores.** 2015. 235f. Dissertação de mestrado em Administração. Maringá: 2015.

SCHMIDT, L. P.; COSTA, Luis Fernando da Silva ; MENDES, Cesar Miranda . A verticalização periférica de Maringá - Paraná - Brasil: o caso das zonas 17 e 27. In: 8º **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2001, Santiago. CD ROM do Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2001.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças, e desigualdade socioespaciais. IN: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995

_____, O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

_____. “Território da divergência” (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos: Expressão Popular**, 2009, p. 57-72.

_____, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. IN: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017

OLIVEIRA, J. C. P. As dimensões corporativas do programa minha casa minha vida, o dilema do limite entre política social e política econômica. CARDOSO; A. L. JAENISCH, S. T; ARAGÃO, T. A. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise** (Orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TOWS, R. L. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. 2015. Tese(Doutorado em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VALE, A.L.F.; SAQUET, M.A.; SANTOS, R. O território: diferentes abordagens e conceito chave para a compreensão da migração. **Faz Ciência–Sociedade, Espaço e Economia**, v.7, n.1, 2005.

VIEGAS, et al. G. C. F. S.; et al. Re-significações no âmbito da cidade: um estudo das ações da Prefeitura de Belo Horizonte no combate à pichação. Congresso Brasileiro dos Estudos Organizacionais, v.1. Fortaleza, 2013.

_____. ; SARAIVA, L. A. S. **Discursos, práticas organizativas e pichação em belo horizonte**. Revista de Administração Mackenzie. vol.16 no.5 São Paulo Sept./Oct. 2015.Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167869712015000500068&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 05. Ago. 2017.

VASCONCELOS, P. A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? IN: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, jan./abr. 2011.

XAVIER, W. S; CARRIERI, A. P. Discurso e as cidades: um estudo sobre Cataguases-MG baseado na produção literária modernista da Revista Verde. **Cadernos Ebape**, Rio de Janeiro, v. 14, nº 4, Artigo 6, p. 948- 965, Out./Dez. 2016.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS QUE MORARAM NA ESCOLA DELFIM MOREIRA.

Territorialização

- 1- Onde você morava antes de se mudar para o Conjunto Atenas?
- 2- O que levou você se mudar para o Conjunto?
- 3- Como foram os anos vivendo no Conjunto, conte-me um pouco sobre o seu dia a dia? Como era o local? Você tinha acesso à água encanada, esgoto, luz, asfalto, etc?
- 4- Como se organizaram nesse lugar? Como ficou decidido qual casa cada família ocuparia?
- 5- Como era pra você conviver com outras famílias?
- 6- Como vocês se organizaram para conseguir, luz, água, escola para as crianças?
- 7- Como era pra você morar no Conjunto Atenas? O que você achava do lugar? Você desejava outra moradia?
- 8- Vocês se organizaram para pedir uma casa melhor para a prefeitura?

Desterritorialização

- 9- Como você se sentiu com a decisão da prefeitura em aloja-lo na escola Delfim Moreira?
- 10- Quais as diferenças que você sentiu de morar no conjunto Atenas em relação a escola Delfim Moreira?

Reterritorialização

- 11- Como foram os anos vivendo na escola? Como era o local? Conte-me como era sua vida lá?
- 12- Vocês tiveram ajuda de outras instituições ao longo dessa ocupação? Se sim, como essas instituições ajudaram?
- 13- Como vocês se organizaram par ter uma nova casa?
- 14- Como foi conviver nesse ambiente com as demais famílias? Conte-me como era a divisão feita pelas famílias da escola? Qual lugar da escola você ocupou? Como era o

convívio diário com as outras famílias? Vocês tinham tarefas compartilhadas, como, cozinhar, limpar, cuidar do lugar?

15- Como foi pra você esperar esses anos para ter a possibilidade de uma casa nova?

16- O que achou da decisão da prefeitura em realoca-los em Iguatemi ou Floriano?

17- O que você acha dessa nova moradia? O que acha do bairro? Da localização?

18- Você mantém contato com os outros moradores da Escola?

19- Como você se sente morando nesta casa? Foi difícil se adaptar? Sente falta de dos moradores com quem conviveu?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM O AGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

- 1 - Quais foram as ações da Prefeitura ao ficar sabendo da ocupação?
- 2 - Como foi o processo de remoção das famílias para a Escola na Gleba Pinguim?
- 3 - Como foi o processo de remoção para a Escola Delfim Moreira?
- 4 – Como foi o processo de negociação das famílias para a escola Delfim Moreira?
- 5 – Havia outra alternativa para remoção das famílias além da Escola?
- 6 – Como era o sorteio do PMCMV na época?
- 7 – As famílias tiveram acesso à água e luz durante as ocupações?
- 8 – Por que você acredita que poucas habitações do PMCMV foram construídas em Maringá?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A PSICÓLOGA DO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

- 1 – Como o Observatório ficou sabendo da ocupação?
- 2 - Quais foram suas ações durante a ocupação?
- 3 - O que você acha que levou essas pessoas até a ocupação?
- 4 - As famílias tinham cadastro no PMCMV? Qual a dificuldade você vê no cadastramento do Programa?
- 5 – Quais ações que você acredita que a Prefeitura poderia ter tomado para evitar a remoção das famílias?
- 6 – Como foi cedido o aluguel social a essas famílias?

ANEXO A

Listagem Programa Minha Casa Minha Vida Secretaria de Habitação de Maringá

####	34113	#####	GISLAINE GOMES DA LUZ	15191309458	GILVAN DA SILVA BRAGA
####	34114	#####	TAYLA MARTINS	PROTOCOLO 3011	LAIDEMIR FERNANDES DA SILVA
####	34115	#####	EDINALDA APARECIDA FERNANDES	PROTOCOLO 2609/12	
####	34116	#####	QUITERIA BEZERRA DE MELO	15409664363	ANTONIO CARLOS MENDONÇA
####	34117	#####	JOSE CARLOS ZIRILDO	12423691159	
####	34118	#####	JULIANA CORDERO DE MENDONÇA	12743830516 - 01	
####	34119	5/11/12	ELAINE CRISTINA RODRIGUES	21215065835	
####	34120	5/11/12	EDA JOSE GONCALVES	PROTOCOLO	
####	34121	5/11/12	MARLON RODRIGO DE MELO	12665001529	VIVIANE DOS SANTOS ROCHA
####	34122	5/11/12	MARIA DAS GRAÇAS NICOLAU	PROTOCOLO	
####	34123	5/11/12	JUCIELE APARECIDA CORREIA	20078255117	
####	34124	5/11/12	GLEICIELE DE FREITAS	20981590577	JESIEL SOARES PEREIRA
####	34125	5/11/12	JULIANA DE ASSIS MACHADO	PROTOCOLO 0511	FABIO BORGES DA SILVA
####	34126	5/11/12	FERNANDA ALINE MARTINS	11317004507	
####	34127	5/11/12	MIRIAN DA SILVA SOUZA	(INVA) 1303551511 - 01	
####	34128	6/11/12	CLAUDIA DULCINARA FERREIRA	PROTOCOLO 0611/2012	
####	34129	6/11/12	JOSIMARA DE ASSIS MACHADO	22020994309	TIAGO DA SILVA
####	34130	6/11/12	SONIA DA SILVA GONCALVES	PROTOCOLO 0611/2012	
####	34131	6/11/12	LUCIA PORT DA ROSA	PROTOCOLO	
####	34132	6/11/12	FRANCIELE KETTY VIEIRA	PROTOCOLO	ELIZEU EVANGELISTA DOS SANTOS
####	34133	6/11/12	ROSEMEIRE MIGUEL DOS SANTOS	20711938665	
####	34134	6/11/12	JOELMA DA SILVA TRINDADE	16283933549	ELISANDRO AMES
####	34135	6/11/12	FRANCIELA ARAUJO DA SILVA	PROTOCOLO 0611/2012	
####	34136	6/11/12	GISLAINE RAFAELA MARCHETTO	PROTOCOLO	GIOVANI LOPES VICENTINI (SERVIDOR)
####	34137	6/11/12	LUCIA DA SILVA	PROTOCOLO	
####	34138	6/11/12	CRISTIANE NEVES (INVASOR)	PROTOCOLO	VALDEOR HENRIQUE COSTA
####	34139	6/11/12	CAIANE PROSSER A COSTA (INVASOR)	PROTOCOLO	CLEITON NEVES
####	34140	7/11/12	ALEXANDRE JORGE DOS SANTOS	PROTOCOLO 0711/2012	
####	34141	7/11/12	HENRIQUE FANIGLIAO DELGADO	PROTOCOLO 1409/12	
####	34142	7/11/12	CLEICE SILVA RIBEIRO	PROTOCOLO	
####	34143	7/11/12	SUELI GUEDES OLIVEIRA DA SILVA	20615196804	MARCELO FERREIRA DA SILVA
####	34144	7/11/12	JOSIELI CAROLINE DE JESUS	13196748498	
####	34145	7/11/12	JACQUELINE APARECIDA DA SILVA	PROTOCOLO 0701	MARCOS FRANCISCO FERREIRA

Fonte: Atenas Relatório 3 (2015)

34752	11/4/13	DEBORA TOLEDO DA SILVA	1814954499 02	
34753	11/4/13	ROSANGELA TEIXEIRA	PROTOCOLO	
34754	11/4/13	CLARICE SANTOS BORTOLOTTI	3648036229 01	ROBSON MACHADO BORTOLOTTI
34755	11/4/13	JOSIANE BISPO DAMASCENO	PROTOCOLO	
34756	11/4/13	JULIANA CLAUDIA DA SILVA	PROTOCOLO	
34757	11/4/13	JOSIANE PEREIRA DE SOUZA	PROTOCOLO	ALISSON FERREIRA DOS SANTOS
34758	11/4/13	KAREN DE SOUZA LEANDRO	PROTOCOLO	ALEXANDRE SOARES DOS SANTOS
34759	11/4/13	SIDNEI CARDOZO	PROTOCOLO	
34760	12/4/13	JOSEFA FRANCISCA DE JESUS	16334857251	
34761	12/4/13	VERA LUCIA GOMES PEREIRA	11428197126 03	
34762	12/4/13	ADRIANA RODRIGUES	12797021530	
34763	12/4/13	CAMILA VALERIA CARVALHO DA SILVA	21874887397	
34764	12/4/13	ROSILEIDE DE FATIMA ORIOLI	1235870077	
34765	12/4/13	GUELY BARBOSA DA SILVA	PROTOCOLO	12042013
34766	12/4/13	HENRIQUE DE OLIVEIRA	PROTOCOLO	
34767	12/4/13	NEILZA GRANDI PASSARELLA	PROTOCOLO	
34768	12/4/13	ADRIANA KUNYEN INVASORA A	203603700 01	WALDON BARBOSA DA SILVA
34769	12/4/13	VALDIRENE DE OLIVEIRA	1300441501	
34771	15/4/13	LUIS ROBERTO BOZEK JUNIOR	PROTOCOLO	
34772	15/4/13	MARA ELDI TAVARES	PROTOCOLO	13342013
34773	15/4/13	VALDIRENE APARECIDA FERREIRA	18384541154	WANDERLEY APARECIDO GOMES
34774	15/4/13	ROSINEIDE RASMAVINO DE ALMEIDA	19681955267	WALDECIR ALVES
34775	15/4/13	SUELI CALABIANOUR	12031212337 01	
34776	15/4/13	PAULO CAETANO DA SILVA (PA)	PROTOCOLO	13042013
34777	15/4/13	ALDIRA APARECIDA DA SILVA	21267138760	JOSE APARECIDO DA SILVA
34778	15/4/13	ROSELI CORDEIRO DE MEDEIROS	20007861840	ELDEIR NICOLAU DE MEDEIROS
34779	16/4/13	DORALICE CANDIDO	10794853449	
34780	16/4/13	CHRISLAINE RAMOS	PROTOCOLO	
34781	16/4/13	CRISLEY MARA SOARES DOS SANTOS	12696324531	JUNIOR CEZAR DE OLIVEIRA
34782	16/4/13	JOCILENE APARECIDA MORENO	20452581510	JADSON FERREIRA DA SILVA
34783	16/4/13	FRANCIELE MARTINS DE OLIVEIRA	PROTOCOLO	18042013
34784	16/4/13	DANIELE ALVES DIAS DA SILVA	16025895843	ANTONIO ALFREDO DA SILVA
34785	17/4/13	LEILA APARECIDA DOS SANTOS	PROTOCOLO	

Fonte: Atenas Relatório 3 (2015)

ANEXO B



Unidade:

CENTRO DE TECNOLOGIA - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL
 LABORATÓRIO DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
 SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE - Nº. 2650/2014.

INTERESSADO: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES.
 CIDADE: MARINGÁ – PARANÁ
 ORIGEM DA AMOSTRA: ÁGUA DE POÇO ARTESIANO / CLORADA / CAIXA QUE FICA NA SAÍDA DO POÇO
 LOCAL DA COLETA: ESCOLA RURAL DELFIM MOREIRA / MARINGÁ-PR
 DATA DA COLETA: 01.10.2014 ÀS 11:20h
 DATA DA ENTRADA NO LABORATÓRIO: 01.10.2014 ÀS 14:00h
 RESPONSÁVEL PELA COLETA: Sr. JOSIVALDO SOUZA REIS.

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE ÁGUA

PARÂMETRO	RESULTADO	UNIDADE PADRÃO	VMP ⁽¹⁾
CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS			
Cloro Residual	0,028	mg/L ⁽⁴⁾	*0,2 a 2,0

NOTAS: - (1) Valor máximo permitido - (2) Unidade de Hazen (mg Pt-Co/L) - (3) Unidade de turbidez - (4) mg/L = p.p.m.
 - Metodologia: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA) (AWWA)
 - ND - Não Detectado pelo método utilizado
 - Resultados válidos somente para a amostra analisada.

Obs: * Port. do Ministério da Saúde, nº. 2914 de 12/12/2011 - Art. 34º :

- Teor mínimo de cloro residual livre 0,5 mg/L, obrigatória a manutenção de no mínimo 0,2 mg/L.
- Recomenda-se que o teor máximo de cloro residual seja de 2,0 mg/L.

Amostra analisada não satisfaz aos padrões físico-químicos de potabilidade, para o parâmetro de cloro residual, de acordo com a Portaria do Ministério da Saúde. nº. 2914 de 12/12/2011.

Maringá, 03 de outubro de 2014.

Dr^o Estela de Pieri Troiani
 Química
 CRQ 09904245 - 9ª Região